FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921  UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA



ANO 104 ★ Nº 34.698 — TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2024 — R$ 6,90

Pacheco esvazia MP da reoneração, com impacto de R$ 10 bi

Presidente do Senado deixa caducar trecho sobre alíquota de municípios, o que pode significar perda de arrecadação

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deixou perder a validade trecho de medida provisória do ministro Fernando Haddad (Fazenda) que previa a reoneração da folha de pagamento das prefeituras. A decisão pode significar para o governo perda de cerca de R$ 10 bilhões em receitas.

O texto estabelecia que, a partir desta segunda-feira (1º), a alíquota de municípios com até 156 mil habitantes passaria de 8% para 20%.

A gestão Lula havia desagradado o Congresso ao manter a reoneração de prefeituras, embora tenha revogado a sobre empresas de 17 setores no final de 2023.

Na semana passada, o Planalto formalizou proposta de novo modelo de alíquotas. Ontem, Pacheco criticou o Executivo e disse que o tema deve ser tratado em projeto de lei. **Mercado p.1**

Meta de 2025 vai exigir esforço de arrecadação extra de 1% do PIB p.2

Ilustrada C1

20 anos de SP-Arte

Feira que movimenta o circuito artístico da capital paulista desde 2005 acontece desta quinta (4) a domingo (7) no pavilhão da Bienal, no Ibirapuera.

Comida C7

Conheça e saiba onde comprar os seis queijos que Lula deu a Macron

Saúde B4

Vírus respiratório infantil, comum no outono, pode levar a bronquiolite

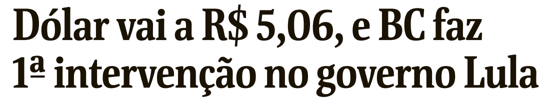
Governo paulista encerra ação com 56 mortes pela PM

A gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou o fim da Operação Verão na Baixada Santista. Iniciada em dezembro, a ação resultou em 56 mortes por policiais militares. O governo afirma que, agora, o efetivo da região será ampliado. **Cotidiano B2**

Pedro Ladeira/Folhapress

RELATOR VOTA CONTRA CASSAÇÃO DE MORO E REBATE TESES DE PT E PL

O ex-juiz e senador deixa seu gabinete em Brasília, no dia em que o TRE-PR começou a julgar ações que o acusam de abuso de poder econômico na pré-campanha de 2022 **Política A4**



Dólar vai a R$ 5,06, e BC faz 1ª intervenção no governo Lula

O Banco Central fará nesta terça (2) um leilão adicional de até 20 mil contratos de swap cambial, o equivalente a US$ 1 bilhão. Será a primeira intervenção da autarquia durante o governo Lula (PT), para conter a volatilidade do dólar, que fechou o dia cotado a R$ 5,06.

O leilão funciona como uma injeção de dólares no mercado futuro. Quem compra estará protegido caso o real se desvalorize.

Em 2023, o BC não realizou leilões extras de dólar, o que caracterizou a menor intervenção da autoridade desde 1999. **Mercado p.4**

Adriana Fernandes

Pressão sobre o Banco Central

O mercado de trabalho aquecido renovou a pressão contra o BC. O mais recente torpedo partiu de Luiz Marinho, ao dizer que elevar juros é uma forma burra de controlar a inflação. As críticas deveriam se dar sobre um patamar de mais alto nível. **Mercado p.1**

Projeto de Derrite pode aposentar cúpula da PM

O secretário da Segurança Pública paulista, Guilherme Derrite, prepara projeto de lei que altera regras da aposentadoria compulsória na PM. Se aprovado, 25 dos 63 atuais coronéis iriam para a reserva. **B2**

Governo pede apuração sobre falhas da Enel

Ao citar "histórico de falhas" da Enel, Ministério das Minas e Energia determinou que a Aneel abra processo que pode levar ao fim da concessão. Distribuidora diz cumprir obrigações contratuais. **B1**



John MacDougall/AFP

LEGALIZAÇÃO DA MACONHA RECREATIVA COMEÇA A VALER NA ALEMANHA

Manifestantes festejam no Portão de Brandemburgo, em Berlim; maiores de 18 anos podem portar 25 gramas **Mundo A11**

Maioria no STF se opõe a tese de militar moderador

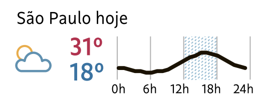
O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria a favor do entendimento de que as Forças Armadas não têm atribuição de poder moderador e que a Constituição não permite intervenção militar sobre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. "A chefia das Forças Armadas é poder limitado", afirmou ministro Luiz Fux, relator da ação, proposta pelo PDT em 2020. **Política A6**

ISSN 1414-5723




ATMOSFERA

São Paulo hoje



	Hoje	Amanhã
Rio	20º 32º	21º 31º
Brasília	19º 27º	20º 27º
Ribeirão	21º 32º	22º 32º

Fonte: www.climatempo.com.br

EDITORIAIS A2

Não se vê motivo claro para mudar foro no STF

Acerca de julgamentos de políticos e autoridades.

Maconha regulada

Sobre legalização parcial da droga no país europeu.

Netanyahu pressiona, e Israel aprova lei que proíbe Al Jazeera

O Parlamento de Israel aprovou nesta segunda (1º) uma lei que dá poderes para que o governo censure o canal Al Jazeera e outras emissoras estrangeiras no país.

O gabinete do premiê Binyamin Netanyahu também poderá fechar escritórios de veículos de mídia, caso avalie que eles ameaçam a segurança nacional. **Mundo A9**

INÊS 249

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Benett



EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Não se vê motivo claro para mudar foro no STF

Normas em vigor para julgamento de políticos e autoridades foram estabelecidas há apenas 6 anos pela corte; nova troca pode gerar instabilidade

“Terroristas” ou “guerrilheiros da liberdade”? Não são poucas as ocasiões em que a disputa de versões começa a ser decidida com o nome com o qual se batiza um grupo ou fenômeno social. O “foro especial por prerrogativa de função”, impropriamente chamado de “foro privilegiado”, é um desses casos.

A ideia de julgar determinadas autoridades em tribunais específicos, a fim de reduzir influências indevidas, sejam contra ou a favor do réu, faz todo o sentido. No Brasil, oligarquias locais não têm dificuldade para capturar braços do Estado, incluindo o Judiciário.

Ao menos em teoria, cortes colegiadas resistem melhor a pressões e impulsos do que juízes singulares de primeira instância. Mas o instituto do desaforamento deu margem a tantos abusos que acabou se tornando sinônimo de impunidade, o que fez com que o apelido “foro privilegiado” se tornasse o nome dominante.

Aprimorar as regras a fim de tornar mais claro quem deve ser julgado em qual tribunal, consideradas as mais variadas circunstâncias, é importante para tentar preservar os aspectos positivos do foro especial e, ao mesmo tempo, diminuir as possibilidades de políticos manipularem o sistema para retardar processos e evitar punições.

É preocupante, porém, que o Supremo Tribunal Federal tenha se lançado numa revisão ampla dos limites do desaforamento apenas seis anos depois de ter estabelecido as regras atualmente em vigor, período insuficiente até para a assimilação da jurisprudência.

Se a impunidade de poderosos é uma das chagas do Judiciário brasileiro, a instabilidade jurídica é outra. Além da mudança na composição da corte em relação a 2018, não há fato novo que justifique nova mudança nas diretrizes.

Na verdade, de 2018 para cá registrou-se uma redução de 80% no número de inquéritos e ações penais originários tramitando no STF, o que é compatível com os objetivos das normas em vigor.

Até o ministro Luís Roberto Barroso pedir vista e interromper o julgamento da ação, o placar em favor da ampliação do alcance do foro especial para políticos, principalmente para colocar ex-autoridades sob jurisdição do Supremo, já estava em 5 a 0.

Em reação, parlamentares se articulam para aprovar uma emenda constitucional no sentido oposto. Tais quedas de braço entre Judiciário e Legislativo estão se transformando numa incômoda tendência.

Na prática, há uma disputa por poder. Quanto mais autoridades e ex-autoridades mantiver sob sua alçada, mais força terá o Supremo. Os vários casos envolvendo Jair Bolsonaro (PL) dão motivação extra para ministros da corte e parlamentares se posicionarem.

Maconha regulada

Permissão para uso recreativo na Alemanha é mais um modelo alternativo à falida guerra às drogas

Em fevereiro, a Alemanha tornou-se o terceiro país europeu a autorizar o uso recreativo da maconha. Nesta terça-feira (1º), a primeira parte da lei entrou em vigor. Trata-se de medida importante para limitar o raio de ação do Estado na esfera privada dos cidadãos.

Na etapa inicial, alemães acima de 18 anos podem portar e transportar 25 gramas de cânabis, cultivar até 50 gramas e ter três plantas por adulto na residência.

A compra fica proibida até julho, quando cooperativas de cultivo obterão permissão para plantar e distribuir maconha a no máximo 500 associados, que poderão receber até 50 gramas cada por mês.

Até aqui, nove países (Uruguai, Canadá, Geórgia, África do Sul, México, Malta, Tailândia, Luxemburgo e Alemanha) e mais de 20 estados nos EUA e 1 na Austrália legalizaram o uso recreativo de maconha.

Não há um modelo único de regulamentação. O implantado na Alemanha assemelha-se ao do Canadá, aprovado em 2018, com a liberação de um limite de plantas para uso pessoal e de produção e venda restrita a clubes canábicos.

No Uruguai, primeiro país a autorizar o uso recreativo em 2013, além dos clubes e do cultivo pessoal, há comercialização em farmácias —mas os consumidores precisam se registrar e a produção é controlada pelo Estado.

Já o México foi mais conservador. O uso foi descriminalizado e o cultivo pessoal por adultos permitido, mas não o comércio.

Vários estados americanos seguem política mais aberta, que permite a venda em lojas, com idade mínima de 21 anos para compradores e proibição de licenças para empreendimentos a quem já foi preso por crimes relacionados a drogas.

Esta **Folha** defende a legalização da maconha levando em conta, além da valorização das liberdades individuais, a falência da política de guerra às drogas —que impulsiona o narcotráfico, a violência urbana e a superlotação do sistema carcerário.

O Brasil precisa avançar no debate sobre o tema e atualizar sua legislação à luz de evidências e de experiências internacionais para encontrar o modelo regulatório mais adequado para o país.

Desaforos constitucionais

Hélio Schwartsman

Ao que tudo indica, o STF vai mais uma vez mudar seu entendimento sobre o alcance do foro especial para políticos. Por mais que eu tente, não consigo afastar a ideia de que os ministros buscam ampliar a jurisdição do Supremo sobre governantes e parlamentares como forma de magnificar seu próprio poder. Compreensível no contexto de diversas quedas de braço entre as instituições, mas censurável. O Judiciário deveria ser o mais técnico e menos guloso dos Poderes.

Idealmente, não deveria haver diferenças no tratamento jurídico dispensado a políticos e demais cidadãos. Numa república de iguais, deveríamos cruzar com o chefe de governo empurrando seu próprio carrinho de compras no supermercado. Tais cenas ocorrem em alguns países do norte da Europa.

Como por aqui nunca foi difícil juntar um juiz e um delegado, seja para proteger o cacique local, seja para prejudicar a oposição, acabamos criando um complexo sistema de desaforamento, que abarca milhares de cargos públicos. A ideia é que, ao deslocar o julgamento para uma corte colegiada, diminui-se o espaço para o arbítrio. O aparente envolvimento do chefe da Polícia Civil no assassinato de Marielle Franco mostra que há razões para paranoia.

Toda regra, porém, traz as sementes de sua perversão. Políticos logo aprenderam a manipular o sistema. Com renúncias e o questionamento de competências, encontraram formas de atrasar os processos até a prescrição. O foro especial ficou conhecido como foro privilegiado, sinônimo de impunidade. Mas, de novo, nada é tão simples. Devido a uma outra patologia do Judiciário brasileiro, que é a incapacidade de manter a estabilidade jurídica, o único megaescândalo de corrupção que não acabou em anulações maciças foi o mensalão, julgado originariamente no Supremo. Não porque o STF seja melhor do que outras cortes, mas simplesmente porque não há instância superior a ele que possa rever tudo.

helio@uol.com.br

Lula por um triz

Fernando Canzian

A última rodada do Datafolha sobre a avaliação do governo Lula (PT) mostra um certo fastio dos brasileiros com o presidente em seu terceiro mandato. Obtido, lembre-se, na disputa mais acirrada da história, contra Jair Bolsonaro (PL), por margem de apenas 2,1 milhões de votos (50,9% a 49,1%).

Naquele pleito, Bolsonaro perdeu para ele mesmo. Seu comportamento indecente e golpista no período sombrio em que comandou o país forçou milhões de eleitores —alguns famosos, publicamente; e muitos anônimos— a votar em Lula exclusivamente por repulsa ao ex-capitão.

Mas, apesar de Bolsonaro, Lula ganhou por um triz. Indicativo claro de que o Brasil e o eleitorado mudaram muito desde 2010, quando o petista deixou a Presidência consagrado com 83% de aprovação. Agora, um ano e três meses após assumir o país pela terceira vez, Lula vê sua aprovação empatar tecnicamente com a rejeição (35% o consideram ótimo/bom e 33%, ruim/péssimo).

Na economia, o presidente não foi tão mal quanto se esperava no primeiro ano. Contrariando expectativas, o país cresceu 2,9%, com o desemprego caindo.

Mesmo assim, há mais brasileiros achando que a economia piorou nos últimos meses do que os que enxergam melhora. Aumentou a taxa dos que veem mais inflação e desemprego à frente e cresceu os que observam piora em sua situação pessoal. A balança pende para o negativo com o enorme peso e a opinião da quase metade que votou em Bolsonaro.

Lula segue chovendo no molhado, falando muito para quem gosta e vota nele. Já seu vice, Geraldo Alckmin (PSB), convocado para atrair moderados, é figura tão apagada em seu governo quanto políticas e declarações voltadas ao centro e à centro-direita.

Há tempo para correção e, inelegível, Bolsonaro estará fora da urna em 2026. Mas, neste momento, não é improvável que mais da metade do país só esteja à espera de um bolsonarista minimamente civilizado.

Repórter especial da Folha

Eduardo Paes e os evangélicos

Alvaro Costa e Silva

As revelações do caso Marielle fizeram mais estragos na campanha de reeleição de Eduardo Paes do que ele quer admitir. Obrigado a exonerar o substituto e o grupo de Chiquinho Brazão da Secretaria de Ação Comunitária, o prefeito vê o Republicanos, partido da Igreja Universal, indo em direção ao bolsonarista Alexandre Ramagem. O mesmo caminho deverá ser seguido pelo clã Brazão, que domina Jacarepaguá e outros bairros da populosa zona oeste.

Paes tem um plano calculado e arriscado: construir uma plataforma de centro-direita e ao mesmo tempo não perder o voto da esquerda. Sem alarde, aproximou-se do Republicanos, cujo nome forte no Rio é o deputado Marcelo Crivella, com quem rivalizou na disputa do segundo turno em 2020. A aliança foi costurada pelo prefeito de Belford Roxo, Waguinho, que esteve ao lado de Lula nas eleições presidenciais.

O prefeito mantém conversas com o bispo Abner Ferreira, da Assembleia de Deus em Madureira, para aumentar a base eleitoral na região, com o ex-prefeito Cesar Maia e com o ex-governador Garotinho. Até o raivoso pastor Silas Malafaia, amigo de Bolsonaro e inimigo do STF, olha com carinho a candidatura de Eduardo Paes —mesmo estando o delegado Ramagem, preferido do governador Cláudio Castro, na disputa.

O prefeito nega, para não dar munição a adversários, mas trabalha com a possibilidade de, eleito pela quarta vez, concorrer ao governo do estado em 2026. Por isso defende a chapa puro sangue com o deputado Pedro Paulo —que é uma extensão de Paes. Em 2016, o discípulo foi o escolhido para substituir o professor e perdeu, afetado pela revelação de que havia cometido violência doméstica contra a ex-mulher.

A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, condiciona o apoio do partido à indicação do candidato a vice. Uma companheira de chapa com o perfil de Anielle Franco, a ministra da Igualdade Racial, é tudo o que Paes não deseja.

Prisão invisível

Juliano Spyer

Antropólogo, autor de “Povo de Deus”, criador do Observatório Evangélico e sócio da consultoria Nosotros

O trecho a seguir é de “James”, romance recém-lançado de Percival Everett, finalista do prêmio Pulitzer e autor da história do filme “Ficção Americana”, vencedor do Oscar de melhor roteiro adaptado neste ano.

Nos EUA no final do século 19, um homem negro ensina suas filhas como se comunicar com pessoas brancas. Ele propõe a situação: a cozinha de uma mulher branca está pegando fogo e ela não vê porque está de costas. Como alertá-la? Uma das meninas tenta: “Fogo! Fogo!”. Ao que o pai comenta: “Direto, e isso está quase correto”. Outra das meninas propõe: “Deus do céu, senhora. Olhe lá”. “Perfeito!”, celebra o pai, que agora quer saber porque esta é a melhor solução. A garota responde: “Porque eles precisam saber de tudo antes de nós. Porque eles precisam nomear tudo”.

Antropólogos chamam de “indiretividade” a prática de invisibilizar a comunicação de informações sensíveis —como no exemplo acima. Ela acontece em situações em que um grupo oprime e controla outros. Durante minha pesquisa na Bahia, conheci mulheres que usam essa artimanha para conversar umas com as outras sem que a patroa —ou o marido, ou o vizinho— entenda o que está sendo dito.

Em “Malandragem dá um tempo”, Bezerra da Silva examina relações de poder na favela a partir de como os moradores escolhem se comunicar. Há os que traem seus pares falando com a polícia e os que se esquivam dessa situação falando entre si indiretamente. Ao ouvir que “o 281 foi afastado, o 16 e o 12 no lugar ficou”, o malandro frequentador de delegacias entende a referência a artigos do Código Penal.

Mano Brown, um dos grandes sociólogos do país, se considerarmos a sociologia como uma arte marcial, fala sobre a moda como forma de comunicação para o jovem pobre sobreviver à perseguição policial. A chave é imitar códigos de vestimenta da classe média. Em sua entrevista para o PodPah, ele conta que “para voltar para o Capão meia noite, tinha que ser vestido assim... (Era) a coisa mais ridícula do mundo. Roupa de surfe colorida, verde limão...”.

Quem aprende essa estratégia de comunicação muitas vezes não se dá conta de como ela é sofisticada. “Eu não sabia que era engraçado”, disse Thiago Ventura em entrevista ao Provoca da TV Cultura. Foi o também humorista Renato Albani, que não sabia se comunicar por gírias, que convenceu Thiago a levar esse material para seus shows de stand-up.

Mas há um problema: a indiretividade é uma maneira de ver o mundo. O código serve para a sobrevivência, inclusive pela oportunidade que ele abre para o fraco rir do poderoso. Mas ele reforça a identidade do pobre como subalterno. É possível ser brasileiro de outra forma?

spyer@uol.com.br

INÊS 249

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É **DIA MUNDIAL DE CONSCIENTIZAÇÃO DO AUTISMO**

O faz de conta da inclusão escolar

Ausência de acompanhante em sala de aula descumpre a legislação

Andréa Werner
Deputada estadual (PSB-SP), é autista e mãe de um adolescente autista

Vitória, da cidade de São Paulo, é mãe do Arthur, autista de grau 3 de suporte e deficiência intelectual que conseguiu 30 minutos de escola pública por dia. Ela pediu ao colégio uma carta que atestasse a necessidade de um acompanhante ao filho, mas ouviu que "isso seria com ela". Arthur não foi incluído.

Andréia, de Guarulhos (SP), é mãe da Giulia. A adolescente de 14 anos está no 7º ano e ainda não foi alfabetizada, já que o poder público se recusou a fornecer um acompanhante que ajudasse na parte pedagógica. "Estou cansada da falta de preparo com minha filha", me escreveu.

Wanessa, também da capital paulista, é mãe do Kenzo, autista não verbal que passou o ano em uma sala com outros 32 alunos de cinco anos e um único professor. Ela pediu um acompanhante ao município, mas recebeu que isso seria "uma muleta" ao pequeno. "Além de um desgaste e um absurdo, isso é a completa perda de oportunidade de aprendizado do meu filho", lamentou.

Os relatos integram um rol muito maior de ocorrências que recebemos nos últimos 12 meses do meu mandato na Assembleia Legislativa de São Paulo, quando ao menos 560 denúncias de mães e pais de todo o estado revelam que a inclusão escolar, embora um direito assegurado por leis e tratados, não acontece na prática. A maioria das denúncias é sobre o ensino público.

Em todas elas, no entanto, são crianças e adolescentes com deficiências, principalmente autistas, alijados do direito de aprender por meio de ferramentas de acessibilidade, já que tanto secretarias municipais, salvo raríssimos casos, e mesmo a secretaria estadual estabelecem políticas que descumprem a legislação federal mais recente e estreitam o entendimento de "acessibilidade" àquilo que é necessário à inclusão de alunos com deficiência física.

Rampas, intérpretes de libras, tecnologia assistiva, material didático em braile, piso tátil e portas adequadas para o trânsito de cadeirantes são fundamentais para um ambiente inclusivo a alunos com deficiência física. Mas de nada adiantam para autistas como os filhos de Vitória, Andréia ou Wanessa —nem para as centenas ou milhares de crianças que não estão sendo incluídas enquanto você lê este artigo, nesta terça-feira (2), Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

A maioria delas não vai conseguir ficar nesse ambiente se simplesmente forem removidas as barreiras físicas dele. Porque o autismo não se trata de uma deficiência física, mas de uma deficiência que afeta comportamento, interesses, comunicação e percepção sensorial.

Municípios e estado têm negado a possibilidade de inclusão a pessoas autistas no ambiente escolar sob o argumento de que a presença de um acompanhante em sala fere a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva —uma legislação de 2008 que, a despeito do nome, desconsidera o acompanhamento pedagógico em sala como instrumento de inclusão para autistas.

Embora um marco, essa política encontra-se defasada, já que a própria Lei Berenice Piana (2012) e a Lei Brasileira de Inclusão (2015), ambas federais, estabelecem o acompanhante como um direito de acessibilidade de alunos autistas.

Quando os agentes públicos municipais e/ou estaduais restringem seu entendimento a uma política de 2008, padecem os alunos não incluídos e todo um ecossistema familiar onde as mais afetadas, temos observado dia após dia, são suas mães.

Em fevereiro, processei o governo de São Paulo por ter tido negado o direito de inclusão do meu filho, Theo, um autista não oralizado de 15 anos. Eu, uma deputada estadual, com mais de uma década de ativismo, recebi um "não" a um direito que sei que é nosso e de qualquer outro cidadão. Meu filho hoje frequenta a rede estadual graças a uma liminar, mas penso em quantas famílias não têm a possibilidade de acessar a Justiça para uma conquista semelhante.

Enquanto a inclusão escolar for somente vista à luz de barreiras físicas e atitudinais e de uma política que padece de atualizações urgentes, outras centenas ou milhares de denúncias, infelizmente, seguirão chegando a mim, a outros parlamentares ou mesmo à imprensa. Abril é o mês da conscientização do autismo, data que há de ser um reforço desse tema, não uma contingência. Não queremos privilégios. Queremos o que a lei nos garante, sem nenhum passo atrás.

> **[...]**
> Quando os agentes públicos municipais e/ou estaduais restringem seu entendimento a uma política de 2008, padecem os alunos não incluídos e todo um ecossistema familiar onde as mais afetadas, temos observado dia após dia, são suas mães

Direito ao trabalho e as responsabilidades das empresas

Além de oportunidades, ambiente adaptado é essencial ante estigmatização

Fernanda Borges Darós
Mãe de adolescente autista, é advogada do escritório Silveiro Advogados e especialista em direito empresarial (PUC-RS); pós-graduada em direito e processo do trabalho (Universidade Anhanguera)

Há cerca de 6 milhões de portadores de TEA (Transtorno do Espectro Autista) no Brasil, segundo um dos estudos mais recentes sobre o tema ("Retratos do Autismo no Brasil em 2023", realizado pelas startups Genial Care e Tismoo.me). Ao mesmo tempo, 85% dos profissionais autistas estão fora do mercado de trabalho, de acordo com o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

É dentro desse contexto que a inclusão de pessoas neurodivergentes no mercado de trabalho torna-se tema cada vez mais relevante.

A neurodiversidade se refere à diversidade das habilidades cognitivas e do funcionamento mental dos seres humanos. Também chamados de neuroatípicos, são indivíduos que possuem diferenças no funcionamento do cérebro se comparados à maioria da população —entre eles estão incluídos os portadores do TEA.

O TEA se evidencia pela alteração das funções do neurodesenvolvimento, que podem englobar alterações qualitativas e quantitativas da comunicação, seja na linguagem verbal ou não, na interação social e do comportamento, como ações repetitivas, hiperfoco para objetos específicos e restrição de interesses, segundo o Ministério da Saúde.

Em face dessas dificuldades de adaptação social, pessoas diagnosticadas com TEA são consideradas deficientes, de acordo com a lei 12.764/12 (Lei Berenice Piana), que instituiu a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa Autista. Ela confere, ainda, o direito de quem está no espectro autista o acesso ao mercado de trabalho, bem como veda qualquer tipo de discriminação em razão da deficiência.

O legislador tem se esforçado para assegurar aos espectros autistas o direito ao emprego e à não discriminação devido a sua deficiência. Contudo, para que seja possível o desenvolvimento profissional do trabalhador autista, adequações no local de trabalho, embora não previstas em lei, são essenciais para eliminar a estigmatização decorrente da neurodivergência.

A dificuldade em interagir socialmente está entre as principais características. Ademais, complicações em lidar com situações novas e quebras de rotina, de enfrentar frustrações, além do excesso de estímulos sensoriais que o cérebro recebe e não consegue "filtrar" (como sons, luzes intensas, texturas e temperatura), são fatores que podem acarretar o esgotamento intenso mental, físico e sensorial.

A conscientização sobre o que é o TEA, incentivando o respeito à neurodiversidade, é um pilar fundamental para tornar o ambiente de trabalho um espaço inclusivo e respeitoso. Como não se trata de uma deficiência visível, é comum, por exemplo, a utilização de cordões que identificam os autistas.

Como as deficiências são variáveis de pessoa a pessoa, torna-se imprescindível compreender e respeitar as singulares apresentadas, oferecendo-lhes oportunidades e recursos para que elas se expressem e se desenvolvam profissionalmente.

Assim, adaptações do local de trabalho, como mobília, espaço, temperatura e luz, bem como a entrega de abafadores de som, são relevantes, pois possibilitam maior produtividade do autista. A não disponibilização de locais, ferramentas e espaços adaptados dificulta o ingresso e a permanência no emprego.

É necessário debruçar-se sobre a temática e acerca das individualidades, conferindo adequações essenciais para possibilitar o desempenho no trabalho —e afastar as barreiras sociais decorrentes da discriminação.

> **[...]**
> A conscientização sobre o que é o TEA, incentivando o respeito à neurodiversidade, é um pilar fundamental para tornar o ambiente de trabalho um espaço inclusivo e respeitoso

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



O senador Sergio Moro (União Brasil-PR) durante a CPMI do 8 de janeiro, em Brasília Gabriela Biló/Folhapress

60 anos do golpe

"São Paulo esquece as marcas da ditadura militar" (Política, 31/3). Brasil não pode esquecer que viveu um golpe dos militares, famílias que até hoje sofrem esperando para saber onde estão os corpos de seus familiares desaparecidos, pessoas que até hoje sofrem as sequelas das violências sofridas. Silêncio é um pacto perverso de desrespeito e o Brasil não pode deixar que esqueçam um tempo tão violento porque há criaturas que acham que a ditadura militar é o melhor modo de viver, vide o 8 de janeiro.
Gerlane Souza (São Paulo, SP)

*

"Ato reúne Dirceu, Suplicy e Erundina e relembra golpe de 1964 com recados a Lula e Bolsonaro" (Política, 31/3). Assisti ao filme "Argentina, 1985" e senti vergonha de ser brasileira. Vendo o que aconteceu com os argentinos, entendi coisas sobre a nossa ditadura. Em um processo judiciário legítimo, a nação argentina pôde compreender claramente que não se pode permitir, nunca mais, que pessoas sejam executadas e torturadas em nome de um poder baseado no uso simples da força bruta.
Maria Gonçalves (Pindamonhangaba, SP)

Descaso histórico

"Conto de fadas amazônico" (Lygia Maria, 31/3). Nunca antes a Amazônia foi fundo de fotografias tão mágicas. Enquanto isso, a história recente de uma ditadura ficou sem uma palavra, assim o povo nunca terá noção exata do que seja uma nação. Saímos de um péssimo governo para um enganador. Precisamos de um Ciro.
Graça Almeida (São Paulo, SP)

*

O sujeito tem que ser muito ingênuo para acreditar em lorotas do governo francês. É só ver a história. Onde eles pisaram e produziram desenvolvimento?
Paulo Cury (Rio de Janeiro, RJ)

*

Texto parcial, o foco é só nos dados ruins, ignora completamente os avanços e o esforço gigante que tem sido feito para consertar o desmonte dos quatro anos de desastre bolsonarista ambiental. É complexo, levaremos muitos anos para recompor o que foi destruído. O governo Lula fala mais do que faz, mas tem uma política ambiental, uma equipe competente e dialoga com o mundo.
Márcia Meireles (São Paulo, SP)

Marco comparativo

"Brasil terá mais médicos por habitantes do que EUA em 2025, diz estudo da USP" (Mônica Bergamo, 31/3). É impressionante como no Brasil todo mundo quer ser médico e advogado, enquanto países avançados formam engenheiros e cientistas. Houve a necessidade do aumento de escolas de medicina, mas agora me parece oportunismo político e econômico. Tem que se investir agora em aumento de boas residências médicas.
Talvanio Jose de Oliveira (Varginha, MG)

*

O Brasil já tem advogados a dar com o pau, e a pior e mais cara Justiça do mundo. Ao que tudo indica, nossa saúde segue pelo mesmo caminho.
Roberto Rangel (Juiz de Fora, MG)

Possível cassação

"Julgamento que pode cassar Moro começa nesta segunda no TRE e deve durar até três sessões" (Política, 31/3). Grande prova de que o sistema corrupto une-se para se proteger. PT e PL formam chapa para derrubar um senador eleito de forma democrática, instrumentando o golpe através de instância superior, cujos ministros são todos indicados por políticos.
Daniel Marques (Curitiba, PR)

*

Renovei o estoque de milho para pipoca. Assistir de camarote ao protagonista da maior farsa jurídica da história do país perder seu mandato, vai ser um programa e tanto.
Marcelo Masiero (Salvador, BA)

Política externa

"Governo Lula produz parecer que embasa possível vinda de Putin ao Brasil no G20" (Mundo, 31/3). Uma batata que nenhum governo quer na sua mão. Se o Putin, Zelenski ou seja quem for cometeram crimes de guerra, que se pague nos órgãos competentes. Não entra nessa, Lula, deixa essa batata com quem os condenou!
Antonio José Santana (Camaçari, BA)

*

Seria o caso de se fazer uma grande manifestação anti-Putin nas ruas. A maioria da população brasileira não deve querer a presença dele em solo brasileiro.
Telma Saraiva (Campinas, SP)

Crime e política

"Lima Barreto e o mar de lama" (Marcus Melo, 31/3). Uma das maiores contribuições da Lava Jato foi desmoralizar o combate à corrupção.
Carlos Fernando de Souza Braga (São Paulo, SP)

Produtores locais

"Conheça os queijos que Lula deu a Macron e veja como comprá-los" (Comida, 1º/4). O país só melhora se sua elite valoriza seus produtos e bens culturais. Lula fez um golaço.
Ivan Bastos (Nova Friburgo, RJ)

*

Foi boa ideia. Claro que franceses não vão importar queijo e espumante, mas pode consolidar o mercado nacional para essas marcas e outras das mesmas regiões.
Paulo Danilo Farina Jr. (Rio de Janeiro, RJ)

Honestidade

"'Tanto menti, que comecei a mentir minha própria mentira'" (Becky S. Korich, 1º/4). Muito bom o texto. Com elegância, falou de um comportamento comum a todos e que, de tão comum, nem se percebe que se faz.
Margareth Pinheiro (Cuiabá, MT)

*

Nossa, que texto brilhante! Mas, infelizmente, eu não posso aceitar a sugestão de passar um dia inteiro sem mentir, pois, ao final da jornada, estaria divorciado, desempregado, cancelado e com muitos processos por danos morais nas costas. Mas admito que a sugestão é bastante intrigante e inovadora.
Alexandre Marcos Pereira (Ribeirão Preto, SP)

*

Faz parte do ser humano mentir. Se alguém não mente, não é ser humano.
Hipolito Lima do Carmo (São Paulo, SP)

INÊS 249

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Abril desbotado

O governo Lula promete para 8 de abril o anúncio de medidas para a reforma agrária. Com isso, o MST pôs em compasso de espera seu "Abril Vermelho", tradicional calendário de ações para marcar o mês. "Estamos atentos. Só depois é que a gente deve tirar uma linha de como agir", diz João Paulo Rodrigues, da coordenação do movimento. Uma das medidas, segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário, Paulo Teixeira, é o anúncio da chamada "prateleira de terras".

NA ESTANTE A "prateleira", termo criado pelo próprio Lula, seria uma relação de áreas improdutivas e devolutas que poderiam ser utilizadas para o assentamento de famílias. "Vamos fazer também um balanço das políticas do ministério", afirma Teixeira. O MST tem se mostrado insatisfeito com o que vê como baixa prioridade dada pelo governo federal à reforma agrária.

EDIT O INSS alterou postagem na qual dizia aos segurados não haver necessidade de intermediários para pedir benefícios nas agências da Previdência, após reclamação da OAB-SP. O texto dizia que o próprio trabalhador poderia encaminhar sua documentação sem precisar da ajuda de terceiros. Agora, complementa que, se preferir ser auxiliado, "deve buscar alguém de confiança ou advogados cadastrados na OAB". A entidade de classe havia apontado desrespeito aos advogados.

MUDANÇA DE ROTA Pesquisa do instituto Ipsos mostra que os brasileiros estão divididos ao meio quando perguntados se o país está na direção correta. Concordam com a afirmação 51% dos entrevistados em março, contra 49% que discordam, situação de empate técnico. Em agosto de 2023, eram 60% os que viam o país no rumo certo.

ROLETRANDO O presidente do Conselho de Ética da Câmara, Leur Lomanto Jr. (União-BA), deve designar ainda neste mês o relator do processo de cassação do deputado André Janones (Avante-MG), suspeito de ter promovido esquema de "rachadinha" em seu gabinete. O processo foi instaurado em dezembro. Foram sorteados Guilherme Boulos (PSOL-SP), Emanuel Pinheiro Neto (MDB-MT) e Sidney Leite (PSD-AM). Caberá, agora, ao presidente indicar um deles.

TÔ CHEGANDO O Órgão Especial do Tribunal de Justiça de SP escolhe nesta quarta (3) o sucessor do desembargador Franco de Godoi na 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, responsável por julgar casos bilionários. Um deles é o processo entre a J&F e a Paper Excellence pela Eldorado Celulose, maior disputa societária da atualidade no país. Oito candidatos concorrem à vaga de Godoi, que se aposentou em fevereiro.

TURMA DO FUNDÃO Novo advogado do ex-policial penal bolsonarista Jorge Guaranho, Samir Assad nega motivação política no assassinato do guarda municipal petista Marcelo Arruda em 2022, em Foz do Iguaçu (PR), por seu cliente. Ele afirma que o crime, durante a festa de aniversário de Arruda, ocorreu por uma "discussão de [nível] quinta série". O julgamento de Guaranho por um tribunal do júri está marcado para quinta (4).

ENCANADO O pré-candidato a prefeito de SP Guilherme Boulos (PSOL) se reúne nesta terça (2) com as bancadas de vereadores do seu partido e do PT na Câmara Municipal para discutir formas de barrar a privatização da Sabesp. Embora a venda tenha sido autorizada pela Assembleia, é preciso o aval do Legislativo municipal para um novo contrato de concessão. Na semana passada, um projeto foi enviado pelo prefeito Ricardo Nunes (MDB).

SR. DIRETAS Ex-prefeito de Juiz de Fora (MG) três vezes, Tarcísio Delgado, 88, retorna nesta terça (2) ao MDB, de onde saiu em 2013. Como deputado, ele ajudou na "anticandidatura" presidencial de Ulysses Guimarães em 1973, contra a ditadura. Também vai se filiar ao partido seu filho Júlio Delgado, ex-deputado, que deve disputar a prefeitura da cidade mineira.

REMOER O grupo Direitos Já! publicou nota nesta segunda (1º) em que critica o governo Lula por ter ignorado os 60 anos do golpe de 1964. A entidade diz que o país é profícuo em apagar suas tragédias em nome de suposta pacificação, o que prejudica a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática. "O debate precisa ser enfrentado. E aos brasileiros não se pode negar o exercício de seu legítimo e internacionalmente reconhecido direito à memória e à verdade", afirma.

CHOQUE O Instituto Sivis, dedicado ao estudo de direitos, divulgou nota técnica em que aponta limitações em resolução do TSE para as eleições deste ano, que prevê a responsabilização de plataformas por propagação de conteúdo falso. Segundo a entidade, a normativa contraria o Marco Civil da Internet, que tem força de lei e prevê que a retirada de conteúdo nas redes só deve ocorrer mediante decisão judicial.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Victoria Azevedo


Senador Sergio Moro na saída de seu gabinete no Senado; ele está sendo julgado no TRE-PR Pedro Ladeira/Folhapress

Relator vota contra cassação de Moro em 1º dia de julgamento no TRE

Senador é acusado de abuso de poder econômico; sessão foi encerrada após pedido de vista e deve ser retomada na quarta

Catarina Scortecci e Renata Galf

CURITIBA E SÃO PAULO O TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná começou a julgar nesta segunda-feira (1º) ação eleitoral que pode cassar o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) por suposto abuso de poder econômico.

O relator do caso, o juiz Luciano Carrasco Falavinha, votou contra o pedido de cassação. A sessão foi encerrada na sequência, e o julgamento será retomado na quarta-feira (3).

Encabeçadas pelo PL de Jair Bolsonaro e pela federação do PT de Lula (contendo ainda o PC do B e o PV), as representações, que tramitam em conjunto, apontam que o parlamentar teria feito gastos excessivos na pré-campanha eleitoral para o pleito de 2022, o que a defesa nega.

Para as autoras, a campanha de Moro ao Senado se beneficiou da pré-campanha à Presidência da República, quando o ex-juiz da Operação Lava Jato estava no Podemos.

O relator disse discordar desses argumentos, assim como os do Ministério Público, que tinha apresentado parecer pela cassação. "Não há gravidade nos atos e nas despesas que ficaram demonstradas na pré-campanha, nada há que tivesse causado desequilíbrio ou vantagem aos investigados", disse.

"Entender que esses valores seriam abuso de poder é hipérbole que o direito não contempla", afirmou.

A corte do TRE tem sete juízes. José Rodrigo Sade, segundo a votar, pediu vista (mais tempo para análise), afirmando que retomaria seu voto na sessão de quarta.

Uma das controvérsias do processo é a definição sobre quais despesas seriam de pré-campanha. No cálculo feito pelo Ministério Público, elas chegam, no mínimo, a pouco mais de R$ 2 milhões –ainda inferior às somas feitas por PL e PT. Já a defesa de Moro falou em gastos de R$ 141 mil.

Ao longo de seu voto, Falavinha trouxe a soma de cerca de R$ 224 mil para atos de pré-campanha de Moro para o cargo de senador. Assim como argumenta a defesa do ex-juiz, o relator entendeu, por exemplo, que apenas as despesas realizadas no Paraná deveriam ser consideradas.

Ele avaliou ainda que diferentes gastos não poderiam ser incluídos, como despesas que acabaram não sendo efetivamente pagas ou serviços de segurança.

O relator disse que, para comprovar tese das siglas autoras, de que os gastos de pré-campanha devam ser todos somados, seria preciso atestar, entre outros itens, que Moro tivesse a intenção deliberada, desde o início, de ser candidato a senador no Paraná.

"Candidatura não nasce da noite para o dia. São construídas no dia a dia, dentro dos partidos", argumentou.

Falavinha também rejeitou que o caso Selma Arruda, julgado pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2019 e que vinha sendo apontado pelas partes como precedente importante no contexto da ação, tenha qualquer relação com o caso de Moro. "Apesar da forte narrativa criada, a relação das causas não está nada clara; ao revés, não tem correlação alguma", disse.

O relator refutou tese do PL de que a contratação de serviço advocatício, no caso de contrato da União Brasil com o primeiro suplente, Luis Felipe Cunha, teria consistido em caixa dois, considerando os elementos do processo. Frisou, porém, que a contratação causava estranheza pelo alto valor (R$ 1 milhão por quatro meses de trabalho) e a falta de especialidade em direito eleitoral do contratado.

O julgamento teve início com a sustentação oral dos representantes das partes.

O advogado do PL Bruno Cristaldi afirmou que o que se pretende com a ação é "proteger a paridade das armas, a igualdade de condições" entre os concorrentes. Também reforçou os cálculos do PL sobre quais despesas deveriam ser consideradas eleitorais, discordando da soma feita pelo Ministério Público.

Fazendo referência ao caso Selma Arruda, ele afirmou: "Sabemos que não é o mesmo julgamento, mas ali se analisaram pontos que são relevantes". "Ali se identifica o que seria razoável gastar no período da pré-campanha", diz ele.

Já Luiz Eduardo Peccinin, advogado do PT, afirmou que "não está sendo julgado aqui a Operação Lava Jato, a trajetória política". "O que está se julgando é uma trapaça eleitoral, que é aquela de queimar a largada das eleições", disse.

Ele também citou o julgamento de Selma Arruda dizendo que a defesa de Moro tenta se afastar o máximo possível do caso, porque saberia que a situação em análise é muito similar. Selma, também ex-juíza, se elegeu senadora em 2018 pelo PSL de Mato Grosso, e permaneceu no Senado por pouco mais de um ano.

A defesa de Moro argumentou na sessão que faltam regras sobre os gastos. "Não há lei que regule pré-campanha no Brasil", disse o advogado Gustavo Guedes. Ele buscou explorar as diferenças nos cálculos do que seriam os gastos de pré-campanha entre PL, PT e Ministério Público.

Em sua manifestação durante o julgamento, o representante do Ministério Público, o procurador Marcelo Godoy, afirmou que de fato há poucos precedentes sobre gastos na pré-campanha, mas que já há indicativos do TSE no sentido de que eles precisam ser "moderados, proporcionais e transparentes". Em parecer assinado em dezembro, Godoy considerou que houve abuso de poder econômico e defendeu a cassação de Moro.

Se condenado, o ex-juiz perde o mandato e se torna inelegível a partir de 2022, o que o impossibilitaria de concorrer a pleitos até 2030. Ainda, seriam realizadas novas eleições para a cadeira do Senado.

A possibilidade de novo pleito para a vaga tem movimentado a política paranaense nos últimos meses, com os principais partidos estudando possíveis candidaturas.

Independente do resultado no TRE, cabe recurso ao TSE, e os eventuais efeitos da decisão serão válidos só após o esgotamento dos recursos.

+ PRÓXIMOS PASSOS DO JULGAMENTO DE MORO

Próximas sessões
Após o voto do relator, o caso será retomado nos dias 3 e 8 de abril; apesar do pedido de vista (mais tempo para análise do caso), o calendário está mantido

Votação
A corte do TRE paranaense é formada por sete juízes. Além do relator, votam, nesta ordem, os juízes José Rodrigo Sade, Cláudia Cristina Cristofani, Julio Jacob Junior, Anderson Ricardo Fogaça, Guilherme Frederico Hernandes Denz e o próprio presidente do colegiado, Sigurd Roberto Bengtsson

Resultado e recurso
Se Moro for condenado, ele perde o mandato e se torna inelegível até 2030. Ainda, seriam realizadas novas eleições para a cadeira do Senado. Cabe recurso ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e os efeitos da decisão só passam a ser válidos após o trânsito em julgado

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL PLANO MENSAL	Digital Ilimitado	Digital Premium
	R$ 29,90	R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa seg. a sáb.	dom.	Assinatura semestral* Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

INÊS 249

Defesa de Moro fala em falta de regras para pré-campanha

Ação eleitoral contra senador aponta suposto abuso de poder econômico

Catarina Scortecci e Renata Galf

CURITIBA E SÃO PAULO A defesa do senador Sergio Moro (União Brasil-PR) argumentou que faltam regras que regulem gastos de pré-campanha durante sustentação oral em julgamento no TRE (Tribunal Regional Eleitoral) do Paraná.

"Não há lei que regule pré-campanha no Brasil", disse o advogado Gustavo Guedes, que representa o ex-juiz. "Não tem como prestar conta de pré-campanha. Nem o Moro nem ninguém", afirmou.

Moro é alvo de ações eleitorais que o acusam de ter praticado abuso de poder econômico ao concorrer no pleito de 2022. Encabeçadas pelo PL de Jair Bolsonaro e pela federação do PT de Lula (contendo ainda o PC do B e o PV), as representações defendem que ele teria feito gastos excessivos no período da pré-campanha ligada ao último pleito, o que a defesa do senador nega.

O advogado buscou explorar as diferenças nos cálculos do que seriam os gastos de pré-campanha entre PL, PT e o Ministério Público. "Qual é o valor do abuso? De quanto vocês estão dizendo que o senador Moro se beneficiou ilegalmente para só assim ser eleito senador do Paraná? E até hoje não há uma resposta."

Ele sustentou que "até este julgamento não há critério no Brasil para pré-campanha" e que haveria um único julgado sobre propaganda apontando a necessidade de que os gastos sejam módicos, dizendo ainda que não haveria um definição a respeito.

Segundo o advogado, para o cálculo, deveriam ser considerados apenas gastos feitos no Paraná, com relevância para a campanha e que tenham trazido benefício eleitoral. Ele afirma que o PT e o PL não fizeram a individualização dos gastos. Para a defesa, as siglas colocaram gastos coletivos (de mais de um pré-candidato) na conta do Moro.

Em parecer, o representante do Ministério Público, o procurador Marcelo Godoy tinha se manifestado em dezembro a favor da cassação de Moro. Durante o julgamento, Godoy afirmou que de fato há poucos precedentes sobre gastos na pré-campanha, mas que já há indicativos do TSE no sentido de que eles precisam ser "moderados, proporcionais e transparentes".

O juiz Luciano Carrasco Falavinha, relator do processo, votou pela improcedência dos pedidos do PL e PT.

Ao longo de seu voto, ele trouxe a soma de cerca de R$ 224 mil para atos de pré-campanha de Moro. Assim como argumenta a defesa do ex-juiz, o relator entendeu, por exemplo, que apenas as despesas realizadas no Paraná deveriam ser consideradas.

Em declarações após o julgamento, o advogado do PT, Luiz Eduardo Peccinin, e do PL, Bruno Cristaldi, siglas que apresentaram as ações contra Moro, criticaram o voto de Falavinha, que chamaram, respectivamente, de equivocado e complacente. Guedes, por sua vez, disse que o voto do relator está alinhado ao que sustenta a defesa.

Moro se filiou ao Podemos no final de 2021 de olho na disputa presidencial. Em março de 2022, abandonou o partido, anunciando filiação à União Brasil e uma candidatura ao Senado por São Paulo. Em junho, depois da Justiça Eleitoral barrar a troca de domicílio eleitoral, anunciou que seria candidato no Paraná.

Para PT e PL, os gastos de pré-campanha, voltados inicialmente para a disputa ao Palácio do Planalto, tornaram-se "desproporcionais" e "suprimiram as chances dos demais concorrentes".

Já a defesa de Moro sustentou, entre seus argumentos, que as despesas nem poderiam ser consideradas, justamente porque o pré-candidato almejava outros cargos. Também argumenta que a vitória eleitoral se deu diante de todo o capital político obtido pelo ex-juiz desde a Lava Jato, concluindo não haver impacto relevante dos gastos da pré-campanha no resultado.

Os partidos que ingressaram contra Moro apontam o caso da cassação da senadora Selma Arruda, em 2019, como emblemático sobre gastos excessivos em pré-campanha.

Em sua sustentação oral, Guedes também disse que o caso Selma é diferente da situação de Moro, argumentando que, no caso dele, não haveria dinheiro privado e praticamente nenhum fornecedor da pré-campanha que também tenha trabalhado na campanha.

> Não tem como prestar conta de pré-campanha. Nem o Moro nem ninguém
>
> **Gustavo Guedes**
> advogado de Sergio Moro

X e Kwai descumprem norma para propaganda eleitoral

Patrícia Campos Mello

SÃO PAULO O X (ex-Twitter) e o Kwai não cumprem regras da resolução de propaganda do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) publicada em fevereiro deste ano.

O tribunal determina que as plataformas que vendem anúncios políticos são obrigadas a manter um repositório com informações sobre a publicidade, semelhante à biblioteca de anúncios da Meta e o relatório de transparência do Google.

No repositório, as plataformas devem informar, em tempo real, o conteúdo, valores, responsáveis pelo pagamento e características dos grupos populacionais que compõem a audiência (perfilamento) da publicidade contratada. Além disso, devem disponibilizar ferramenta de consulta que permita busca por palavras-chave, termos e anunciantes.

O X e o Kwai, apesar de venderem anúncios políticos, não têm repositórios que possibilitariam o monitoramento da publicidade eleitoral veiculada.

O X passou a permitir anúncios políticos depois que o bilionário Elon Musk assumiu a empresa.

A publicidade política é permitida nos Estados Unidos, Brasil, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Equador, Indonésia, Israel, Japão, México, Peru e Reino Unido.

Nos termos de uso, o X afirma que, para dar ao público a oportunidade de descobrir detalhes sobre os anúncios de campanhas políticas veiculados na plataforma, os usuários podem solicitar um relatório de divulgação por um formulário. Mas o link direciona a um formulário em inglês que trata apenas das eleições nos Estados Unidos.

A assessoria de imprensa do X não respondeu a pedido de informações da **Folha**.

Já a assessoria do Kwai não explicou por que a plataforma não mantém um repositório de anúncios. Em nota, afirmou que o Kwai está "avaliando as resoluções publicadas pelo TSE de forma que estejamos de acordo com as leis e regulamentações brasileiras".

O alerta sobre o descumprimento da resolução do TSE faz parte do relatório "Análise dos termos de uso para publicidade digital e conteúdo", do Instituto Democracia em Xeque (DX).

"As big techs seguem o princípio de fazer apenas o mínimo necessário para se enquadrar nas regras eleitorais", diz Marcelo Alves, professor da PUC do Rio e diretor do Instituto DX.

Ele aponta que a maioria das empresas não proíbe de forma específica as reivindicações de supressão democrática, intervenção militar ou mudança de regime.

"A precisão no uso de conceitos é muito importante para demonstrar claramente qual tipo de conteúdo não é tolerado", diz Alves. "Mesmo depois do 8 de janeiro de 2023, as plataformas ainda não têm políticas absolutamente cristalinas e adequadas para tratar de movimentos pela insurreição e atentados contra o Estado democrático de Direito."

FOLHA DE S.PAULO ★★★

INÊS 249



Ministros participam de sessão plenária do Supremo Tribunal Federal Gustavo Moreno - 21.mar.24/Divulgação STF

STF forma maioria contra tese de militares como poder moderador

Julgamento de ação apresentada em 2020 pelo PDT ocorre no plenário virtual da corte até o próximo dia 8

José Marques

BRASÍLIA O STF (Supremo Tribunal Federal) formou maioria nesta segunda-feira (1º) a favor do entendimento de que as Forças Armadas não têm atribuição de poder moderador e que a Constituição não permite intervenção militar sobre os três Poderes.

O julgamento ocorre no plenário virtual da corte até o próximo dia 8. Até lá, pode haver paralisação do julgamento por meio de pedido de vista (mais tempo para análise) ou destaque (que leva o caso ao plenário físico).

O processo foi apresentado ao Supremo pelo PDT em 2020, e o relator é o ministro Luiz Fux.

Antes do julgamento, houve uma liminar concedida por Fux para estabelecer que a prerrogativa do presidente da República de autorizar emprego das Forças Armadas não pode ser exercida contra os outros dois Poderes.

Em seu voto, Fux disse ainda que o emprego das Forças Armadas para a "garantia da lei e da ordem" presta-se ao excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública após o esgotamento de outros mecanismos da preservação da ordem pública.

"A chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes, relacionando-se a autoridade sobre as Forças Armadas às competências materiais atribuídas pela Constituição ao presidente da República", disse o ministro em seu voto.

O entendimento já foi seguido pelos ministros Luís Roberto Barroso, que é o presidente da corte, Edson Fachin e André Mendonça.

> “A chefia das Forças Armadas é poder limitado, excluindo-se qualquer interpretação que permita sua utilização para indevidas intromissões no independente funcionamento dos outros Poderes
>
> **Luiz Fux**
> ministro do STF

Flávio Dino acompanhou Fux, mas apresentou um voto com mais argumentos.

Ele afirmou que não existe um poder militar previsto na Constituição.

"Com efeito, lembro que não existe, no nosso regime constitucional, um poder militar. O poder é apenas civil, constituído por três ramos ungidos pela soberania popular, direta e indiretamente. A tais poderes constitucionais, a função militar é subalterna, como aliás consta no artigo 142 da carta magna", afirmou.

Sem citar o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e a tentativa de golpe investigada pela Polícia Federal, Dino afirmou que é necessário acabar com "quaisquer teses que ultrapassem ou fraudem o real sentido do artigo 142 da Constituição Federal, fixado de modo imperativo e inequívoco por este supremo tribunal".

Como mostrou a apuração da PF, Bolsonaro e seus aliados se valeram de uma interpretação do jurista Ives Gandra Martins sobre a Constituição em seus debates sobre o golpe para reverter o resultado das eleições de 2022.

O decano da corte, ministro Gilmar Mendes, acompanhou Fux, mas também apresentou novos argumentos em seu voto. Com o voto de Gilmar, o Supremo formou maioria no sentido de delimitar as atribuições das Forças Armadas.

Segundo o ministro, não se admite qualquer interpretação que permita a indevida intromissão dos militares no funcionamento independente dos Poderes.

Ele também afirma que o emprego dos militares constitucionais nas ações de garantia da lei e da ordem deve acontecer em excepcional enfrentamento de "grave e concreta violação à segurança pública interna, sempre em caráter subsidiário, mediante eventual iniciativa dos Poderes constitucionais após o comprovado esgotamento dos mecanismos ordinários e preferenciais de preservação da ordem pública".

Ainda votarão os ministros Dias Toffoli, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia, Kassio Nunes Marques e Alexandre de Moraes.

Supremo busca ampliar poderes com foro especial, e oposição reage no Congresso

Julia Chaib e Marianna Holanda

BRASÍLIA O julgamento da ação que discute a ampliação do alcance do foro especial no STF (Supremo Tribunal Federal) tem potencial de ampliar os poderes dos ministros diante do Congresso Nacional e também do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

O avanço do tema na corte já provocou reação de integrantes da oposição, que ameaçam votar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que restringe o foro caso o Supremo altere as regras atuais, o que é a tendência.

O tribunal já tem cinco votos para determinar que o foro seja mantido mesmo depois do fim do mandato parlamentar de políticos por qualquer causa — renúncia, não reeleição ou cassação.

O tema é discutido após uma mudança feita pela própria corte em 2018, quando ficou decidido que só crimes cometidos durante o mandato e relacionados ao exercício do cargo deveriam ser julgados pelo Supremo.

A mudança nas regras do foro em 2018 reduziu a quantidade de processos que tramitam no tribunal. Dados de 2022 do STF mostram que o número de ações penais e inquéritos na corte caiu 80% em relação ao período vigente antes da mudança da norma.

Se for firmado novo entendimento do Supremo, isso significa que boa parte dos processos de parlamentares continuaria nas mãos do STF, o que aumenta o poder de pressão da corte em relação ao Legislativo — que tem encampado uma série de propostas que contrariam os magistrados.



O ministro Gilmar Mendes, do STF, durante sessão do tribunal Antonio Augusto - 20.mar.24/Divulgação STF

Na leitura de quem acompanha os bastidores do Supremo, esse é justamente o principal motivo para ministros aumentarem o alcance do foro.

Em outra frente, o julgamento também pode acabar com uma das principais contestações da defesa de Bolsonaro, com efeito em todos os cinco inquéritos nos quais é investigado.

O primeiro caso que ensejou operação contra o ex-chefe do Executivo, em maio do ano passado, é o da suspeita de fraude em cartão de vacina. Na ocasião, foram apreendidos os documentos, o celular e o computador do ex-ajudante de ordens Mauro Cid.

O agravo regimental da defesa de Bolsonaro argumenta que o Supremo não tem competência para julgar o caso e que ele deveria ser remetido para a primeira instância. O argumento é de que não há relação com o mandato de presidente. Com base nisso, os advogados também pediram a nulidade de todas as provas.



> Não tenho dúvida que o o objetivo é firmar a competência do STF só para abarcar o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro
>
> **Sanderson**
> Deputado federal (PL-RS)

Mas as provas obtidas nessa primeira investigação influenciaram todas as outras quatro nas quais Bolsonaro e aliados são investigados. Menos de um ano depois, Cid tornou-se colaborador da Polícia Federal.

Um dos cinco votos já favoráveis à tese de ampliação do foro, o relator, ministro Gilmar Mendes, defendeu que o investigado deve perder a prerrogativa só se o crime foi praticado antes de assumir o mandato.

O julgamento foi interrompido, na sexta-feira (29), por um pedido de vista do presidente do STF, Luís Roberto Barroso. O magistrado votou em 2018 para restringir o alcance do foro especial — o que foi visto por uma ala da política como um gerador de impunidade, já que ações penais no Supremo costumavam ter andamento mais lento.

Segundo aliados, Barroso interrompeu o julgamento para analisar melhor o caso por entender que o voto do relator ampliou o alcance do foro para além do entendimento anterior a 2018. Mesmo assim, a aposta no tribunal é que o novo entendimento, que amplia o alcance do mecanismo, deve ser aprovado.

Os ministros Cristiano Zanin, Dias Toffoli e Flávio Dino acompanharam Gilmar. Mesmo com a suspensão do julgamento, Alexandre de Moraes decidiu antecipar o voto para acompanhar integralmente a posição do relator.

Parlamentares de oposição se queixaram do movimento do STF de mudar a jurisprudência seis anos depois de firmá-la. Bolsonaristas querem, como resposta política, votar no plenário da Câmara a PEC que restringiria novamente o foro.

O texto, de 2017, já foi aprovado pelo Senado, pela CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e por uma comissão especial da Câmara, aguardando apenas ser pautada para ir a plenário. A proposta restringe o foro especial na Justiça aos presidentes da República (e o vice), da Câmara, do Senado e do STF.

A deputada Bia Kicis (PL-DF) disse ainda que deve tratar deste tema com o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), na próxima semana. "Nós falaremos, com certeza", disse.

"Essa decisão [do STF] caminha no sentido contrário do que o Congresso pretende fazer. Está muito claro que estamos trabalhando para pôr fim ao chamado foro privilegiado ou foro por prerrogativa de função, uma medida que já se mostrou injusta", afirmou.

"O voto do ministro Gilmar, ao contrário, quer ampliar a competência do STF para julgamentos penais, alterando decisão já sedimentada pela maioria da corte há pouco tempo. É a insegurança jurídica batendo mais uma vez à nossa porta", completou.

O deputado Sanderson (PL-RS) diz acreditar que o Supremo tem o objetivo de atingir Bolsonaro, de quem é aliado, ao fazer as mudanças no alcance do foro especial. "Não tenho dúvida que o objetivo é firmar a competência do STF só para abarcar o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro", afirma o parlamentar.

"Isso será um atestado vergonhoso de parcialidade do tribunal, já que no fatídico 8 de janeiro o presidente da República era Lula", continua.



Manifestantes no ato de fundação do Movimento Negro Unificado nas escadarias do Theatro Municipal, no centro de São Paulo Jesus Carlos - 7.jul.1978/Divulgação

Resistência negra à ditadura foi apagada de relato oficial

Luta de negros contra o regime teve mitos, arapongas e mulheres invisibilizadas

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO Figuras negras importantes contribuíram para a luta contra a ditadura militar brasileira, mas tiveram sua participação diminuída ou apagada da memória nacional. Apesar de pouco lembrada nos relatos oficiais, livros e filmes sobre a época, a luta contra o regime contou com a resistência de mulheres e homens negros de várias partes do país e de figuras consideradas míticas por parte da população brasileira.

Ao mesmo tempo, o governo dos militares via com reservas o movimento negro e chegou a colocar arapongas para vigiar militantes.

Segundo Andersen Figueiredo, mestre em História da África pela UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), integrantes do movimento negro de Salvador eram perseguidos e tinham reuniões vigiadas. Em livro sobre a época, Figueiredo demonstra como a polícia usava pessoas infiltradas no movimento para monitorar os passos dos militantes.

"Para os militares, o movimento negro era subversivo, pois ia contra o projeto do regime ao dizer que no Brasil existia racismo", afirma.

As reuniões do movimento tratavam da situação marginal dos negros e de como eles poderiam se inserir na sociedade em um processo político de reconstrução democrática.

Os encontros eram clandestinos e tinham, normalmente, poucos participantes devido ao medo. Para se proteger, os militantes adotavam estratégias como a comunicação por códigos.

Apesar de importante no processo de resistência em Salvador, a história de homens e mulheres negras no enfrentamento ao racismo e à ditadura é pouco contada no relato oficial. "A história é eurocêntrica. O que passaram para gente foi o relato dos heróis brancos", afirma Figueiredo.

De acordo com Janailson Macêdo Luiz, professor da Unifesspa (Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará) e doutor em história social pela USP (Universidade de São Paulo), a resistência se dava não só a partir de movimentos políticos, mas também por meio de iniciativas culturais. O Ilê Aiyê, na Bahia, e festas de soul music no Rio de Janeiro, por exemplo, eram malquistos e até monitorados pela ditadura.

"Tinham uma conscientização social, visão crítica e autônoma que não se submetia a uma perspectiva conservadora", afirma Luiz. Segundo o pesquisador, o movimento negro era tido como um inimigo interno que podia desestabilizar as ideias de Brasil impostas pelo regime.

Além de figuras anônimas que atuaram na resistência à ditadura, Luiz destaca a atuação dos guerrilheiros Osvaldão e Dina Teixeira.

Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, era vinculado ao PC do B, campeão de boxe amador e líder na Guerrilha do Araguaia (1972-74).

Parte da população que vivia na região do confronto o considerava uma espécie de figura mítica, pois sua habilidade de sobreviver em um cenário de combate adverso era assimilada a partir de elementos religiosos locais, como a encantaria.

"Esses referenciais ajudavam a entender como Osvaldão conseguia enfrentar um batalhão do Exército e sair vivo. Pensavam: 'É porque se encantou. Conseguiu se transformar em um animal e fugir'", afirma Luiz.

Assim como Osvaldão, a geóloga baiana Dinalva Teixeira lutou na Guerrilha do Araguaia, onde exerceu funções de parteira e professora. O respeito às habilidades praticadas junto à população fez com que também fosse encarada como uma figura mítica. Segundo crenças locais, ela era capaz de se transformar em borboleta ou desaparecer ao vento, enquanto Osvaldão podia virar animais como cachorro ou o "capelobo", personagem monstruoso do folclore brasileiro.

Para Tauana Gomes Silva, doutora em história pela Université Rennes 2, na França, em cotutela com a UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), a participação de pessoas negras e indígenas foi apagada do discurso histórico de construção da nação brasileira.

"Apesar de pessoas negras se mobilizarem desde sempre, são mostradas como passivas no processo histórico", afirma.

Segundo ela, a contribuição de mulheres negras na resistência é ainda mais invisibilizada, uma vez que enfrentam o sexismo e o racismo. A pesquisadora cita mulheres importantes que fizeram parte da resistência ao regime militar, como Maria Diva de Faria e Thereza Santos.

"A Maria Diva, por exemplo, ajudou grandes personagens que hoje são conhecidos. Acolhia as pessoas em casa e dava apoio estrutural para que tivessem onde dormir e o que comer. Hoje, pessoas que ela acolheu [como o político e sociólogo Paulo Stuart Wright] são conhecidas, mas ela não", diz Tauana.

A goiana Maria Diva foi presa em 1973 e torturada pelo regime. Foi empregada doméstica na adolescência, formou-se em enfermagem e depois se tornou funcionária pública. Mudou-se para São Paulo, onde foi simpatizante da organização de esquerda Ação Popular. Ela morreu em 2018.

A atriz carioca Thereza Santos foi presa em 1969, exilou-se em 1974 na África e participou como guerrilheira do movimento de libertação de Guiné-Bissau e de Angola. No Brasil, foi ativa em movimentos contra o racismo e o sexismo. Thereza faleceu em 2012.

+ Série aborda os 60 anos do golpe de 1964

A **Folha** publica série de reportagens revisitando o golpe de 1964, suas dimensões políticas e as relações desse episódio com os dias de hoje. A ruptura foi consumada com a deposição de João Goulart (PTB) e deu início a um período de 21 anos de ditadura militar, marcado por tortura e morte de opositores e pela supressão de liberdades políticas. Debates sobre os acontecimentos de 60 anos atrás ainda estão presentes no meio político, especialmente após o governo de Jair Bolsonaro (PL), quando o poder civil se reaproximou da caserna.

Maior parte da imprensa brasileira apoiou o golpe de 1964

Oscar Pilagallo

SÃO PAULO A imprensa brasileira, esta **Folha** inclusive, desempenhou papel relevante na conspiração contra o presidente João Goulart e, em 31 de março de 1964, apoiou com entusiasmo a deflagração do golpe militar, antes mesmo que ele fosse consumado.

Com exceção do jornal Última Hora —que nascera em 1951 para apoiar o projeto trabalhista de Getúlio Vargas e, depois, de seus herdeiros políticos—, os jornais fustigaram com intensidade crescente um governo democraticamente eleito, preparando a opinião pública, durante meses, para a intervenção que rasgava a Constituição do país.

No Rio de Janeiro, os principais concorrentes locais deixaram de lado as disputas comerciais para se unir num projeto comum.

Em fins de outubro de 1963, cinco meses antes do golpe, entrou no ar a Rede da Democracia, um programa em que as rádios Jornal do Brasil, Globo e Tupi, dos Diários Associados, juntaram esforços para combater o que identificavam como ameaça comunista. O acordo foi costurado pelos próprios donos dos veículos: Nascimento Brito, Roberto Marinho e um representante de Assis Chateaubriand, respectivamente.

A repercussão ultrapassava largamente o alcance das frequências das três rádios fluminenses. O programa era retransmitido em centenas de emissoras espalhadas pelo país e, mais tarde, transcrito nos grandes jornais.

Embora tivessem o mesmo objetivo —derrubar Jango—, os veículos do Rio se diferenciavam pelo alvo da artilharia. Marinho, tendo em vista uma demanda por um canal de TV, evitava a crítica direta ao presidente, com quem mantinha aberto um canal de comunicação. O Globo fustigava o governo, não o governante, ao contrário dos outros, que personalizavam os ataques na figura de Goulart.

Não por acaso, fuzileiros navais obedientes a um militar fiel a Leonel Brizola —cunhado e apoiador de Jango— invadiram as sedes do JB, Globo e um jornal dos Diários Associados, além da Tribuna da Imprensa, nas primeiras horas do golpe.

Os editoriais resumem a participação dos jornais no golpe. O tradicional Correio da Manhã entrou para a história com os títulos "Basta!" e "Fora!", publicados em 31 de março e 1º de abril. O prestigioso JB celebrou "a vitória da democracia" contra "a implantação de um regime comunista". E o Globo, um vespertino com penetração limitada, festejou na capa no dia 2: "Vive a nação dias gloriosos", escreveu, atribuindo o desfecho da ação militar à "Providência Divina".

O início do golpe, no entanto, foi uma surpresa para a imprensa, assim como para os principais articuladores da ruptura na caserna, como o general Castello Branco. A ação foi precipitada por Olympio Mourão Filho, general que comandava as tropas de Juiz de Fora e não estava entre os protagonistas dos planos para derrubar Jango. Ele deu início às mobilizações na madrugada de 31 de março.

Em São Paulo, o sinal mais nítido de que a imprensa passou a agir para afastar Jango foi a aproximação, às vésperas do golpe, dos arqui-inimigos Assis Chateaubriand e Júlio de Mesquita Filho, dono do jornal O Estado de S. Paulo.

A diferença na atitude dos principais veículos limitou-se ao nível de engajamento de seus proprietários. Se quase todos franquearam as páginas dos jornais aos propósitos golpistas, houve quem fosse além, abrindo as portas de seus gabinetes aos conspiradores.

Mesquita foi além do apoio editorial do Estadão, então o principal jornal de São Paulo. Em janeiro de 1962, mais de dois anos antes do golpe, recebeu na sede do matutino um general —Orlando Geisel, irmão do futuro presidente Ernesto Geisel— que o sondou sobre a ideia de instaurar uma ditadura. A resposta é uma carta intitulada "Roteiro da revolução", que exorta os militares a intervir.

Mais tarde, sairia da sala de Mesquita um documento em tudo semelhante a um ato institucional, prevendo até a suspensão temporária de garantias constitucionais.

Quanto à **Folha**, teve influência relativamente menor —do tamanho de sua importância na época. A empresa que edita o jornal havia sido comprada em 1962 por Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, e os empresários trabalhavam para saná-la financeiramente antes de investir no setor editorial.

No discurso, porém, a **Folha** não se distinguia da concorrência. Contribuía para a difusão de teses antipopulistas e conclamava as elites à ação coordenada, com um tom cada vez mais alto. O jornal trabalhava com a hipótese de que Jango pretendia dar um golpe ou realizar uma manobra continuísta.

A deposição do presidente contou até com a criação de um jornal popular para fazer contraponto ao Última Hora. Foi o Notícias Populares, que nasceu em outubro de 1963 financiado por Herbert Levy, um político da UDN (União Democrática Nacional), o principal partido de oposição a Goulart. Anos depois, já sem essa função, o NP seria incorporado ao Grupo Folha.

Ao longo das duas décadas de ditadura militar, os veículos sofreram censura, passaram a criticar o governo e, sobretudo após a redemocratização, se penitenciaram por terem apoiado o golpe.

Um post blasfemo?

MTST publicou imagem com intenção de provocar e foi alvo de oportunismo político

Joel Pinheiro da Fonseca
Economista, mestre em filosofia pela USP.

Jesus, pendurado na cruz em sua agonia final, é observado por um grupo de soldados romanos, um dos quais exclama: "Bandido bom é bandido morto". Essa imagem, mais a sucinta legenda "Boa Sexta-feira Santa!", foi o post feito pelo MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) em sua rede social na sexta-feira. O que se seguiu foi um verdadeiro Carnaval de indignação.

Além de pastores, entraram na dança políticos como Bia Kicis, Magno Malta, Nikolas Ferreira, Carla Zambelli, Kim Kataguiri; todos aproveitaram para rasgar as vestes. O prefeito de São Paulo não deixou por menos: "Na sexta-feira Santa, ver uma postagem dessas é de cortar o coração. Um sacrilégio. Essa turma do Boulos só ataca a tudo e a todos. Estou indignado".

Não há sacrilégio, blasfêmia ou qualquer insulto a Jesus no post. Basta ler com boa-fé. Jesus não foi comparado a um bandido. "Bandido" é como as autoridades romanas o viam, e por isso o executaram. Da mesma forma, diz a esquerda, tantos são executados no Brasil sob o argumento de que seriam "bandidos".

O alvo tampouco é a coletividade dos cristãos. O escárnio é dirigido a quem defende o lema "bandido bom é bandido morto" e ao mesmo tempo é (ou se diz) cristão. É um grupo grande, mas não tem o monopólio da fé. Segundo o post, caso estivessem vivos lá na Palestina do século 1, estariam do lado dos que mataram Jesus. Ou seja, embora professem a religião, seus valores seriam profundamente anticristãos.

A crítica acerba aos "cidadãos de bem" é uma das mais antigas tradições cristãs, que aliás começou com o próprio Jesus ao desferir suas invectivas contra fariseus e doutores da lei. Depois dele, vimos a mesma coisa em figuras como Martinho de Tours, Francisco de Assis, John Wesley, Martin Luther King e Oscar Romero.

É óbvio que a mobilização de lideranças religiosas e políticas não passa de oportunismo político. Isso fica evidente na tentativa de ligar Boulos ao post. O ponto relevante, contudo, é que esse oportunismo funciona. Milhões de pessoas se sentiram ofendidas e realmente viram no post um ataque à sua fé.

Já não vivemos em tempos de boa interpretação de texto. E o contexto também não ajudou. O post ser feito na Sexta-feira Santa com um desejo irônico de "feliz dia" ao lado da imagem terrível sublinha sua intenção de provocar. Não é exatamente o sentimento mais positivo para se cultivar num dos dias mais solenes para a maioria dos cristãos. Além disso, o MTST pouco fala sobre religião. Não tem o "lugar de fala" para fazer sua crítica. Sim, os cristãos estão plenamente imersos no caldo identitário em que vivemos, no qual "quem" diz é mais importante do que o que é dito.

Com razão ou não, o post criou um problema político para Boulos, e nos lembra como a fé cristã no Brasil está profundamente identificada à direita. O trabalho de torná-la independente das ideologias políticas é de longo prazo e terá que ser feito por pessoas de dentro das igrejas, e não por críticos externos. A esses, cabe não hostilizar gratuitamente, o que só aumenta o problema e traz altos custos políticos. Não é à toa que todos os grandes reformadores foram crentes devotos.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | **QUA. Elio Gaspari** | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Boulos reduz ironia com pecha de invasor e radical para eleição

Candidato do PSOL usou como estratégia em campanhas passadas assumir rótulos lançados por adversários

Fábio Zanini

SÃO PAULO "Eu odeio usar camisa", diz Guilherme Boulos (PSOL) ao se preparar para um programa de TV, em uma cena do documentário "Radical", que mostra bastidores de sua campanha à Prefeitura de São Paulo, há quatro anos.

Em outro momento, ele brinca ao falar de seu carro "raiz". "Radical é chegar de Celtinha no debate."

Nas duas eleições majoritárias que disputou, em 2018 para presidente e 2020 para prefeito, o líder sem-teto fazia o marketing reverso de pechas usadas contra ele por adversários: radical, extremista, invasor.

Como o próprio título do filme, produzido por sua campanha, mostra, a ideia era simples: assumir os rótulos de forma bem-humorada e até com certo deboche, buscando virar a mesa sobre o interlocutor.

Na atual campanha, em que o psolista surge em pesquisa na liderança empatado com Ricardo Nunes (MDB), a estratégia não será abandonada por completo, mas deve sofrer ajustes.

Boulos, agora um deputado federal que, além de camisa, usa terno e gravata, dará novo tratamento à forma como rebate os rótulos lançados contra ele.



Guilherme Boulos (PSOL) participa de ato em que recebeu apoio da Rede à sua candidatura Marlene Bergamo -23.mar.24/Folhapress

"As campanhas de 2020 e 2024 são diferentes. A primeira eleição foi de construção da candidatura. Na de agora, o Guilherme já desponta como um dos favoritos, então será uma campanha mais ampla e com maior diversidade de conteúdos", diz Josué Rocha, coordenador da campanha psolista.

Segundo ele, as mensagens serão mais direcionadas para segmentos específicos. "Isso pode incluir a linguagem com humor em alguns casos, especialmente para o público mais jovem. O que é certo é que teremos uma linha forte de combate às fake news, à caricatura do candidato como alguém que vai invadir a casa das pessoas", afirma.

Em 2018, ao ser questionado pela BBC se era um radical, Boulos não fugiu do termo. "Se defender a igualdade social é ser radical, eu sou. Se defender a democratização do Estado é ser radical, eu sou. Se defender liberdades individuais sem concessões, direitos civis e democráticos é ser radical, eu sou", respondeu.

Dois anos depois, numa campanha em que chegou ao segundo turno pela Prefeitura de São Paulo, voltou a usar o estratagema.

"Sou radical na priorização do transporte público, coletivo e ativo (a pé, de bicicleta ou patins)", escreveu no antigo Twitter.

Pecha mais usada por adversários, a de invasor, recebeu tratamento semelhante até recentemente.

No ano passado, suas redes sociais exibiram uma espécie de esquete com o mote "Boulos invadiu a minha casa". O ex-coordenador do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) chegava com um bolo em mãos numa casa de periferia, para discutir os problemas da cidade.

No Carnaval deste ano, em outro exemplo, fez uma postagem recomendando aos foliões de blocos de rua "ocupar" banheiros químicos.

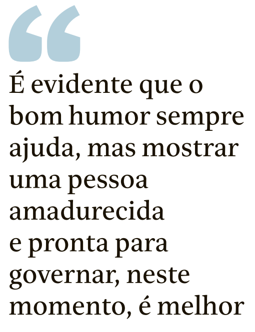
Em entrevista a um podcast em setembro de 2023, Boulos disse que a ideia de usar os memes para rebater acusações surgiu de forma gradual.

"Em 2018, eu tive mais dificuldade de lidar com isso, porque eu levei a sério. Eu puxei para mim, eu fiquei com raiva. Eu percebi que não adiantava você ficar na chave racional para lidar com meme. É aquela coisa do apelido de escola, se você reagir, já era. Então você tem que saber também fazer ironia de si próprio", afirmou.

Nos primeiros meses deste ano eleitoral, o autodeboche e as referências aos termos pejorativos já escassearam.

De azarão e outsider em eleições passadas, quando se permitia mais ousadias para chamar a atenção, o psolista passou a disputar a liderança agora.

Uma diferença da atual campanha é contar com um marqueteiro profissional e com trajetória em outras eleições. Lula Guimarães, que já trabalhou para Eduardo Campos, Marina Silva, João Doria e Geraldo Alckmin, entre outros candidatos, foi contratado por Boulos, não sem gerar resistências em alas do PSOL.



> É evidente que o bom humor sempre ajuda, mas mostrar uma pessoa amadurecida e pronta para governar, neste momento, é melhor
>
> **Antonio Donato (PT)**
> deputado estadual e membro da coordenação de campanha de Guilherme Boulos (PSOL) para a Prefeitura de São Paulo

Em campanhas anteriores, a comunicação tinha um aspecto mais espontâneo e militante, tocada por uma equipe mais identificada com a causa representada pelo psolista.

Desta vez, uma linha de atuação central de Guimarães será buscar responder à "caricatura" que se faz de Boulos, mostrando que ele, longe de ser um invasor, é também um parlamentar atuante e alguém que tem se preparado para gerir a maior cidade do país, inclusive conhecendo experiências internacionais.

Uma das primeiras ações do marqueteiro foi criar uma ação batizada de "Salve São Paulo", que inclui um site para recolher sugestões de moradores para a cidade e ouvir suas queixas.

"É evidente que o bom humor sempre ajuda, mas mostrar uma pessoa amadurecida e pronta para governar, neste momento, é melhor. Na eleição passada, Boulos não era alvo preferencial dos adversários. Agora tem uma artilharia mais pesada contra ele", diz o deputado estadual Antonio Donato (PT), também membro da coordenação de campanha do pré-candidato.

Temas mais sérios deverão ganhar espaço na campanha, segundo Donato, como as acusações de corrupção em obras feitas pela gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) em caráter emergencial, sem licitação.

"É importante mostrar um Boulos que dialoga com setores que nós da esquerda já impactamos em campanhas passadas e que queremos impactar novamente", diz Donato.



ATIVISTAS RELEMBRAM 60 ANOS DO GOLPE NO RIO DE JANEIRO
Manifestantes participam de ato no Rio de Janeiro contra a tortura lembrando o aniversário de 60 anos do golpe de 1964 Pilar Olivares/Reuters

INÊS 249

Parlamento cede a pressão e proíbe Al Jazeera em Israel

Premiê chama de 'terrorista' emissora qatari, que critica 'mentira perigosa'

GUERRA ISRAEL-HAMAS

Guilherme Botacini

BOA VISTA O Parlamento de Israel aprovou nesta segunda-feira (1º) uma lei que permite ao governo proibir a transmissão do canal qatari Al Jazeera e de outros veículos estrangeiros no país. O primeiro-ministro Binyamin Netanyahu afirmou que a norma entrará em vigor "imediatamente" e chamou a emissora de "terrorista".

"O canal terrorista Al Jazeera deixará de ser transmitido em Israel. Pretendo agir imediatamente de acordo com a nova lei para encerrar as atividades do canal", escreveu no X.

Aprovada por 71 votos favoráveis e 10 contrários, a lei permite que o ministro das Comunicações proíba a transmissão de conteúdos de canais estrangeiros e mande fechar seus respectivos escritórios em Israel se o gabinete do premiê avaliar que a emissora ameaça a segurança nacional. Medidas do tipo precisam da aprovação do governo ou do gabinete de segurança, segundo a imprensa local.

A Al Jazeera chamou a acusação de que é terrorista de "uma mentira perigosa e ridícula" e jurou manter sua cobertura na área, se necessário recorrendo à Justiça. Ela já tinha negado imputações similares em outras ocasiões, replicando que Tel Aviv ataca seus funcionários na Faixa de Gaza sistematicamente.

O Comitê para Proteção dos Jornalistas (CPJ), por sua vez, afirmou que a nova legislação é uma "ameaça significativa" à imprensa internacional. "[A lei] contribui para o clima de autocensura e hostilidade à imprensa, uma tendência que cresceu desde o início da guerra."

Em janeiro, por exemplo, Israel classificou de "agentes terroristas" dois jornalistas da rede mortos em um bombardeio no território palestino. Também afirmou que outro funcionário da emissora, ferido em um atentado, era um "comandante-adjunto" do Hamas, grupo terrorista com o qual está em guerra há quase seis meses.

O chefe do veículo em Gaza, Wael Dahdouh, foi ferido em um bombardeio israelense ao local em dezembro, no qual morreu um cinegrafista de sua equipe. No mês seguinte, o filho de Dahdouh, Hamza, que também era repórter da emissora, foi morto em outro ataque. Dahdouh já havia perdido outros dois filhos, a esposa e um neto em um bombardeio nas primeiras semanas da guerra.

Um vídeo publicado após a morte do filho de Dahdouh em um canal do YouTube ligado à Al Jazeera mostra o jornalista chorando ao lado do corpo de seu filho e segurando sua mão. Mais tarde, após o enterro, ele veio a público dizer que os jornalistas em Gaza manteriam seu trabalho.

"A Hamza e a todos os mártires digo que permaneceremos fiéis. Este é o caminho que escolhemos conscientemente. Oferecemos muito, oferecemos muito sangue, pois este é o nosso destino. Continuaremos", disse Dahdouh em Rafah, cidade no extremo sul do território onde hoje estão abrigados mais de um milhão de palestinos forçados a se deslocar pelo conflito.

Em dezembro, um relatório do CPJ registrou 60 mortes de jornalistas e outros funcionários da mídia em Israel e nos territórios palestinos ocupados —Gaza e Cisjordânia— desde o início do conflito. A cifra representa mais do que o dobro do número de profissionais de imprensa mortos na região nos últimos 30 anos —de 1992 a 2022, ele foi de 25.

Os Estados Unidos, principais aliados de Israel apesar de discordâncias recentes entre Netanyahu e o presidente Joe Biden, classificaram relatos sobre a aprovação da lei de "preocupantes".

"Acreditamos na liberdade de expressão. É algo crucial, e os EUA apoiam o trabalho essencial de jornalistas ao redor do mundo. Isso inclui os que estão reportando sobre o conflito em Gaza. Se esses relatos são verdadeiros, é algo preocupante para nós", afirmou Karine Jean-Pierre, porta-voz da Casa Branca.

Não é a primeira vez que Netanyahu tenta suspender a transmissão da emissora no país. Em 2017, durante grandes protestos de árabe-israelenses, ele ameaçou fechar o canal qatari, afirmando que "incitava à violência" das manifestações na região.

A Al Jazeera foi criada em 1996 pelo emir Hamad bin Khalifa Al Thani, pai do atual líder do Qatar. O pequeno país do Oriente Médio atua desde antes do atual conflito entre Israel e Hamas como mediador importante em negociações na região.

Passaram por Doha os diálogos que obtiveram um cessar-fogo temporário na guerra em novembro. O país mantém um escritório do Hamas em seu território, a maior base militar de Washington no Oriente Médio e já recebeu representação do Talibã.

A Al Jazeera se popularizou no Ocidente com a cobertura da Guerra do Iraque e da invasão americana do Afeganistão. No Iraque, o jornalista Tareq Ayyoub foi morto após disparos de avião americano contra o escritório da emissora.

Em maio de 2022, a repórter Shireen Abu Akleh, 51, morreu após ser atingida com um tiro na cabeça enquanto cobria operação de tropas israelenses na Cisjordânia.

Com Reuters e AFP



O canal terrorista Al Jazeera deixará de ser transmitido em Israel. Pretendo agir imediatamente de acordo com a nova lei para encerrar as atividades do canal

Binyamin Netanyahu
premiê de Israel, em seu perfil no X

Irã acusa Tel Aviv de matar general em ataque contra embaixada

DAMASCO | REUTERS E AFP Um ataque aéreo contra a seção consular da embaixada do Irã em Damasco, na Síria, matou nesta segunda-feira (1º) pelo menos 11 pessoas, disse a ONG Observatório Sírio dos Direitos Humanos (OSDH).

Teerã atribuiu o bombardeio a Israel, informação corroborada por quatro militares de Tel Aviv ao jornal americano The New York Times. Em nota, a Guarda Revolucionária Iraniana afirmou que um dos mortos era Mohammad Reza Zahedi, alto comandante da força Quds, responsável por operações no exterior.

O regime afirma que era ele o alvo do ataque —além dele, morreram no incidente em Mazeh, bairro nobre da capital síria, outros sete iranianos, dois sírios e um libanês, todos militares, de acordo com o OSDH.

O embaixador iraniano na Síria, Hossein Akbari, saiu ileso e afirmou que seu país vai responder de forma "severa". À TV estatal iraniana, ele disse que o ataque teria sido realizado com "aviões de combate F-35 e seis mísseis".

"O ataque israelense contra a embaixada iraniana mostra a realidade da entidade sionista, que não reconhece nenhuma lei internacional e faz tudo o que é desumano para alcançar seus objetivos", afirmou Akbari.

Repórteres da agência de notícias Reuters no local viram fumaça subindo dos escombros de um prédio e veículos de emergência estacionados do lado de fora. Uma bandeira iraniana estava pendurada em um mastro, na frente dos destroços, e os ministros das Relações Exteriores e do Interior da Síria foram vistos no local.

Segundo outra agência, a AFP, serviços de emergência buscavam vítimas sob os escombros. Forças de segurança isolaram o prédio diante de multidão de curiosos que se aglomerava perto de carros carbonizados.

O chanceler sírio, Faisal Mekdad, "condenou veementemente" o que chamou de "ataque terrorista atroz". "O inimigo israelense lançou ataques aéreos das Colinas de Golã sírias ocupadas em direção ao prédio do consulado iraniano em Damasco", afirmou sua pasta em um comunicado. "O ataque destruiu todo o prédio, matando ou ferindo todos que estavam dentro."

O bombardeio tem o potencial de escalar os conflitos no Oriente Médio. O porta-voz da chancelaria do Irã, Nasser Kanaani, afirmou que seu país tem direito de tomar ações de retaliação, segundo a mídia estatal. "Teerã decidirá sobre o tipo de resposta e punição contra o agressor."

Já o chanceler, Hossein Amir Abdollahian, pediu uma "resposta séria da comunidade internacional". "[O primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu] perdeu completamente o equilíbrio mental devido aos sucessivos fracassos do regime em Gaza e à incapacidade de alcançar os ambiciosos objetivos dos sionistas."

Enquanto isso, o Hezbollah, grupo libanês xiita aliado de Teerã e do Hamas e envolvido em frente da guerra em Gaza, jurou vingança contra Tel Aviv.

Questionado por agências de notícias, o governo de Israel recusou-se a comentar o incidente.



Corpo em decomposição no Hospital Al-Shifa, em Gaza, alvo de operação das forças israelenses Dawoud Abu Alkas/Reuters

Tropas israelenses deixam hospital em Gaza, e Hamas afirma ter encontrado dezenas de corpos

SÃO PAULO A retirada das tropas de Israel do Al-Shifa nesta segunda-feira (1º), após duas semanas de invasão, revelou um hospital em ruínas e, segundo o Ministério da Saúde do território palestino, controlado pelo Hamas, dezenas de corpos espalhados pelo chão —incluindo alguns em estado de decomposição.

A operação havia sido elogiada pelo primeiro-ministro israelense, Binyamin Netanyahu, neste domingo (31), quando o político afirmou durante um discurso que as forças de segurança mataram "mais de 200 terroristas" no centro médico e suas adjacências. O Exército, que perdeu dois soldados ao longo da incursão, diz ter prendido 900 suspeitos durante esse período.

Após a invasão, funcionários do até então maior hospital de Gaza e um dos poucos ainda operantes no norte do território disseram que as vítimas incluíam pacientes e refugiados palestinos que se abrigavam em seu entorno.

Nenhuma das versões pôde ser verificada de forma independente. Imagens registradas por agências de notícias, porém, mostram um cenário de destruição no complexo e cadáveres em decomposição. Um médico disse à agência de notícias AFP que mais de 20 corpos foram recuperados e que alguns foram esmagados por veículos militares durante a retirada.

Nesta segunda (1º), centenas de moradores correram até o local para verificar os danos. Ao jornal americano The New York Times o cirurgião vascular Taysir al-Tanna disse que muitos dos principais prédios do hospital, incluindo as alas de emergência, obstetrícia e cirurgia, foram gravemente danificados. "Agora parece um terreno baldio."

"Não parei de chorar desde que cheguei aqui, massacres horríveis foram cometidos pela ocupação", afirmou à agência de notícias Reuters Samir Basel, 43, por um aplicativo de mensagens. "O local está destruído, prédios foram queimados. Este lugar precisa ser reconstruído —não há mais Al-Shifa."



Um porta-voz do Serviço de Emergência Civil de Gaza disse à agência que as forças israelenses mataram duas pessoas cujos corpos foram encontrados algemados no complexo. A Reuters não pôde verificar a acusação, e o Exército de Israel não respondeu ao pedido de comentário.

Tel Aviv ainda ocupa vários outros hospitais na faixa, sendo dois deles em Khan Yunis, no sul, e o Al-Aqsa, em Deir al-Balah, no centro do território palestino. Neste domingo (31), quatro pessoas morreram em combates no Aqsa, e 17 ficaram feridas, segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde). Ainda segundo a entidade, ao menos 21 pacientes morreram no Shifa —não está claro se esses óbitos estão entre os que Netanyahu chamou de terroristas.

O próprio Al-Shifa havia sido invadido pela primeira vez em novembro, em uma operação que rendeu diversas críticas a Israel. Tel Aviv argumentou à época que o Hamas havia construído um centro de comando em túneis sob o prédio, o que o grupo terrorista e o diretor do hospital negam —segundo eles, a instalação era apenas um refúgio para civis.

Desde o início da guerra, 32.845 palestinos morreram, e 75.392 ficaram feridos, de acordo com autoridades do território. O conflito foi deflagrado em outubro, após um ataque do Hamas ao sul de Israel deixar cerca de 1.200 mortos, segundo Tel Aviv.

Sem perspectiva concreta para uma trégua, os combates prosseguiam em Gaza nesta segunda. Ao menos cinco funcionários da ONG World Central Kitchen (WCK) morreram após um bombardeio de Israel a Deir al-Balah, no centro da Faixa de Gaza, afirmaram autoridades locais, ligadas ao Hamas, nesta segunda.

Entre os mortos supostamente há cidadãos da Polônia, do Reino Unido e da Austrália —o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, afirmou que a chancelaria de seu país investigava "com urgência" o relato.

Também nesta segunda, o Hamas pediu "desculpas" à população de Gaza pelas dificuldades provocadas pelo conflito, mas reiterou sua vontade de prosseguir com a luta para alcançar "a vitória e a liberdade" dos palestinos.

O premiê israelense, por sua vez, reafirmou objetivo de seguir com a guerra.

Qatar, Egito e EUA atuam como mediadores nas negociações para trégua, mas um dirigente do Hamas questionou a possibilidade de progresso devido às grandes divergências entre as partes.

Com Reuters, AFP e NYT

INÊS 249

MUNDO LEU

Livros, filmes, séries, podcasts e o que mais houver para tentar entender o mundo

Ensaio reflete sobre o retorno do uso da fome em guerras

João Batista Natali

SÃO PAULO Três ex-secretários da Agricultura dos Estados Unidos estão entre os signatários de um documento que alerta para o uso da fome como arma de guerra e sugere que o governo americano lidere uma campanha para que a proibição dessa prática desemboque num tratado internacional.

O ensaio sobre o tema foi publicado pela revista Foreign Affairs, uma das tradicionais publicações americanas de política internacional. Entre os signatários do texto, estão Mike Espy e Dan Glickman, que foram da equipe do governo Bill Clinton, e Mike Johanns, do governo George W. Bush.

O coletivo de 11 autores do texto diz que tomar os alimentos como arma de guerra é tão imoral quanto um bombardeio nuclear que igualmente provocaria a morte em massa de civis. Mas, ao contrário da bomba atômica, o uso militar da fome se tornou rotineiro e é quase considerado natural no mundo globalizado.

Os primeiros exemplos citados são os conflitos civis no Iêmen, no Haiti e no Sudão, mas também a Guerra Israel-Hamas na Faixa de Gaza. Os autores não apontam qual o beligerante que faz dos alimentos uma arma no território palestino.

Entre as maneiras de levar a fome a determinada população há a interrupção proposital dos fluxos de fornecimento de comida, a destruição das terras cultivadas ou a manipulação dos estoques.

O ensaio também cita o bloqueio de territórios, de maneira a impedir a chegada de produtos agrícolas a determinada população. Foi o que aconteceu durante a Guerra Civil da Síria. A ditadura de Bashar al-Assad lançou o mórbido plano "fome até a submissão", para subjugar populações simpáticas a forças rebeldes.

O artigo se detém longamente nos efeitos da invasão da Ucrânia pela Rússia, em 2022. O Kremlin visou ao país vizinho por meio da neutralização de sua enorme capacidade de produção de grãos. O resultado foi o encarecimento da comida na esfera mundial.

O tema já foi codificado por uma das convenções de Genebra, que tratam do direito internacional em caso de guerra. Mas isso se deu de modo incompleto e moralmente ambíguo. Se de um lado proíbe utilizar a fome como método bélico, de outro a admite, desde que ela não seja intencional para os objetivos militares.

Ou seja, falta à humanidade um bom tratado internacional, que os signatários do texto propõem que passe a ser discutido por iniciativa dos EUA. Esse tratado proibiria o uso dos alimentos como arma de conflito e vetaria travas no comércio de alimentos durante guerras. E ainda estimularia todos os países a diversificarem seus estoques de comida.

Food Weaponization Makes a Deadly Comeback
Autores: Zach Helder, Mike Espy, Dan Glickman, Mike Johanns e Devry Boughner Vorwerk. Revista Foreign Affairs

| DOM. Sylvia Colombo
| TER. Mundo Leu
| **QUI. Lúcia Guimarães**
| SÁB. Igor Patrick

Oposição leva grandes cidades nas eleições e causa revés a Erdogan

Vitória do Partido Republicano do Povo é reflexo de crise inflacionária e críticas ao estilo autoritário do líder turco

Adam Samson, Ayla Jean Yackley e Funja Güler

ISTAMBUL E ANCARA | FINANCIAL TIMES O Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), do presidente da Turquia, Recep Tayyip Erdogan, sofreu uma grande derrota nas eleições municipais, causando ao líder turco seu mais grave revés eleitoral desde sua ascensão ao poder há duas décadas.

A oposição turca obteve vitórias decisivas nas prefeituras contra o AKP de Erdogan por todo o país, inclusive em grandes cidades como Istambul, Ancara, Esmirna, Bursa e Antalya. O partido não tinha um desempenho tão ruim desde que Erdogan o fundou na virada do milênio.

O bom desempenho de Ekrem Imamoglu pelo Partido Republicano do Povo (CHP), da oposição, em Istambul, foi um golpe doloroso para Erdogan, que apoiou totalmente o candidato do AKP em uma tentativa de derrotar seu arquirrival e o político mais proeminente da oposição.

"Istambul transmitiu sua mensagem", disse Imamoglu a uma multidão de apoiadores que se reuniram no centro da cidade nesta segunda-feira (1º). "A era da tutela de uma pessoa acabou."

Os moradores da maior cidade do país saíram às ruas para comemorar o resultado, agitando bandeiras turcas, buzinando, acendendo sinalizadores coloridos, cantando e dançando até altas horas da madrugada.

O forte desempenho do CHP ocorreu à medida que os eleitores atacavam Erdogan em razão de uma longa crise inflacionária, que fez com que o preço de tudo, desde mantimentos até veículos e eletrodomésticos, aumentasse nos últimos anos.

"O principal partido de oposição da Turquia conseguiu derrotar a aliança governista, obtendo a maior derrota eleitoral da carreira de Erdogan", disse Berk Esen, professor da Universidade Sabanci de Istambul, que acrescentou que foi o melhor resultado do CHP desde 1977.

> Istambul transmitiu sua mensagem. A era da tutela de uma pessoa acabou
>
> **Ekrem Imamoglu**
> candidato do Partido Republicano do Povo (CHP) que venceu o rival do AKP, Murat Kurum, por 12 pontos percentuais em Istambul

No geral, o CHP obteve 38% dos votos nacionais, enquanto o apoio ao AKP caiu para 35%, segundo números iniciais da agência de notícias estatal Anadolu. O AKP havia obtido 44% dos votos na disputa local anterior, em 2019.

Em tom conciliador, Erdogan disse a seus apoiadores em Ancara que, com o fim das eleições locais, o governo poderia se concentrar em consertar a economia. Ele prometeu que seus esforços para controlar a inflação seriam recompensados neste ano e que ele daria prioridade à política externa, especialmente para conter as aspirações curdas de autogoverno do outro lado da fronteira, na Síria.

"Infelizmente, não conseguimos obter o resultado que queríamos, que esperávamos, nas eleições locais", disse o presidente. "Em nenhuma circunstância desrespeitaremos a decisão de nosso povo. O fato de esse capítulo eleitoral, que cansou nossa nação, nosso povo e nossa economia no último ano, estar encerrado a partir de hoje é, por si só, uma vitória", completou.

Mas muitos viram a votação como um referendo sobre o estilo autoritário de governo de Erdogan, que incluiu intervenções na política monetária, limites à liberdade de expressão e influência política no Judiciário. "Foi um voto 'não' a Erdogan, especialmente em Istambul e em muitos outros lugares", disse Selim Koru, analista do think-tank Tepav, com sede em Ancara.

A derrota marca uma mudança radical em relação à eleição presidencial de maio de 2023, na qual Erdogan lutou contra uma aliança de oposição de seis partidos que tentava destituí-lo. Isso também reforça a posição de Imamoglu como o único político na Turquia que tem sido capaz de enfrentar Erdogan, o qual é considerado o líder mais importante da Turquia desde Mustafa Kemal Atatürk, que fundou a república há um século.

Asli Aydintasbas, membro da Brookings Institution, com sede em Washington, disse que Erdogan "não pode mais contar com uma oposição que está em desordem".

Imamoglu, 53, venceu o candidato do AKP, Murat Kurum, por 12 pontos percentuais na disputa em Istambul, obtendo 51% dos votos, segundo a agência de notícias Anadolu. Essa é a maior margem de vitória de um prefeito de Istambul em 40 anos.

Em Ancara, o apoio à oposição foi ainda mais dramático, com o prefeito em exercício Mansur Yavaş declarando vitória após garantir 60% dos votos nas urnas, muito à frente do seu oponente do AKP, Turgut Altinok, que obteve 32%.



Apoiadores do prefeito em exercício de Ancara, Mansur Yavaş, do partido opositor CHP, comemoram sua vitória na eleição municipal Cagla Gurdogan - 31.mar.24/ Reuters

Presidentes 'fazem as pazes', e embaixador da Colômbia deve voltar à capital argentina

Júlia Barbon

BUENOS AIRES Após uma semana de extrema tensão entre Argentina e Colômbia, os presidentes Javier Milei e Gustavo Petro "fizeram as pazes" e divulgaram uma nota conjunta revertendo o rompimento das relações entre os dois países.

Na última quarta-feira (27), Petro, primeiro líder de esquerda de seu país, anunciou a expulsão de diplomatas argentinos em Bogotá e retirou seu embaixador em Buenos Aires após o ultraliberal argentino voltar a chamá-lo de "terrorista assassino" em uma entrevista televisiva.

Agora, ambos afirmaram que, "por instruções precisas dos presidentes de ambas as nações [...] os respectivos governos tomaram passos concretos para superar quaisquer diferenças e fortalecer essa relação".

Petro instruiu seu embaixador Camilo Romero a voltar à capital argentina e aprovou a indicação de um novo embaixador na capital colombiana. Milei, por sua vez, anunciou a visita de sua chanceler, Diana Mondino, à Colômbia.

Romero afirmou à **Folha** que deve se reunir nesta terça-feira (2) em Bogotá com o chanceler colombiano, Luis Gilberto Murillo.

"As diásporas colombiana e argentina que residem em ambos os países, estudantes, trabalhadores, empresários e as famílias construíram essa relação e são seu principal suporte. Ambos os governos continuarão trabalhando pelo bem-estar dessas populações", afirma o comunicado.

Os dois países também "reafirmam a importância de manter boas relações e sustentam sua vontade de estreitar os laços que unem ambos os países", ressaltando que faltam poucos dias para o 201º aniversário do início das relações diplomáticas.

A tensão entre Milei e Petro escalou após a divulgação de um trecho de uma entrevista dada pelo argentino à CNN em espanhol —ela foi transmitida na íntegra neste domingo (31). Nela, o argentino chamou seu homólogo de "terrorista assassino".

> Por instruções precisas dos presidentes de ambas as nações [...] os respectivos governos tomaram passos concretos para superar quaisquer diferenças e fortalecer essa relação
>
> **Javier Milei e Gustavo Petro**
> presidentes da Argentina e da Colômbia, respectivamente, em nota conjunta sobre reaproximação diplomática

A chancelaria colombiana então repudiou as declarações, chamando-as de "depreciativas", e afirmou que "não é a primeira vez que o senhor Milei ofende o mandatário colombiano, afetando as históricas relações de irmandade entre Colômbia e Argentina".

A nota dizia ainda que as falas de Milei "deterioraram a confiança da nação, além de ofender a dignidade do presidente Petro, que foi eleito de maneira democrática. Neste contexto, o governo da Colômbia ordena a expulsão de diplomatas da embaixada da Argentina na Colômbia".

A íntegra da entrevista mostrou que as declarações foram dadas depois que o jornalista perguntou sobre quais eram os principais países com os quais Javier Milei tinha "maior afinidade" e quais eram, na sua opinião, "os piores presidentes da América Latina".

O argentino respondeu que os governos de Venezuela, Colômbia, Cuba e Nicarágua eram "desprezíveis". Ao ser questionado sobre a situação no país do ditador Nicolás Maduro, Milei voltou a citar Cuba e disse que a Colômbia "está no mesmo caminho".

A relação entre Argentina e Colômbia nunca foi particularmente próxima, mas nunca havia chegado ao nível de tensão atual.

A acusação de Milei a Petro é forte na Colômbia porque toca no sensível ponto do conflito armado e da busca pela paz. Petro foi membro da guerrilha do M-19, que assinou um acordo de paz há mais de 30 anos e ajudou a redigir a Constituição de 1991, de abertura democrática.

Esta não foi a primeira vez que Milei usou o termo "terrorista assassino" para se referir a Petro. Em janeiro deste ano, o argentino o descreveu como um "assassino comunista que está afundando a Colômbia", o que motivou a convocação do embaixador colombiano para consultas —praxe diplomática que denota profunda insatisfação.

Biden apoia maconha para reconquistar voto de jovens

Campanha vê chance de diminuir rejeição em grupo essencial contra Trump

Fernanda Perrin

WASHINGTON Joe Biden resolveu recorrer a drogas na corrida contra Donald Trump. Especificamente, à maconha. O presidente, que se destacou no campo democrata durante seus anos no Senado como um apoiador fervoroso da guerra às drogas, está prestes a promover o maior afrouxamento da regulação federal da cânabis em décadas.

O movimento é visto pela campanha como uma oportunidade de recuperar a simpatia dos jovens, grupo essencial para a vitória em 2020, mas que vem se distanciando de Biden por seu apoio a Israel na guerra Israel-Hamas.

Um gesto simbólico importante ocorreu no início de março, quando o presidente entrou para a história como o primeiro a defender o afrouxamento da regulação federal da maconha no tradicional discurso Estado da União.

Sob aplausos de seus colegas de partido, ele destacou que instruiu seu governo "a revisar a classificação federal da maconha e expurgar milhares de condenações por mera posse, porque ninguém deve ser preso simplesmente por usar ou ter isso em seu registro".

Há duas décadas, uma menção do tipo seria impensável para um candidato em ano eleitoral, mas a opinião da população mudou tanto que, hoje, o tema está longe de ser polêmico: 70% dos americanos afirmam que o uso de maconha deve ser legalizado, segundo pesquisa Gallup realizada em outubro.

O percentual é praticamente o dobro do registrado em 2003 (34%) e sobe para 79% na faixa etária de 18 a 34 anos. Até entre republicanos, o segmento mais conservador do eleitorado, a maioria é favorável (55%). Junto com aborto, é uma das questões em que a posição do governo Biden está claramente alinhada com a da maioria do eleitorado, enquanto Trump é ambíguo.

Atualmente o uso recreativo da maconha é legal em 24 estados, e o medicinal, em outros 12. Alguns preveem novos plebiscitos sobre o tema neste ano. Embora os estados tenham autonomia para regular a droga, ela ainda é banida a nível federal –mudar isso exige aprovação do Congresso, algo ainda considerado improvável.

Assim, a atitude mais importante tomada por Biden nessa seara foi abrir caminho para a reclassificação da cânabis de substância nível 1 (grupo que abarca heroína e LSD, por exemplo) para nível 3 (categoria onde estão analgésicos como o Tylenol).

Em resposta a um pedido de revisão do presidente, o Departamento de Saúde recomendou a mudança no final do ano passado, e agora aguarda apenas o posicionamento do DEA (a agência de combate às drogas) para prosseguir —o que é esperado para as próximas semanas, segundo a imprensa americana.

À parte o gesto simbólico, o maior efeito prático da reclassificação é a redução da carga tributária sobre negócios ligados à maconha. Hoje, a receita federal americana taxa o lucro bruto dessas empresas, mas se a substância migrar para o nível 3, a alíquota vai recair sobre o lucro líquido (receita menos despesas). O setor afirma que isso pode reduzir os impostos pagos em 70% ou mais.

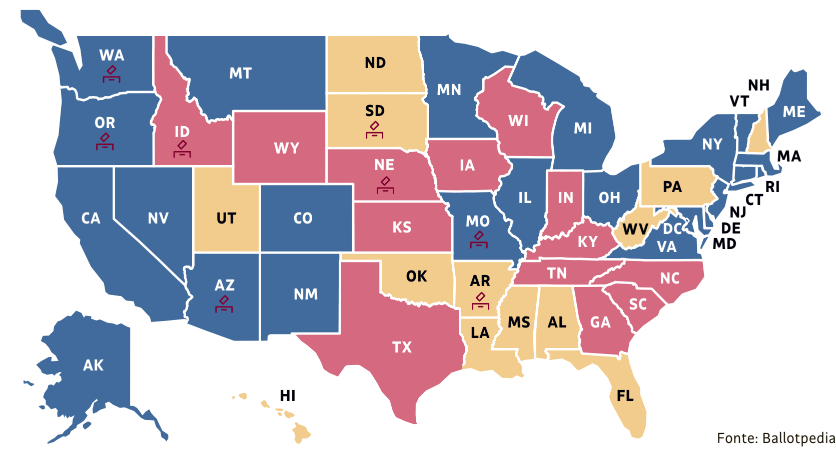
A expectativa é que a redução de custos barateie o preço dos produtos finais para o consumidor, tornando o mercado formal mais competitivo em relação ao ilegal. Assim, a mudança na classificação ainda pode ser propagandeada por Biden como uma estratégia de combate ao crime.

Outra consequência esperada é facilitar a compra de maconha medicinal, porque não seria mais necessário apresentar uma prescrição médica. A reclassificação é apoiada pela maioria da população (58%) e mais ainda por aqueles com até 26 anos (65%), segundo pesquisa da Lake Research Partners, uma consultoria encabeçada por Celinda Lake, que trabalhou na campanha de Biden em 2020.

Para ela, os jovens são nesta eleição um grupo de eleitores-pêndulo, ou seja, que podem ser persuadidos a votar em qualquer um dos partidos. "E este grupo é incrivelmente favorável e intenso nessa questão [maconha]", afirmou Lake ao site Politico.

24 estados e Distrito de Colúmbia liberam uso de maconha; tema ganha destaque na campanha de Biden neste ano

Uso medicinal
Legal
Ilegal
Possíveis plebiscitos em 2024



Trump paga fiança de US$ 175 milhões e escapa de apreensões

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump pagou nesta segunda (1º) a fiança de US$ 175 milhões (R$ 884 milhões) relativa a processo civil de fraude financeira no estado de Nova York. O republicano foi condenado por inflar seus ativos em bilhões de dólares para conseguir melhores acordos com credores e seguradoras. O juiz do processo originalmente estabeleceu que ele pagasse $ 454 milhões (R$ 2,29 bilhões), mas uma corte de apelação do estado concedeu um "desconto" na fiança. Caso ele ou alguma empresa em seu nome não tivessem depositado a soma, o estado de Nova York poderia começar a apreender ativos do ex-presidente, incluindo imóveis. Trump ainda espera o julgamento de um recurso relativo ao mérito da sentença. O desconto foi celebrado por Trump, que tem lidado com grandes despesas legais relativos a processos.

Legislação que permite uso recreativo de cânabis passa a valer na Alemanha

SÃO PAULO A medida que legalizou parcialmente o uso, a posse e o cultivo de maconha na Alemanha entrou em vigor nesta segunda-feira (1º) em um contexto de divisão da sociedade civil. Parte da população está em festa, enquanto algumas organizações temem eventuais consequências da legislação.

O texto, apresentado pela coalizão governista do premiê Olaf Scholz e aprovado no final de fevereiro, prevê a legalização em duas etapas.

Agora, pessoas com mais de 18 anos podem transportar até 25 gramas de maconha em vias públicas, cultivar até 50 gramas e ter três plantas por adulto da residência. A partir de julho, associações de cultivo poderão plantar cânabis e distribuir a seus membros —no máximo 500 pessoas, que poderão receber 50 gramas cada por mês. Até lá, a compra de maconha permanecerá ilegal.

No domingo (31) à noite, quase 1.500 pessoas diante do Portão de Brandemburgo, no coração de Berlim, esperavam a meia-noite para comemorar a mudança com uma nuvem de fumaça e ao som de reggae. "É o fim da criminalização de milhões de pessoas na Alemanha", disse à agência de notícias AFP o manifestante Torsten Dietrich, que defendia a adoção da medida há várias décadas.

"Hoje estamos acabando com uma política de proibição fracassada", afirmou o ministro da Saúde, Karl Lauterbach, à agência de notícias alemã dpa, em Berlim.

A declaração reafirma o argumento adotado pelo governo, uma aliança entre setores progressistas, de que o consumo de maconha aumentou apesar da proibição, e de que os componentes acrescentados clandestinamente à planta aumentavam os riscos à saúde dos usuários. A legalização, portanto, ajudaria a combater de maneira mais eficaz o tráfico de drogas.

Violações à lei podem ser punidas com multas. A maconha continua proibida para menores de 18 anos, e seu consumo é vetado a menos de cem metros de escolas, creches e parques infantis.

A distribuição de drogas fora das associações continua sendo um crime e, se envolver menores de idade, pode acarretar prisão. Além disso, o governo prometeu uma campanha sobre os riscos do consumo.

Mesmo assim, algumas organizações de saúde temem que a legalização possa provocar o aumento do consumo entre jovens. O porta-voz da política de saúde da conservadora União Democrata-Cristã (CDU, na sigla em alemão), Tino Sorge, prometeu reverter a mudança se seu partido chegar ao poder.

"Na verdade, o 1º de abril é histórico. Ficará para a história como o dia em que lançaram um programa de estímulo econômico sem precedentes para o tráfico. Nas próximas semanas, a cânabis ilegal inundará o mercado."

A nova legislação também recebeu críticas da polícia, que teme ter dificuldades de assegurar o cumprimento das regras. "Nossos colegas enfrentarão situações de conflito com os cidadãos, pois há incerteza para ambas as partes", disse Alexander Poitz, vice-presidente do sindicato de policiais GdP.

Outro ponto polêmico é que a legislação inclui um dispositivo para anistiar pessoas condenadas anteriormente por acusações de posse de drogas de menor grau. Segundo a Associação Alemã de Juízes, o indulto pode ser aplicado a mais de 200 mil casos, que deverão ser revistos e podem sobrecarregar o sistema.

Com AFP



Hoje estamos acabando com uma política de proibição fracassada

Karl Lauterbach
ministro da Saúde alemão, à agência de notícias dpa



Reprodução/Instagram

FAMÍLIA IMPERIAL DO JAPÃO ESTREIA NO INSTAGRAM

Com o objetivo de atrair atenção de um público mais jovem nas redes sociais, a família imperial do Japão estreou nesta segunda (1º) uma conta no Instagram. O perfil mostra imagens tradicionais dos familiares, com o imperador Naruhito e sua esposa, Masako, em atitudes cerimoniais durante recentes aparições públicas. Uma das imagens (ao lado) inclui também a princesa Aiko. Até a noite desta segunda, o @kunaicho_jp tinha alcançado 410 mil seguidores. De acordo com a agência de notícias AFP, os comentários sobre as fotos passam por moderação antes da publicação. A conta não segue nenhum outro perfil. A família imperial japonesa tem mais de 2.600 anos, sendo a dinastia mais antiga do mundo. Embora o imperador não tenha papel político desde o fim da Segunda Guerra Mundial, continua sendo uma figura simbólica importante no Japão, onde é tabu criticar o monarca. Naruhito foi proclamado imperador em 2019 com o desafio de humanizar a família imperial japonesa e aproximar a Casa da população em geral.

Lei contra incitação ao ódio entra em vigor na Escócia sob críticas

Opositores da legislação, incluindo J. K. Rowling, a autora de Harry Potter, temem ameaça à liberdade de expressão

BOA VISTA Entrou em vigor nesta segunda-feira (1º) na Escócia uma lei contra crimes de ódio vista por opositores do texto como uma ameaça à liberdade de expressão, particularmente em discussões críticas sobre diferentes concepções de gênero e sexualidade.

Chamada de Lei de Crime de Ódio e Ordem Pública, a legislação consolida outros textos a respeito de crimes de ódio e cria um novo tipo de delito que também expande os grupos de vítimas abarcados pelas novas regras.

A lei criminaliza "comportamento ameaçador ou abusivo com a intenção de incitar ódio" contra um grupo de pessoas baseado em idade, deficiência, religião ou filiação religiosa, orientação sexual, identidade transgênero e variações em características sexuais.

Considerações relativas a raça, cor, nacionalidade e origens étnicas já existiam, mas foram reforçadas com a inclusão de "insulto" nos termos a serem possivelmente enquadrados na legislação.

A exclusão de mulheres cisgênero —que se identificam com o gênero atribuído no nascimento— dos grupos de vítimas e a inclusão de características sexuais foram dois dos alvos principais das críticas desde a proposta do texto, quando o atual primeiro-ministro escocês, Humza Yousaf, era secretário de Justiça e trabalhou para fazer o texto avançar no Parlamento local.

O governo afirma que uma lei paralela sobre misoginia seria proposta, mas isso ainda não aconteceu.

> A liberdade de expressão e crença chegou ao fim na Escócia se a descrição precisa do sexo biológico for considerada crime
>
> **J. K. Rowling**
> autora da saga Harry Potter e uma das mais ferrenhas críticas da nova legislação

A legislação foi aprovada em 2021, mas discussões acaloradas no Parlamento escocês atrasaram a tramitação final com adições para fortalecer a proteção à liberdade de expressão no país.

A pena máxima prevista pela nova lei na Escócia é de prisão de sete anos, e a identificação de incitação ao ódio é vista como agravante de eventual ofensa que seja enquadrada como delito.

De acordo com Yousaf, a nova legislação não criminaliza o debate de ideias. "A menos que seu comportamento seja ameaçador ou abusivo e pretenda incitar o ódio, então não há nada com que se preocupar em termos dos novos delitos que estão sendo criados", afirmou.

A escritora J. K. Rowling, autora da saga Harry Potter várias vezes acusada de transfobia por comentários sobre identidade de gênero, manifestou-se de forma provocativa após a lei entrar em vigor.

"É impossível descrever ou enfrentar com precisão a realidade da violência e da violência sexual cometida contra mulheres e meninas, ou abordar o atual ataque aos direitos das mulheres e meninas, a menos que nos seja permitido chamar um homem de homem", disse ela em longa publicação no X.

"A liberdade de expressão e crença chegou ao fim na Escócia se a descrição precisa do sexo biológico for considerada crime", continuou.

"Estou atualmente fora do país, mas se o que eu escrevi aqui se qualifica como delito sob os termos da nova lei, estou ansiosa para ser presa quando voltar ao berço do iluminismo escocês", completou Rowling, que tem residência em Edimburgo.

A deputada Joanna Cherry, do Partido Nacionalista da Escócia (SNP, na sigla em inglês), mesma legenda de Yousaf, afirmou não ter dúvidas de que a nova lei "será utilizada como arma por ativistas dos direitos trans para tentar silenciar, e pior ainda, criminalizar mulheres que não compartilham suas crenças".

Há ainda dúvidas sobre o impacto da nova lei, mais abrangente, sobre o trabalho da polícia, responsável por receber denúncias e agir contra comportamentos vistos como abusivos.

A Associação de Superintendentes da Polícia da Escócia levantou preocupações de ordem prática. "[Há] ódio e insultos suficientes na internet para ocupar todos os agentes de polícia da Escócia", disse.

Além disso, a Federação da Polícia da Escócia, espécie de sindicato da categoria, diz que policiais não receberam treinamento suficiente para lidar com situações do tipo.



FORTES CHUVAS DEIXAM INTERIOR DA FRANÇA DEBAIXO DE ÁGUA
Venarey les Laumes, na região da Borgonha-Franco-Condado, ficou inundada após vários dias de chuvas fortes; não há relato de vítimas Arnaud Finiestre/AFP

Passa a valer mudança que facilita obter nacionalidade em Portugal

SÃO PAULO Uma mudança na lei da nacionalidade de Portugal que pode beneficiar brasileiros passou a valer nesta segunda-feira (1º). O texto, que altera as regras de contagem do tempo de residência exigido para ter acesso à naturalização, foi sancionado no final de fevereiro pelo presidente, Marcelo Rebelo de Sousa.

Para ter direito à nacionalidade, estrangeiros precisam comprovar ter vivido pelo menos cinco anos em território luso. Até agora, no entanto, a legislação só considerava o período de residência legal. A partir desta segunda (1º), as novas diretrizes flexibilizam esse critério, incluindo no cálculo também o tempo em que os imigrantes estiveram no país à espera da regularização.

Na época da sanção, a advogada Anna Pacheco Araújo, especialista em imigração e direito internacional, afirmou que a mudança tinha o potencial de beneficiar milhares de brasileiros. "As coisas estão um pouco melhores agora, mas durante muito tempo os estrangeiros levavam mais de dois anos só para ter a manifestação de interesse [pedido de regularização] aceita", disse ela.

Portugal permite a adequação do status migratório de pessoas que entraram no país como turistas, mas permaneceram para viver e trabalhar mesmo sem a permissão adequada. Essa possibilidade, incomum em boa parte da União Europeia, é a principal porta de entrada da comunidade brasileira em Portugal, que já ultrapassou a marca de 400 mil residentes legais.

O processo de regularização, contudo, é demorado, arrastando-se muitas vezes por dois anos ou mais. Esse período sem a documentação não era considerado para a obtenção da nacionalidade. Com as novas regras, o tempo de residência para a naturalização passa a valer a partir do momento em que os imigrantes têm o pedido formal de regularização aceito.

INÊS 249

Após apagões da Enel, governo pede processo administrativo

Concessionária diz que tem atuado para a modernização da rede elétrica

Francisco Lima Neto e João Gabriel

SÃO PAULO E BRASÍLIA O Ministério de Minas e Energia determinou à agência reguladora Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) a abertura de processo que pode levar à cassação da concessão da distribuidora de eletricidade Enel em São Paulo.

O ministro Alexandre Silveira enviou nesta segunda-feira (1º) o ofício ao diretor-geral da agência, Sandoval Feitosa, com a solicitação.

O documento cita a série de apagões recentes na cidade de São Paulo e fala em "histórico de falhas e transgressões" da empresa privada perante suas obrigações. O objetivo da pasta é saber se a Enel descumpriu com o contrato, se tem condições técnicas de seguir operando e se atendeu a ordem recente da Aneel para regularizar seus serviços.

"O ministério está tomando medida extremamente radical, importante e educativa para outras distribuidoras de energia", disse Silveira em entrevista à GloboNews, na manhã desta segunda.

Ao canal de TV, ele disse ainda que a empresa tem mais de R$ 300 milhões em multas não pagas. A concessionária disse que já pagou R$ 55 milhões deste montante, e que recorre do restante do valor. A Enel afirmou que cumpre integralmente o contrato.

Mais tarde nesta terça, após reunião no Palácio do Planalto, Silveira ainda acrescentou que "se apurada a possibilidade de a Enel estar descumprindo com índices mínimos de qualidade", o processo de apuração pode levar também ao fim da concessão à empresa no Rio de Janeiro.

Isso porque o contrato no âmbito carioca, muito criticado pelo governo, vence no final de 2026, ainda durante a gestão Lula (PT), que terá a missão de avaliar o que fazer com ele. Já no estado paulista, o vínculo vai até 2028.



Minhocão (à esquerda) e prédios da região da Santa Cecília após apagão que deixou parte do centro de São Paulo Ronny Santos - 21.mar.24/Folhapress

A ação do governo federal, que é o poder concedente das concessões de distribuição de energia elétrica, vem após a empresa mostrar uma série de problemas graves na prestação dos serviços na região metropolitana de São Paulo nos últimos meses.

Em novembro do ano passado, uma tempestade deixou cerca de 11 mil imóveis sem energia por seis dias seguidos. No total, o apagão atingiu 2,1 milhões de clientes da Enel em 24 cidades da região metropolitana.

Já no mês passado, problemas na rede elétrica subterrânea fizeram com que bairros do centro de São Paulo ficassem sem energia ou com fornecimento intermitente durante vários dias. A Santa Casa teve de remarcar procedimentos e exames. O icônico edifício Copan, na região central, também sofreu com falta de energia por dias seguidos.

O tempo de espera por equipes da Enel em São Paulo dobrou em cinco anos, segundo a Aneel. Os moradores da Grande São Paulo esperam 12 horas e meia, em média, até que a falta de energia seja resolvida.

É mais que o dobro do tempo médio desses atendimentos em relação a 2018, ano em que a companhia italiana comprou a Eletropaulo e passou a operar a distribuição energética na capital.

O ministro de Minas e Energia diz, no ofício, que este conjunto de fatos "têm levado a uma insatisfação generalizada dos consumidores de energia elétrica, tanto pela frequência como pela duração destes eventos, provocando grande impacto na vida das pessoas e na dimensão financeira decorrente das interrupções das atividades produtivas e comerciais".

> Foram mais de 300 milhões [de reais] em multas aplicadas à Enel, nenhuma delas pagas. A Enel tem reiteradamente prestado serviço de qualidade muito aquém do que aquilo que determina a regulação
>
> **Alexandre Silveira**
> ministro de Minas e Energia

Ele diz ainda que a Aneel já foi provocada para que fiscalizasse o desempenho da Enel, e que a empresa privada já foi intimada para que reestabelecesse os serviços prestados plenamente.

O ministro pede que a agência apure se houve descumprimento do contrato de concessão, se a companhia perdeu condições técnicas para manter sua operação ou se deixou de atender à ordem para que os serviços fossem regularizados.

"Foram mais de 300 milhões [de reais] em multas aplicadas à Enel, nenhuma delas pagas. A Enel tem reiteradamente prestado serviço de qualidade muito aquém do que aquilo que determina a regulação", afirmou Silveira à Globonews, avaliando que a empresa terá "poucas condições" de defesa no processo de caducidade, uma vez que já foram dadas oportunidades de melhora dos serviços.

Segundo o ministro, a Aneel tem 20 dias para responder ao governo sobre o processo de caducidade da concessão da Enel São Paulo. Silveira disse ainda que, em eventual cenário de perda do contrato da distribuidora, o governo poderá avaliar uma relicitação da concessão ou "até reestatização".

Especialistas ouvidos pela reportagem apontam que o processo é complexo e que a rescisão é uma medida extrema. Parte deles considera que existem elementos para o rompimento do contrato, enquanto outros consideram que não há motivos para isso.

Caso a concessão seja interrompida, caberia ao governo federal assumir o serviço na cidade ou indicar de maneira emergencial uma nova empresa para a função até a realização de uma licitação.

A rescisão, segundo o professor de administração pública Alvaro Martim Guedes, da Unesp (Universidade Estadual Paulista), é uma medida rigorosa e só pode ser viabilizada após decreto do governo federal. "Com a extinção do contrato, a administração pública faz nova licitação e, enquanto isso, assume a responsabilidade pelo serviço", afirma Guedes. "Vai ser um procedimento bastante difícil para Enel se defender. Os fatos [com as quedas de energia] tomaram uma dimensão muito grande", diz ele.

O engenheiro Cláudio Salles, presidente do Instituto Acende Brasil, considera que a afirmação do ministro é descabida e não há indicadores para o governo exercer a caducidade. Ou seja, a extinção do contrato.

"O processo [de rescisão] só faz sentido quando a empresa comprovadamente está descumprindo o contrato. Mais do que isso, ela mostra ser incapaz para cumpri-lo", disse Salles. "Em novembro os eventos climáticos foram extremos. A falta de energia em março é preciso ser analisado quais as responsabilidades. São episódios que não configura quebra de contrato."

O instituto tem a Enel como cliente, de acordo com lista disponibilizada em seu site.

Em nota, a concessionária disse que tem atuado para a modernização da rede, digitalização do sistema, ampliação dos canais de comunicação com os clientes e "aumento significativo do quadro de pessoal próprio".

"Em relação à concessão de São Paulo, a distribuidora esclarece que cumpre integralmente com todas as obrigações contratuais e regulatórias e está implementando um plano estruturado que inclui investimentos no fortalecimento e na modernização da estrutura da rede, na digitalização do sistema e na ampliação dos canais de comunicação com os clientes, além da mobilização antecipada de equipes em campo em caso de contingências", diz o texto.

Os investimentos previstos no Brasil serão de R$ 18 bilhões até 2026, segundo a empresa. Nos últimos quatro anos, quando assumiu a concessão de energia elétrica em São Paulo, desde 2018, a Enel afirmou que investiu R$ 8,36 bilhões.

Com uma base de mais de 15 milhões de consumidores, a Enel opera três concessões de distribuição de energia no Brasil, em São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará.

Com Reuters

Só 2 empresas de SP recarregam ônibus com energia 100% limpa

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Fábio Pescarini

SÃO PAULO Apenas 2 das 7 empresas que já operam com ônibus elétricos na cidade de São Paulo confirmam usar alternativas de energia 100% limpa ou renovável para recarregar as baterias de seus veículos.

A Transwolff, que roda na zona sul do município e tem 78 veículos elétricos em sua frota, diz comprar energia de fonte eólica por meio de mercado livre, onde consumidores de média e alta tensão negociam diretamente com comercializadoras o preço e o tipo da eletricidade.

A empresa é responsável por 66% da frota elétrica já em operação na cidade, que até a última quarta-feira (27) tinha 118 veículos com baterias recarregáveis no lugar de motores a diesel, segundo a SPTrans, estatal responsável pela gestão do transporte público municipal.



Sistema de carregamentos de ônibus elétricos da empresa Transwolff, na zona sul de São Paulo Zanone Fraissat - 20.mar.24/Folhapress

A MobiBrasil, que tem a zona sul paulistana como base, conta com seis desse tipo de ônibus nas ruas e também afirma recorrer ao mercado livre para compra de energia renovável. "A empresa que comercializa esta energia compra de fontes eólica e solar, mas a maior parte é solar", diz.

A **Folha** questionou as sete empresas que já iniciaram a eletrificação da frota. Dessas, três disseram usar energia de origem convencional e que não têm planos de mudança para outras fontes por enquanto. Viação Gato e a UPBus não responderam.

No caso do transporte sobre trilhos, ViaMobilidade (linhas 8 e 9 do trem metropolitano e linha 5 do metrô) e a ViaQuatro (linha 4 do metrô) dizem que 95% da energia utilizada para alimentação dos seus trens e estações são de fontes renováveis. Metrô e CPTM também vão ao mercado atrás de ofertas energéticas e têm planos sustentáveis.

Não há um regramento para que as viações paulistanas adotem energia com garantia de ser 100% limpa na recarga de seus ônibus.

Ao ser questionada sobre o tema, a SPTrans afirma, sem apontar modelos a serem escolhidos, que "a matriz energética do país é composta essencialmente por fontes renováveis, como as hidrelétricas, usinas eólicas e fotovoltaicas", e que que devido às características geográficas do Brasil "a matriz elétrica é uma das mais limpas do mundo".

De acordo com Agostinho Celso Pascalicchio, professor na área de economia de energia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o sistema elétrico brasileiro, totalmente interligado, possibilita que a energia produzida em qualquer lugar do país seja distribuída até o ponto de carga.

Uma mudança na regra permite, desde o início do ano, que consumidores como supermercados, hotéis, hospitais, grandes restaurantes ou pequenas indústrias escolham se querem continuar ligados na distribuidora tradicional ou migrem ao mercado livre de energia (não é o caso das residências).

Essa alteração beneficia diretamente as garagens de ônibus com eletrificação de suas frotas, lembra o professor.

O SPUrbanuss (Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros de São Paulo) diz que as empresas estão estudando as melhores estratégias. São elas, entre outras justificativas como redução de custos, que fazem as duas empresas de São Paulo "irem às compras" por fontes mais sustentáveis.

"Para a empresa não fazia sentido recorrer a outro tipo de energia, sendo que o foco é a mudança da matriz energética indo para uma mais sustentável", afirma a Transwolff.

O discurso da MobiBrasil é semelhante. A empresa diz que a escolha reflete compromissos de sustentabilidade e preservação ambiental.

A eletrificação do transporte público na cidade, entretanto, precisa mais do que projetos verdes. José Roberto Moreira, professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP (Universidade de São Paulo), alerta que a cidade vai ter de investir em seu sistema de distribuição.

"A rede precisará ser aumentada", afirma. "Vai ser preciso investimentos em subestações e nas garagens, nem tanto na rede elétrica", completa.

A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) colocou como meta substituir 20% da frota de 11.950 ônibus da cidade (ou seja, 2.400 veículos) por modelos movidos a energia limpa até o fim de 2024, mas ela está longe de ser alcançada.

Atualmente, 309 veículos elétricos circulam pela cidade de São Paulo. Desses, 108 são a bateria e 201 são trólebus, carros movidos por tração elétrica, conectados na rede aérea alimentada pela concessionária Enel.

Os casais e as questões de gênero

Não há previsão de que a equanimidade seja alcançada pela geração atual

Vera Iaconelli
Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "O Mal-estar na Maternidade" e "Criar Filhos no Século XXI". É doutora em psicologia pela USP

Desde que o homem se pôs no centro do universo, sobrou para a mulher o escanteio, que desembocou na tensão permanente entre os gêneros. O lugar da mulher oscila entre o ideal —cantado em verso e prosa— e o objeto passível de ser trocado, usado e destruído. Jogo bem conhecido das relações abusivas, nas quais excesso de gentilezas e sedução se alternam com a violência física, psíquica, patrimonial...

Quem sonha com um tempo no qual os casais viviam felizes e satisfeitos com suas diferenças sofre de amnésia seletiva. Para refrescá-la basta rever o inventário quase completo dos descalabros de gênero feito por Margaret Atwood no livro "O Conto da Aia" (1985). Não há cena ali que não se espelhe em algum dado da realidade.

Supor que no presente já se pode comemorar é ignorar a interdição do aborto, a escalada do feminicídio, a violência em todas as esferas e as injustiças institucionalizadas e atravessadas pela raça e pela classe.

A luta contra a opressão de gênero afeta a todos, pois obriga a repensar o lugar de cada um no mundo. Mas as mudanças trazem a angústia da indeterminação que é respondida por uns com o recrudescimento de posições retrógradas e, por outros, pela luta por condições mais justas e equânimes.

Para quem se encaixa no segundo grupo, o sofrimento não pode ser subestimado, pois não é possível enxergarmos de uma vez por todas as dimensões nas quais a opressão opera. A "queda da ficha" —como no célebre quadrinho da Laerte— se perpetua num insight sem fim, para desespero dos que almejam mudanças rápidas. Todo dia nos deparamos com nosso machismo, todo dia precisamos combatê-lo.

Dentro do capitalismo, no qual a exploração e não a cooperação, é a base do funcionamento social, custará muito para destrincharmos os meandros nos quais gênero e subalternidade se confundem.

Os casais de hoje, que tentam trocar o pneu do relacionamento com o carro andando, têm que confrontar seu anseio por mudanças com as marcas inconscientes que carregam. A transformação que se dá no plano das ideias não acompanha o lento movimento das "camadas tectônicas inconscientes" que nos constituem. Isso é visível na incoerência entre o discurso feminista proferido por mulheres que se mantêm tuteladas ou em relações abusivas sem entender o porquê ou dos homens que se dizem desconstruídos mas continuam a reivindicar privilégios e controles.

Se sairmos da seara dos casais capturados por estereótipos de gênero e que reproduzem o pior com convicção, ainda assim presenciaremos o desencontro dentro dos casais que buscam equanimidade. E como não seria assim, se a justiça de gênero não tem nenhuma previsão de ser alcançada pela geração atual? Entender a condição em que vivemos requer sustentar o tempo de sua transformação, que pode soar infindável. Daí o risco de desanimar e desistir de se relacionar —o que em alguns casos se mostra legítimo, claro.

Para além da informação e do letramento, existe um espaço que só se transforma mediante uma boa dose de sofrimento. Sem arranhar o verniz que lustra nosso narcisismo, estamos fadados ao inferno das eternas acusações mútuas. Sem assumir que algo em nós escapa à nossa própria pretensão, a conjugalidade continuará a ser sinônimo de ressentimento, choro e ranger de dentes.

Não há militância que atinja esse outro lugar no sujeito, esse no qual ele repete aquilo mesmo que ele propõe transformar. Tampouco há como sustentar a mudança subjetiva sozinho, sem encontrar no campo social um apoio que o fortaleça.

Cada um dos dois sozinho estará fadado à arrogância e ao fracasso.

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | **QUA. Ilona Szabó de Carvalho**, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

SP anuncia fim da Operação Verão após 56 mortes pela PM

Governo diz que ampliará efetivo de policiais que atua na Baixada Santista

SÃO PAULO A gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou nesta segunda-feira (1º) o encerramento da Operação Verão. A incursão Polícia Militar na Baixada Santista teve início em dezembro, mas foi intensificada em fevereiro, após a morte do soldado Samuel Wesley Cosmo. Desde então, acumula um saldo de 56 mortes. Somada com a operação Escudo, que resultou em 36 vítimas no ano passado, as duas ações totalizaram mais de 80 mortes.

O anúncio foi feito pelo secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite. O encerramento da operação ocorre dias após a morte de Edneia Fernandes Silva, 31, mãe de seis filhos que estava estudando para ser enfermeira, baleada em uma ação policial em Santos.

A escalada de mortes no litoral paulista resultou em uma série de críticas às atuação da polícia, entre as quais está uma queixa ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) apresentada no mês passado pela Conectas Direitos Humanos e a Comissão Arns.



Grupos sociais protestam em São Paulo contra violência policial na Baixada Santista Cris Faga

Ao ser questionado sobre o tema, na ocasião, o governador afirmou que não está "nem aí" para as denúncias de abusos cometidos durante a Operação Verão.

"Sinceramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí", afirmou Tarcísio à época.

Em outra frente de contestação à atuação da polícia na Baixada, o Gaesp (Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial), do Ministério Público de São Paulo, abriu uma notícia fato para investigar denúncias de que os mortos na operação estão sendo levados como vivos para hospitais.

A Operação Verão é a segunda ação mais letal da história da polícia de São Paulo, atrás apenas do massacre do Carandiru, quando 111 homens foram mortos durante a invasão da Casa de Detenção, em 2 de outubro de 1992.

Em nota divulgada na noite desta segunda, a Secretaria da Segurança Pública afirmou que a estratégia adotada para "combater o crime organizado por meio da asfixia financeira do tráfico de drogas, agora dá lugar à ampliação de efetivo de 341 policiais que passam a atuar de maneira permanente nas cidades da região".

"A operação cumpriu os seus objetivos, seja capturar alvos identificados por um trabalho de inteligência conjunto entre as polícias como reduzir os índices criminais na Baixada Santista. Agora, com a ampliação do efetivo, podemos dar continuidade a esse combate, que será constante", disse o secretário Guilherme Derrite.

Ainda segundo a nota divulgada pelo governo Tarcísio, desde dezembro, 1.025 infratores foram presos, sendo quase a metade (438) procurada pela Justiça, além de 47 menores apreendidos. "Ao todo, 56 criminosos entraram em confronto com as forças policiais e morreram", diz a nota da Secretaria.

"As Polícias Civil e Militar retiraram das ruas 2,6 toneladas de drogas e apreenderam 119 armas de fogo ilegais. Esse trabalho resultou na redução de roubos em 25,8% em Santos, São Vicente e Guarujá no primeiro bimestre do ano, quando comparado ao do ano anterior. Em toda a Baixada Santista, fevereiro de 2024 foi o mês com a menor taxa de roubos da série histórica, iniciada em 2001", afirmou a gestão Tarcísio.

A terceira fase da ação, iniciada em 7 de fevereiro, foi deflagrada depois da morte do soldado Cosmo, da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), foi atingido por um tiro no rosto durante uma operação no dia 2 daquele mês. As 56 mortes em confrontos policiais computadas oficialmente pelo governo ocorreram nessa terceira etapa agora encerrada.



> A operação cumpriu os seus objetivos, seja capturar alvos identificados por um trabalho de inteligência conjunto entre as polícias como reduzir os índices criminais na Baixada Santista
>
> **Guilherme Derrite**
> secretário da Segurança Pública

Projeto pode aposentar 40% da cúpula da Polícia Militar de SP

Rogério Pagnan

SÃO PAULO O secretário da Segurança Pública de São Paulo, Guilherme Derrite, prepara um projeto de lei que prevê a implantação de novas regras para aposentadoria compulsória na Polícia Militar e, se aprovado, deve mandar imediatamente para a reserva cerca de 40% dos coronéis —ou 25 dos 63 existentes.

A medida é vista por integrantes da PM e especialistas de segurança como uma nova ofensiva contra o grupo de coronéis que resiste ao avanço da politização nos principais postos da instituição militar que, atualmente, tem cerca de 80 mil homens e mulheres.

Procurada, a Secretaria da Segurança confirmou a veracidade do documento ao qual a **Folha** teve acesso, mas diz que se trata de uma versão antiga e que, por ora, não há nenhuma mudança definida. A pasta não enviou nenhuma versão mais atualizada do texto.

A versão obtida pela reportagem foi assinada digitalmente por Derrite às 8h18 de quinta-feira (21). Ele subscreve a mensagem de encaminhamento do texto ao governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), para eventual apresentação da proposta à Assembleia Legislativa.

Integrantes da cúpula da segurança pública ouvidos pela **Folha** confirmaram a autenticidade do documento e dizem que o projeto de Derrite caminha "a passos largos" dentro da gestão Tarcísio. O texto circulou em diversos grupos de policiais, assim como ocorreu com a tabela de reajuste salarial em 2023, cujo teor havia sido negado inicialmente pelo governo.

Militares disseram à reportagem que já aguardavam medida do gênero desde fevereiro, quando o secretário movimentou 34 coronéis da corporação e exonerou o número 2 da PM, o coronel José Alexander de Albuquerque Freixo, considerado um dos mais respeitados oficiais da PM paulista.

Na ocasião, o secretário foi informado de que os oficiais ficaram revoltados e pediram passagem para a reserva, como, em tese, deveria ocorrer com a indicação de um oficial mais recruta para o posto de subcomandante —no caso, o coronel José Augusto Coutinho, aspirante da turma de 1994. A maioria dos desafetos é da turma de 1993 (primeira e segunda turmas).

Ao continuarem na ativa, ainda que em férias ou licenças, os coronéis conseguiram ao menos atrasar o suposto plano de Derrite de promover para a cúpula da instituição nomes ligados ideologicamente a ele. A turma de aspirante de 1996, que está sendo promovida agora, teria tal alinhamento.

Até agora, apenas um dos coronéis considerados do grupo de resistência foi para reserva porque não tinha dias acumulados para conseguir se afastar e não ser obrigado a assumir os cargos designados pelo secretário.

Um sinal de que o principal alvo do projeto sejam os coronéis de 1993 está em trechos do documento que indica a transferência para a reserva de oficiais que tiverem ao menos dois anos no posto e tenham sido declarados aspirantes em data anterior ao comandante-geral ou subcomandante.

"Excetuando-se os ocupantes dos cargos de chefe da Casa Militar do governador, comandante-geral da Polícia Militar, subcomandante PM, comandante do Corpo de Bombeiros e subcomandante do Corpo de Bombeiros", diz o anteprojeto.

Atualmente, o oficial é obrigado a ir para a reserva, na chamada expulsória, quando atinge 62 anos de idade (fato raro em SP) ou quando completa cinco anos no posto de coronel, exceção feita ao comandante-geral, ao subcomandante e ao chefe da Casa Militar dentro da mesma gestão de governo.

> Esse projeto de lei é a pedra fundamental para que essas mudanças sejam perenes. É uma das mudanças mais profundas que eu vejo na PM
>
> **Carolina Ricardo**
> diretora do Sou da Paz

Para os tenentes-coronéis, os limites de idade e tempo no posto são os mesmos. Conforme tabela anexada ao projeto, em caso de aprovação, só em maio de 2024 também irão para a reserva obrigatória, além dos 25 coronéis, um total de 182 tenentes-coronéis, ou 74,9% dos 243 existentes.

Para o advogado Marco Antônio Innocenti, especialista em direito administrativo, a proposta estudada pelo governo contraria entendimento do STF (Supremo Tribunal Federal) que veda aspectos discricionários para ingresso e permanência da carreira. "É exatamente o caso aí."

Para o diretor-presidente do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Renato Sérgio de Lima, a discussão sobre o tempo de ascensão de carreira na Polícia Militar paulista é, de fato, muito lenta em comparação a outras PMs do país, principalmente às de Santa Catarina.

O projeto estruturado não tem elementos suficientes para resolver essa questão.

A diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, diz ver a proposta como parte do processo de mudança de perfil dos gestores da PM, explicitada pela movimentação dos 34 coronéis em fevereiro.

"Esse projeto de lei é a pedra fundamental para que essas mudanças sejam perenes. É uma das mudanças mais profundas que eu vejo na PM, talvez desde a Favela Naval [março de 1997]. Parece-me muito grave, porque ela não é precedida de estudos, de impacto da atuação e resultados do trabalho da Polícia Militar", afirma.

Em nota, a gestão Tarcísio afirma que estuda mudanças para se adequar à legislação federal.

"A Lei federal 13.954/19 estabeleceu novas diretrizes relativas ao tempo de serviço e às condições para o recebimento de direitos na inatividade militar. Diante dessa mudança, a Secretaria da Segurança Pública avalia as adaptações necessárias para atualizar e adequar a legislação estadual às normas federais."

Sobre o documento recebido pela **Folha**, o governo diz que o debate ainda não está encerrado.

PF muda análise sobre policial sob suspeita na morte de Marielle

Corporação afirma que contexto voltou a ser analisado quando entrou oficialmente na apuração do assassinato

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO A Polícia Federal alterou após cinco anos a interpretação dada a mensagens trocadas entre um policial da Divisão de Homicídios (DH) do Rio de Janeiro e uma testemunha supostamente usada para atrapalhar as investigações sobre a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL) e do motorista Anderson Gomes.

O policial Marco Antônio de Barros Pinto, o Marquinho DH, foi indiciado pela PF sob suspeita de obstruir as investigações do caso principalmente com base nas mensagens que trocou com o PM Rodrigo Ferreira, o Ferreirinha. Em 2019, a corporação entendeu não haver crime no mesmo conjunto de diálogos.

O delegado Leandro Almada, atual Superintendente da PF no Rio, presidiu a investigação em 2019 e também assinou o relatório enviado este mês ao STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o caso.

A PF no Rio de Janeiro disse, por meio de sua assessoria de imprensa, que o relatório final de 2019 apontou irregularidades de Marquinho DH. Disse que o contexto voltou a ser analisado quando a corporação entrou oficialmente na apuração do homicídio.

A corporação também declarou que à época da primeira investigação não tinha conhecimento do envolvimento dos delegados Rivaldo Barbosa e Giniton Lages na suposta obstrução da apuração do assassinato. A informação consta da delação premiada do ex-PM Ronnie Lessa, acusado de ser o executor do crime.

> “Agora que foram trazidos indícios de que a origem dessa trama [...] a DH [Divisão de Homicídios] criou essa cortina de fumaça para, de forma espúria, apresentar à sociedade a tão cobrada elucidação do caso Marielle e Anderson
>
> **Polícia Federal**
> em relatório

As mensagens também foram usadas para reforçar as suspeitas sobre Rivaldo, então chefe de Polícia Civil, e Giniton, então diretor da DH, no relatório enviado ao STF.

A PF prendeu no último dia 24 o deputado federal Chiquinho Brazão e o irmão dele Domingos Brazão, conselheiro do TCE (Tribunal de Contas do Estado), sob suspeita de encomendar a morte de Marielle. Rivaldo Barbosa foi detido sob suspeita de que teria ajudado a planejar o crime e atrapalhado a investigação.

Giniton e Marquinho DH foram alvos de busca e apreensão e estão sob monitoramento de tornozeleira eletrônica.

Trechos do relatório enviado ao STF indicam que a mudança de interpretação ocorreu em razão das informações da delação premiada de Lessa.

Nela, o acusado de executar o crime afirma ter ouvido dos Brazão que Rivaldo iria atuar para desviar o foco das investigações. Não há provas de corroboração que confirmem este ponto da colaboração. O relatório não traz menções do ex-PM a Giniton ou Marquinhos DH. Mas a PF afirma que os dois atuaram intencionalmente de acordo com a pretensão atribuída por Lessa a Rivaldo.

“Agora que foram trazidos indícios de que a origem dessa trama, cujo protagonismo recai sobre Ferreirinha, foi idealizada por Rivaldo e pelos irmãos Brazão, conforme detalhado por Ronnie Lessa ao narrar o tema da terceira reunião com os mandantes, a DH criou essa cortina de fumaça para, de forma espúria, apresentar à sociedade a tão cobrada elucidação do caso Marielle e Anderson e escudar-se de investigar, de fato, aquelas pessoas que estão em torno dos fatos”, diz o relatório.

As principais suspeitas contra Marquinho DH giram em torno da relação com Ferreirinha. O PM procurou a PF em abril de 2018 para apontar, de acordo com as investigações, falsos mandantes do crime. Ele acusou o ex-PM Orlando de Araújo, o Orlando do Curicica, e o ex-vereador Marcelo Siciliano.

Os delegados federais levaram Ferreirinha para a DH sob intermédio de Rivaldo. O PM prestou depoimento, e seu relato orientou por um período as diligências do inquérito.

Após a identificação da farsa, ainda em 2018, a PF instaurou um inquérito para apurar os responsáveis por tentar atrapalhar as investigações. A apuração levou ao indiciamento de Ferreirinha e de sua advogada Camila Nogueira em maio de 2019. Eles respondem a ação penal ainda não julgada.

No curso da investigação, a PF teve acesso a troca de mensagens entre Marquinho DH e o PM. Na ocasião, a PF afirmou que “a maioria dos diálogos se mostrou compatível com sendo contatos profissionais na busca por informações”. Apontou, contudo, que “algumas ações identificadas trazem em si indícios de que tenha havido indevida orientação da testemunha e manipulação de informações”.

O relatório do inquérito, que ficou conhecido como “investigação da investigação”, encerrou com a conclusão de que não havia evidências de participação do policial na infiltração da testemunha no caso Marielle.

No relatório enviado ao STF quase cinco anos depois, a PF afirma que os indícios de manipulação de testemunha indicam que Marquinho DH teve participação direta no infiltração de Ferreirinha no inquérito para atrapalhar as investigações.

A mudança na interpretação sobre as mensagens fica mais clara ao analisar a conversa na qual Ferrerinha pede a Marquinho ajuda para conseguir uma transferência de batalhão. Em um áudio, o policial afirma que Giniton conversaria com Rivaldo para ajudá-lo.

Em 2019, a PF entendeu a conversa como um compatível contato profissional, considerado “normal a se considerar o contexto”.

No relatório enviado ao STF, o empenho em favor da transferência foi descrito como uma “sanha” para atender a solicitação de Ferreirinha.

Militar é a 1º brasileira a conduzir navio na Antártida



Sabrina Fernandes, 34, capitão-tenente da Marinha, a primeira mulher brasileira a conduzir um navio na Antártida Divulgação/Marinha do Brasil

VIDA PÚBLICA
TODAS

Tatiana Cavalcanti

SÃO PAULO Navegar à frente de um gigante de 75 metros entre enormes icebergs, ver pinguins passeando entre geleiras e assistir a um pôr do sol “espetacular” todos os dias é a rotina da servidora Sabrina Fernandes, 34, capitão-tenente da Marinha. Ela é a primeira mulher brasileira a conduzir uma embarcação na Antártida e desde outubro do ano passado está a bordo do navio de apoio oceanográfico Ary Rongel.

“Foi uma conquista incrível, motivo de orgulho. A experiência a bordo nesses cinco meses é nova, desafiadora e enriquecedora. Manobramos o navio em condições muito adversas. Navegamos entre icebergs pelos restritos canais austrais e pelo temido Estreito de Drake.”

Além das atribuições relacionadas à intendência, como finanças, abastecimento e alimentação da tripulação, Sabrina está a frente da manobra do navio e participa de atividades operativas. No seu turno, a oficial coordena uma equipe de 14 militares, entre paioleiros, cozinheiros e barbeiro.

A missão atual do Ary Rongel e sua tripulação de 80 componentes na Operantar (Operação Antártica) é prestar apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz, do Brasil, na Ilha do Rei George, a 130 km da Península Antártica.

“É uma das mais complexas e extensas operações realizadas pela Marinha anualmente. Envolve um planejamento minucioso para garantir a presença do Brasil no continente gelado por meio do Proantar [Programa Antártico Brasileiro].”

A militar —que concedeu entrevista por email devido à dificuldade de comunicação no navio, atracado em Ushuaia, na Argentina—, diz que, após um período de qualificação, estava apta a cumprir a missão. “O desafio não é pequeno, mas muito recompensador.”

A seleção para servir nesse navio era o maior desafio apresentado em sua carreira até então e a tirou de sua zona de conforto. “Essa sensação aumentava quando eu lembrava que essa embarcação participa de missões longas, num lugar tão distante e em condições tão extremas como é o continente antártico.”

Antes de embarcar, Sabrina passou por treinamentos em simuladores da Marinha. Já a bordo, teve adestramentos com os oficiais qualificados para a manobra do navio. A militar adaptou sua vida a bordo e agora, no tempo livre, mantém sua rotina pessoal de atividades físicas e leitura.

A viagem da ida para a missão dura de três a quatro dias a partir de Punta Arenas, no Chile. A volta está prevista para 9 de abril. Sabrina diz que conhecer a Antártida, que chama de continente gelado, foi uma experiência “inenarrável”.

Apesar da conquista, a militar reconhece que os brasileiros vivem em uma sociedade que ainda caminha em direção à igualdade de gêneros. “Temos muitas limitações e muito a avançar.”

Nos anos 1980, a participação feminina na Marinha era restrita a atividades técnicas e administrativas. A instituição reconhece que as mulheres tinham pouco espaço e estavam na retaguarda da defesa nacional até pouco tempo atrás.

A instituição recebeu no ano passado as primeiras alunas do Colégio Naval, de ensino médio, e formou suas primeiras marinheiras de carreira.

Em 2022, a Escola Naval graduava as primeiras oficiais dos corpos da armada e de fuzileiros navais. Alunas dessa turma, segundo a Marinha, estarão no comando de navios e tropas anfíbias (que se deslocam por mar e por terra) a partir de junho. Essa era uma carreira da Força que ainda não contava com a presença do sexo feminino em suas fileiras.

A Marinha afirma também que pretende elevar o número de mulheres em seu quadro dos atuais 11,7% para 27% até 2030. Para Sabrina, no entanto, o reconhecimento das militares na Marinha do Brasil não é pequeno.

“A igualdade de gênero é um caminho sem volta. É a partir desses ‘pioneirismos’, dentre os quais incluo minha conquista, que novas portas estão sendo abertas para uma sociedade mais justa e igualitária.”

Sabrina ingressou na Marinha em 2016 por concurso público. Após concluir a faculdade de administração, ela buscava trabalhar na área. “Sendo honesta, de início procurava por estabilidade e outras prerrogativas que o serviço público oferecia. Após o meu ingresso na Marinha, vi que era muito mais que isso. Era uma questão de identificação com os valores da instituição.”

Sabrina diz que não tem referências familiares no meio militar, por isso o ingresso na Força foi algo inesperado e inédito para a família, mas bem aceito, segundo ela.

“Sempre busquei desempenhar minhas funções da melhor maneira e alcançar boas colocações dentro da Força. Acredito que isso colaborou para que eu me destacasse e, por meio da meritocracia, fosse indicada a uma das comissões mais almejadas pelos militares da Marinha, a Operação Antártica.”

Para ela, ser servidora pública é ter, como dever, servir a sociedade. “Quando fazemos algo que agregará valor à vida do outro, damos propósito e significado ao nosso trabalho e à nossa própria vida.”

A distância dos familiares e amigos por um período tão longo é apontada pela militar como um dos maiores desafios nesses quase seis meses de expedição. “Exige de nós muita determinação e abdicação. Mas nos dá orgulho saber que tudo isso é em prol de uma missão nobre, de prestar apoio indispensável à consecução do Programa Antártico Brasileiro.” Sabrina diz esperar que sua história sirva de incentivo e inspiração para outras mulheres.

Mulher pioneira



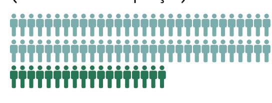
Divulgação/Marinha do Brasil

Localização
Atualmente o navio Ary Rongel está atracado em Ushuaia, na Argentina



Origem
Construído em 1981, na Noruega, foi incorporado à Marinha do Brasil em 25 de abril de 1994. Foi apelidado de Gigante Vermelho

Capacidade da tripulação
78 militares
(18 oficiais e 60 praças)



Há espaço para mais **27 pessoas**, como pesquisadores, oficiais de intercâmbio de marinhas amigas e órgãos de apoio

Tamanho
Comprimento = 75,20 m
Boca (largura máxima do barco) = 13 m
Calado (parte submersa) = 6,20 m

1 milhão
é a capacidade de combustível em litros

1.254 m³
é o espaço para carga em dois porões

Velocidade
14,5 nós (equivalente a 26,85 km/h)

Raio de ação
22.872 milhas náuticas (27 estádios) a 11 nós (20,37 km/h) e 98 dias de autonomia

Facilidade de manobra
Leme é acionado hidraulicamente; piloto automático permite ao navio permanecer num rumo constante

Equipamentos
- Porta de carga lateral
- Dois guindastes
- Um pau de carga
- Um guincho oceanográfico
- Quatro geradores
- Duas aeronaves

Fonte: Marinha do Brasil



> A igualdade de gênero é um caminho sem volta. É a partir desses ‘pioneirismos’ [...] que novas portas estão sendo abertas para uma sociedade mais justa e igualitária
>
> **Sabrina Fernandes**
> capitão-tenente da Marinha

INÊS 249

saúde

Vírus respiratório infantil cresce com início do outono

Patógeno provoca 75% das bronquiolites em crianças, segundo especialistas

SAÚDE PÚBLICA

Patrícia Pasquini

SÃO PAULO O outono e o inverno são marcados pelo aumento de infecções respiratórias. Em crianças, principalmente menores de dois anos, os pais devem ter atenção redobrada com o VSR (vírus sincicial respiratório). Este vírus é responsável por 75% das bronquiolites e 40% das pneumonias nos pequenos, de acordo com especialistas.

A bronquiolite é uma infecção nos bronquíolos, que levam o ar aos pulmões. A doença começa com um resfriado comum, mas tem possibilidade de agravamento. Os sinais são tosse persistente, febre alta, chiado no peito, dificuldade respiratória, e lábios e unhas arroxeados.

"Há outros vírus que causam a mesma doença. A bronquiolite pode ser causada pelo parainfluenza, até pelo vírus influenza, que podem dar um quadro semelhante. A grande maioria é pelo vírus sincicial. Em uma criança com quadro de bronquiolite e falta de ar, a chance de ser vírus sincicial respiratório é de 70% a 80%", destaca Renato Kfouri, pediatra infectologista e presidente do Departamento de Imunizações da Sociedade Brasileira de Pediatria.

"O vírus sincicial respiratório é muito frequente, principalmente em crianças pequenas. Para se ter uma ideia, cerca de 40 a 60% das crianças são infectadas por ele no primeiro ano de vida e praticamente 100% serão acometidas até completarem os dois anos de idade", alerta Kfouri.

"Mas existem formas de prevenção simples, como lavagem frequente das mãos com água e sabão, e evitar contato próximo com pessoas doentes. Além disso, é importante ter uma atenção redobrada com grupos de risco específicos, como bebês prematuros ou com doenças crônicas cardiorrespiratórias", afirma o infectologista.

Limpar objetos que podem estar contaminados, como brinquedos, também previne a transmissão do vírus.

"Como a maioria dos vírus respiratórios, o VSR é transmitido através do contato direto, se eu estiver próximo de alguém —estou falando de 1,5 metro de distância— ou indireto, e isso preocupa principalmente os hospitais", explica a infectologista do Instituto Emilio Ribas e coordenadora do Comitê de Imunizações da SBI (Sociedade Brasileira de Infectologia), Rosana Richtmann.

Se a minha mão estiver contaminada —e ele [o VSR] sobrevive nas nossas mãos por horas, sobrevive em luva, em botão de elevador, em estetoscópio—, então eu tenho uma forma indireta também de acabar tendo essa transmissão, que entra pela mucosa da boca, do nariz e dos olhos", diz Richtman.

Por isso mesmo, no início das estações mais frias (outono e inverno), as novas infecções e internações por VSR tendem a subir, dizem especialistas.

Segundo dados levantados pela Sociedade Brasileira de Pediatria, com dados do SIH-SUS (Sistema de Informações Hospitalares do DataSUS), as internações por bronquiolite no estado de São Paulo cresceram 18% de 2022 a 2023.

Este ano, até 13 de março, a Secretaria de Estado da Saúde confirmou 354 casos de Srag (síndrome respiratória aguda grave) por VSR em crianças menores de 6 meses até 6 anos e 11 meses no estado de São Paulo. No dia 21, esse número já era de 516 , ou 45,7% maior.

Nos hospitais estaduais infantis Cândido Fontoura (zona leste) e Darcy Vargas (zona sul), até 21 de março deste ano, foram contabilizadas 30 internações de menores de um ano, e nove de crianças na faixa de 1 a 4 anos.

No Hospital Municipal Infantil Menino Jesus, gerenciado pela Prefeitura de São Paulo em parceria com o Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês, até 20 de março, 56 crianças foram hospitalizadas com o vírus sincicial respiratório. Destas, 41 eram menores de um ano.

Dados do Ministério da Saúde também evidenciam alta. De acordo com o informe de vigilância das síndromes gripais, dos 6.976 casos de Srag com identificação etiológica até 16 de março, 17% foram causados pelo VSR.

No acumulado até a semana anterior (11 de março), 13% das 5.490 infecções por Srag foram confirmados para o vírus sincicial.

É importante ressaltar que as infecções respiratórias não são de notificação compulsória, a não ser que sejam classificadas como Srag.



Bebê internado com bronquiolite causada pelo vírus sincicial respiratório; médicos alertam para o aumento de infecções com a chegada de estações frias Fabio Rodrigues Pozzebom/Agência Brasil

Anvisa aprova imunizante que protege bebês contra bronquiolite

SÃO PAULO A Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou nesta segunda-feira (1º) a primeira vacina para gestantes contra a VSR (vírus sincicial respiratório), principal responsável por infecções respiratórias agudas em bebês de até seis meses de idade, como a bronquiolite.

Desenvolvido pela Pfizer, o imunizante Abrysvo oferece proteção de 82% a bebês de até três meses de idade contra infecções graves. A proteção cai para 69% entre três e seis meses de idade, nível que ainda é considerado bom para impedir a infecção com hospitalização.

Globalmente, infecções causadas pelo VSR constituem uma das principais causas de morte em bebês, sobretudo em países de baixo e médio rendimento, segundo pesquisa publicada na Biblioteca Nacional de Medicina dos EUA no ano passado.

"Quando a mãe recebe a vacina, os anticorpos produzidos por ela atravessam a placenta, fortalecendo o organismo do bebê, cujo sistema imunológico ainda está em desenvolvimento. Essa estratégia representa um grande avanço na proteção contra o VSR, um vírus capaz de impactar profundamente as famílias", diz a diretora médica da Pfizer Brasil, Adriana Ribeiro.

Mulheres grávidas devem receber uma única dose entre a 24ª e 36ª semana de gestação, como forma de oferecer resposta imune contra infecções respiratórias causadas por VSR nos bebês até 6 meses de idade.

Mais de 7.000 gestantes participaram do estudo em 18 centros de pesquisa ao redor do mundo, quatro deles localizados no Brasil.

Uma outra vacina contra VSR também foi aprovada no último ano para a proteção de idosos, outro grupo de risco. Em 2022, a letalidade associada ao VSR nesse público chegou a 21%, segundo a Sociedade Brasileira de Imunizações.

Em uma semana, número de óbitos por dengue na cidade de São Paulo aumenta de 19 para 33

SÃO PAULO De janeiro a 27 de março, a cidade de São Paulo registrou 33 mortes por dengue. Só na última semana, o salto foi de 19 para 33 —um aumento de 73,6%. Outros 80 óbitos no município estão em investigação. As informações são do boletim epidemiológico da Secretaria Municipal da Saúde, divulgado na manhã desta segunda-feira (1º).

No total, desde janeiro deste ano, a capital paulista registrou 33 óbitos por dengue. No ano inteiro de 2023, dez pessoas morreram em decorrência da doença.

O número de casos, por sua vez, aumentou 2.183%, se comparado o mesmo intervalo de 2023 —foi de 3.905 para 89.153 neste ano. É o maior número desde 2015 (43.055), quando o país viveu uma epidemia com muitos casos e mortes.

A epidemia de dengue cresce na cidade de São Paulo, que já tem incidência de 742,6 casos por 100 mil habitantes. A prefeitura decretou estado de emergência pela doença no dia 18 de março.

A piora da situação também pode ser percebida em cada um dos 96 distritos administrativos da cidade de São Paulo, —76 deles (79,1%) têm o coeficiente de incidência acima de 300. O coeficiente de incidência é um critério da OMS (Organização Mundial de Saúde) e do Ministério da Saúde para classificar uma região como epidêmica quando há mais de 300 casos para 100 mil habitantes.

O Jaguara, bairro na zona oeste de São Paulo, tem a incidência mais alta do município: 6.852,1. Em 2023, fechou o ano com 656,6. Nem em 2015, quando o país enfrentou uma epidemia de dengue e a capital paulista contabilizou 103.186 casos, chegou a um patamar tão alto. Na época, alcançou 1.032,8.

Em segundo lugar vem São Miguel, na zona leste, com 2.672,5. São Domingos, na zona norte, é o terceiro distrito onde a doença mais se espalha. Lá já são 2.606,6 casos por 100 mil habitantes. Itaquera (2.131,8) e Jaçanã (2.073,4), nas regiões leste e norte, respectivamente, também estão com incidências expressivas.

Também estão no ranking de distritos onde a doença é mais transmitida a Vila Curuçá (1.648,6), na zona leste, Anhanguera (1.549,4), na zona norte, Guaianases (1.476,3), na região leste, Vila Leopoldina (1.471,1), na oeste, e Lajeado (1.407,0), na leste.

A Secretaria Municipal da Saúde intensificou as ações de combate à dengue, de domingo a domingo, e com o aumento em seis vezes do número de agentes nas ruas —passou de 2 mil para 12 mil. Somente neste ano, foram realizadas mais de 4 milhões de ações de combate ao *Aedes aegypti* na capital, como visitas casa a casa, vistorias a imóveis, ações de bloqueios de criadouros e nebulizações.

A pasta também abriu tendas para atendimento a casos suspeitos de dengue e ampliou o horário das AMAs (Assistência Médica Ambulatorial) em três horas. O funcionamento é até 22h.

Segundo Julio Croda, infectologista e pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz , o pico da dengue será entre o final de abril e o início de maio. Até lá é esperado que tenhamos duas condições climáticas importantes para a multiplicação do mosquito: chuvas frequentes, que favorecem o acúmulo de água, e calor.

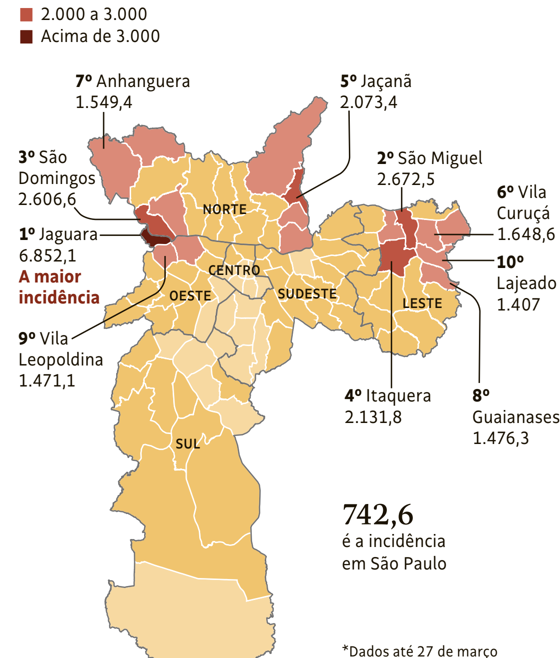
O infectologista afirma que a preocupação com a dengue a partir do final do mês de maio dependerá do clima.

"Sem a presença do El Niño, a temperatura tende a voltar a que era antes. Menos chuva e menor temperatura vão impactar na replicação do vetor", diz. **PP**

76 distritos da capital paulista têm incidência de dengue acima de 300

Incidência por 100 mil habitantes*

- Até 300
- 300 a 1.000
- 1.000 a 2.000
- 2.000 a 3.000
- Acima de 3.000



*Dados até 27 de março
Fonte: Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Foi a primeira mestra de maracatu rural

GIVANILDA MARIA DA SILVA (1969 - 2024)

Adriano Alves

JUAZEIRO (BA) Há 20 anos, o Maracatu Feminino Coração Nazareno sai pelas ruas de Nazaré da Mata (PE) durante o Carnaval. O grupo, único do estado formado apenas por mulheres, foi comandado durante mais de 15 folias por Givanilda Maria da Silva, a Mestra Gil.

Ela foi a primeira mestra de maracatu rural do estado, os chamados de baque solto. Em 2005, passou a comandar o Coração Nazareno, criado em 2004 pela Associação das Mulheres de Nazaré da Mata (Amunam). A tradição secular era, até então, protagonizada por homens.

"A gente costuma dizer que o maracatu das mulheres é o símbolo da resistência na luta contra a discriminação e o preconceito, pela conquista de espaços nunca vistos antes nos maracatus rurais", afirma a coordenadora da Amunam, Eliane Rodrigues, 66.

Gil começou como bandeirista, carregando o estandarte. Mas, em uma terça-feira de Carnaval, revelou seu dom ao ser ouvida cantar no banho pelas colegas. Logo, recebeu a missão de estudar para ser mestra. Aprendeu a guiar as evoluções, como manda a tradição, com a bengala e o apito.

À frente do grupo, participou de dois CDs, em 2004 e 2009. Suas letras abordam temas sociais, como igualdade de gênero, e ambientais.

A mestra sabia tocar todos os instrumentos de percussão e repassava às demais integrantes. "Ela era muito exigente com tudo que fazia. Era uma mestra que não só cantava e rimava", diz Rodrigues.

Entre festivais e carnavais, conheceu o país e ganhou prêmios. Era voz ativa na comunidade, morava perto da associação e estava sempre presente. Só se afastou algum tempo por problemas de saúde.

Givanilda nasceu e foi criada na capital dos maracatus, Nazaré da Mata. De família humilde, começou a trabalhar cedo. Ainda jovem, teve a filha Jaqueline, que morreu com pouco mais de um ano. Depois, teve mais cinco filhos.

Trabalhou muito para sustentar a família. Foi doméstica, feirante, gari e auxiliar de serviços gerais.

Conheceu o mestre do Maracatu Rural Estrela de Ouro, Zé Duda, com quem viveu por 17 anos, até sua morte em 2023. Juntos, moraram na praia de Catuama, em Goiana (PE), e em Chã de Camará, Aliança (PE). Mas nunca deixou de visitar sua Nazaré da Mata.

Mestra Gil tratava um câncer que descobriu ano passado. Morreu no dia 16 de fevereiro, aos 54 anos. Deixa os filhos Danilo, Daniel, Deibson, Douglas e Mariana, além de quatro netos, Maria Sofia, Maria Lúcia, Geovana e Deibson Júnior.

Petrobras realiza expedição científica na margem equatorial

Objetivo é aprofundar estudo sobre a geologia; empresa enfrenta resistência para explorar petróleo na região

Nicola Pamplona

RIO DE JANEIRO Em meio a um embate sobre a exploração de petróleo na chamada margem equatorial brasileira, a Petrobras anunciou nesta segunda-feira (1º) uma expedição científica para pesquisar a região, que vai do litoral do Rio Grande do Norte até o Amapá, na fronteira com a Guiana Francesa.

O objetivo principal, diz a estatal, é aprofundar estudos sobre a geologia marinha da região, "a nova e mais promissora fronteira exploratória em água profundas", para subsidiar futuros programas ambientais na área.

A exploração de petróleo na margem equatorial enfrenta resistência da área ambiental do governo, que já negou licenças para a perfuração de poços no Amapá e no Maranhão.

O setor de petróleo defende que a atividade é fundamental para manter a produção de petróleo brasileira após o esgotamento do pré-sal.

O bloco 59 da bacia Foz do Amazonas é o principal alvo da Petrobras na margem equatorial.

Esta é a segunda expedição da estatal na margem equatorial. O trabalho conta com 28 cientistas de 12 universidades e instituições de pesquisa, 10 delas da região nordeste. Foi iniciado no sábado (30), com o uso do navio de pesquisa Vital de Oliveira, da Marinha.

"Vamos intensificar os estudos [sobre a região] e atualizar dados", disse, em nota, o presidente da estatal, Jean Paul Prates.

"Futuramente aplicaremos tecnologias que foram usadas na bacia de Santos, como inteligência artificial, drones e sensoriamento remoto para produzir conhecimento desse ambiente", completou o presidente da estatal.

"Grande parte do conhecimento que temos hoje sobre os ecossistemas marinhos das bacias de Campos e de Santos foram viabilizados pela Petrobras", afirmou o diretor de engenharia, tecnologia e inovação da Petrobras, Carlos Travassos. "Queremos fazer o mesmo na margem equatorial", disse.

Os estudos compreendem a coleta de materiais entre 130 e 800 metros de profundidade, a cerca de 150 quilômetros da costa, na porção marítima do Amapá.

Segundo a Petrobras, o navio Vital de Oliveira é capaz de mapear dados da atmosfera, oceano, solo e subsolo marinhos e já realizou 85 viagens na costa brasileira. Tem capacidade para até 90 militares e 40 pesquisadores.

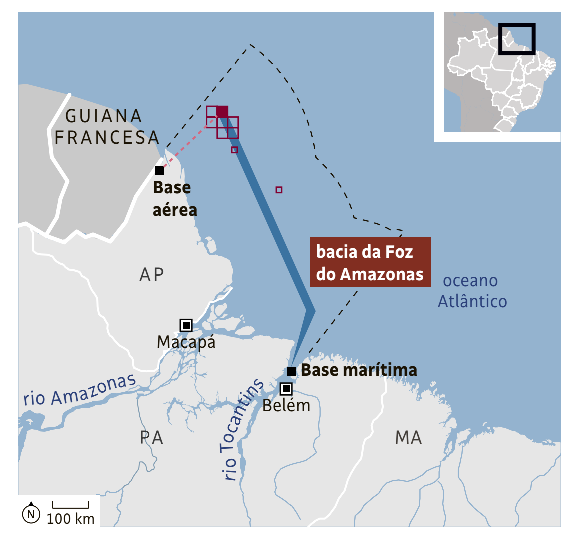
No início deste ano, a Petrobras perfurou seu primeiro poço exploratório na margem equatorial após negativa da licença para operação no Amapá. O poço foi perfurado no litoral do Rio Grande do Norte, área em que a atividade petrolífera é mais consolidada.

Em janeiro, a empresa informou que encontrou indícios de petróleo nesse poço, mas que ainda não era possível atestar a viabilidade da produção. Um novo poço seria perfurado na área para aprofundar os estudos.

Nesta segunda, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a defender a exploração de petróleo na região.

"O Brasil precisa conhecer as suas potencialidades e, caso as reservas de petróleo e gás natural no Amapá sejam confirmadas, definir a utilização desses recursos para proteger a floresta Amazônica e financiar a transição energética. Sem saber o que temos, não podemos fazer nada", afirmou Alexandre Silveira.

Petrobras busca licenciamento para novos poços de petróleo na foz do Amazonas



Oceanos têm recorde de calor em meio à falta de ações

Giuliana Miranda

LISBOA Recorde de temperaturas, ondas de calor cada vez mais frequentes e acidificação acelerada: o mais recente relatório da OMM (Organização Meteorológica Mundial) confirmou uma série de indicadores negativos para os oceanos.

As águas, que cobrem mais de 70% da superfície da Terra, têm um papel importante na regulação do clima. A maior parte da energia acumulada no sistema atmosférico vai para os oceanos, que foram fundamentais para que as temperaturas globais não se elevassem ainda mais nas últimas décadas.

Os dados mais recentes evidenciam, contudo, uma rápida degradação das condições dos mares. Ano mais quente da história da humanidade, 2023 ficou marcado também por um aumento sem precedentes das ondas de calor marinhas, que chegaram a uma cobertura média diária de 32% dos oceanos. No recorde anterior, em 2016, as cifras eram de 23%.

A situação mereceu um alerta especial da OMM, que é vinculada à ONU (Organização das Nações Unidas). "A escala de tempo dos oceanos não é tão rápida quanto a da atmosfera. Mas, uma vez que a mudança está estabelecida, eu diria que é quase irreversível", avaliou a secretária-geral da entidade, Celeste Saulo.

"A tendência é realmente muito preocupante. E isso se deve às características da água, que retêm o calor por mais tempo do que a atmosfera. É por isso que estamos prestando cada vez mais atenção ao que está acontecendo nos oceanos."

As ondas de calor marinhas têm grande influência também no processo de branqueamento de corais, ecossistemas essenciais para o equilíbrio da vida marinha. Nos últimos meses, diversas instituições, incluindo a Noaa (agência atmosférica e oceânica americana) emitiram alertas para o risco de episódios de grandes proporções.

Nesse processo, desencadeado pelo estresse térmico, os corais expulsam as algas que vivem em seus tecidos, ficando assim mais vulneráveis a diversos problemas, incluindo a falta de nutrientes e a doenças.

"Temos o risco de uma uma espécie de desertificação [da vida] dos oceanos quando esse branqueamento de corais se expande muito amplamente", disse o chefe de monitoramento climático da OMM, Omar Baddour.

Os níveis recordes de acidificação dos oceanos, resultado da absorção dos níveis sem precedentes de dióxido de carbono, contribuem para deteriorar ainda mais os ecossistemas marinhos.

Diante desse cenário, cientistas de todo o mundo têm elevado os alertas para reforçar a proteção dos oceanos.

Em 2023, após mais de uma década de negociações, a comunidade internacional concordou com um tratado no âmbito da ONU para a preservação do chamado "alto-mar", as águas que se estendem para além do limite de 370 km da costa das atuais jurisdições nacionais.

Até agora, os compromissos internacionais de preservação se enquadravam nas águas nacionais. Ainda que o alto-mar tenha sido de certa forma mais preservado historicamente, a situação se alterou nas últimas décadas.

O aumento da regulação nos mares mais próximos, combinado à crescente exaustão de recursos naturais nessas regiões, tem expandido rapidamente as "fronteiras" marítimas. Além dos danos trazidos pelas mudanças climáticas, as águas mais afastadas tornaram-se frequentemente exploradas por atividades intensivas que se aproveitam das lacunas legais.

No tratado, os países assumem o compromisso com a preservação de pelo menos 30% dos oceanos até 2030. Atualmente, apenas cerca de 3% dos oceanos do globo estão sob proteção total ou muito elevada.

Apesar de ter sido classificado como histórico por ambientalistas, o acordo só entra em vigor quando pelo menos 60 países o tiverem ratificado. Até agora, apenas Palau, um Estado insular do Pacífico, e o Chile cumpriram esse requisito.

"O tratado foi um avanço muito grande na perspectiva da governança global do oceanos. Estamos fechando uma lacuna importante, porém, ainda é necessário que os países se comprometam e ratifiquem o documento no seu cenário doméstico", destaca Leandra Gonçalves, doutora em relações internacionais e professora do Instituto do Mar da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo).

"O Brasil, por exemplo, ainda não ratificou", diz a bióloga.

A necessidade dos processos de ratificação foi um dos temas debatidos na Cúpula Mundial dos Oceanos, realizada em março em Lisboa. Diretor científico e administrador da Fundação Oceano Azul, Emanuel Gonçalves destacou a importância da proteção dos ecossistemas marinhos.

"Levamos 300 anos para proteger 3% dos oceanos da pesca extrativa. Se fizermos agora a mesma coisa, vamos levar mais 300 anos. Temos de fazer diferente. Precisamos acelerar processos e garantir a proteção baseada na melhor evidência científica", diz.

Segundo ele, a falta de financiamento para medidas de preservação tem sido historicamente um dos principais entraves ao estabelecimento das zonas protegidas.

> Precisamos acelerar os processos e garantir a proteção baseada na melhor evidência científica
>
> **Emanuel Gonçalves**
> diretor científico e administrador da Fundação Oceano Azul

Sucuri famosa em Bonito morreu de causas naturais

Aléxia Sousa

RIO DE JANEIRO O laudo da Polícia Científica de Mato Grosso do Sul apontou nesta segunda-feira (1º) que a sucuri de grande porte encontrada morta às margens do rio Formoso, em Bonito (MS), na última semana, morreu de causas naturais.

Policiais militares ambientais localizaram a cobra no dia 24 de março, depois que o documentarista Cristian Dimitrius fez uma publicação nas redes sociais que denunciava a morte do animal. Ele filma cobras na região há dez anos e batizou a sucuri de Anajulia.

Ainda segundo a Polícia Civil, Anajulia foi encontrada já em estado de decomposição. A Delegacia de Bonito abriu inquérito para investigar as causas da morte e solicitou a perícia.

"Nós realizamos exames por raio-x, que poderiam indicar projéteis alojados ou quebramento de ossos, mas nada foi encontrado e descartamos efetivamente morte violenta ou por causas externas", disse o diretor do Instituto de Criminalística, Emerson Lopes dos Reis.

Palavra negativa em título eleva clique em 2,3%

Efeito é modesto quando analisada a utilização de termo considerado positivo; estudo analisou mais de 105 mil variantes

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) O uso de palavras com teor negativo nos títulos de notícias publicadas online aumenta a probabilidade de que as pessoas cliquem para ler o texto inteiro, enquanto palavras com tom positivo têm efeito contrário, diminuindo o interesse dos leitores.

A conclusão, que vem de um estudo feito por pesquisadores americanos e europeus, dá mais peso à hipótese de que a negatividade acaba impulsionando a audiência na internet.

Detalhes da análise foram publicados no dia 16 no periódico especializado Nature Human Behaviour. O trabalho teve como principais autores Jay Van Bavel, do Departamento de Psicologia da Universidade de Nova York (Estados Unidos), e Stefan Feuerriegel, da Escola de Administração da Universidade Ludwig Maximilian de Munique (Alemanha).

O efeito identificado por Bavel, Feuerriegel e seus colegas é relativamente modesto: eles estimam que cada uma das palavras com significado negativo aumente em 2,3% a taxa de cliques num título de notícia. Ou seja, a chance de que, após ver apenas o título, o internauta clique nele para ler o texto. Já cada uma das palavras com tom positivo faz diminuir em 1% a taxa de cliques.

Os pontos fortes e fracos da pesquisa estão ligados ao banco de dados que os estudiosos utilizaram. Trata-se de um conjunto de 105 mil variantes de títulos de notícias publicados pelo site Upworthy.com, considerado um pioneiro do "clickbait" —em inglês, algo como "isca de clique". Ou seja, são títulos pensados para atrair ao máximo a curiosidade do leitor para que cliquem nelas, e não necessariamente tão voltados ao conteúdo jornalístico.

Além de as técnicas do Upworthy terem influenciado amplamente outros sites, um detalhe que faz do portal um excelente alvo para análises sobre o comportamento online é o fato de que seus editores costumavam testar o tempo todo qual tipo de título era mais atraente para seus visitantes.

Os editores produziam até 25 versões diferentes de um título para a mesma reportagem e conduziam testes randomizados com padrão duplo-cego. Ou seja, elas realizavam uma exposição aleatória das diferentes versões, sem que nem os jornalistas nem os leitores soubessem qual título seria exposto, e verificavam quais recebiam mais cliques. Em tese, isso seria uma forma bastante confiável de medir o que atrai a atenção das pessoas online.

Um último detalhe é que o Upworthy tinha como meta editorial dar destaque às "boas notícias", abordagem diferente dos padrões editoriais tradicionais dos meios de comunicação e que poderia até diminuir vieses inconscientes em favor de notícias negativas que chamam a atenção do público.

Os especialistas analisaram o texto das mais de 100 mil variantes de títulos no banco de dados do Upworthy usando bancos de dados que classificam automaticamente as palavras usadas em "caixas" emocionalmente negativas ou positivas.

Um exemplo de duas abordagens diferentes para a mesma notícia são os títulos: "UAU: a Suprema Corte fez com que milhões de nós ficássemos muito, muito felizes" (viés positivo) e "Daqui a dez anos, vamos olhar para trás e morrer de vergonha que esse negócio existiu" (viés negativo).

Ambos os títulos falavam da anulação de uma lei estadual da Califórnia que proibia o casamento de pessoas do mesmo sexo. A linguagem parece brega se comparada à de jornais tradicionais, mas fazia sucesso entre o público online americano na década passada e passou a influenciar toda a cultura do "clickbait".

A análise automatizada dos textos mostrou que o Upworthy até usava mais palavras com teor positivo (2,83% das palavras dos títulos, contra 2,62% classificadas como tendo tom negativo), mas ainda assim os títulos com mais "negatividade" tendiam a ser ligeiramente mais clicados pelos leitores.

Tentando classificar as emoções transmitidas pelas palavras de forma mais específica, a equipe observou ainda que palavras associadas à ideia de tristeza tendem a aumentar ligeiramente a taxa de cliques.



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Hospital Universitário da USP
CNPJ nº 63.025.530/0085-12

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO ORDINÁRIO Nº: 90001/2024 - HU
PROCESSO SEI Nº 154.00000940/2024-49

O Hospital Universitário torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, sob nº: 90001/2024 - HU, do tipo menor preço, cujo objeto é LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, conforme especificações e condições constantes deste Edital e seus Anexos, cuja data para início do prazo de Recebimento das Propostas Eletrônicas será o dia 03/04/2024 a partir das 08h00, estando a sessão de disputa agendada para o dia 15/04/2024 às 09h00, sendo o acesso à sessão por intermédio do sistema eletrônico de contratações denominado "Portal de Compras do Governo Federal" através do sítio www.gov.br/compras. O Edital na íntegra se encontrará disponível a partir do dia 03/04/2024, além da página do GOV, citada anteriormente, nos seguintes endereços: www.usp.br/licitacoes e www.doe.sp.gov.br.

bradesco — **EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE CASA - COTIA/SP** — FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela **Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: **www.freitasleiloeiro.com.br. Localização do imóvel: Cotia-SP.** Bairro do Potuvera. Mato Dentro – M' Boi. Rua Caminho 2 (in loco Rua Maçaranduba), nº 280 (Lt. 04 da qd. A - Sítio Samambaia). **Casa.** Áreas totais: terr. 5.085,75m² e constr. lançada no IPTU 375,26m² (estimada no local 259,83m²). Matr. 56.366 do RI local. Obs.: Construção e atual denominação do logradouro pendentes de averbação no RI. Regularização e encargos perante os órgãos competentes correrão por conta do comprador. Ocupada. (AF). **1º Leilão: 15/04/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: R$ 579.000,00. 2º Leilão: 18/04/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: R$ 347.400,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/ e www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

bradesco — **EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP** — FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pela **Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.**, inscrita no CNPJ sob nº 52.568.821/0001-22, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: São Paulo-SP.** Vila Arcádia. Rua da Balsa, 682. Condomínio Veritá Residencial Freguesia. Ap. 55 (5º andar da Torre 3), c/ uma vaga de garagem indeterminada. Área priv.: 47,86000m². Matr. 172.810 do 8º RI local. Obs.: Ocupado. (AF). **1º Leilão**: 15/04/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R$ 533.567,56 2º Leilão**: 18/04/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R$ 188.400,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/ e www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

SOCIEDADE BENEFICIENTE DOS EMPREGADOS DA COMPANHIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES COLETIVOS
Sede: R. José de Alencar, 180 -Brás – CEP 03052-020 – São Paulo–SP - CNPJ 60.627.734/0001-27
Sub Sede: Estr. São Bento, 1993 – Copaco – CEP 07440-400 – Arujá–SP- CNPJ 60.627.734/0002-08
Tel: (11) 2722-2699 / (11) 98655-9099 / (11) 99211-8564
EDITAL

A Sociedade Beneficiente dos Empregados da Companhia Municipal de Transportes Coletivos SP, o seu Presidente em pleno gozo de seus direitos estatutários, convoca os associados quites com cofres da Sociedade, obedecendo art. 6º parágrafo único do estatuto social, a participarem da Assembleia Geral Ordinária a realizar dia 13/04/2024 na sub sede na Estr. São Bento, 1993 – Copaco – Arujá – SP às 10:00 hs em primeira convocação às 10:30 segunda convocação com qualquer número de associados consoante art. 17º do Estatuto Social para discutir, deliberar as ordens do dia.
A) Leitura da ata anterior;
B) Prestação de contas do balanço financeiro do exerc. 2023 com parecer do conselho fiscal;
C) Previsão orçamentária para exerc. 2024 com o parecer do conselho fiscal;
D) E outros do interesse da Associação
Fica encarecida necessidade da presença e participação do maior número de associados.
São Paulo, 02 de Abril de 2024
José Pafume -Diretor Presidente



São Paulo Obras
SPObras

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO
SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE Nº 001/2024
Projeto corredor BRT Aricanduva
ACORDO DE EMPRÉSTIMO LOAN - 9081-BR DE 31/12/2021

TÍTULO DO SERVIÇO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM ENGENHARIA PARA **ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E SUPERVISÃO DA OBRA DO CORREDOR BRT ARICANDUVA, "ENGENHEIRO FIDIC"**, PARCIALMENTE FINANCIADO PELO BANCO INTERNACIONAL DE RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD.
A Prefeitura de São Paulo assinou um Acordo de Empréstimo, LOAN - 9081-BR, junto ao Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), ou Banco Mundial, para a realização do PROJETO DO CORREDOR DE TRÂNSITO RÁPIDO DE ÔNIBUS ARICANDUVA DE SÃO PAULO e pretende aplicar parte dos recursos na contratação de serviços técnicos especializados em engenharia para acompanhamento técnico e supervisão da obra do Corredor BRT Aricanduva, "Engenheiro FIDIC", em conformidade com o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento.
O Projeto Corredor BRT Aricanduva, oriundo do Plano de Mobilidade Urbana da Prefeitura do Município de São Paulo, tem como objetivo melhorar a acessibilidade à empregos para os usuários de transporte público socialmente vulneráveis na área de influência dos cerca de 14 (quatorze) quilómetros do corredor Aricanduva e aumentar a eficiência operacional do sistema de ônibus da cidade de São Paulo, com a implantação de um Centro de Controle Operacional.
Os serviços de consultoria, próprios do ENGENHEIRO FIDIC visam supervisionar o cumprimento do Contrato de Obras, atingindo os objetivos principais da execução das obras, quais sejam: máxima eficiência e qualidade dentro das normas técnicas e legislações ambientais e sociais vigentes no país, além das Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.
O Termo de Referência detalhado e seus anexos para execução dos serviços encontram-se disponíveis para consulta dos interessados através do link contido no DOC SEI! 100840576 que pode ser consultado na publicação relativa ao instrumento de seleção - Manifestação de Interesse - SPObras nº 001/2024, publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo - DOC, bem como no site: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/obras/sp_obras/.
A São Paulo Obras - SPObras na qualidade de Cooperador Técnico à frente dos processos licitatórios do Acordo e Empréstimo, através da Comissão Especial de Licitação, convida empresas de Consultoria elegíveis para manifestarem seu interesse em participar do processo de seleção para realizar os serviços.
As empresas Consultoras interessadas devem apresentar informações (portfólios, lista de contratos executados com objetos semelhantes, incluindo nome, e-mail e telefone de contato do gestor técnico de seus contratantes e outros documentos similares) que demonstrem que possuem as qualificações necessárias e relevante experiência para prestar os serviços.
A experiência necessária e relevante a ser considerada na formação da LISTA CURTA é ter realizado serviços de acompanhamento técnico, supervisão e/ou gerenciamento em obras de
implantação de infraestrutura viária, preferencialmente com recursos dos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, demonstrando cabalmente: (i) conhecer do escopo destes serviços de acompanhamento técnico e fiscalização de obras deste porte, (ii) ter executado contrato semelhante ou estar com execução em andamento e, (iii) Estrutura gerencial da empresa.
As Empresas Consultoras interessadas devem se atentar aos parágrafos 3.14, 3.16 e 3.17, da Seção III. Governança, do Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento - Aquisições em Operações de Financiamento de Projetos de Investimento - Bens, Obras, Serviços Técnicos e Serviços de Consultoria, datado de julho de 2016 e revisado em agosto de 2018, estabelecendo a política do Banco Mundial sobre conflito de interesses.
As Empresas Consultoras podem associar-se a outras empresas na forma de um empreendimento conjunto para aprimorar suas qualificações, mas devem indicar claramente se a associação está na forma de uma Joint Venture.
Uma empresa de Consultoria será selecionada de acordo com o método Seleção pelo Menor Custo - SMC, estabelecido no Regulamento de Aquisições do Banco Mundial.

Dúvidas/esclarecimentos e mais informações poderão ser obtidas através do endereço eletrônico: licitacoesbrtaricanduva@spobras.sp.gov.br.

As Manifestações de Interesse deverão ser encaminhadas através do endereço eletrônico licitacoesbrtaricanduva@spobras.sp.gov.br, até o dia **03 de maio de 2024**, tendo como Assunto "**Manifestação de Interesse - SPObras nº 001/2024 - Engenheiro FIDIC**", observado o quanto segue: • Serão aceitos somente arquivos no formato "pdf" pesquisável, poderão ser anexados ao e-mail quantos arquivos forem necessários, estando limitado o tamanho total de cada mensagem em 30MB; • As folhas devem ser do tamanho A4 ou Ofício; • O representante legal da empresa, deverá assinar se responsabilizando pela veracidade, autenticidade e integridade de todos os documentos apresentados em meio eletrônico.

COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO - CEL BRT CORREDOR ARICANDUVA
SÃO PAULO OBRAS - SPObras
Maria Beatriz de M. Millan Oliveira - Presidente da Comissão Especial de Licitação
Endereço: Rua XV de Novembro, 165 - 7º andar - Centro - São Paulo - SP - CEP 01013-001
Telefone: +55 11 3113-1571/ 3113-1568 / licitacoesbrtaricanduva@spobras.sp.gov.br

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO 30 (TRINTA) DIAS. PROCESSO Nº **1012127-92.2017.8.26.0248**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Indaiatuba, Estado de São Paulo, Dr(a). LUIZ FELIPE VALENTE DA SILVA REHFELDT, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a DIONATHAN PEREIRA DOS SANTOS, Brasileiro, Casado, RG 486877474, CPF 352.778.198-60, com endereço à Praca Duque de Caxias, 284, Centro, CEP 13300-103, Itu -SP, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial requerida por Banco Bradesco S/A, constando da inicial que o débito, a título de pensão alimentícia, importa em R$ 17.264,93, até o mês de dezembro/2017. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido foi determinada a sua CITAÇÃO, por edital, para que, no prazo de 03 (três) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, efetue o pagamento da importância mencionada (devidamente atualizada e acrescida das pensões que se vencerem ao longo da demanda) ou comprove que já o fez ou, ainda, justifique a impossibilidade de efetuá-lo, SOB PENA DE PRISÃO, nos termos do artigo 911 do Código de Processo Civil. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado no local de costume e publicado pela imprensa na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Indaiatuba, aos 04 de março de 2024.

HOSPITAL MATERNIDADE INTERLAGOS
"WALDEMAR SEYSSEL-ARRELIA"
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

Encontra-se aberto no Núcleo de Compras e Gestão de Contratos da Administração do Hospital Maternidade Interlagos "Waldemar Seyssel-Arrelia", o PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024, referente ao processo 024.00043464/2024-17, destinado a **Aquisição de medicamentos**, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão será no dia 17/04/2024 às 10:00 horas, no endereço eletrônico www.gov.br/compras. O edital na íntegra com anexos encontra-se à disposição dos interessados para consulta e obtenção no site www.gov.br/compras e www.imprensaoficial.com.br, seção "Negócios Públicos".

INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - IPT
C.N.P.J. 60.633.674/0001-55
Cotação - Processo IPT Nº DL00193.2024 - RC94561.2024
Objeto: Diagramação de e-book de até 200 páginas.
Data Final para apresentação de proposta: **04/04/2024 até as 17:00h.**
Esclarecimentos adicionais poderão ser obtidos através do telefone/e-mail: (11) 3767-4056 - marcelino@ipt.br - Departamento de Compras.





CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Cód. CVM n.º 01446-0
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL
INICIADA EM 7 DE MARÇO DE 2024 E FINALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024

1. Data, Hora e Local: Iniciada em 7 de março de 2024, às 09:00 horas, tendo sido suspensa em tal data às 10:00 horas, retomada e finalizada em 13 de março de 2024, às 19:00 horas, na sede social da **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, 109 – 2º andar – Sala 01 – Parte – CEP: 04552-000. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do item 6.4.1 do Regimento Interno do Conselho Fiscal da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal. **3. PRESENÇA:** Presente a totalidade dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, a saber, os Srs. **(i)** Luiz Augusto Marques Paes; **(ii)** Luciano Douglas Colauto; e **(iii)** Luciano Almeida Prado Neto. **4. MESA:** Presidente – Luiz Augusto Marques Paes; Secretária – Sigrid Amantino Barcelos. **5. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho Fiscal para: **(i)** examinar e opinar sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário da Companhia ("Demonstrações Financeiras 2023"), a serem oportunamente submetidas à assembleia geral ordinária da Companhia ("AGO"); **(ii)** examinar e opinar sobre o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a serem oportunamente submetidos à AGO; **(iii)** examinar e opinar sobre a proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a ser oportunamente submetida à AGO; e **(iv)** deliberar sobre a emissão de parecer sobre as Demonstrações Financeiras 2023, o relatório da administração e as contas dos administradores e sobre a proposta para a destinação dos resultados da Companhia. **6. DELIBERAÇÕES:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho Fiscal presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue: **6.1.** Opinar favoravelmente às Demonstrações Financeiras 2023, a serem oportunamente submetidas à AGO. **6.2.** Opinar favoravelmente ao relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a serem oportunamente submetidos à AGO. **6.3.** Opinar favoravelmente à proposta da administração para a destinação dos resultados da Companhia relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a ser oportunamente submetida à AGO. **6.4.** Aprovar, por unanimidade, a emissão de parecer a respeito das Demonstrações Financeiras 2023, do relatório da administração e as contas dos administradores e da proposta da administração para a destinação dos resultados relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, nos termos do **Anexo I** à presente ata. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. São Paulo, 13 de março de 2024. **Mesa: Luiz Augusto Marques Paes** - Presidente, **Sigrid Amantino Barcelos** - Secretária. Membros do Conselho Fiscal Presentes: **Luiz Augusto Marques Paes, Luciano Douglas Colauto, Luciano Almeida Prado Neto.** JUCESP nº 127.809/24-7 em 25.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CYRELA BRAZIL REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES
Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 73.178.600/0001-18 - NIRE 35.300.137.728 | Cód. CVM nº 01446-0
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
INICIADA EM 7 DE MARÇO DE 2024 E FINALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Iniciada em 7 de março de 2024, às 08:00 horas, tendo sido suspensa em tal data às 09:00 horas, retomada e finalizada em 13 de março de 2024, às 18:30 horas, na sede social da **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** ("Companhia"), localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Rócio, nº 109 – 2º andar, Sala 01 (Parte), CEP 04552-000. **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do §1º do art. 26 do Estatuto Social da Companhia e do item 5.5 do Regimento Interno do Conselho de Administração da Companhia, por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros: **(i)** Elie Horn; **(ii)** Rogério Frota Melzi; **(iii)** Rafael Novellino; **(iv)** George Zausner; **(v)** Fernando Goldsztein; **(vi)** João Cesar de Queiroz Tourinho; **(vii)** Rogério Chor; **(viii)** Ricardo Cunha Sales; e **(ix)** Marcela Dutra Drigo. Presentes, também, os seguintes membros do Conselho Fiscal; **(i)** Sr. Luiz Augusto Marques Paes; **(ii)** Sr. Luciano Douglas Colauto; e **(iii)** Sr. Luciano Almeida Prado Neto. **4. MESA:** Presidente – Rogério Frota Melzi; Secretário – Miguel Maia Mickelberg. **5. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração da Companhia para examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do relatório anual resumido e do parecer do Comitê de Auditoria, Finanças e Riscos Estatutário da Companhia ("CAE"), bem como aprovar a sua oportuna submissão ao exame, deliberação e votação da assembleia geral ordinária ("AGO"); **(ii)** deliberar sobre o relatório da administração e as contas dos administradores, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como aprovar a sua oportuna submissão ao exame, deliberação e votação da AGO; e **(iii)** deliberar sobre a proposta, a ser oportunamente submetida à AGO, da destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **6. DELIBERAÇÕES:** Após análise das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade de votos e sem ressalvas ou restrições, deliberaram o quanto segue: **6.1.** Aprovar as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, e do relatório anual resumido e do parecer do CAE, bem como aprovar a sua oportuna submissão ao exame, deliberação e votação da AGO. **6.1.1.** Consignar que a manifestação do Conselho de Administração considera o parecer do CAE, que recomendou a integral aprovação das demonstrações financeiras. **6.1.2.** Consignar que as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas dos documentos pertinentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, serão divulgadas e publicadas oportunamente, nos termos da legislação aplicável. **6.2.** Aprovar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia, bem como aprovar a sua oportuna submissão ao exame, deliberação e votação da AGO. **6.3.** Aprovar a proposta da destinação dos resultados da Companhia apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como aprovar a sua oportuna submissão ao exame, deliberação e votação da AGO. **7. ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 13 de março de 2024. Mesa: Rogério Frota Melzi **- Presidente da Mesa,** Miguel Maia Mickelberg **- Secretário da Mesa.** Membros do Conselho de Administração Presentes: **Elie Horn, Rogério Frota Melzi, Fernando Goldsztein, George Zausner, Rafael Novellino, João Cesar de Queiroz Tourinho, Rogério Chor, Marcela Dutra Drigo, Ricardo Cunha Sales.** JUCESP nº 127.808/24-3 em 25.03.2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

COMPANHIA METALÚRGICA PRADA
CNPJ/MF nº 56.993.900/0001-31 - NIRE 35-3.0004858.0
Aviso aos Acionistas
A Companhia Metalúrgica Prada ("Companhia") informa que os documentos relacionados às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 31 de dezembro de 2023 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, na Rua Engenheiro Francisco Pitta Britto, nº 138, Jardim Promissão, São Paulo/SP - CEP 04.753-900, conforme determina o artigo 133 da Lei nº 6.404/76.
São Paulo, 29 de março de 2024 - **Diretoria**

AVANTE.COM.VC SOLUÇÕES E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/ME nº 15.562.467/0001-00 - NIRE nº 35.300.451.520
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 2024.
Data e local da reunião: 01/04/2024, às l0h00, na sede social, sob a forma exclusivamente digital por videoconferência, conforme permissão expressa da Seção VIII do Manual de Registro de Sociedade Anônima, que constitui o Anexo V do artigo 9º da Instrução Normativa DREI nº81/2020 (a "IN DREI 81") E nos termos do artigo 1.080-A, da Lei 10.406, do artigo 121, parágrafo único, da Lei 6.404/1976 ("LSA").**Ordem do dia deliberar sobre:** nomeação de procurador com poderes especiais nos termos do artigo 20, "II" do Estatuto social da Companhia e pelo prazo de 01 (um) Ano a partir desta data 01/04/2024, Sr. Edson Luis da Silva, Brasileiro, Solteiro, Supervisor de Inside Sales, portador da cédula de identidade RG nº45287775, e inscrito no CPF/MF sob o nº 319.680.718-57, residente na Rua 17 de Janeiro, Nº 1055, AP 105 Bloco C, Paraiso do Morumbi, CEP 05706305, a praticar, em conjunto com 01 (um) Diretor da Companhia, podendo ainda realizar todos os atos que se fizerem necessário ao bom, firme e fiel cumprimento deste mandato para representar legalmente a Companhia.

bradesco — **EDITAL DE LEILÃO SOMENTE "ON-LINE" DE APARTAMENTO - SÃO PAULO/SP** — FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

Sergio Villa Nova de Freitas, Leiloeiro Oficial inscrito na JUCESP sob nº 316, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo Banco Bradesco S.A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97. Local da realização: Os leilões serão realizados na modalidade online através do site do Leiloeiro Oficial: www.freitasleiloeiro.com.br. **Localização do imóvel: São Paulo-SP**. Vila Mascote. Rua Engenheiro Jorge Oliva, 491. Residencial Tabatinga I e II. Ed. Tabatinga I. Ap. 93 (9º andar do bl. A), c/ direito a uma vaga na garagem coletiva. Área priv. 57,020m². Matr. 124389 do 8º RI local. Obs.: Consta Ação de Consignação em Pagamento, processo nº 1018714-50.2021.8.26.0003, em trâmite na 3ª Vara Cível do Foro Regional III de Jabaquara em São Paulo/SP. O Vendedor responde pelo resultado da ação, de acordo com os critérios e limites estabelecidos nas "Condições de Venda dos Imóveis" constantes do edital. O Vendedor providenciará sem prazo determinado, a baixa da Penhora constante na Av. 11 da citada matrícula. Ocupado. (AF). **1° Leilão**: 15/04/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R$ 1.004.872,87 - 2º Leilão**: 18/04/2024, a partir das 10h00. Lance mínimo: **R$ 428.352,78** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Para mais informações - tel.: (11) 3117-1001. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: **https://VITRINEBRADESCO.com.br/ e www.FREITASLEILOEIRO.com.br**

COSAN S.A.
Companhia Aberta CNPJ nº 50.746.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045 | Código CVM 19836
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Ordinária a ser Realizada em 30 de abril de 2024

O Conselho de Administração da **COSAN S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, NIRE 35.300.177.045, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.746.577/0001-15, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A" sob o código 19836 ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, e da Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81/22"), convocar os(as) Acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 09 horas, de forma digital, para discutir e votar a respeito das seguintes matérias: (i) Instalar o Conselho Fiscal nos termos do art. 161 da Lei nº 6.404/76; (ii) Fixar em 3 (três) o número de membros do Conselho Fiscal da Companhia com prazo de gestão até a próxima assembleia geral ordinária da Companhia; e (iii) Eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal da Companhia. Informações Gerais: Para facilitar o acesso dos(das) Acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujas regras de participação encontram-se na presente Proposta. Os documentos e informações relativos à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos(das) Acionistas na sede social da Companhia, em sua página (www.cosan.com.br) e nas páginas da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os(as) Acionistas participem da Assembleia Geral. Para participação será exigida a apresentação dos documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo(pela) Acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings") pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Conforme dispõe o artigo 5°, § 3°, da RCVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A Companhia observa que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral uma vez que ela será realizada exclusivamente de forma digital. Orientação para Participação via Sistema de Participação Remota: A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 08h30 do dia 30 de abril de 2024. Para participar remotamente por meio da plataforma digital, o(a) Acionista deve seguir as seguintes etapas: 1. Acessar o link https://assembleia.ten.com.br/439220785; 2. Preencher seu Cadastro; 3. Após a aprovação, o(a) Acionista receberá um e-mail confirmando sua participação e poderá acessar a plataforma com e-mail e senha previamente cadastrados; 4. No caso de procurador(a) ou representante legal de Acionista, indique os(as) Acionistas que representa e anexe os documentos necessários; 5. O cadastro deve ser feito até 2 (dois) dias antes da Assembleia, ou seja, até 28/04/2024; 6. Após o cadastro, o(a) Acionista receberá instruções, login e senha por e-mail. Se não receber 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, entre em contato com a área de Relações com Investidores da Cosan. Ao fazer o cadastro, o(a) Acionista deve certificar-se que está fornecendo os seus dados completos, incluindo nome, CPF ou CNPJ, telefone e endereço de e-mail, e apresentando os documentos necessários para participar da Assembleia, conforme abaixo:

Documentação a ser encaminhada juntamente com o Boletim de Voto[3]	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e Documento de Identidade com foto do(a) acionista ou de seu(sua) representante legal[1]	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado	–	X	X
Documento que comprove os poderes de Representação	–	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo[2]	–	–	X

[1] Documentos de identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida. [2] Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. [3] A Companhia não exige cópias autenticadas, aceitando documentos por protocolo digital. A tradução não é necessária para documentos em português, inglês ou espanhol. Acionistas habilitados(as) devem comprometer-se a usar a plataforma apenas para participação remota, não compartilhando convites e não gravando ou reproduzindo a Assembleia. Para acessar a plataforma, o(a) Acionista precisa de um computador com câmera e áudio, conexão à internet de 1Mb e navegador compatível. O(a) Acionista deve desconectar VPNs ou câmeras adicionais. A participação é apenas em áudio, com câmeras desligadas. Manifestações de voto devem ser feitas na plataforma e instruções serão fornecidas na Assembleia. Se o(a) Acionista enviou um boletim de voto a distância e deseja votar durante a Assembleia, as instruções anteriores serão desconsideradas. Será de responsabilidade exclusiva do(a) Acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Orientações para participação na Assembleia via Boletim de Voto a Distância: Os(as) Acionistas podem votar a distância por meio do boletim de voto (BVD ou Boletim) disponibilizados pela Companhia, acessíveis em seu site (www.cosan.com.br), bem como nos sites da CVM (http://www.cvm.gov.br) e da B3 (http://www.b3.com.br/pt_br/). Existem duas opções para enviar o BVD: A. No envio direto à Companhia, o(a) Acionista deve: • Preencher o Boletim corretamente, assinando a última página; • Enviar uma cópia do Boletim, com todas as páginas rubricadas, juntamente com um documento de identificação válido para o e-mail Cosan.AGO2024@cosan.com; • A Companhia receberá esses documentos até 23/04/2024 (inclusive). Boletins recebidos após essa data não serão considerados válidos; • Caso haja necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou documentos que o(a) acompanham pelos(as) Acionistas, o mesmo deve ser feito até 23/04/2024, nos termos do Artigo 46 da RCVM 81/22. B. No envio por meio dos prestadores de serviço: • O(a) Acionista pode escolher enviar instruções de voto através de agentes de custódia ou intermediários que oferecem serviços de coleta e transmissão dessas instruções, desde que cumpra os prazos definidos anteriormente. • Agentes de custódia e intermediários verificarão suas instruções, mas não determinarão se você é elegível para votar; isso é responsabilidade da Companhia. • Se suas ações estiverem no sistema de escrituração, você pode enviar instruções de voto por meio do site Itaú Assembleia Digital, exigindo cadastro e certificado digital. Detalhes sobre isso estão no seguinte site: https://assembleiadigital.certificadodigital.com/itausecuritiesservices/artigo/home/assembleia-digital. Para informações adicionais sobre como enviar instruções de voto via Boletim, entre em contato com seus agentes de custódia e com a Itaú Corretora de Valores S.A. Eles fornecerão orientações sobre os procedimentos e documentos necessários, bem como os prazos aplicáveis. Se você tiver ações em custódia e em escrituração ou em várias instituições custodiantes, suas instruções de voto devem ser enviadas apenas a uma instituição, com base na quantidade total de ações de sua titularidade. De acordo com a RCVM 81/22, instruções de voto divergentes sobre a mesma decisão, emitidas pelo(a) mesmo(a) acionista (com base no número de CPF ou CNPJ/MF), serão ignoradas.

São Paulo, 01 de abril de 2024
Rubens Ometto Silveira Mello
Presidente do Conselho de Administração

esporte

ESPORTE AO VIVO
19h Millonarios x Flamengo Libertadores, ESPN/STAR+
21h The Strongest x Grêmio Libertadores, PARAMOUNT+
21h30 Racing-URU x Corinthians Sul-Americana, SBT/PARAMOUNT+



Ohtani, do LA Dodgers, em jogo contra o St. Louis Cardinals Jonathan Hui - 29.mar.2024/USA Today/Reuters

Ohtani, do beisebol, tem imagem posta em xeque após escândalo

Jogador japonês que revolucionou o esporte acusa de roubo um ex-parceiro de negócios envolvido com apostas

Leo Lewis e Sara Germano

FINANCIAL TIMES Desde 19 de março, toda a extensão da elegante rua de compras Omotesando, em Tóquio, tem sido dominada por fotos de Shohei Ohtani: astro do time de beisebol Los Angeles Dodgers, detentor do contrato mais lucrativo da história do esporte e, agora, o rosto do soro lipossômico de reparação de pele da marca Kose Decorté.

Do outro lado do mundo, em algum lugar do obscuro mundo das apostas esportivas online, transferências bancárias suspeitas, confissões de vício em jogos de azar, investigações e um confidente agora desaparecido acusado de "roubo massivo" pelo próprio Ohtani, 29, a imagem do astro japonês está um pouco arranhada.

No centro do mistério está Ippei Mizuhara. O japonês, que passou grande parte de sua vida nos Estados Unidos e atuou como intérprete de Ohtani por muitos anos. Antes de ser demitido pelos Dodgers e desaparecer completamente da vista pública, há uma semana, Mizuhara disse à ESPN que acumulou grandes dívidas de jogo —US$ 4,5 milhões (R$ 22,5 milhões)— que seu grande amigo Ohtani pagou em seu nome. Mizuhara não respondeu a um pedido de comentário.

Assim que todos começaram a perceber o quão grande poderia ser o problema para a estrela do beisebol (o jogo de azar é ilegal na Califórnia), Mizuhara disse que Ohtani nunca soube sobre a transferência. Em uma coletiva de imprensa posterior, Ohtani acusou diretamente Mizuhara de roubar dinheiro dele e disse que não tinha ideia do roubo até que seu amigo confessou na semana passada.

As perguntas em torno da situação do jogador ainda superam as respostas, mas a especulação em ambos os lados do Pacífico pode colocar tanto Ohtani quanto o beisebol americano em apuros. Em questão está seu papel como o rosto da MLB (Major League Baseball) —para o qual ele tem sido a megastrela vitoriosa e recordista que o esporte tanto precisava na luta por audiência.

Ohtani nasceu em 5 de julho de 1994 em Oshu, Japão. Seu pai jogava beisebol em um clube semiprofissional local, e sua mãe competia no badminton. Ele cresceu durante um período profícuo para jogadores japoneses de beisebol na América do Norte, os anos dourados de Ichiro Suzuki e Hideki Matsui na MLB.

Depois de participar do prestigioso campeonato nacional de beisebol do ensino médio do Japão, Ohtani encontrou sucesso precoce na Liga do Pacífico disputada em seu país. Em quatro anos, ele se juntou aos Los Angeles Angels, em 2018, onde transformou o jogo nos Estados Unidos. Sua rara habilidade dupla de arremessar e rebater forçou a liga a mudar as regras sobre como as escalações de equipe são definidas. Especialistas em beisebol declararam Ohtani o maior jogador da atualidade, comparando-o com a estatura épica e transformadora do esporte de Babe Ruth.

No ano passado, Ohtani fechou um acordo de US$ 700 milhões (R$ 3,5 bilhões) com os LA Dodgers —um contrato sem precedentes de 10 anos que o tirou com sucesso dos LA Angels, mas que prevê, de forma pouco comum, que o pagamento será quase completamente adiado até 2034.

"Há muito mais energia do ponto de vista da mídia e dos fãs", disse Andrew Friedman, presidente de operações de beisebol dos Dodgers, antes de Ohtani sequer ter entrado em ação pela primeira vez com o uniforme do time. "O que vimos até agora superou muito qualquer expectativa que poderíamos ter tido."

Na abertura formal da temporada, no dia 28 de março, Ohtani correu para um triplo em potencial apenas para perceber que seu companheiro de equipe ainda estava na terceira base, sugerindo que a comunicação da equipe tem um longo caminho a percorrer.

Antes disso, ele havia assinado acordos de patrocínio que lhe renderão US$ 65 milhões (R$ 324,7 milhões) este ano; a segunda maior estrela da modalidade conseguiu apenas US$ 7 milhões (R$ 35 milhões). Durante seus 11 anos de beisebol profissional, Ohtani fez anúncios e acordos de patrocínio com uma lista global de empresas que vão desde Porsche, Hugo Boss e Oakley até Salesforce, MUFG Bank e Japan Airlines.

Crucial para tudo isso tem sido sua reputação como um homem tão dedicado ao seu ofício que é quase entediante de tão limpo. No mês passado, ele anunciou, para surpresa geral, que se casou discretamente com uma ex-jogadora de basquete que descreveu, mantendo sua imagem nada chamativa, como uma "mulher japonesa normal".

É precisamente a escala e a limpeza da imagem de Ohtani que tornaram as recentes agitações tão inquietantes. Se acreditarmos no seu relato, a conclusão final pode ser que tanto ele como o resto do mundo foram vítimas de um vigarista, mas as questões pendentes são prementes.

Como o dinheiro foi roubado? E por que Ohtani cedeu o controle de suas próprias contas para Mizuhara? Se Ohtani, de fato, acabou de descobrir que estava sendo enganado, ele está investigando outra parte de sua relação profissional com ele? Mizuhara foi o principal intermediário durante as negociações de contrato de Ohtani e, se sim, ele poderia ter ditado termos em torno do acordo de salário de US$ 700 milhões?

O slogan da campanha de cuidados com a pele deixa claro que a questão vai além da tez hidratada do atleta. "Assim como Ohtani, que supera suas próprias conquistas, os esforços da Kosme Decorté para criar o máximo em beleza são intermináveis." A maior questão para o beisebol é o que o esporte fará se descobrir que a reputação de sua maior estrela é superficial.

Mobilização do esporte na luta contra o racismo é retratada em livro

Lucas Bombana

SÃO PAULO Partindo do assassinato brutal do norte-americano George Floyd, homem negro morto em ação policial em 2020, o livro "O Jogo das Ruas: Movimento de Atletas Contra o Racismo", de Gianluca Florenzano, conta como se deu a mobilização de atletas de diferentes modalidades após o episódio nas ruas de Minneapolis.

Com uma linha do tempo traçada desde as leis Jim Crow, de segregação racial nos EUA, passando pela luta por direitos civis liderado por Martin Luther King e chega até os dias de hoje retratando o movimento Black Lives Matter e a voz dos atletas na causa. "Estávamos diante de um momento histórico que precisava ser documentado", diz Florenzano, jornalista e mestre em ciências sociais pela PUC-SP.

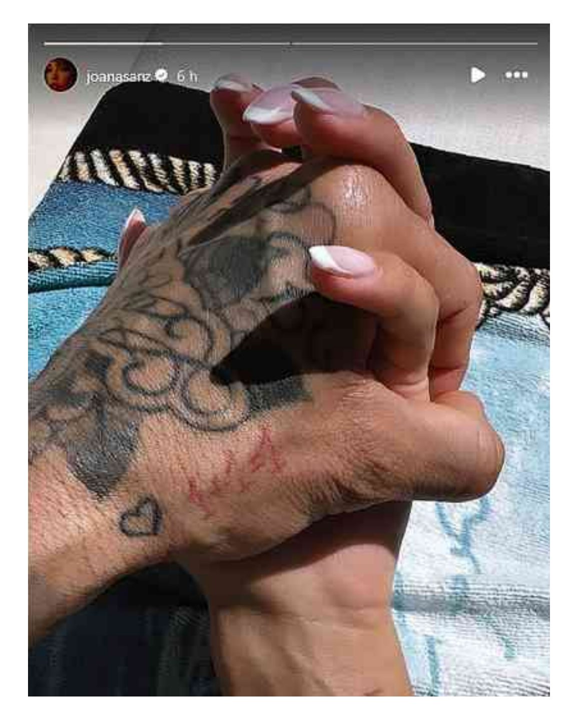
Nomes de peso se posicionaram pelas redes sociais e participaram das passeatas que tomaram ruas dos EUA e de outros países. LeBron James, do basquete, Lewis Hamilton, da Fórmula 1, Naomi Osaka e Coco Gauff, do tênis, são alguns dos mais conhecidos. "A luta contra o racismo é contínua, e, quanto mais atletas se engajarem, mais fortes seremos." O temor do impacto financeiro, afirma, foi uma das principais razões para que muitos esportistas tenham preferido manter-se em silêncio.

Chegando ao Brasil, o livro recorda as manifestações que ocorreram pelas cidades do país, somando-se à causa da população negra algumas reivindicações locais —como contra o governo de Jair Bolsonaro e a política negacionista em relação à pandemia.

O livro, por fim, lembra a série de episódios de racismo sofridos pelo atacante Vinicius Junior na Espanha —a lista inclui comentários preconceituosos em programas esportivos e gritos de macaco proferidos por torcidas adversárias.

Segundo a pesquisadora e colunista da **Folha** Djamila Ribeiro, políticas públicas de ações afirmativas são alternativas para combater o racismo no esporte e na sociedade de forma geral.

O Jogo das Ruas: Movimento de Atletas Contra o Racismo
Autor: Gianluca Florenzano. Ed. Appris. Preço R$ 75 (274 págs.)



ESPOSA POSTA FOTO DE MÃOS DADAS COM DANI ALVES
Joana Sanz, mulher do ex-jogador, compartilhou nesta segunda (1º) uma imagem com o marido após a saída dele da prisão; condenado por estupro na Espanha, Alves está em liberdade provisória após pagar fiança e aguarda a apreciação dos recursos de sua pena @joanasanz/Instagram

Libertadores x estaduais: quem atrapalha quem?

Só o fato de a dúvida existir significa que algo está errado

Sandro Macedo

Medalha de ouro no futsal (improvisado no gol) e no vôlei do ensino fundamental em 1986; na **Folha** desde 2001

No mundo boleiro brasileiro em que vivemos, chegamos ao auge do estapafúrdio nesta semana que se inicia com a seguinte questão: estaria a Libertadores atrapalhando os estaduais? Ou os estaduais podem prejudicar o começo da Libertadores?

Só o fato de a dúvida existir significa que algo está errado. A resposta mais óbvia e sensata é a de sempre: o calendário do futebol brasileiro é uma merda.

Ano passado, o Palmeiras já sacrificou a primeira rodada continental (mandou os reservas para apanharem do Bolívar por 3 a 1) para conquistar o bi do Paulistinha, diante do intrépido Água Santa.

Neste ano, com a força do novo rival, o Santos, é de se prever que algo semelhante deve acontecer (falando de poupar titulares, não da surra na estreia).

Mais sorte teve o Flamengo, que disputa apenas um torneio amistoso local que vale taça, chamado Carioquinha. Nunca este escriba presenciou um estadual tão sem graça como o Rio-2024. E o Flamengo não tem culpa da ruindade dos adversários (não tem culpa, tem dinheiro). Já vi Ramón de Carranza ou Teresa Herrera mais competitivo.

Sim, nos outros anos o rubro-negro já era o time do dinheiro, o time do amor. Mas sua diretoria tresloucada sempre dava um jeito de equilibrar o jogo. Desta vez, Tite não deixou.

Na Libertadores, o Fla pode mandar o time principal para encarar o Millonarios, em Bogotá. E um Millonarios nunca será páreo para um Bilionários, já diria o personagem Bobby Axelrod. "Ah, mas tem a altitude", reclamaria alguém ponderado. Pois ouvi dizer, em pleno 1º de abril, que Marcos Braz fez uma proposta para comprar a altitude, que será rubro-negra a partir da próxima temporada. É muito bom ser do Bilionários. Até o principal atacante do Nova Iguaçu já assinou com o Bilionários.

Ao todo, sete equipes brasilianas estão na Liberta. Mas apenas quatro estão envolvidas em finais no fim de semana: além dos supracitados Flamengo e Palmeiras, Atlético-MG e Grêmio.

Isso quer dizer que São Paulo, Fluminense e Botafogo falharam miseravelmente em território local e estão sendo premiados por isso. Parabéns ao trio, que terá força máxima já na rodada de estreia do continental.

Grêmio e Atlético-MG são os únicos da Série A que disputam a final estadual contra um rival igualmente da Série A —Juventude e Cruzeiro, respectivamente. Pior, nem o time gaúcho nem o mineiro tem vantagem no placar no jogo da volta, pois empataram a ida —, e, assim como o Palmeiras, o Atlético não pode empatar na volta. No regulamento do Mineiro, empate dá título ao Cruzeiro, sem pênaltis.

E o que será que o torcedor prefere: boa estreia no principal torneio do ano? Ou derrota no continental com título estadual? Anos de rivalidade local me dizem que a maioria esmagadora quer o troféu no fim de semana e dane-se o início da Libertadores.

Nas outras finais estaduais, tem mais um confronto de Série A: no Baiano, o Bahia-City encara o Vitória, que abriu vantagem na ida após uma dramática virada no fim, 3 a 2. Mas a volta é na Fonte Nova.

Além do Paulistinha, tem mais três decisões entre as séries A e B: Goiano, com Atlético-GO em vantagem contra o Vila Nova; Catarinense, com Criciúma em vantagem contra o Brusque; e o Cearense, com empate entre Fortaleza e Ceará na ida. Assim como o Santos, o Ceará é o time da B com chances reais de título.

Nenhum time da Série C foi para a final diante de rivais da A, mas tem outros dois times da Série D (a mesma do Nova Iguaçu). O Maringá desafia o Athetico-PR no Paranaense, enquanto o União Rondonópolis encara o Cuiabá no Mato-Grossense. Ambos já perderam na ida.

Sorte a todos os envolvidos.

*

E até a Premier League tem rodada neste meio de semana. O empolgante Campeonato Inglês continua com Liverpool (67), Arsenal (65, uhu) e Manchester City (64) separados por apenas três pontos. No domingo, Arsenal e City provaram que até jogo ruim da Premier League é bom. Será uma terça nobre (com quarta e quinta também).

INÊS 249

Fronteiras na ciência só perturbam

Formar cientistas é obra internacional

Suzana Herculano-Houzel
Bióloga e neurocientista da Universidade Vanderbilt (EUA)

Acabo de visitar a Universidade do Texas em El Paso, na fronteira com a cidade de Juárez, no México. A UTEP tem por missão servir às minorias da região, que se tornam maiorias em suas salas de aula: no curso de mapeamento cerebral que meu anfitrião estadunidense, mas nascido paquistanês, Arshad Khan, organiza há anos, 70% dos alunos são hispânicos, e 80% são mulheres (por quê? Pressão sobre os rapazes para trabalhar assim que saem da escola? Ou será que ciência agora virou "coisa de mulher"?). A maioria dos hispânicos são cidadãos mexicanos que residem em El Paso com visto de estudante, mas uma minoria mora em Juárez e atravessa a fronteira todos os dias, duas vezes por dia. Quando não há fila, são 20 minutos em pé na ponte; quando há, são até duas horas. Migrantes têm garra.

Não foi à toa que Arshad, binacional, escolheu trabalhar El Paso: sua pesquisa lida justamente com o mapeamento de estruturas no cérebro, que em nada difere de traçar linhas fronteiriças como as do mapa entre México e EUA.

Arshad nos mostra o trecho do rio Grande que mudava de lugar ao longo dos anos até os dois países concordarem em fixá-lo com uma obra e diz, só meio de brincadeira, que fronteiras bem demarcadas são necessárias para manter a paz...entre neurocientistas, que debatem os limites entre regiões vizinhas, discutem se um neurônio pertence a esta ou àquela estrutura, e brigam sobre qual critério usar para identificar um neurônio como daqui ou de lá.

Os neurônios não estão nem aí para como nós os classificamos, claro, mesmo porque eles fazem o que fazem, que é tornar o comportamento flexível, complexo e assim interessante, justamente porque trabalham em conjunto, como mexicanos e estadunidenses em El Paso. Neurônios e estudantes da UTEP têm seu corpo ou coração residente em uma estrutura e seus dendritos e axônios em outra, de onde levam e trazem sinais, promovendo o funcionamento de um todo integrado apesar das fronteiras arbitrárias. Trump e seus amiguinhos republicanos têm muito a aprender com a neurociência.

Em entrevista para a rádio da UTEP, o âncora, ele também cientista nascido estrangeiro, no Reino Unido, me pergunta se cientistas formados no estrangeiro devem algo ao seu país de origem. Em particular, quer saber se eu sinto que devo algo ao Brasil. Acho que ele esperava que eu mostrasse algum senso de culpa, pois ele claramente ainda se sente culpado de ter deixado o Reino Unido que investiu nele.

"De forma alguma", eu respondo sem pestanejar (em todo caso: nunca recebi dinheiro brasileiro para estudar fora, mas a resposta seria a mesma se tivesse recebido). Se alguém deve algo a alguém, são os países que não investem em sua ciência que devem aos países que de fato formam os cientistas exportados pelos outros, e, neste sentido, o Brasil tem uma dívida cada vez maior com o resto do mundo. Mas ganha o país que atrai cientistas para si, então fica elas por elas.

Explico pacientemente a ele, a ciência não tem fronteiras. Migrar tem um custo mental e emocional que só os migrantes conhecem, e ainda assim, cientistas emigrados escolhem ir trabalhar onde têm mais condições porque é disso que a ciência é feita: de conhecimento construído em conjunto. Um provérbio diz que é preciso todo um vilarejo para criar uma criança; eu digo que é preciso um mundo inteiro para criar um cientista.



O PRESIDENTE DOS EUA, JOE BIDEN, E A PRIMEIRA-DAMA, JILL BIDEN, PARTICIPAM DE EVENTO ANUAL DE PÁSCOA NA CASA BRANCA
Crianças e animadores vestidos de coelho participaram do Easter Egg Roll no gramado da residência oficial do mandatário Evelyn Hockstein/Reuters

ACERVO FOLHA

Há 100 anos
2.abr.1924

Trem de cargas cai de viaduto; duas pessoas morreram

Um trem de carga, que percorria a serra entre Santos e São Paulo na ferrovia da SP Railway, caiu de um viaduto por volta das 18h desta terça-feira (1º), provocando as mortes do maquinista Joaquim Leite Júnior e do foguista José Leme.

Depois de um rompimento de um cabo, o trem tinha começado a descer a serra com muita velocidade, apesar de todos os esforços do maquinista e do foguista que ficaram no veículo na tentativa de brecá-lo e de evitar um acidente.

Um funcionário da ferrovia e a sua mulher, que viajavam na locomotiva, percebendo o perigo, pularam do veículo e conseguiram se salvar.


Folha da Noite
PELA SOCIEDADE

LEIA MAIS EM acervo.folha.com.br

É COISA FINA

Tati Bernardi
folha.com/ecoisafina

A psicanálise do colapso

Christopher Bollas, que eu não conhecia antes da editora Nós (selo Nós Psi) lançar este "Segure-os Antes que Caiam", já virou umas das minhas pessoas preferidas do mundo.

Assim que comecei a falar dele com amigos da área da saúde mental, descobri vários grupos dedicados a estudar seus livros e pesquisas. Alguns grandes nomes da psicanálise, tais como Luciana Pires e Lia Pitliuk, estão entre os mestres que conhecem a fundo a obra do autor. Não à toa são também especialistas da obra do inglês D. W. Winnicott.

Um psicanalista precisa ter muita coragem, e um desejo genuíno (até mesmo obsessivo) de ajudar seus analisandos que apresentam "selves colapsados" para ir contra preceitos já fortemente estabelecidos pelos discípulos da ciência freudiana. Sem falar da briga que o autor comprou com a psiquiatria e a terapia cognitiva comportamental.

É preciso audácia e bravura para atender um paciente psicótico (ou em vias de ter um surto psicótico) negando-se a entregá-lo às pressas para os braços seguros da farmacologia. Segundo Christopher, na Europa é mais tranquilo operar dessa forma, já nos EUA, mesmo que muitos analistas corroborem e se encantem com seus ensinamentos (e profundo conhecimento empírico), a constante ameaça de processos jurídicos os inibem.

Bollas notou sinais semelhantes em pacientes que estavam prestes a atravessar a fronteira entre a neurose e a psicose: "uma mudança na inflexão vocal, no humor e na maneira de se movimentar, desligados de seus próprios corpos". Outro comportamento característico, mais encontrado em adolescentes, é o self em "estado espacial", como se o sujeito observasse tudo "à meia distância, acompanhado por períodos de silêncio singularmente longos".

> **[...]**
> É preciso audácia e bravura para atender um paciente psicótico (ou em vias de ter um surto psicótico) negando-se a entregá-lo às pressas para os braços seguros da farmacologia

Christopher percebeu também que interná-los em clínicas psiquiátricas, nas quais o recurso da medicação controlada obviamente seria utilizado, seria um abalo eterno no processo de melhora e amadurecimento do analisando, podendo "impactar um indivíduo pelo resto de sua vida".

Por fim, concluiu que o período que antecedia um surto psicótico grave e já sinalizado, era preciosíssimo para a terapia "o trabalho interpretativo, no cerne da doença, pode ser profundamente transformativo". Era preciso mergulhar naquela angústia insuportável (ou no estado de desvario que começava a se formar em decorrência de uma dor traumática) e não correr para estancá-la.

Obviamente seus haters enlouqueceram (desculpe se uso palavras grosseiramente populares para falar de um estudioso dessa magnitude, mas sinto que preciso popularizar ao máximo esta obra, estou certa da sua importância e não acredito que ela deva se reduzir aos acadêmicos) e foram muitos os médicos e psicólogos mais conservadores que atribuíram ao seu método características de tortura, afirmando que era perigoso e sofrido demais manter um doente longe da hospitalização e da intervenção psicotrópica tradicional.

Foi então que ele começou a sugerir aos seus pacientes em colapso não somente um aumento do número de sessões semanais, mas também dois encontros na mesma data ou até um dia inteiro de trabalho analítico.

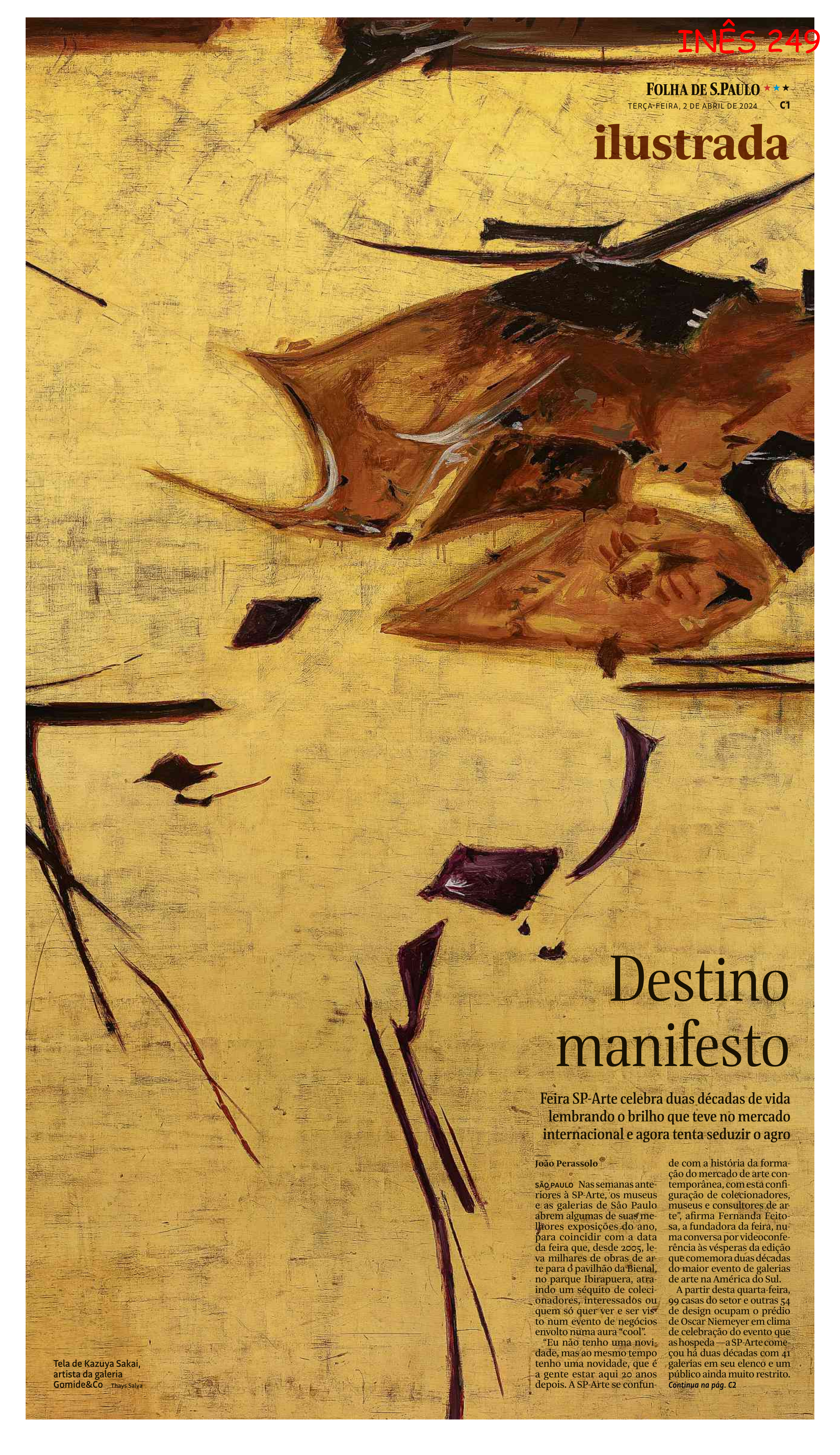
Muitos foram contra, argumentando que tanta terapia só poderia dar certo com quem tem dinheiro para tal. Mas Christopher Bollas não cobrava nada a mais do que o paciente já lhe pagava antes de dar os sinais de que precisava de um acolhimento para além da abordagem clínica comum.

Para Bollas, muitas das pessoas que recebem a posteriori diagnósticos como "esquizoides, esquizoafetivas ou cronicamente deprimidas", na verdade passaram a apresentar tais sintomas na passagem para a vida adulta. E antes de serem tratadas como "danificadas", viveram meses "em estado de necessidade desesperada durante os quais ficaram sem cuidados terapêuticos adequados".

A história de uma paciente acometida por uma intensa "dor mental" seguida de uma forte e estranha incapacitação (ela se sentia desmoronando) "apenas" porque não encontrou a mistura para o bolo de cenoura que faria para uma amiga muito crítica e pouco afetuosa, relembra Bollas (e a todos os apaixonados pela obra de Freud) que o material mais importante de uma análise pode ser aquele aparentemente irrelevante. Estar atento ao momento agudo e exato que antecede a queda psíquica de um ser humano é o tema central deste livro fenomenal. Não consigo pensar em nada mais importante e bonito.

★★★★★
Segure-os Antes que Caiam
Christopher Bollas; Editora Nós

FOLHA DE S.PAULO ★★★
TERÇA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 2024



Tela de Kazuya Sakai, artista da galeria Gomide&Co Thays Salva

Destino manifesto

Feira SP-Arte celebra duas décadas de vida lembrando o brilho que teve no mercado internacional e agora tenta seduzir o agro

João Perassolo

SÃO PAULO Nas semanas anteriores à SP-Arte, os museus e as galerias de São Paulo abrem algumas de suas melhores exposições do ano, para coincidir com a data da feira que, desde 2005, leva milhares de obras de arte para o pavilhão da Bienal, no parque Ibirapuera, atraindo um séquito de colecionadores, interessados ou quem só quer ver e ser visto num evento de negócios envolto numa aura "cool".

"Eu não tenho uma novidade, mas ao mesmo tempo tenho uma novidade, que é a gente estar aqui 20 anos depois. A SP-Arte se confunde com a história da formação do mercado de arte contemporânea, com esta configuração de colecionadores, museus e consultores de arte", afirma Fernanda Feitosa, a fundadora da feira, numa conversa por videoconferência às vésperas da edição que comemora duas décadas do maior evento de galerias de arte na América do Sul.

A partir desta quarta-feira, 99 casas do setor e outras 54 de design ocupam o prédio de Oscar Niemeyer em clima de celebração do evento que as hospeda —a SP-Arte começou há duas décadas com 41 galerias em seu elenco e um público ainda muito restrito.

Continua na pág. C2

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

OLHO VIVO

A Operação Átria, realizada em março visando os crimes de violência contra a mulher, registrou aumento de 63% nos atendimentos em comparação com a que foi realizada no mesmo período em 2023. Coordenada pelo Ministério da Justiça, ela acolheu 129.932 mulheres. No ano passado, foram 79.586.

OLHO 2 A ação ocorreu em 1.765 municípios no mês passado, com 10.475 prisões.

OLHO 3 O número de medidas protetivas de urgência solicitadas quase dobrou entre as duas operações: foi de 37.965 em 2023 para 68.015 neste ano. A quantidade de denúncias apuradas também saltou, saindo de 17.480 para 30.807.

LUPA A operação ocorreu em conjunto com órgãos como o Ministério das Mulheres e as Secretarias de Segurança Pública dos 26 estados e do DF. As principais ocorrências registradas foram de descumprimento de medida protetiva de urgência, ameaça, lesão corporal, injúria, sequestro e cárcere privado, perseguição, estupro e feminicídio.

CARA-CRACHÁ O ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), ingressou na semana passada com uma representação na Justiça contra um funcionário do INSS que o agrediu verbalmente no aeroporto de Lisboa.

FICHA O magistrado aguardava o embarque em uma cafeteria quando o servidor se aproximou afirmando que o Brasil estava sendo "destruído por pessoas como você", além de outras palavras consideradas ofensivas. O vídeo foi postado em canais de direita que definiram o homem como "patriota".

ACHEI O ministro encaminhou representação à Polícia Federal, que identificou o cidadão como sendo Ramos Antonio Nassif Chagas. Além de pedir uma investigação criminal, os advogados do ministro vão mover uma ação de reparação por danos morais. E vão oficiar a Controladoria Geral da União (CGU) para que o órgão apure se os atos dele são compatíveis com o código de defesa do servidor federal.

E MAIS "Não bastasse a ofensa pessoal, o agente criminoso também divulgou o vídeo na rede social X (ex-Twitter) para atingir um público indeterminado e ampliar os danos causados à minha imagem e a da Suprema Corte", diz Mendes na representação.



Mauricio Nahas/Divulgação

A modelo Cristina Leite (ao fundo) chamou as ex-modelos (da esq. para a dir.) Haag Campedelli, Paula Franco e Andrea Clara para lançarem um manifesto fashion contra a pouca representatividade das mulheres com mais de 50 anos nas passarelas dos desfiles e no mercado publicitário. Às vésperas de mais uma edição da São Paulo Fashion Week, que ocorrerá de 17 a 20 de abril, elas posaram para o fotógrafo Mauricio Nahas para a campanha "Nós Não Somos Invisíveis". A imagem não foi editada ou retocada por programas de edição com o objetivo de chamar a atenção para a real beleza feminina

BALANÇA O julgamento de Sergio Moro (União Brasil-PR) pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) intensificou as apostas sobre o resultado entre profissionais do Direito do estado que estão familiarizados com as votações da corte. A coluna consultou tanto advogados e juristas que defendem que Moro seja cassado quanto os que sustentam a inocência dele.

APOSTAS Dos sete magistrados que participam do julgamento, dois sempre foram considerados votos seguros contra Moro. Outros dois eram contabilizados como favoráveis a ele. Três eram considerados um mistério antes do início da sessão de julgamento. Como o relator do processo, Luciano Falavinha Souza, votou contra a cassação, Moro já soma três juízes a seu favor. Com mais uma adesão, ele se livra do afastamento.

AQUI, NÃO A Justiça do Rio de Janeiro proibiu o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado Domingos Brazão de receber R$ 581 mil referentes a 420 dias de férias acumuladas por um período em que ele não trabalhou.

NEGADO A decisão da juíza Georgia Vasconcellos, da 2ª Vara de Fazenda Pública da Comarca da Capital, em caráter liminar, atende a uma ação protocolada pelo deputado federal Tarcísio Motta (PSOL-RJ).

LONGE Brazão ficou afastado da corte por determinação judicial em 2017, após ficar uma semana preso por suspeita de corrupção. Ele é apontado pela Polícia Federal como um dos mandantes do assassinato da vereadora Marielle Franco.

REAÇÃO O Centro Acadêmico XI de Agosto, entidade estudantil da Faculdade de Direito da USP (Universidade de São Paulo), protocolou um pedido junto ao Conselho Universitário para que a instituição proíba homenagens a figuras ligadas à ditadura militar.

com Bianka Vieira, Karina Matias e Manoella Smith



Detalhe de tela de Ian Nes, artista representado pela galeria Asfalto, na SP-Arte Fotos Divulgação

Destino manifesto

Continuação da pág. C1

Com o tempo, a feira se tornou um mastodonte com uma influência que extrapola os limites do prédio modernista onde ocorre, movimentando todo o circuito artístico da cidade.

Ao refletir sobre o passado, Fernanda Feitosa está radiante com sua cria, porque nem sempre o cenário foi tão favorável como é hoje. Ela recorda que o mercado de arte era menor e desarticulado na época das primeiras edições da SP-Arte, com galerias trabalhando de maneira solitária para promover os seus programas e algumas poucas fazendo as feiras do exterior.

Ainda assim, casas poderosas abraçaram rapidamente a SP-Arte — cerca de 20 das que participaram das primeiras edições da feira seguem expondo nela em 2024, como Luisa Strina, Casa Triângulo, Raquel Arnaud e Pinakotheke. Outras galerias, contudo, apesar de ficar de fora do evento neste ano, decidiram pegar o bonde da arte que passa por São Paulo nesta época e abriram sedes na cidade, a exemplo da gaúcha Mamute, da carioca Danielian e da paulistana Martins & Montero.

Os estandes da 20ª SP-Arte serão tomados por medalhões e nomes da nova geração. José Resende leva suas esculturas de metal e cabos de aço para o espaço da galeria Marcelo Guarnieri, enquanto a jovem Yuli Yamagata exibe suas telas feitas com materiais estofados numa mostra solo na Fortes D'Aloia & Gabriel.

Anna Maria Maiolino, que em poucos dias recebe a láurea máxima da Bienal de Veneza, está com trabalhos na galeria Luisa Strina, ao passo que a jovem pintora Paula Siebra exibe na Mendes Wood DM.

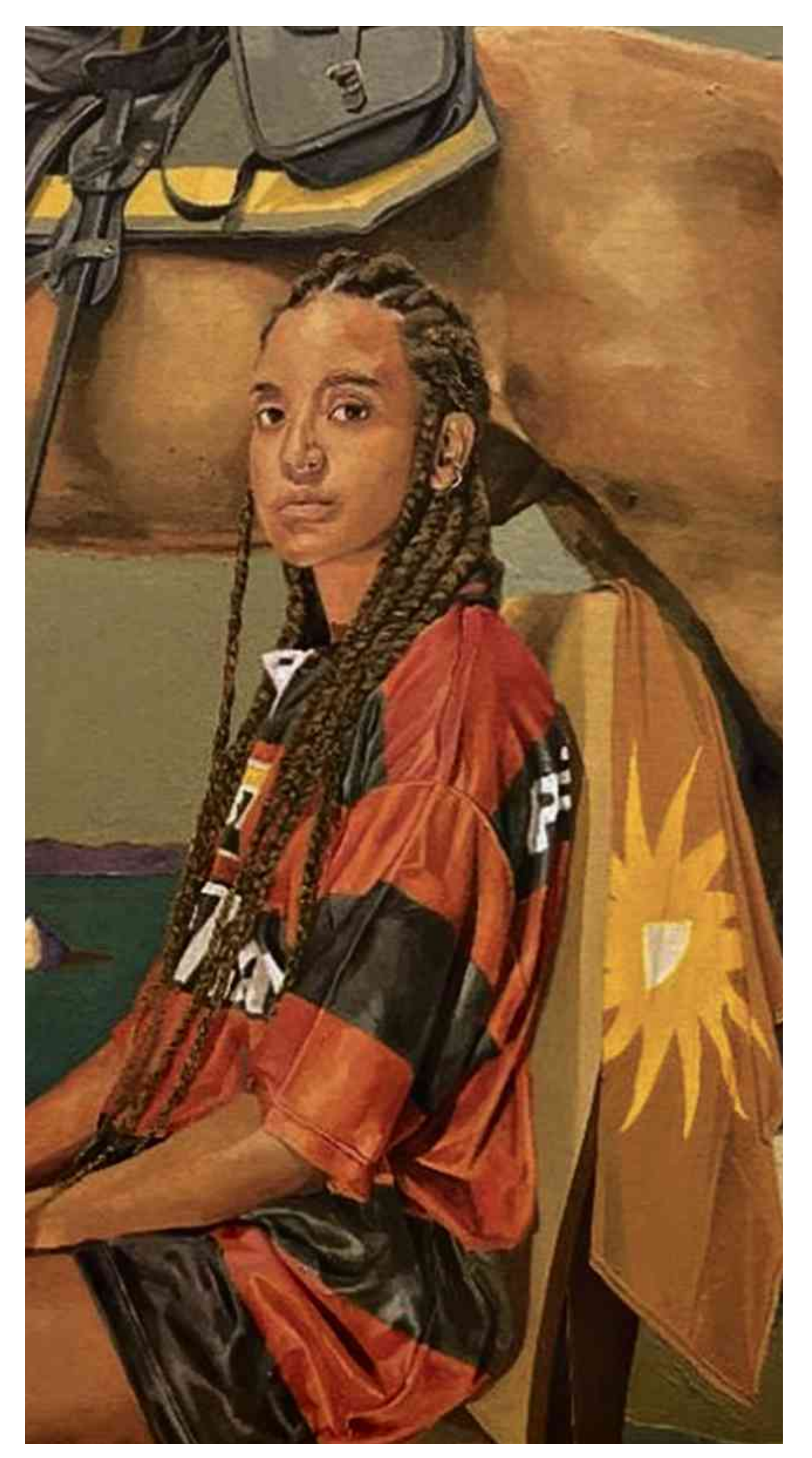
O setor de design tem neste ano o maior número de estandes desde que passou a ser representado na feira, em 2016, e também está mais variado.

A +55 Design apresenta aparadores feitos com matrizes de gravuras de J. Borges — e as gravuras em si também serão vendidas, pela mesma marca.

No outro espectro estão os novos sofás, cadeiras e bancos de ar industrial da Prototype, queridinha dos descolados paulistanos. "As peças combinam elementos como inox polido ou ferro cromado com veludos, couros e peles, explorando traços modernistas misturados com futuristas", conta o arquiteto Felipe Protti, à frente da marca.

Durante a sua história, a SP-Arte almejou se tornar uma feira de porte internacional.

Continua na pág. C3





Pintura de Lucas Rubly exposta em mostra na Casa SP-Arte

[...]

A SP-Arte faz 20 anos com uma influência que extrapola o prédio de Niemeyer onde acontece, movimentando os museus e galerias de São Paulo, que abrem algumas de suas melhores mostras do ano às vésperas da feira

O evento ajudou a formatar o mercado de arte contemporâneo no Brasil, com seu ecossistema de galeristas, consultores e colecionadores

O espaço, porém, é basicamente voltado para o mercado interno, sem a presença das galerias mais poderosas do mundo, que antes vinham ao pavilhão. Estrangeiros agora vêm de países da América Latina, como a Argentina

Continuação da pág. C2

O feito foi atingido alguns anos. Em meados da década passada, quando o Cristo Redentor decolava na capa da revista The Economist e o Brasil vivia um boom econômico, um núcleo de galerias gigantes baixava no Ibirapuera, como as americanas Gagosian e David Zwirner, a britânica White Cube e a alemã Neugerriemschneider, tendo esta participado da feira ao longo de sete anos.

"Se a feira é um desastre, não vem sete anos. Se o público é ruim, não vem sete anos", diz Fernanda Feitosa, acrescentando não achar que o mercado brasileiro deixou de ser atrativo para as maiores galerias do mundo. Segundo ela, esses marchands construíram laços com colecionadores locais, que seguem comprando deles em outras feiras, como a Arco, em Madri, e a Art Basel Miami Beach, nos Estados Unidos. "A SP-Arte foi um trampolim para criar a conexão. Talvez não haja mais uma necessidade da presença física deles aqui."

Feitosa argumenta ainda que a perda de ritmo da economia brasileira na última década — com a disparada do dólar de R$ 2 para R$ 5 — afetou o preço pelo qual as obras de artistas internacionais são vendidas.

Se antes um trabalho entre US$ 100 mil e US$ 200 mil, faixa comum praticada pelas galerias de fora, sairia pelo dobro em reais, hoje este valor está entre R$ 500 mil e R$ 1 milhão, o que naturalmente diminui o número de compradores. "E nesta faixa de preço você tem excelentes artistas brasileiros", afirma Feitosa.

Hoje, a SP-Arte está basicamente voltada para o mercado interno, sem a presença dos gigantes de fora. As galerias estrangeiras são sobretudo da América Latina, como a uruguaia Piero Atchugarry e a argentina Herlitzka & Co.

No Brasil, a ideia é criar um mercado para além de São Paulo. A primeira ação nesse sentido foi a edição realizada em Brasília, há dez anos, que Feitosa considera "uma iniciativa importante, porém talvez um pouco antes do tempo". Mas a localização da cidade se provou estratégica com o decorrer dos anos, dada à proximidade com o dinheiro do agro.

A SP-Arte tem ajudado a formar o colecionismo na região Centro-Oeste, diz Feitosa, promovendo jantares em Goiânia e atuando em parceria com uma feira de arte local e com a galeria Cerrado, que abriu uma sede na cidade. Afora isso, há a feira Rotas Brasileiras, braço da SP-Arte dedicado a artistas regionais e menos conhecidos, que acontece no segundo semestre.

Num ano bom, a SP-Arte gera R$ 250 milhões em vendas de obras, segundo projeções da própria feira —parte desse valor é auditado pela Fazenda do estado de São Paulo e parte é projeção. De todo modo, os galeristas costumam dizer que os negócios fechados nos corredores do pavilhão da Bienal são um sucesso, sem abrir o jogo caso não sejam.

E, como eles têm bastante poder, neste ano a feira atendeu a uma de suas reclamações do ano passado, a de que havia gente demais no evento. A quarta-feira, portanto, volta a ser apenas para convidados.

SP-Arte
Pavilhão da Bienal - pq. Ibirapuera, portão 3, São Paulo, sp-arte.com. Livre. Qui. (4) e sex. (5), das 13h às 20h; sáb. (6) e dom. (7), das 11h às 19h. R$ 80, em bilheteria.sp-arte.com

Casa modernista de Flávio de Carvalho se transforma em mostra

Arquiteto Isay Weinfeld leva obras de arte e móveis à morada criada pelo artista em vila da década de 1930

João Perassollo

SÃO PAULO É uma exposição de arte ou alguém mora aqui? Pode ser um, outro ou ambos, a depender da interpretação do visitante da mostra "Funil", em cartaz agora na Casa SP-Arte, em São Paulo.

Idealizada pelo arquiteto Isay Weinfeld e por Lucas Dualde, que comanda o setor de design de interiores do escritório de Weinfeld, a exposição ocupa uma casa de Flávio de Carvalho dos anos 1930, numa vila modernista dos Jardins assinada por ele.

Ocupa talvez seja uma palavra exagerada, dado que a mostra parece valorizar mais a casa onde está do que as obras e o mobiliário expostos. Na entrada, vemos dois sofás projetados pela equipe de Weinfeld sobre um tapete felpudo, e uma mesa de centro da casa do arquiteto.

Nas paredes ao redor dessa sala de estar foram colocadas casualmente uma pintura de Lucas Arruda e uma escultura de passarinho de Efraim Almeida, como se alguém morasse ali e tivesse pensado em quais obras ficariam melhor no ambiente.

Jogado num dos sofás, Weinfeld conta que queria "deixar no osso" o ambiente, para fazer uma ocupação de forma respeitosa nesta pequena joia da arquitetura paulistana. "Não quero interferir em nada", ele afirma.

Ao subirmos a escada para o segundo andar, nos deparamos com um letreiro de Bruno Baptistelli onde se lê "aquitáfoda", tudo junto mesmo. A maior surpresa é o quarto da esquerda, absolutamente abarrotado de coisas. Há muitas obras de arte e peças de design ali, mas é preciso adivinhar onde muitas delas estão.

Uma escultura de Sergio Camargo fica no chão, do lado da escrivaninha. Duas esculturas de Julio Villiani no formato de bichinhos fofos, da mesma série que já passou também pela Casa de Vidro, repousam sobre uma mesinha lateral no canto da sala, próxima da qual ficam duas cadeiras infantis desenhadas por Zanine Caldas, um mestre do mobiliário moderno.

"As pessoas acham que eu sou minimalista, mas você nem consegue entrar [na minha casa] de tanta bugiganga que tem, é muita coisa acumulada. Minha vida é esse quarto, essa mistura de informação, um monte de coisa ao mesmo tempo", afirma Weinfeld, em tom bem humorado. Em sua obra arquitetônica, o paulistano é conhecido justamente por uma estética minimalista de linhas retas e elegância nos detalhes.

Outro ponto de atenção são as obras dispostas ao redor de uma coluna, também no piso superior —todas são verticais, para acompanhar o elemento estrutural. Estão ali, por exemplo, uma escultura de Artur Lescher e um fio colorido com penas e pequenos objetos acoplados, do diretor de arte Giovanni Bianco, conhecido por seus trabalhos com Madonna e que agora estreia nas artes plásticas.

Funil
Casa SP-Arte - al. Min. Rocha Azevedo, 1.052, São Paulo, sp-arte.com/casa-sp-arte. Livre. De ter. a sex., das 10h às 18h; sáb., das 11h às 16h. Até 10 de maio. Grátis

INÊS 249

Que tipo de humorista você é?

Perfilando meus colegas de profissão num estudo sobre a diversidade no humor

Manuela Cantuária
Roteirista e escritora, é criadora da série 'As Seguidoras' e trabalha com desenvolvimento de projetos audiovisuais

__O queridão.__ Evita assuntos polêmicos para não perder seguidores e campanhas publicitárias. Quanto mais amplo o seu alcance, mais limitado é o seu repertório. Conforme ascende na carreira, a maioria de suas piadas tende a girar em torno de perrengues chiques com os quais 99,9% da população não se identifica.

__O cancelado.__ Quando um comediante só consegue se destacar falando merda, o cancelamento não é uma crise, e sim uma oportunidade. Odeia a "militância", mesmo devendo a ela seu engajamento. Ironicamente, é um ferrenho defensor da "liberdade de expressão", que entende por impunidade para cometer crimes de ódio.

__O lacrador.__ Sua intenção é defender o protagonismo de grupos oprimidos, correto? Correto —ou melhor, politicamente correto. No entanto, a musa inspiradora de todas as suas piadas é o homem branco heterossexual cisgênero de classe média alta, que segue sendo o centro das atenções.

__O carioca.__ Seu sotaque sibilante conquistou o Brasil e seu repertório consiste em substituir vírgulas por gírias regionais, incluindo termos como "mermão" e "arrombado". E é basicamente isso.

__O tradutor.__ Conquista espaço nas redes sociais traduzindo conteúdos que viralizaram no exterior. Se intitula criador de conteúdo, embora seu trabalho seja refilmar vídeos que já existem. Um esquete de humor, para ele, é como uma coreografia do TikTok que pode ser imitada sem pudor —e sem os créditos ao criador original.

__O curador.__ Também conhecido como "administrador de página de memes", ele se lança em um trabalho incansável de pesquisa de conteúdos humorísticos, oferecendo aos seus seguidores o que há de mais contemporâneo na memesfera.

__O excêntrico.__ Provoca sentimentos conflitantes no público, que não sabe se deveria rir ou se preocupar com sua saúde mental. Equilibrando-se na linha tênue que separa a genialidade e a loucura, seu conteúdo chama a atenção pelo humor "nonsense". Pode-se dizer que seu sucesso se deve, em parte, à luta antimanicomial.

__O palhaço triste.__ Se ressente por não ter o mesmo reconhecimento de todos os citados acima. Paga as contas com trabalhos mal-remunerados em redações de programas de humor popular, onde sofre assédio moral. Seu conteúdo é sabotado pelo algoritmo, talvez por sua tendência a fazer piadas sobre ter sido molestado na infância.


Silvis

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | **QUA. Hmmfalemais** | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Missionário John Chau tem história contada em um documentário

O Missionário
Star+, 12 anos
No fim de 2018, John Chau, um jovem missionário americano, foi morto a flechadas quando tentava contatar e converter um dos povos indígenas mais isolados do mundo na remota ilha de Sentinela do Norte, na baía de Bengala. O evento provocou o debate sobre as implicações morais e éticas do trabalho do missionário cristão, o colonialismo e os limites da fé. Documentário da National Geographic.

Os Colonos
Mubi, 16 anos
Na virada do século 20, um fazendeiro na Terra do Fogo decide eliminar os povos originários para os negócios prosperarem. Assim, envia um tenente britânico, um mercenário americano e um atirador mestiço em expedição. É o primeiro filme do diretor Felipe Gálvez e representou o Chile no Oscar de 2023.

Penny Dreadful
Paramount+, 16 anos
As três temporadas desta série de terror chegam à plataforma. Na Londres vitoriana, personagens famosos da literatura —Dorian Grey e Frankenstein, entre outros— se juntam a outros originais para combater ameaças sobrenaturais. Com Eva Green, Timothy Dalton e Josh Hartnett.

Stoccafisso_design
Instagram, YouTube e TikTok, livre
Amedeo Capelli é um carpinteiro italiano autodidata que fabrica dispositivos móveis de madeira. Ele publica um vídeo por semana com seus personagens, que variam de camarões dançantes, ratinhos corporativos e até uma orquestra macabra, feita de caveiras que tocam em ocasiões especiais.

Quem Vai Ficar com Mário?
Studio Universal 19h, 14 anos
Mario, um escritor de 30 anos, mora com seu namorado, Fernando. Ele resolve visitar a família e contar para seu pai, um gaúcho de família tradicional. Mas uma surpresa faz Mario adiar seus planos.

Provoca
TV Cultura, 22h, livre
Marcelo Tas entrevista o DJ Zé Pedro, autor do livro "Mela Cueca - As Canções de Amor que o Mundo Esqueceu", que revela como sofreu bullying —"fui o primeiro do Brasil a usar uma Melissa"—, o convite de Adriane Galisteu para a TV e mais.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê *Laerte*

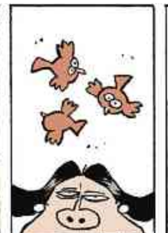


Bicudinho *Caco Galhardo*



Níquel Náusea *Fernando Gonsales*







Não Há Nada Acontecendo *André Dahmer*



Viver Dói *Fabiane Langona*



Péssimas Influências *Estela May*



Vida Besta *Galvão Bertazzi*



SUDOKU

texto.art.br/fsp

MÉDIO

1				7	2		5	
			9		8			
				3		8		
					1		3	
							4	2
5	3			4		7		9
	5		6					
8		2	7					
	4	1		2	3			

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

1	8	9	4	7	2	3	5	6
3	7	5	9	6	8	4	2	1
2	6	4	1	3	5	8	9	7
4	2	7	5	9	1	6	3	8
9	1	6	3	8	7	5	4	2
5	3	8	2	4	6	7	1	9
7	5	3	6	1	9	2	8	4
8	9	2	7	5	4	1	6	3
6	4	1	8	2	3	9	7	5

CRUZADAS

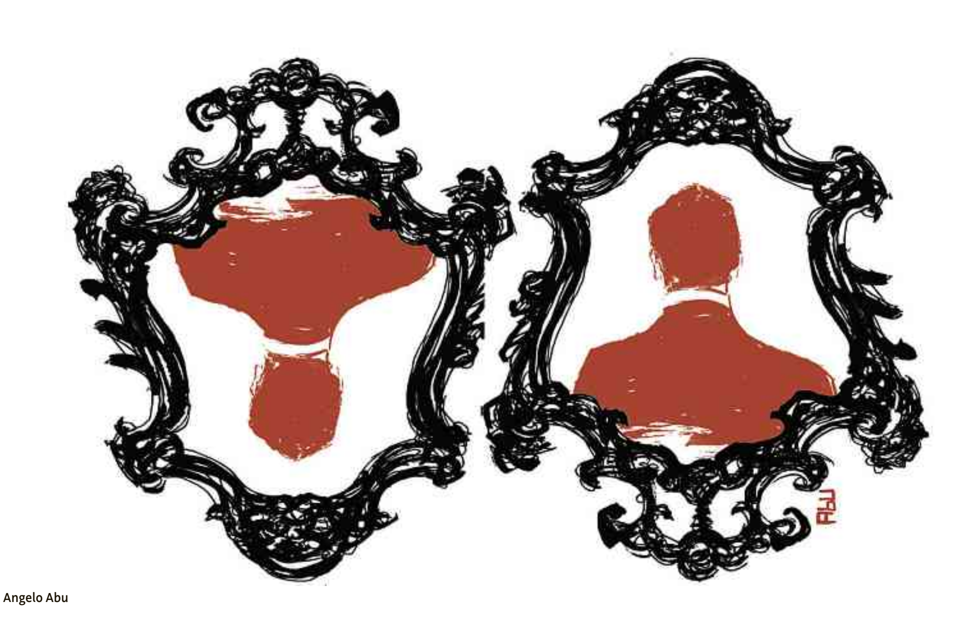
HORIZONTAIS
1. Planta de folhas pequenas, verde-claras / Roberto Carlos, músico de "O Portão" **2.** Do contrário / (Fisioq.) Molécula-grama **3.** Que não se pode reprimir **4.** Documento que registra uma reunião / Acabar, terminar **5.** Imitação ridícula ou imperfeita **6.** Lugar afastado e sossegado onde uma pessoa se refugia, evitando o ruído do mundo **7.** Cabelo comprido **8.** Clímax, apogeu / Um dos ingredientes usados no martíni **9.** Pedaço de madeira que serve de apoio ou reforço a uma estrutura / Estrela que é centro de um sistema planetário **10.** Adendo de um livro com correções no conteúdo do mesmo / Duas vezes **11.** Eu, em Florença e Siena / Golfinho **12.** Aroma para balas **13.** Pode ser à primeira vista / Pode ser diesel.

VERTICAIS
1. O continente onde se situam Laos e Filipinas / Pé de nona **2.** Cada uma das duas aberturas do nariz / Pancada com a mão fechada **3.** Incumbir / O hólmio, entre os químicos **4.** O oposto de sim / Que desculpa, perdoa **5.** Rodelinhas de papéis coloridos que são usadas como brincadeira no carnaval / Composto usado como solvente **6.** (Ingl.) Cronometragem / Antônimo de baixo **7.** Os sais que, no organismo, possuem funções plásticas e reguladoras / Líquido segregado pelo fígado; age na digestão das gorduras **8.** Percorrido em automóvel / Escultura móvel, suspensa no espaço por fios **9.** Substância usada como desinfetante e no tratamento de águas / Um ingrediente da caipirinha.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1							■		
2						■			
3									
4				■					
5	■								
6	■	■							■
7	■							■	■
8					■				■
9						■			
10							■		
11			■						
12		■							
13					■				

HORIZONTAIS: 1. Avenca, RC, **2.** Senão, Mol, **3.** Incontido, **4.** Ata, Finar, **5.** Arremedo, **6.** Retiro, **7.** Melena, **8.** Auge, Gim, **9.** Trave, Sol, **10.** Errata, Bi, **11.** Io, Delfim, **12.** Hortelã, **13.** Amor, Óleo.

VERTICAIS: 1. Ásia, Ateira, **2.** Venta, Murro, **3.** Encarregar, Ho, **4.** Não, Relevador, **5.** Confete, Éter, **6.** Timing, Alto, **7.** Minerais, Fel, **8.** Rodado, Móbile, **9.** Cloro, Limão.


Angelo Abu

Espelho, espelho meu

Milhões de pequenos ditadores querem que o mundo seja reflexo fiel deles próprios

João Pereira Coutinho
Escritor, doutor em ciência política pela Universidade Católica Portuguesa

Foram rios de sangue por causa de uma obsessão: só existirá paz civil se todos subscreverem o mesmo dogma. A tolerância era uma fraqueza. A dissensão era uma ameaça. O conformismo era a salvação.

Foram pagãos contra cristãos. Cristãos contra heréticos. Católicos contra protestantes —e vice-versa. Monarcas absolutos contra livres-pensadores.

Até surgir essa coisa admirável, algures no século 18: a dúvida. Será que a melhor forma de garantir a paz passa por impor um único dogma ao pessoal? Ou a paz só se consegue pela imposição de nenhum dogma?

O iluminismo escocês, com David Hume e Adam Smith no pelotão da frente, rechaçou velhos obscurantismos: se as pessoas tiverem menos "entusiasmo" pelas suas crenças, e se não tentarem impô-las aos outros, talvez exista uma chance real de não nos matarmos no processo.

Pelo menos, era assim a Escócia. Agora, leio no Daily Telegraph que uma nova lei destinada a combater o "discurso de ódio" levará o país de volta para a Idade Média.

Nota prévia: combater a difamação e a injúria por via judicial faz parte de qualquer Estado de Direito.

Nota prévia dois: a exortação ao crime contra minorias —étnicas, sexuais etc.— também deve conhecer a força da Justiça.

Mas a nova lei vai mais longe: sempre que houver discurso considerado odioso sobre raça, religião, idade, deficiência, orientação sexual ou identidade trans, a polícia deve intervir e investigar.

Duas originalidades, porém: não é necessário que esse discurso seja público; uma conversa privada, em casa, entre (falsos) amigos, pode acionar uma operação policial.

Outra variante: o governo escocês agradece a denúncia anônima para punir os criminosos. Se você suspeita que seu vizinho, seu tio ou seu avô não gosta de trans, budistas ou anões, pode ligar para os centros de "hate crime" que existem no país.

Fato: a lei permite que expressões de antipatia, repúdio ou humor contra a religião continuem a correr livres. Aliás, a nova lei enterra oficialmente o crime de blasfêmia na Escócia.

Mas, quando a antipatia, o repúdio ou o humor são exercidos contra os temas "woke" do momento, é legítimo supor que a polícia não vai rir dessas novas blasfêmias.

O caminho para a tirania começa assim: pela elevação do subjetivismo a arma de arremesso contra aqueles de que não gostamos. Esse subjetivismo é comum nos ditadores, que prendem, torturam e matam os seus inimigos, reais ou imaginários.

Hoje, o subjetivismo pode ser exercido por milhares, milhões de pequenos ditadores que, em nome dos seus "sentimentos", querem que o mundo seja um espelho fiel deles próprios.

O problema desse pensamento totalitário é que os "sentimentos" são, por definição, voláteis. O que para mim é um insulto, para outro é uma piada. O que para mim é uma piada, para outro é uma tortura psicológica irreparável.

O clima de litigância permanente que a nova lei inaugura, com metade do país querendo calar a outra metade, é a imagem mais próxima do inferno. Ou do manicômio.

Por outro lado, como resistir ao sistema escocês de denúncia anônima, que faz lembrar os bons velhos tempos da União Soviética?

Um país que promove a espionagem cívica e a delação virtuosa já não é uma democracia liberal; é um covil de ratazanas onde a franqueza e a confiança foram reduzidas a pó.

Finalmente, os autores da lei padecem de uma alucinação comum aos fanáticos do nosso tempo: a crença de que a história lhes pertence. E que serão eles, sempre e sempre, a definir os temas proibidos.

Mas a história é volúvel e nada garante que a lei que eles usam contra os "inimigos" do momento não será um dia usada contra eles. Exemplos não faltam —e os primeiros tempos do Terceiro Reich, quando os nazistas usaram e abusaram das leis da República de Weimar para calarem opositores políticos, são uma lição de aviso.

No caso da Escócia, basta mudar os termos da nova lei e, por exemplo, conceder uma proteção especial à religião —e tiro aberto para qualquer outro grupo ou sensibilidade. Chorar nesse futuro será chorar sobre leite derramado.

Quando os iluministas escoceses defenderam a liberdade de expressão, não a defenderam apenas para eles. Defenderam para todos, talvez por entenderem que uma arena neutra e um poder político limitado eram garantias intemporais (e impessoais) contra os caprichos da história.

Como foi possível termos regredido tanto?

| SEG. Luiz Felipe Pondé | TER. João Pereira Coutinho | **QUA. Wilson Gomes** | QUI. Drauzio Varella, Fernanda Torres | SEX. Djamila Ribeiro | SÁB. Mario Sergio Conti

Bienal de São Paulo terá comando de camaronês

Diretor de museu em Berlim, Bonaventure Soh Bejeng Ndikung foi escalado para organizar a próxima edição, em 2025

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO Bonaventure Soh Bejeng Ndikung, diretor do Haus der Kulturen der Welt, em Berlim, será o curador geral da 36ª Bienal de São Paulo, que deve acontecer no segundo semestre de 2025.

Em entrevista por videochamada, Ndikung disse que a edição vai representar a multiplicidade do mundo e falar das urgências de se viver nos dias atuais, em diálogo com a última mostra que, no ano passado, fez história ao ser composta, majoritariamente, por artistas não brancos —que tentavam refletir, por meio de suas obras, sobre as possibilidades para uma realidade melhor.

"A maior parte das pessoas no mundo não é branca. Não deveria ser uma surpresa", afirma, sobre o elenco da última Bienal. A próxima edição, ele diz, não vai servir só a "discursos que estão em alta no momento", mas pensará "histórias mais longas".

À frente do museu referência para a arte contemporânea não europeia na capital alemã, Ndikung tem uma trajetória incomum. Nascido em Camarões, ele se mudou para Berlim em 1997, aos 20 anos, para estudar biotecnologia. A decisão de seguir carreira no mundo da arte veio depois.

"Sempre me interessei por ciência e arte. Ainda me interesso por física quântica, em como a matéria se acumula em buracos negros e como isso leva a transformação, a emanação de luz. Isso tem impacto na curadoria que eu faço", reflete. A representação de nuances e transformações da realidade através da arte são, ele diz, temas chave dos trabalhos que escolhe para ocuparem espaços expositivos.

A relação de Ndikung com o Brasil é de longa data e começou quando o curador se interessou pelo conceito de quilombismo criado por Abdias do Nascimento. "Os quilombos, criados pelos africanos, se tornaram um refúgio não só para eles, mas também para indígenas, judeus, árabes e outras pessoas às margens da sociedade. Foram a primeira estrutura democrática das Américas", diz.

O quilombismo foi tema da primeira exposição no Haus der Kulturen der Welt sob sua direção, no ano passado. "Um lugar chamado de 'casa das culturas' [tradução de Haus der Kulturen] deveria falar sobre esses espaços de liberação e de emancipação."

O anúncio do nome Ndikung para liderar a 36ª Bienal de São Paulo veio poucas antes semanas da abertura da Bienal de Veneza, que costuma dar as cartas no circuito mundial das artes visuais.

Se a última edição, em 2022, imaginou o fim da humanidade como a conhecemos frente ao domínio das máquinas, a mostra com abertura marcada para meados deste mês promete um viés parecido com o da Bienal de São Paulo. Eleito o curador da mostra de arte mais importante do mundo, o brasileiro Adriano Pedrosa disse que artistas estrangeiros e "outsiders" serão os protagonistas da exposição italiana.

Ndikung comemora que Veneza esteja aceitando a "multiplicidade do mundo", mas não gosta do termo "outsiders". "Quem são essas pessoas? E quem são os 'insiders'? O mais interessante é ver práticas artísticas diferentes. Os velhos posicionamentos sobre quais são os centros do mundo não servem mais", afirma.

"Algumas das obras de arte mais interessantes estão sendo produzidas no Brasil, no Congo, na Coreia. Claro, coisas interessantes são produzidas nos Estados Unidos e na Europa, mas esses outros países têm mais urgência sobre coisas importantes que estão acontecendo", ele acrescenta.

A discussão, porém, deve ir além da onda decolonial, termo usado à exaustão em exposições de arte para categorizar obras de artistas originados de países do sul global —definição guarda-chuva popular em museus e galerias para designar nações emergentes. "A noção de decolonialidade foi banalizada", critica Ndikung. "É tudo e nada ao mesmo tempo, mas esse conceito deveria ser levado a sério."

Por isso, a possibilidade de retratar realidades pungentes de formas variadas e inovadoras será um dos focos da próxima Bienal de São Paulo, adianta Ndikung. "A poesia faz isso de forma sofisticada, usando poucas palavras para descrever o mundo. É isso que a arte deve fazer."



A artista Yoko Ono na obra 'Half-A-Room', em Londres, em 1967 Clay Perry/Divulgação

Exposição em Londres percorre 70 anos da arte de Yoko Ono

Emily LaBarge

LONDRES | THE NEW YORK TIMES Em dezembro de 1971, um homem na saída do Museu de Arte Moderna de Nova York perguntou aos visitantes que estavam saindo o que acharam da exposição de Yoko Ono.

Alguns ficaram confusos ("que exposição?"), outros irritados ("não consegui encontrar") ou encantados ("eu simplesmente achei incrível"). Para um homem que teve dificuldade em localizar a mostra, o entrevistador disse "está aqui, está principalmente na mente das pessoas". O homem assentiu. "Sim", ele disse. "Eu pensei que poderia ser o caso."

Essas foram algumas das reações à "Museum of Modern (F)art" de Ono, estreia autoimposta no MoMA, encenada sem permissão do museu.

Ela publicou um catálogo, publicou anúncios no The Village Voice e inseriu um informe na entrada do museu dizendo que centenas de moscas embebidas em perfume haviam sido liberadas no interior. Cabia aos visitantes encontrar os insetos, dizia o aviso, talvez seguindo os aromas errantes que passavam pelos Pollocks, Picassos ou Van Goghs.

Mais de 50 anos depois, a artista, conhecida por seu casamento com John Lennon tanto quanto por sua arte vanguardista, tem uma retrospectiva muito aguardada na Tate Modern em Londres.

A mostra "Yoko Ono: Music of the Mind", ou música da mente, tem mais de 200 obras abrangendo sete décadas de trabalho. Como "Museum of Modern (F)art", que faz parte da retrospectiva, a maioria dessas obras está na mente das pessoas.

A exposição mostra o trabalho e a vida de Ono cronologicamente. O primeiro espaço estabelece imediatamente a sensação de elegância simples que domina a obra da artista, que se desdobra em performance, instalação, filme, texto, som e escultura.

Como muitas das obras na mostra, "Lighting Piece" é apresentada em múltiplas iterações. É uma de suas primeiras "peças de instrução" —um pequeno cartão datilografado, datado de "outono de 1955", e fixado na parede. Nele está escrito "acenda um fósforo e observe até que se apague".

Próximo dali, três fotografias mostram Ono fazendo exatamente isso, enquanto está sentada em um grande de piano no palco, em 1962.

Projetada em outra parede está uma versão filmada de 1966 da mesma instrução. Vemos a chama tremeluzente, filmada com uma câmera de alta velocidade e depois reproduzida em velocidade padrão, diminuindo a uma taxa impossivelmente lenta. Ela existe através do tempo e do espaço e você também é convidado a observar a chama morrer.

Nascida em 1933, Ono cresceu no Japão em tempos de guerra e pós-Guerra. É fácil relacionar a austeridade de seu trabalho a uma infância marcada por escassez, falta de moradia e destruição em massa.

"Essas experiências dos primeiros dias lançaram uma longa sombra em minha vida", disse a artista, lembrando como ela e seu irmão, deslocados e famintos, olhavam para o céu e imaginavam cardápios repletos de refeições deliciosas que não podiam comer.

Talvez essa fantasia epicurista tenha sido uma de suas primeiras peças de instrução, mas seu trabalho também foi moldado por uma formação sofisticada. Ela foi a primeira estudante de filosofia do sexo feminino na Universidade Gakushuin em Tóquio, e depois estudou poesia e composição musical na Sarah Lawrence depois de se mudar para Nova York em 1953.

Ono rapidamente se envolveu com os músicos experimentais e artistas performáticos mais admirados da cidade na época, incluindo John Cage, La Monte Young e George Maciunas.

Na retrospectiva, a década após sua chegada a Nova York é amplamente representada por documentação de performances em espaços de loft e galerias, e mais tarde no palco, também em Tóquio, para onde ela retornou de 1962 a 1964.

Dois "Quadros de Instrução" são exemplos de obras interativas de 1961, em que o título diz o que fazer. "Pintura para Ser Pisada", por exemplo, é exatamente o que parece —um recorte de tela preso ao chão— e mostra a aceitação de Ono da ideia de que a arte é viva e depende da participação do público. Isso é incentivado na exposição, que convida os visitantes a seguir várias instruções.

Trabalhos posteriores se situam de forma incômoda entre registros altos e baixos, instalação conceitual e intervenção na mídia mainstream.

A poesia evocativa tipo "koan" de suas partituras anteriores —"observe o Sol até que ele se torne quadrado", "faça um anúncio móvel cada vez que você morrer"— se torna declarações simplistas. "Pegue um pedaço do céu, saiba que todos nós somos parte um do outro", "imagine a paz", "paz é poder".

No final da exposição, você é convidado a escrever um desejo num cartão branco e o fixar numa oliveira num vaso. Desejar é o suficiente? Podemos imaginar a paz?

No início, eu estava ceticamente inquieto com a falta de "arte" nas obras de texto posteriores. Mas as instruções de Ono não são tão diretas quanto parecem e exigem alguma fé nas outras pessoas. O que eu achei da exposição de Yoko Ono? O que você achou?

Yoko Ono: Music of the Mind
Tate Modern - Bankside SE1 9TG, Londres, tate.org.uk. Seg. a dom., das 10h às 18h. Até 1º de setembro. Cerca de R$ 110, em shop.tate.org.uk

Ex-marido de galerista morto no Rio é preso nos EUA

SÃO PAULO Daniel Garcia Carrera, ex-marido do galerista Brent Sikkema, assassinado no Rio de Janeiro no início do ano, foi preso pelo FBI em Nova York, nos Estados Unidos.

De acordo com o site TMZ, os agentes entraram no apartamento de Carrera no dia 20 de março e o levaram algemado. A Justiça determinou a prisão por haver risco de fuga.

A defesa nega a possibilidade de fuga e diz que ele tentava garantir que o filho pudesse jogar futebol num torneio na Itália. Carrera foi libertado após pagar fiança de US$ 1 milhão e agora usa uma tornozeleira eletrônica.

Sikkema foi encontrado morto no quarto de sua casa no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, em janeiro. O cubano Alejandro Triana Prevez, confessou o crime em fevereiro e apontou o ex-marido da vítima como mandante.

A Justiça brasileira decretou então as prisões preventivas de Carrera e de Prevez.

Segundo Prevez, Carrera prometeu pagar US$ 200 mil, cerca de R$ 1 milhão, pelo assassinato do galerista. Ainda segundo o cubano, ele chegou a fazer remessas de dinheiro por intermédio de uma empresa de transferências financeiras internacionais.

Na versão do suspeito, Carrera teria enviado uma cópia da chave do sobrado de Sikkema por meio de uma empresa de logística. Assim, ele conseguiu entrar na casa do galerista sem resistência.

O cubano afirmou ainda que Carrera teria dito que o galerista pagava valores baixos de pensão e gastava dinheiro com drogas e festas.

Livraria Cultura no Conjunto Nacional fecha de novo após ordem de despejo

SÃO PAULO A Livraria Cultura fechou as portas mais uma vez após a Justiça autorizar a ordem de despejo no imóvel do Conjunto Nacional, na avenida Paulista, em São Paulo.

A decisão foi publicada pelo Superior Tribunal de Justiça em fevereiro. Em nota, a empresa diz que vai procurar um novo local para a livraria.

A Cultura, que conseguiu na Justiça, em junho de 2023, a reversão do decreto da falência, pediu a suspensão da ação de despejo, mas o recurso não foi acatado pelo STJ.

Um cartaz na unidade do Conjunto Nacional informa aos clientes que agora o atendimento será feito exclusivamente pelo site da empresa.

Conheça os seis queijos que Lula deu a Macron

Presente ao líder francês incluiu quatro marcas mineiras, uma paulista e outra paraense, além de café e espumante

Flávia G. Pinho

SÃO PAULO Foi uma correria. Na quarta-feira pela manhã, um funcionário do Ministério das Relações Exteriores telefonou esbaforido para a queijista Rosanna Tarcitano, que mora em Brasília.

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele precisava organizar uma cesta de queijos brasileiros, para que fossem dados de presente ao presidente francês, Emmanuel Macron. O problema era o prazo: o regalo deveria ser entregue na manhã seguinte.

Com uma década de experiência no ramo e uma das fundadoras da Associação de Queijistas do Brasil (ComerQueijo), que fazem a ponte entre produtores artesanais e o consumidor final, Tarcitano não se apertou. Acionou uma colega do Distrito Federal, Sandra Moser, e pediu socorro. "Como ela vende em feiras, costuma ter algum estoque", conta.

A produção do presente passou por uma negociação digna de diplomatas. A expectativa do Itamaraty era juntar apenas queijos mineiros na caixa, mas Tarcitano foi contra. "Sugeri uma diversidade maior de sabores, porque várias regiões do Brasil têm queijos maravilhosos e premiados", diz. O argumento colou.

Da lista inicial, com dez queijos, já ficaram de fora os produtos que demandavam refrigeração —era impossível saber como o presente chegaria a Macron, e se o francês provaria os queijos no Brasil ou se os levaria para casa.

Outra demanda do Itamaraty ajudou a reduzir a lista: que os queijos tivessem conquistado medalhas no Le Mondial du Fromage et des Produits Laitiers, também conhecido como Mundial de Tours, uma das mais importantes competições internacionais, realizada na França. A ideia era fazer uma provocação a Macron.



Queijo Lua Cheia, produzido pelo laticínio Serra das Antas, de Bueno Brandão (MG) Divulgação

Daqueles dez queijos da primeira seleção, quatro se enquadravam. Mas Tarcitano apelou para a diplomacia mais uma vez e conseguiu incluir outros dois produtos que, na sua opinião, retratavam melhor a diversidade queijeira do país. Bingo de novo.

"Às 14 horas, a lista já estava aprovada e começamos a formar o presente. Como alguns queijos são enormes, optamos por entregar frações embaladas. Às 17h, o presente estava pronto", lembra a queijista.

A caixa dada a Macron não continha apenas queijos. Entraram no kit um pacote de café e o espumante 130 Brut Blanc de Blanc, produzido com uvas Chardonnay especiais pela gaúcha Casa Valduga.

Na véspera da Sexta-Feira Santa, a foto dos dois presidentes, sorridentes com o presente nas mãos, circulou rapidamente e fez os produtores, todos de pequeno porte, esfregarem as mãos diante de tamanha divulgação.

Se o gesto vai acabar se refletindo em vendas, é cedo para saber. Mas o queijeiro Bento Mineiro, produtor paulista do queijo Pardinho, está otimista. "Não há dúvida da relevância do gesto, que pode, sim, ter efeito comercial."

Proprietário da Galeria do Queijo, em São Paulo, Falco Bonfadini não chegou a notar aumento na procura pelos queijos. Mas se incomodou com o debate político no seu Instagram. "Fiz um post para celebrar a visibilidade dos queijos nacionais, nada a ver com política, mas começaram a brigar no meu post", diz.

Todos os queijos que Macron ganhou estão à venda em lojas especializadas e podem ser adquiridos diretamente dos produtores.

Veja quais são os queijos e onde comprar

Cuesta
Elaborado em antigos tachos de cobre, usando leite cru de vacas criadas em pasto em Pardinho (SP), ele matura por oito meses em caves subterrâneas. Nesse tempo, a casca incorpora fungos que conferem coloração acinzentada e notas amendoadas.

Prêmios: medalha de prata no Mondial du Fromage e no Prêmio Queijo Brasil de 2023.

Quanto: R$ 279,90 o quilo
Onde: Galeria do Queijo (av. Prof. Abraão de Morais, 1.500, Box 6, Saúde), galeriadoqueijo.com.br

Goa Moderado
Produzido em Aiuruoca (MG), o Mantiqueira de Minas tem massa semicozida e passa por salmoura, processo similar ao do parmesão italiano. O rótulo Moderado cura por 120 dias. A fazenda recebe visitantes, que podem conhecer a produção e participar de degustações (R$ 50; agendamento pelo Instagram @produtosgoa).

Prêmios: medalha de ouro no Mundial du Fromage de 2023

Quanto: R$ 77 (370 g)
Onde: Empório Ouro das Gerais (R. Canário, 1.132, Moema) Instagram @ourodasgerais

Queijo do Marajó - Fazenda São Victor
Em Salvaterra, na Ilha do Marajó (PA), é produzido o queijo creme tradicional da ilha, à base de leite cru e creme de leite de búfala, saber herdado de antepassados. Cremosos, de sabor amanteigado, eles foram reconhecidos com Indicação Geográfica (IG) em 2021

Prêmios: medalha de ouro no Prêmio Queijo Brasil 2023

Quanto: R$ 59 (cerca de 420 g)
Onde: O Queijólatra (R. Dr. Melo Alves, 138, Jardim Paulista); oqueijolatra.com.br

Lua Cheia
Airton Gianesi, proprietário do laticínio Serra das Antas, de Bueno Brandão (MG), se inspirou no camembert para elaborar a receita à base de leite cru de vaca e creme de leite, mas adiciona carvão vegetal à casca. O queijo matura por três semanas em câmara fria. Aos sábados, o laticínio recebe para almoço no restaurante Bissurdô: reservas no (35)3442-1098.

Prêmios: medalha de bronze no World Cheese Awards 2023/2024

Quanto: R$ 38,30 (300 g)
Onde: serradasantas.com.br

Maranata Bronze
O casal Henrique e Paula Laim, de Virgínia, no sul de Minas Gerais, produz o queijo Mantiqueira de Minas à base de leite cru de vaca, de rebanho próprio —alguns rótulos, como o Bronze, passam por um processo de maturação que chega a cem dias. O Rancho Maranata recebe visitas e organiza programas de vivências, com hospedagem.

Prêmios: medalha de prata no Prêmio Queijo Brasil 2023

Quanto: R$ 32,50 (250 g)
Onde: ranchomaranata.com.br

Serjão Canastra 20 Dias
Em Piumhi (MG), no coração da Serra da Canastra, na fazenda herdada dos avós, Sérgio de Paula Alves produz os queijos tradicionais da região, à base de leite cru de vaca, reconhecidos como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Iphan. O mofo branco da casca, que prolifera naturalmente ao longo de 20 dias na cave de maturação, dá identidade ao produto.

Prêmios: medalha de prata no Le Mondial du Fromage

Quanto: R$ 109,90 (1 kg a 1,2 kg)
Onde: queijodoserjao.com.br

RECEITAS DO MARCÃO | *Marcos Nogueira*
folha.com/receitasdomarcao

Aprenda a fazer goulash, típico da culinária húngara

Não se falava tanto da Hungria no Brasil desde os tempos do centroavante Puskás, na Copa de 1954. Com um ex-presidente usando a embaixada húngara de pousada, é de se imaginar o que foi servido a ele no retiro carnavalesco.

Quando se fala de comida húngara, a primeira coisa que vem à cabeça é goulash.

Na Hungria, há toda uma família de ensopados mais ou menos semelhantes. O gulyás (de onde veio a palavra "goulash") é uma sopa de carne, páprica, batata, cenoura e raiz de salsa. O pörkölt é um picadinho mais espesso, feito geralmente de cortes duros de boi ou carneiro. O paprikás, também apurado, leva creme azedo e carnes mais delicadas, como frango ou vitela.

No Ocidente, tudo acabou vriando goulash. O goulash que vamos fazer é o pörkölt.

O sabor mais marcante do goulash vem da páprica, pimentão seco e pulverizado. Há muitas variedades de pimentão e uma série de processos industriais possíveis, consequentemente um montão de tipos de páprica.

Todas as receitas que pesquisei recomendam o uso da páprica doce húngara. Você até consegue comprá-la no Brasil, mas não é fácil encontrar. Use tranquilamente a páprica doce comum, evitando a picante e a defumada.

As variantes do goulash são pratos rústicos, preparados tradicionalmente em um caldeirão na fogueira no campo, por vaqueiros. Nesse contexto, a gordura é sempre a banha. Dá pra usar óleo, mas fica pior.

A base do molho da carne é cebola, muita cebola cozida longamente até virar um creme adocicado. Um pouco de frescor nesse prato rústico vem da manjerona fresca. Orégano fresco substitui bem.

O acompanhamento clássico do pörkölt, digo goulash, é a galuska, massa caseira de ovos. Acabou o espaço aqui para essa receita, mas você será feliz com batata cozida ou macarrão na manteiga.

Na hora de servir, vai bem uma colherada de creme azedo, creme de leite fermentado que não é feito industrialmente no Brasil. Uma gambiarra boa é misturar partes iguais de nata e iogurte natural.



Goulash com batatas cozidas
Marcos Nogueira/Folhapress

Goulash húngaro

Rendimento: 4 porções
Dificuldade: fácil

Ingredientes
- 1 pimentão verde
- 2 tomates maduros
- 2 colheres (sopa) de banha
- 1 cebola grande picada
- 3 dentes de alho triturados
- 500 g de acém ou paleta em cubos
- 3 colheres (sopa) de páprica doce
- 1 colher (café) de kümmel moído ou cominho
- 1 colher (chá) de pimenta-do-reino
- Manjerona e sal a gosto

Modo de preparo
- Remova o talo, as sementes e as membranas do pimentão. Bata num processador com os tomates. Reserve.
- Derreta a banha e frite a cebola em fogo alto até ficar transparente. Junte o alho e refogue por 1 minuto.
- Junte a carne, tempere com um pouco de sal e refogue até a água evaporar. Junte a mistura de tomate e pimentão e os temperos.
- Misture, reduza o fogo e tampe a panela. Cozinhe por duas horas, mexendo de quando em quando, por duas horas ou até a carne amaciar. Adicione água sempre que começar a grudar na panela.
- Sirva com creme azedo e massa na manteiga ou batata cozida.



Receita de couve-flor com páprica defumada e tahine ao forno Fotos Karime Xavier/Folhapress

Veja temperos e molhos rápidos que dão mais sabor à comida

Preparos podem ser realizados com antecedência e deixados na geladeira

SÉRIES FOLHA
COZINHA RÁPIDA EM CASA

Marília Miragaia

SÃO PAULO Quem sabe adicionar camadas de sabor à comida sem perder muito tempo tem mais chances de superar o dilema de cozinhar ou não. Por isso, a quinta reportagem da série da **Folha** "Cozinha Rápida em Casa" traz sugestões de temperos, molhos, conservas e caldos que deixam os pratos do dia a dia mais gostosos.

Algumas dessas ideias devem ser feitas com certa antecedência, mas outras, como molhos e alguns temperos, levam poucos minutos.

Para usar esses atalhos com facilidade, é importante ir construindo aos poucos a própria autonomia na cozinha, diz Camila Yazbek, professora do curso Guia de Bolso da Escola Wilma Kövesi. "Se você entender o princípio de um molho para grelhados e saladas, você vai criar suas versões. Assim, você não paralisa se não tiver um ingrediente."

Com o tempo, também vai ficando mais claro como se adiciona mais complexidade de sabor à comida, diz Tuca Mezzomo, do restaurante Charco, na capital paulista.

"Por exemplo, incluir um elemento de acidez sempre vai ser um bom contraponto para receitas com gordura. Então uma salada bem azeitada ou com queijos untuosos vai super bem se você colocar um picles", afirma Mezzomo. Isso vale para conservas rápidas de ingredientes como maxixe, abóbora e couve-flor, que podem ser feitas em casa de um dia para outro.

Além de comandar o Quincho, em São Paulo, a chef Mari Sciotti também cozinha toda semana em casa com filhos e o marido. Para ajudar, costuma guardar na geladeira temperos prontos de alho ou cebola que ela faz no processador e usa na hora de grelhar um bife ou fazer um refogado.

"Às vezes, a gente parte da ideia que vemos em redes sociais de que tudo é prático de fazer. Para não me frustrar, gosto de pensar que a finalidade da cozinha não é ser rápida. Mesmo assim, dá para tornar ações mais simples e antecipar preparos", diz ela.

Veja a seguir ideias para testar em casa. Para encontrar preparos completos, acesse o CozinhAI, ferramenta da **Folha** que usa inteligência artificial para gerar receitas.

A série "Cozinha Rápida em Casa" foi pensada para tornar mais prática a rotina de preparar refeições.

*

Caldos

Vale a pena incluir o preparo de caldo no planejamento quando você sabe quando vai usá-lo, diz Mari Sciotti. Além de risoto, ele faz sopas rápidas: é só bater com ervilha ou lentilha no liquidificador. Também é base para ensopados (como de grão-de-bico com linguiça), e deixa molhos (de tomate, carne moída, picadinho) e cuscuz marroquino mais gostosos.

Para fazer o caldo de legume, Mari reserva um pote grande no freezer e vai acrescentando cascas e aparas de vegetais (de cebola, alho, cenoura, cogumelos, abóbora) e talos (de salsinha, cebolinha, coentro, salsão e alho-poró).

Quando enche, joga na panela, refoga, adiciona uma colher de missô (se tiver) e cozinha com temperos (louro, grãos de coentro, cominho e pimenta-do-reino) por meia hora (ou até uma hora). Quando esfriar, é só porcionar e guardar no freezer. Evite usar chuchu, abobrinha, berinjela e tubérculos e raízes com amido.

Para fazer caldo de frango você pode assar ou refogar sobrecoxas e cozinhar com cebola, alho, cenoura e, se tiver, salsão —tudo isso coberto por água, em fogo baixo, por duas horas. Quando terminar, coe, porcione e congele. O frango que sobrou pode ser desfiado e usado em tortas, saladas, canjas e arrozes. Como ele já perdeu sabor, é importante temperar bem.

Conservas

Vegetais como cebola, cenoura, erva-doce, couve-flor, pepino e maxixe (esses últimos, em fatias) viram conservas rápidas na casa do chef Tuca Mezzomo. Para fazer, ele mistura uma xícara (chá) de vinagre e 2/3 de xícara (chá) de vinho com três colheres e meia de sopa de açúcar e uma de sal para 300 gramas do vegetal que for usar.

Primeiro, ferva o vinagre, o vinho, o sal e o açúcar até dissolver e levantar fervura. Acrescente o vegetal de forma que ele fique imerso (se precisar, faça mais da mistura base).

Deixe esfriar e, quando estiver em temperatura ambiente, coloque em um pote bem limpo e seco. O importante é que o líquido cubra todos os pedaços dos ingredientes, para que não haja contaminação.

Guarde na geladeira e use já no dia seguinte. Vai bem para quebrar elementos mais gordurosos, como frituras e carne de porco, além de sanduíches e omeletes.

Molhos

Além de acompanhamento do churrasco, o termo vinagrete designa molhos na proporção de três partes de gordura para uma de ácido que podem ser usados para temperar legumes, vegetais, saladas e até grelhados.

Como exemplo, a fórmula pode ter três partes de azeite e uma de limão, mas dá para variá-la usando outros limões (como cravo e siciliano), vinagre balsâmico e de arroz e até laranja mais azedinha —também dá para fazer uma mistura desses elementos.

No caso da gordura, são opções pasta de tahine, de amendoim, de castanha-de-caju, óleo de abacate e de gergelim (como é mais forte, adicione uma parte, mantendo a proporção da receita). A essa mistura, dá para adicionar aromáticos como ervas secas, alho e mostarda —essa última, que ajuda a emulsificar, como mel.

Camila Yazbek sugere misturar esses elementos em um pote de vidro com tampa, adicionando um pouco de água devagar até dar o ponto de consistência de molho. Armazene em geladeira por até uma semana.

Temperos prontos

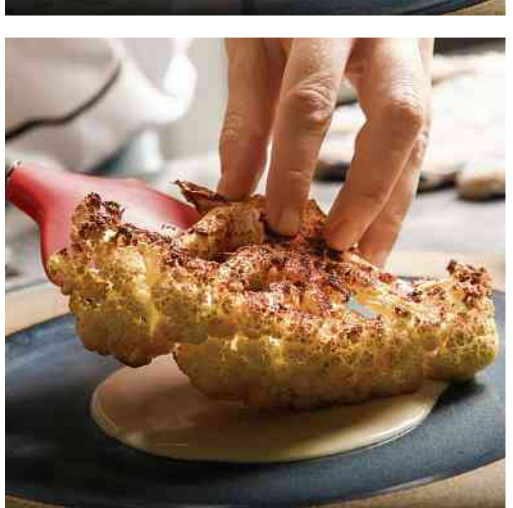
Deixar pastas prontas de tempero caseiro na geladeira ajuda a ganhar ao menos 20 minutos de trabalho na cozinha, diz Mari Sciotti. Use como base de refogado (como o do arroz, feijão e de molhos) e para grelhar carnes.

Para fazer, pegue duas ou três cabeças de alho, mergulhe por 30 segundos em água quente e passe pelo processador até ficar picadinho. Coloque em um pote limpo para armazenar e cubra com uma mistura de 60% de azeite e 40% de óleo —essa camada ajuda a preservar o tempero por até uma semana.

Também dá para fazer o mesmo com cebola e com uma mistura de vegetais — cebola, cenoura e salsão, que, picados, formam o que se chama de mirepoix. Usada em refogado com vinho ajuda a trazer sabores parecidos com o de um caldo de legumes.







A partir do alto, couve-flor na assadeira, molho feito com tahine e vegetal já pronto e servido no prato

Couve-flor com molho de tahine

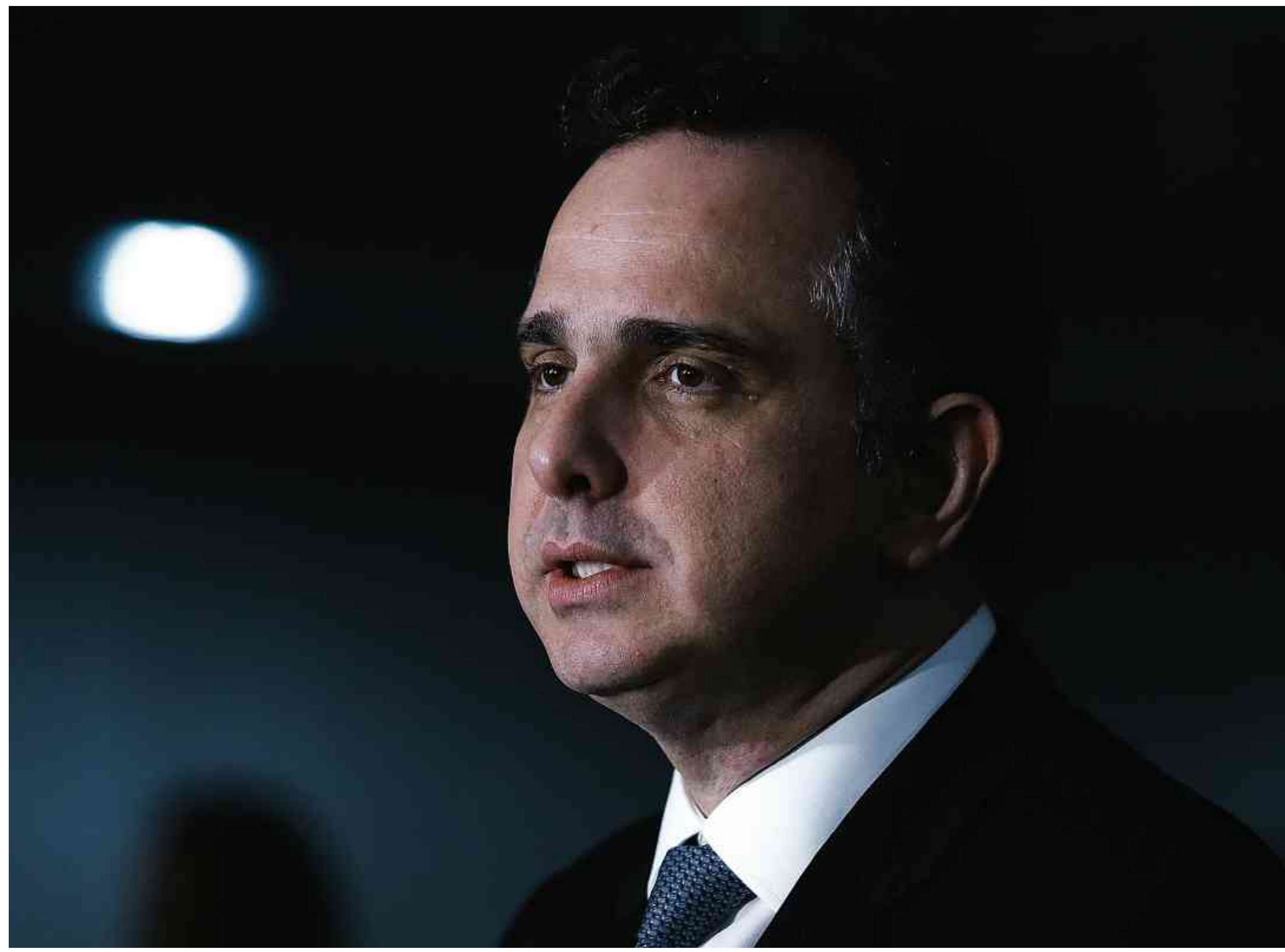
Ingredientes
- 1 couve-flor grande ou três unidades pequenas
- Páprica defumada

Molho de tahine
- Suco de 1 limão
- ½ xícara (chá) de tahine (pasta de gergelim)
- ½ xícara (chá) de água filtrada
- 1 dente de alho picado (ou ralado)
- 1 colher (chá) de sal

Preparo
- Pré-aqueça o forno a 220°C
- Higienize e seque a couve-flor
- Com uma faca, retire as aparas laterais de forma a deixar o miolo em formato chapado, como se fosse um livro
- Fatie em cortes menos espessos, com cerca de um centímetro. Guarde os floretes para outro uso
- Tempere com sal, pimenta-do-reino e páprica e distribua em uma forma untada
- Asse por cerca de 20 minutos, até espetar a ponta da faca no caule e estar macio
- Enquanto isso, prepare o molho de tahine. Em um vidro com tampa, coloque todos os ingredientes e chacoalhe bem, até ficar homogêneo. Tempere com sal
- Sirva com a couve-flor

Receita do curso Guia de Bolso da Escola Wilma Kövesi de Cozinha

INÊS 249



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que, ao deixar caducar parte de MP, impediu que INSS de prefeituras voltasse para 20% Lula Marques - 25.mar.24/ Agência Brasil

Pacheco desidrata MP de Haddad e mantém desoneração de prefeituras

Presidente do Senado deixa caducar trecho de medida; decisão pode ter impacto de R$ 10 bilhões

Matheus Teixeira e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiu nesta segunda-feira (1º) deixar caducar o trecho de uma MP (medida provisória) do ministro Fernando Haddad (Fazenda) que previa a reoneração da folha de pagamento das prefeituras.

O texto determinava que, a partir desta segunda-feira, a alíquota cobrada dos municípios com até 156,2 mil habitantes passaria de 8% para 20%, o que não ocorrerá mais devido à decisão de Pacheco.

A derrubada da medida significa um revés para o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que pode sofrer uma perda próxima a R$ 10 bilhões em suas receitas caso não haja uma alternativa para o impasse.

A decisão de Pacheco —que também é o presidente do Congresso Nacional— vem após o governo desagradar ao Legislativo e manter a reoneração dos municípios em vigor, apesar de ter aceitado revogar o trecho que tratava da cobrança sobre a folha de empresas de 17 setores.

No fim de fevereiro, o presidente do Senado ameaçou dar encaminhamento próprio ao benefício das prefeituras, e o Palácio do Planalto se dispôs a construir uma proposta de "flexibilização", formalizada em projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados.

No entanto, com o trecho da MP em vigor, os municípios estariam sujeitos à retomada da maior alíquota, o que poderia ter impacto sobre o caixa das prefeituras.

Por meio de nota, o presidente do Senado afirmou que "a decisão significa que a discussão sobre o tema da desoneração da folha de pagamento e seu eventual novo modelo devem ser tratados integralmente por projeto de lei, não por MP".

Ele ainda criticou o ato do governo, considerando que o Congresso Nacional já havia decidido pela desoneração dos municípios.

"Uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo. Isso garante previsibilidade e segurança jurídica para todos os envolvidos", afirmou.

Assim como as empresas, os municípios que contribuem para o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) pagavam uma alíquota patronal de 20% sobre os salários de seus funcionários.

Os parlamentares, no entanto, queriam reduzir o peso dessa cobrança sobre o caixa das prefeituras às vésperas do ano de eleições municipais.

O corte na alíquota dessas prefeituras, para 8%, foi aprovado pelo Congresso, vetado por Lula e restabelecido pelos parlamentares no decorrer de 2023.

No apagar das luzes do ano passado, o governo editou uma MP para, entre outras medidas, revogar a desoneração dos municípios e restabelecer a cobrança de 20% a partir de 1º de abril.

Com a chegada da data, Pacheco prorrogou a vigência da MP em 60 dias, mas determinou que a parte que trata da reoneração das prefeituras fosse derrubada. O presidente do Senado afirmou, no entanto, que está aberto para que seja estabelecida uma discussão "célere" sobre o assunto.

> Uma MP não pode revogar uma lei promulgada no dia anterior, como se fosse mais um turno do processo legislativo. Isso garante previsibilidade e segurança jurídica para todos os envolvidos
>
> **Rodrigo Pacheco (PSD-MG)**
> presidente do Senado

O Executivo tem a expectativa de que qualquer flexibilização na reoneração dos municípios venha acompanhada de uma medida de compensação. O corte original na alíquota foi aprovado sem que essa perda de receitas estivesse no Orçamento aprovado pelos parlamentares.

Essa não é a primeira modificação no conteúdo legal do texto.

Há pouco mais de um mês, Lula assinou uma segunda medida provisória que revogou a reoneração da folha de empresas de 17 setores. O Executivo também enviou um projeto de lei tratando do tema, conforme demandado por líderes partidários.

O governo não fez o mesmo com a reoneração dos municípios porque precisava conciliar as demandas políticas com os impactos no Orçamento e, sobretudo, na meta fiscal, que é de déficit zero para 2024.

A revogação da reoneração dos 17 setores já impôs a necessidade de reconhecer uma perda de receitas. Dar o mesmo tratamento às prefeituras levaria a um custo adicional de ao menos R$ 10 bilhões no primeiro relatório, segundo cálculos dos técnicos, em razão da retomada do corte de alíquota previdenciária. Por isso, esse trecho da MP foi mantido em vigor pelo governo.

Enquanto isso, o governo seguiu as negociações com parlamentares e representantes das prefeituras. O Executivo formalizou na semana passada sua proposta com um novo modelo de desoneração da folha de pagamento, com o objetivo de contemplar os municípios menores.

O critério de acesso ao benefício fiscal é que o município tenha até 50 mil habitantes e RCL (receita corrente líquida) per capita de até R$ 3.895. Em 2024, eles teriam alíquota fixada em 14%.

O projeto prevê um aumento gradual da alíquota da contribuição que as prefeituras pagam ao INSS aplicada à folha de pagamento dos servidores. O patamar começa em 14%, chegando ao percentual de 18% em 2026. A alíquota da contribuição, antes de o Congresso aprovar a desoneração, era de 20%.

As contrapartidas para o acesso ao benefício são o município estar adimplente ou aderir a um plano de consolidação das dívidas com parcelamento futuro, um espécie de Refis.

Com essas novas regras de acesso, a desoneração da folha beneficia os municípios mais pobres, que ficariam com a alíquota da contribuição previdenciária mais baixa.

A proposta tem um alcance mais restrito do que o benefício do aprovado anteriormente de forma mais ampla pelo Congresso.

Pressão sobre o BC

Preocupação do Copom com mercado de trabalho aquecido gera nova onda de críticas

Adriana Fernandes

Jornalista em Brasília, onde acompanha os principais acontecimentos econômicos e políticos há mais de 25 anos

O mercado de trabalho aquecido com números positivos para a economia brasileira renovou a pressão política contra o Banco Central.

O assunto promete manchetes chamativas daqui para a frente.

É o tema do momento em Brasília. Prato cheio para os críticos que passaram a explorar a narrativa de que o BC estaria se aproveitando de um dado positivo da economia para aumentar os juros.

O mais recente torpedo partiu do ministro do Trabalho, Luiz Marinho, que mandou o Banco Central estudar melhor os fundamentos da economia e acrescentou que aumentar juros é uma forma burra de controlar a inflação.

Seguindo o padrão das críticas, o deputado federal Lindbergh Farias (PT-RJ) puxou a fila ao postar nas redes sociais que o BC bota a culpa dos juros altos no aumento do emprego e da renda.

"É explícito que Campos Neto não quer que o Brasil cresça! Ou seja, pra Campos Neto, a taxa de juros tem que subir porque o salário subiu!", escreveu o petista.

O que poucos perceberam é que, nas críticas, passaram a falsa ideia de que o BC estaria aumentando os juros, o que definitivamente não é o caso.

Mais comedido, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que espera que o BC não se assuste com o número de empregos gerados no Brasil.

A preocupação com o possível efeito inflacionário dos salários mais altos provenientes da melhora do emprego já vinha sendo apontada pelo BC.

Mas ganhou força após o Copom cortar a Selic em 0,5 ponto percentual para 10,75% e escrever, num dos parágrafos da ata da reunião, que membros do Comitê demonstraram maior preocupação com "possíveis efeitos da ampliação de ganhos reais no período mais recente e da aceleração de crescimento observada nos dados referentes à massa salarial sobre a dinâmica prospectiva da inflação de serviços".

O parágrafo gerou o gatilho para essa nova onda de críticas. O temor nos gabinetes do governo Lula e dos parlamentares aliados é que o Copom reduza o ritmo de queda da taxa Selic ou encurte o que o mercado financeiro chama de taxa terminal dos juros do atual ciclo de afrouxamento monetário. Ou seja, até onde os juros vão cair.

A essa preocupação soma-se a decisão do BC de mudar a sinalização da sua comunicação para os futuros cortes e garantir o ritmo de queda de 0,5 ponto percentual somente até a próxima reunião. No comunicado anterior, o que estava escrito era "próximas reuniões".

Existem setores que vão bater sempre para colocar fervura e pressão no BC. Faz parte do jogo político.

A despeito da preocupação legítima com o impacto dos juros no crescimento, porém, as críticas, ao menos dentro do governo, deveriam se dar sobre um patamar de mais alto nível, concentrando também esforços para aprovar medidas que permitam o aumento da produtividade do trabalho no país. Agenda sobre a qual o ministro Marinho deveria estar 100% debruçado.

A pressão dos críticos tem alvo também nos diretores do BC que foram indicados pelo presidente Lula. O tom gerou a interpretação de que teria uma divisão potencial entre alguns membros do Copom diante da ampliação das incertezas.

Ponto que ignora o fato de que houve consenso entre os integrantes do Copom na avaliação de que seria um equívoco interpretar a mudança na comunicação como uma alteração do plano de voo do BC para o juro terminal.

Se esse ponto de consenso foi colocado pelos diretores do BC, o mais prudente seria fazer ajustes na comunicação e arrumar o que estaria, então, sendo mal interpretado na ata.

O próprio BC diz na ata que continuará acompanhando os dados com profundidade, dada a dificuldade de uma "conclusão assertiva" sobre as defasagens entre o mercado de trabalho e a atividade econômica.

Se todo o mundo entendeu de um jeito, a culpa não é de quem leu, mas de quem escreveu.

PAINEL S.A.

Julio Wiziack
painelsa@grupofolha.com.br

Imposto do pecado

Cervejas e destilados estão em guerra na regulamentação da reforma tributária. A ABBD (Associação Brasileira de Bebidas Destiladas) quer alíquota única e seu principal argumento é que, com o imposto mais baixo para a cerveja, R$ 13 bilhões em impostos não foram pagos em 2023 devido ao contrabando de destilados. Os dados foram entregues à equipe econômica e ao ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais).

DEBAIXO... O levantamento do Euromonitor mostra que o mercado clandestino de vodca, gim e vinho já representa 24%, 14% e 8%, respectivamente, das vendas. Nem a cachaça escapa —19% é ilegal.

...DO PANO "Quanto maiores os preços de mercados inflados pela tributação desarrazoada, maior é o lucro pela prática da ilicitude", diz o documento da ABBD ao governo.

GRADAÇÃO Hoje, a cerveja, que tem entre 4% e 7% de álcool, recolhe menos do que uísque, vodca ou cachaça. Na regulamentação, as cervejarias querem manter a situação atual: quanto maior o teor alcoólico, maior o imposto. A ABBD diz que "álcool é álcool" para defender a alíquota única.

DE BRASILEIRO... A música Leão, de Xamã, foi a mais tocada em shows realizados no ano passado, segundo o Ecad, escritório que arrecada e distribui direitos autorais. O rapper, famoso pelo hit Malvadão 3, lançou a canção em 2020, mas ela fez sucesso com Marília Mendonça, que a gravou antes de sua morte, em 2021.

...PARA BRASILEIRO Xamã desbancou Luan Santana, segundo colocado, com "Coração Cigano", e até astros globais, como Miley Cyrus. Para o Ecad, isso mostra que o Brasil consome, em absoluta maioria, sua própria música, o que gera renda para os compositores.

FIO... As distribuidoras não vislumbram base jurídica no pedido do ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) para que a Aneel abra um processo de caducidade do contrato da Enel, que responde por diversas falhas na prestação em São Paulo desde 2023.

...DESENCAPADO Para o diretor-presidente da Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica, Alexei Vivan, a intenção do ministro é extremada. "Essa é a mais grave das punições. A pena tem de ser proporcional à falha."

É ELE Consultor jurídico do Ministério da Indústria, André Luis Freire deve ser o próximo procurador-geral do Cade. A indicação é do ministro Jorge Messias (AGU), a quem Freire está vinculado. O presidente Lula não bateu o martelo, mas, segundo pessoas que acompanham as conversas no Planalto, não há óbices.

CASE A disputa entre os irmãos Michael e Saul Klein, herdeiros do fundador da Casas Bahia, virou artigo na revista jurídica Lexology. Nele, David Zaslowsky e Jacob Kaplan afirmam que a Justiça de primeira instância dos EUA errou em desfavor de Saul, que pretende comprovar que há bens fora do testamento.

com Diego Felix

Meta fiscal de 2025 exigirá esforço extra de 1% do PIB

Sem novas medidas, Tesouro estima déficit de 0,5% do produto; Haddad diz que superávit depende do Congresso

Idiana Tomazelli

BRASÍLIA As medidas de arrecadação já implementadas até agora pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) serão insuficientes para garantir o alcance da meta fiscal almejada pelo ministro Fernando Haddad (Fazenda) em 2025.

O Tesouro Nacional estimou em suas projeções fiscais a necessidade de esforço adicional equivalente a 1% do PIB (Produto Interno Bruto) para chegar ao superávit de 0,5% do PIB prometido para o ano que vem.

Isso significaria arrecadação extra de R$ 123,9 bilhões, considerando a projeção da SPE (Secretaria de Política Econômica) para o PIB nominal de 2025. Se o valor não for atingido, parte do esforço poderia ser cumprido por meio do congelamento de despesas (via contingenciamento).

Sem novas medidas, o Tesouro projeta déficit de 0,5% do PIB no ano que vem, o que iria na contramão do desejo da equipe econômica de exibir uma melhora gradual e contínua nas contas públicas.

O objetivo de um superávit de 0,5% do PIB em 2025 foi indicado com a apresentação do novo arcabouço fiscal, em março do ano passado. A meta ainda precisará ser confirmada pelo governo no envio do PLDO (Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias) de 2025, no próximo dia 15 de abril.

O projeto é finalizado enquanto o governo discute medidas de arrecadação enviadas ao Legislativo no fim de 2023, como a reoneração da folha de pagamento de empresas e prefeituras, o fim do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos) e limitação do uso de créditos judiciais por empresas para abater tributos.

A Fazenda já precisou negociar flexibilizar boa parte dessas medidas para melhorar sua aceitação no Congresso, o que tende a impactar sua contribuição para o reequilíbrio das contas públicas.

Para este ano, o alvo é déficit zero, e a avaliação mais recente do Orçamento indica resultado negativo em 0,1% do PIB —na margem de tolerância da meta fiscal, de 0,25 ponto percentual para mais ou menos.

A estimativa de cumprir a meta, apesar do ceticismo do mercado, é possível graças à inclusão de R$ 168,3 bilhões em receitas obtidas com medidas implementadas pelo governo.

Mas a natureza das iniciativas aprovadas até aqui também é o principal fator a explicar o buraco nas contas de 2025. Boa parte está calcada em uma fonte extraordinária de recursos, de fôlego curto e sem garantia de sustentação para os anos seguintes.

Encaixa-se nesse perfil a tributação do estoque dos fundos em paraísos fiscais (offshore) e dos super-ricos. Recolhido o imposto sobre os rendimentos passados, que ocorrerá em 2024, o governo só contará com o fluxo futuro dessas receitas —num volume bem menor do que os R$ 19 bilhões projetados para este ano.

Outras receitas extraordinárias virão do repasse de depósitos judiciais da Caixa que foram indevidamente represados pelo banco, da repactuação de contratos de ferrovias e de parte dos acordos tributários para encerrar disputas no Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais).

O diagnóstico do Tesouro é uma fotografia das contas públicas considerando a legislação atual. Não significa que o governo não lançará mão de outras iniciativas para continuar elevando a arrecadação, inclusive com novas receitas extraordinárias. Se a atividade econômica melhorar, isso também pode contribuir para cobrir o buraco.

O relatório, porém, serve como uma espécie de alerta para o próprio governo de que a manutenção da melhora fiscal demanda mais esforços.

Haddad já deu uma sinalização de que o problema está no radar da equipe. Em entrevista à CNN Brasil na última terça-feira (26), ele disse que chegar ao superávit de 0,5% do PIB no ano que vem vai depender do Congresso.

"A pedido do presidente [do Senado, Rodrigo] Pacheco [PSD-MG] e do presidente [da Câmara, Arthur] Lira [PP-AL], projetos de lei foram apresentados para chegarmos a uma equação. Isso vai definir o futuro da trajetória [das contas]. O que estou querendo dizer é que vamos ao longo dos próximos dias definir com o Congresso Nacional o andar da carruagem, como vamos definir a trajetória daqui para a frente", disse na ocasião.

O economista Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas), avalia que a janela para o governo conseguir aprovar medidas no Congresso Nacional está se fechando.

Ele lembra que as iniciativas que estão reforçando a arrecadação em 2024 —e que devem contribuir para um resultado melhor do que o déficit de 2,1% do PIB em 2023— foram aprovadas no segundo semestre do ano passado.

"O cenário para o ano que vem nesse aspecto é um pouco difícil. No segundo semestre tem eleição [municipal], e o Congresso tem produtividade diferente e maior sensibilidade a determinados assuntos", afirma.

Pires cita outro entrave para o governo conseguir avançar em mais medidas de arrecadação: a própria fadiga da agenda. "O Congresso também vai se desgastando com essas medidas e vai tendo uma perspectiva diferente sobre a conveniência de aprová-las."

Do ponto de vista econômico, também há uma preocupação crescente com o ritmo da atividade econômica.

Até agora, segundo o especialista, a estratégia de ajuste privilegiou o fechamento de brechas na lei, o que tende a ter pouco ou nenhum impacto negativo sobre o PIB.

"A questão é saber até que ponto essas medidas estarão disponíveis para cumprir todo esse esforço. Essa questão ainda vai ficar mais latente. O governo está fechando todos os ralos possíveis. Quando acabarem os ralos e ainda faltar dinheiro, isso pode ser uma questão", diz Pires.

No relatório, o Tesouro destaca ainda que a necessidade de esforços adicionais tende a se manter nos anos seguintes, dado o crescimento real das despesas autorizado pelo novo arcabouço fiscal.

Em 2026, o esforço fiscal precisaria ser de 1,3% do PIB para alcançar o objetivo de Haddad, que é chegar ao último ano de mandato do governo com um superávit equivalente a 1% do PIB.

Para os anos seguintes, o Tesouro calculou o ajuste necessário para manter a dívida pública estável. Ainda assim, o futuro governo precisaria tomar medidas num montante equivalente a 0,7% do PIB em 2027 e 0,2% do PIB em 2028.

A ampliação das receitas, no entanto, tem como efeito colateral o crescimento mais veloz de despesas vinculadas à arrecadação, como os pisos de Saúde e Educação e as reservas para emendas parlamentares individuais e de bancada.

Em outras palavras, ao resolver o problema da meta fiscal, o governo contrata um outro desafio: o de evitar que esses gastos obrigatórios tirem todo o espaço disponível para custeio e investimentos.

O relatório de projeções fiscais foi publicado pelo Tesouro com quase três meses de atraso. De periodicidade semestral, ele deveria ter sido divulgado em dezembro, mas foi adiado para incorporar as medidas de arrecadação para 2024 aprovadas na reta final do ano legislativo.

Seu conteúdo também foi adaptado. Na edição de julho de 2023, sob outro cenário e sem várias das medidas de arrecadação aprovadas no Congresso, o documento apontava um quadro dramático, com contingenciamento estimado em R$ 56,5 bilhões neste ano e R$ 63,9 bilhões em 2025 para cumprir as metas de Haddad.

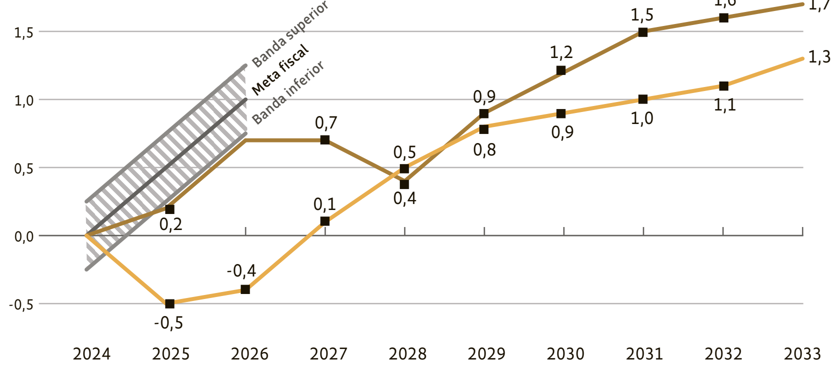
Na versão atual, o relatório não calcula o tamanho do bloqueio e diz que o esforço fiscal pode ser alcançado "a partir de uma combinação de várias medidas". "O contingenciamento poderia contribuir em 0,3 p.p. do PIB para o esforço fiscal necessário ao cumprimento das metas de resultado primário", diz o documento.

Cenário fiscal

Projeção de resultado primário

Em % do PIB

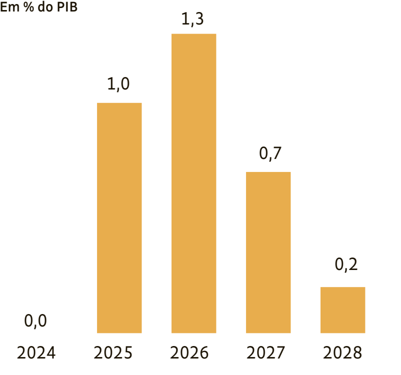
Cenário-base (apenas legislação vigente)
Cenário de referência* (conforme metas até 2026)
Intervalo da meta fiscal

*Resultados ficam abaixo da meta porque consideram pagamentos extraordinários de precatórios, que não são contabilizados na regra fiscal

Esforço fiscal necessário

Em % do PIB



O **esforço fiscal** representa a diferença entre os cenários base e de referência

A forma de alcançá-lo é, principalmente, via medidas de arrecadação. Mas o Tesouro estima que o contingenciamento de despesas poderia contribuir em 0,3 ponto percentual para o esforço necessário ao cumprimento das metas

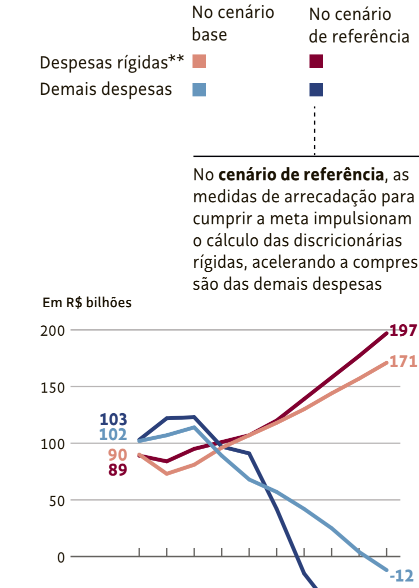
Despesas discricionárias

No cenário base / No cenário de referência

Despesas rígidas**
Demais despesas

No **cenário de referência**, as medidas de arrecadação para cumprir a meta impulsionam o cálculo das discricionárias rígidas, acelerando a compressão das demais despesas

Em R$ bilhões



**Incluem pisos de saúde e educação e emendas parlamentares de execução obrigatória

Fonte: Tesouro Nacional

INÊS 249

bradesco vida e previdência | **Apresenta:** UM FUTURO MAIS TRANQUILO COM PREVIDÊNCIA PRIVADA

EstúdioFOLHA

Previdência Privada permite uma sucessão patrimonial célere e eficiente

Modalidade ainda possibilita ao investidor incluir quem desejar como beneficiário, além de definir a porcentagem que cada um terá de direito



Pensar em sucessão patrimonial é fundamental para quem se preocupa com o bem-estar financeiro da família no futuro. Mas o processo sucessório, em geral, envolve testamento, partilha de bens e inventário, que, além de financeiramente oneroso, pode se estender por anos. Há outras formas, no entanto, de proteger pessoas importantes na nossa vida: o planejamento sucessório.

Trata-se, ainda em vida, de tomar medidas legais cabíveis para seu patrimônio ser transferido dentro da proporção que você espera para cada um dos dependentes – e até incluir beneficiários que não estariam, a princípio, em sua linha sucessória. "A Previdência Privada é um excelente instrumento para a distribuição eficiente de valores financeiros àqueles beneficiários desejados, tendo ou não vínculo familiar", afirma Nilson Moraes Jr., sócio da Moraes & Leal Advogados. Segundo Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, "a celeridade do processo sucessório com a Previdência Privada, liberando recursos em menos de um mês para os beneficiários, é um importante atributo em momento de alta sensibilidade emocional e de dispêndios financeiros, que traz alento neste momento crítico."

Como tem características de seguro, a Previdência Privada, explica o especialista, dá ao investidor "maior liberdade para realizar a escolha dos beneficiários, podendo incluir qualquer pessoa que lhe convier para o resgate do valor." Essa modalidade permite, ainda, que o participante defina que um herdeiro possa receber um valor diferente de outro.

Outra vantagem é que, para os beneficiários receberem o saldo acumulado na Previdência Privada, "não há a necessidade de inventário, pois o benefício não é considerado herança", diz Camila Prado, sócia da área de Seguros, Resseguros, Previdência Privada e Saúde Suplementar do Demarest Advogados.

No Brasil, o custo de um inventário varia entre 10% e 20% do patrimônio inventariado. Afora isso, "a depender da quantidade de herdeiros, se será judicial ou extrajudicial, costumam ser procedimentos relativamente morosos, não sendo incomum encontrar processos de três a cinco anos em andamento", de acordo com Moraes Jr. "Nesse sentido, a Previdência Privada não possui custo para sua liberação e, por sua simplicidade, costuma ser paga em menos de 30 dias contados do falecimento."

Em razão dessas características de rapidez e eficiência, a Previdência Privada "é usualmente usada como um provedor de liquidez, inclusive para viabilizar o processo de inventário dos demais bens e não deixar a família sem recursos durante esse período", diz o advogado. É importante destacar que os valores investidos são aplicações financeiras. Portanto, os ganhos são taxados e devem ser pagos por aqueles que o recebem, mesmo que menor de idade, porque haverá retenção do Imposto de Renda na fonte.

O principal cuidado ao fechar um Plano de Previdência Privada é indicar com clareza quem serão os beneficiários.

"Não há uma receita de bolo para planejar a sucessão patrimonial, e nem sempre é usada a mesma estratégia para todos os casos", afirma Moraes Jr. Tendo isso em mente, pondera, "é certo que a Previdência Privada é um desses instrumentos que pode ser muito eficiente para prover liquidez e permitir divisão flexível entre herdeiros e beneficiar quem não é, entre outras vantagens".

Assim como no caso das rendas de aposentadoria, segundo Estevão Scripilliti, diretor da Bradesco Vida e Previdência, "também há a possibilidade de prever, ao invés do recebimento de todo recurso em um único pagamento, o recebimento de pensão por prazos estabelecidos aos beneficiários, após o falecimento do titular, o que, em muitos casos, pode disciplinar o uso das reservas pelos sucessores, se assim for o desejo do titular do plano".

Em resumo, a Previdência Privada tem muitos atributos positivos para um processo sucessório eficiente, célere e que desonere financeiramente e emocionalmente as famílias e beneficiários envolvidos.

EstúdioFOLHA | Conteúdo patrocinado produzido pelo Estúdio Folha |

INÊS 249



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto Paulo Pinto - 28.mar.24/Agência Brasil

Dólar vai a R$ 5,06, e BC anuncia sua 1ª intervenção sob Lula 3

Autoridade monetária fará hoje leilão adicional de até 20 mil contratos de swap cambial; no ano, moeda tem alta de 4,25%

Nathalia Garcia

BRASÍLIA Depois de o dólar fechar a R$ 5,06, o Banco Central anunciou na noite desta segunda-feira (1º) sua primeira intervenção no câmbio desde o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A ação se dará por meio de um leilão adicional de até 20 mil contratos de swap cambial, o equivalente a US$ 1 bilhão. O objetivo do BC é prover proteção contra variações excessivas do dólar em relação ao real (hedge cambial) e liquidez ao mercado doméstico.

No swap cambial tradicional, o título paga ao comprador a variação da taxa de câmbio acrescida de uma taxa de juros. Em troca, o BC recebe a variação da Selic. A operação funciona como uma injeção de dólares no mercado futuro — quem compra está protegido em caso de desvalorização do real.

Em nota, o BC afirmou que vai atuar "com vistas à manutenção do funcionamento regular do mercado de câmbio" diante dos efeitos gerados pelo resgate do título de NTN-A3 (Nota do Tesouro Nacional, subsérie A3), previsto para o dia 15.

O swap cambial é um instrumento usado pelo Banco Central para evitar disfunção no mercado de câmbio, assegurando que haja oferta para atender a um aumento de procura pela moeda estrangeira.

O leilão de swap cambial é uma forma de a autoridade monetária dar saída aos investidores, como se abrisse uma porta alternativa em uma festa lotada, exemplificam economistas.

Os contratos ofertados pelo BC possuem dois vencimentos: 2 de janeiro de 2025 e 1º de abril de 2025. Em valores atuais, os papéis de NTN-A3 equivalem a US$ 3,7 bilhões.

"Serão aceitos no máximo até 20 mil contratos a serem distribuídos a critério do BC, entre os vencimentos acima mencionados", diz a autoridade monetária.

O BC acolherá as propostas das instituições financeiras (limitadas a cinco por instituição) entre as 12h30 e as 12h40, e o resultado da oferta pública será divulgado após a apuração realizada pela autarquia.

Após a divulgação do resultado, a autoridade monetária enviará à B3 a relação das instituições contempladas, a quantidade de contratos aceita para cada uma e a taxa de juros apurada no leilão.

Mais cedo, entre as 11h30 e as 11h40, o BC vai realizar o leilão tradicional de até 16 mil contratos —equivalente a US$ 800 milhões— em rolagem de instrumentos existentes no mercado.

Nesta segunda, o dólar subiu 0,88%, para R$ 5,058, acompanhando a forte alta dos títulos do Tesouro americano, os chamados "Treasuries", em dia de ajustes após o feriado de Páscoa.

O mercado foi impactado, ainda, pela baixa liquidez da sessão em dia de feriado na Europa. Na Bolsa brasileira, o Ibovespa —o principal índice de ações do país— caiu 0,87%, para 126.990 pontos. No ano, o indicador acumula a queda de 4,53%.

Em 2023, o BC não realizou leilões extras de dólar diante de um cenário de baixa volatilidade do real e de forte fluxo comercial —o que caracterizou a menor intervenção da autoridade monetária desde a adoção do regime de câmbio flutuante no país, em 1999.

Nas projeções para este ano, os economistas consideram que a volatilidade do câmbio no Brasil dependerá da condução da política de juros do Fed (Federal Reserve, banco central dos EUA) e de riscos geopolíticos no cenário global.

No ambiente doméstico, a trajetória das contas públicas é a principal preocupação dos economistas.

Em 28 de dezembro de 2023, a moeda americana fechou em R$ 4,85. Desde então, está em trajetória de alta. No acumulado do ano, sobe 4,25%.

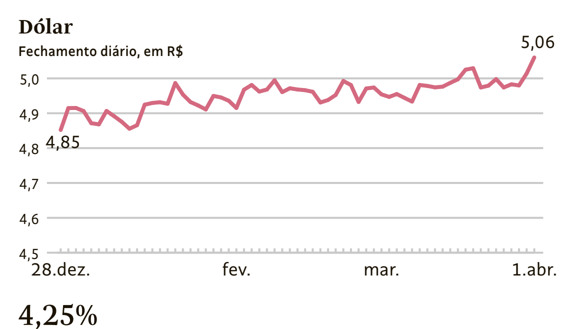
As intervenções anteriores no câmbio foram feitas em 2022. Em abril daquele ano, o BC vendeu US$ 500 milhões em um leilão extraordinário de 10 mil contratos de swap cambial tradicional.

Todos os contratos ofertados foram vendidos, sendo 3.250 com vencimento em 1º de dezembro de 2022 e 6.750 para 3 de abril de 2023. Também houve leilão adicional em maio.

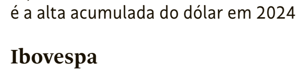
Na época, o dólar seguia em níveis elevados, entre outros motivos, por causa da perspectiva de um aumento de juros mais agressivo por parte do Fed.

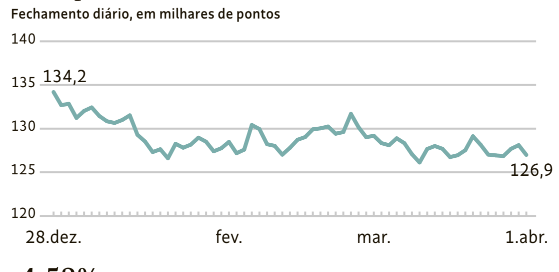
Colaborou Marcelo Azevedo, de São Paulo; com Reuters

Dólar vai a R$ 5,06, e BC intervém



4,25%
é a alta acumulada do dólar em 2024



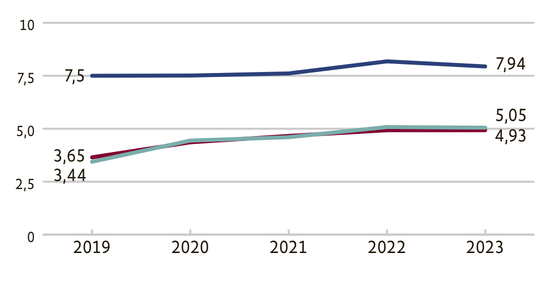


-4,53%
é a queda da Bolsa neste ano

Fonte: CMA



Em R$



Fonte: Pesquisa Ipec

Devedor contumaz avança no setor de cigarros e concorre com contrabando

Adriana Fernandes

BRASÍLIA Devedores contumazes —empresas que têm como estratégia não pagar impostos— estão começando a ocupar o lugar do contrabando no mercado ilegal de mercadorias no país.

Essas empresas comercializaram 9,5 bilhões de unidades de cigarros no ano passado, aumento de 11,8% em relação a 2022, de acordo com pesquisa encomendada pelo FNCP (Fórum Nacional Contra Pirataria e Ilegalidades).

Os dados, obtidos pela **Folha**, mostram que devedores contumazes vendem maço de cigarros a preço médio de R$ 4,93, abaixo do contrabando do preço mínimo estipulado para o mercado legal no Brasil, que é de R$ 5.

Maços de marcas contrabandeadas são vendidos com preço médio de R$ 5,05. No mercado legal, a cifra é de R$ 7,94. Em 2023, as empresas nacionais de cigarros não pagadoras de impostos acumularam R$ 13,5 bilhões em dívidas com União e estados.

De um lado, o volume movimentado pelo contrabando caiu de 34,8 bilhões de unidades de cigarros, em 2022, para 29,2 bilhões um ano depois. Já o montante das contumazes subiu, no período, de 8,5 bilhões para 9,5 bi de unidades de cigarro.

Para o Fórum, os novos dados acedem uma luz vermelha e exigem ação do Congresso para a aprovação de medidas efetivas de combate aos devedores contumazes. Desde 2017, as tentativas para aprovar projeto nessa área foram frustradas.

A pesquisa foi realizada pelo Instituto Ipec, que entrevistou pessoalmente 51.575 pessoas com idade entre 18 e 64 anos, de todas as regiões do país e classes sociais (A, B, C, D e E), em áreas urbanas de cidades com mais de 20 mil habitantes. As entrevistas foram feitas entre julho e outubro de 2023 e os primeiros resultados estão sendo apresentados agora.

Os dados da pesquisa são divulgados no momento em que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) tenta emplacar no Congresso um projeto que trata de benefícios para os bons pagadores e aperta as regras de combate aos devedores contumazes. Um cadastro de devedores contumazes foi previsto no texto.

O projeto do governo faz um cerco aos devedores contumazes ao descartar a possibilidade de o contribuinte que estiver nessa situação se livrar de processos penais a partir do pagamento do valor devido. Ele terá um prazo para se regularizar, mas não haverá extinção da punição se a dívida for paga.

A medida, no entanto, enfrenta forte resistência, o que levou o secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, a chamar os devedores contumazes de bandidos.

Pelos cálculos da Receita Federal, existem 1.100 empresas que são devedoras contumazes, com dívidas de mais de R$ 240 bilhões.

Além de cigarros, elas têm presença forte no setor de distribuição de combustíveis e bebidas alcoólicas.

"Compensa ser contumaz no Brasil", diz Edson Luiz Vismona, presidente do FNCP e do ETCO (Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial). Ele explica que os pesquisadores perguntam ao entrevistado se são fumantes e qual cigarro fumam. O entrevistado, então, apresenta a carteira de cigarros, o que permite uma constatação direta do produto.

A vantagem competitiva para essas empresas de devedores contumazes é justamente o não pagamento de impostos para um produto altamente tributado no Brasil. A taxação supera 70% do preço do cigarro. "Nós pagamos de impostos no Brasil de 70% a 90%. No Paraguai, é 13%. Entre comprar um cigarro legal a R$ 10 e encontrar um cigarro ilegal a R$ 4, o consumidor compra o mais barato", ressalta.

Segundo ele, o cenário do mercado ilegal ficou mais complexo porque, além do contrabando do Paraguai e do Sudeste Asiático, tem havido crescimento da produção clandestina dentro do país e também por empresas que conseguem licença do Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) mas não pagam impostos.

Vismona diz que é urgente a aprovação do projeto de lei complementar 164, do ex-senador e atual presidente da Petrobras Jean Paul Prates, que tramita desde 2022 e estabelece normas gerais para a identificação e controle de devedores contumazes, com o objetivo de prevenir desequilíbrios da concorrência. Relatado pelo senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), o texto não avançou até agora.

"É um projeto que faz o erário, a concorrência leal e o consumidor ganharem. Quem é contrário é quem não faz a coisa certa", diz.

Para Vismona, a proposta do Senado tem mais condições de encontrar consenso no Congresso do que o projeto da Receita, além de uniformizar o conceito de devedor contumaz na União, nos estados e nos municípios.



Nós pagamos de impostos no Brasil de 70% a 90%. No Paraguai, é 13%. Entre comprar um cigarro legal a R$ 10 e encontrar um cigarro ilegal a R$ 4, o consumidor compra o mais barato

Edson Luiz Vismona
presidente do FNCP e do ETCO

INÊS 249

VAIVÉM DAS COMMODITIES

Mauro Zafalon
mauro.zafalon@uol.com.br

Alimentos disparam no 1º trimestre, mas pressão deve arrefecer neste mês

Após um alívio na taxa de inflação no ano passado, os alimentos voltaram a pressionar os índices de preço neste primeiro trimestre. Para uma inflação geral próxima a 1,3%, a alimentação está com alta de 3% de janeiro a março, segundo dados ainda provisórios da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas).

Os alimentos, acompanhando o ritmo dos preços no campo, vinham com uma pressão muito grande até 2022. De 2019 a 2022, subiram 57%, bem acima dos 30% de inflação média. Em 2023, os preços caíram no campo, e a pressão dos alimentos diminuiu. A alta acumulada no ano passado foi de 1,95%, abaixo dos 3,15% da inflação média.

A elevação dos alimentos está bastante concentrada e provocada, em boa parte, pelos efeitos do El Niño. Alguns produtos voltados para o consumo interno, como frutas, verduras e legumes, dão sinais de arrefecimento. Outros, no entanto, refletem o cenário internacional, que ainda é de demanda e pressão.

O arroz, um dos principais componentes da alimentação básica do consumidor brasileiro, é um caso típico. Com os preços em alta, o produtor ampliou a área de plantio, e a safra deverá ser maior neste ano.

Em período de colheita, os preços do cereal caem, no entanto, em ritmo menor do que se esperava, uma vez que a demanda externa é grande. Quebra de safras em alguns países e limitação de exportação em outros mantêm as cotações internacionais aquecidas, incentivando contratos de vendas externas.

A saca foi negociada no Rio Grande do Sul a R$ 127 nos meses de dezembro e de janeiro, pico da entressafra, mas, com a colheita em andamento, ainda está sendo comercializada a R$ 100, segundo o Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada). A queda interna vai depender também dos preços internacionais.

O feijão, um produto com volume pequeno de exportação e de importação, depende de mais da produção interna. Os preços estão favoráveis aos produtores, que deveriam aumentar o plantio, mas é uma cultura de custos elevados e muito suscetível a clima e doenças.

Soja e milho, as principais opções de cultivo dos agricultores, estão com preços sem reação em 2024. Esse cenário só vai mudar se a safra dos Estados Unidos, que ainda deve ser semeada, apresentar alguma perspectiva de quebra.

A soja deve superar o volume de 2023 nos Estados Unidos, e o milho não atinge o recorde do ano passado, mas os estoques americanos são maiores neste ano.

No Brasil, a soja teve pequena recuperação de preço em março, subindo para R$ 117 no Paraná, conforme cotação do Cepea. O valor, no entanto, é bem inferior aos R$ 155 de igual mês de 2023.

O milho, sem grandes perspectivas de reação no mercado interno, devido ao aumento de produção e de exportação da Argentina e dos Estados Unidos, mantém R$ 63 por saca na região de Campinas.

A manutenção dos preços da soja e do milho em patamares próximos aos do período pré-pandemia reduz custos para o setor de proteínas. As exportações aumentam, mas a queda dos preços no mercado internacional inibe correções internas.

A arroba de boi gordo registrou, no mês passado, o menor preço mensal desde setembro do ano passado, caindo para R$ 233. Mais abates, principalmente de fêmeas, e queda de 6% nos preços internacionais impediram uma recuperação interna. Em média, a carne bovina teve queda de 1,6% no mês passado para o consumidor.

O leite, com menor oferta interna, sobe no campo e respinga no consumidor. O Cepea registra o quarto mês seguido de elevação de preços no campo, e a Fipe apontou alta de 3,85% nos dados parciais de março.

O aumento dos preços do leite esbarra, no entanto, nas importações do Mercosul, bastante intensas no ano passado.

O café, após meses de ajustes de preços para baixo, voltou a subir forte neste ano. A alta ocorre principalmente no robusta, que vem atingindo preços históricos nos mercados interno e externo. Há uma forte demanda pelo produto brasileiro devido à dificuldade de países asiáticos, também produtores, em atender a demanda internacional.

A alta do café robusta puxa também a do arábica, que subiu para R$ 1.014 por saca, na média de março. A saca do café robusta encurta espaço em relação à do arábica, e a diferença agora é de apenas R$ 121.

Os preços dos hortifrútis, bastante afetados pelo El Niño, terminaram o primeiro trimestre com pressão menor, mas ainda há vários itens em alta.

A laranja, em plena entressafra, tem os maiores preços em 30 anos, e a cebola subiu 28% na terceira quadrissemana de março (últimos 30 dias até 23 deste mês, em relação aos 30 imediatamente anteriores), segundo a Fipe.

Legumes e verduras, após um período de forte alta, começam a apontar queda e devem impor menos pressão em abril.

Não há perspectiva de grandes pressões de preços vindas do campo nos próximos meses, desde que ocorram condições normais de clima. Com isso, os alimentos devem dar um alívio para o consumidor.

Ministro rebate secretária e defende usar fundo de R$ 33,8 bi para transição energética

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

João Gabriel

BRASÍLIA O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, voltou a defender a exploração do petróleo, inclusive na Foz do Amazonas, como forma de financiar a transição energética. Segundo ele, o governo tem um fundo de R$ 33,8 bilhões bancado pelos combustíveis fósseis que pode ser usado nesse sentido.

A fala rebate o entendimento da secretária de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente, Ana Toni, que à **Folha** disse que a ideia pode ser debatida, mas que falta ao Brasil um plano concreto, ao contrário do que acontece em países como a Noruega.

Pessoas ligadas ao MME afirmam, sob reserva, que um plano de transição energética apenas não foi deliberado no CNPE (Conselho Nacional de Política Energética) por resistência da pasta comandada por Marina Silva.

Silveira afirmou que o Fundo Social, abastecido com recursos do petróleo e do gás, tem no seu escopo financiar iniciativas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, e que o mecanismo tem verba de R$ 33,8 bilhões.

Segundo ele, o valor pode crescer caso seja autorizada a exploração do petróleo da Margem Equatorial, na região oceânica do Amapá, onde fica a Foz do Amazonas.

"O Brasil precisa conhecer as suas potencialidades e, caso as reservas de petróleo e gás natural no Amapá sejam confirmadas, definir a utilização desses recursos para proteger a floresta Amazônica e financiar transição energética. Sem saber o que temos, não podemos fazer nada", afirmou.

Em entrevista à **Folha**, Toni defendeu que o setor de óleo e gás amadureça o debate acerca da transição energética.

"A Noruega faz isso [financiar a transição com recursos do petróleo] com o fundo soberano deles. Mas ali tem estratégia específica. Não estou falando que é certa, mas eles desenharam o fundo para isso".

Ela defendeu que o tema cabe justamente ao CNPE, mas que pediu que o processo de transição seja acelerado.

"A gente não está mais nesse momento de achar que pode ter esse luxo [de seguir explorando]. Como falei, o nosso pior inimigo é o tempo".

Silveira defendeu ainda outras estratégias para reduzir emissões de gás carbônico, sobretudo biocombustíveis, como etanol, biodiesel ou o SAF (versão menos poluente dos combustíveis de aviação).

INÊS 249



Plataforma Bio-Hybrid, que concilia etanol, gasolina e eletricidade e que equipará carros da Stellantis Eduardo Sodré - 31.jul.23/Folhapress

Eletrificação eleva otimismo da indústria automotiva no país

Com anúncios de investimentos, setor no Brasil se anima mais que no exterior

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

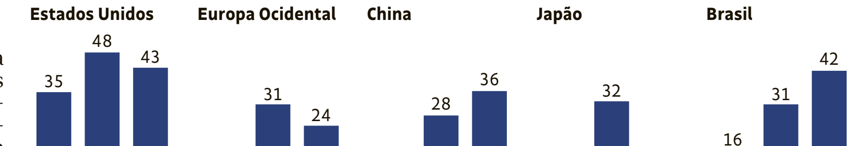
Paulo Ricardo Martins

SÃO PAULO Diante da corrida para a produção de carros elétricos, a indústria automobilística no Brasil vem demonstrando mais otimismo com o cenário para os próximos anos, de acordo com estudos feitos por consultorias que monitoram o segmento.

A Jato Dynamics, que atua em países como Estados Unidos, Brasil e Alemanha, acabou de elevar sua projeção para a participação de eletrificados (elétricos e híbridos) nas vendas do mercado nacional em 2030. À reportagem o diretor de desenvolvimento de negócios da Jato, Milad Kalume, disse que a expectativa subiu de 12,5%, no começo do ano, para pouco mais de 25% —esse novo resultado será anunciado na próxima semana.

Confiança do setor automobilístico cresce na China e no Brasil

Parcela de executivos extremamente confiantes com o crescimento do setor nos próximos cinco anos



	2021	2022	2023
Estados Unidos	35	48	43
Europa Ocidental	11	31	24
China	11	28	36
Japão	11	32	10
Brasil	16	31	42

Fonte: KPMG

A fatia projetada pela Jato não considera como eletrificados veículos híbridos leves, que usam eletricidade para ajudar a reduzir a queima de combustível nas partidas.

No ano passado, a consultoria havia derrubado a projeção depois que o governo anunciou a volta do imposto de importação sobre veículos elétricos. Kalume diz que o cenário mais otimista agora é reflexo de fatores como a criação de programas como o Mover (Programa de Mobilidade Verde e Inovação) e o avanço da indústria mundial para a eletrificação dos motores

De acordo com os dados da Jato, no acumulado de janeiro e fevereiro, a fatia de eletrificados (considerando sedans, hatchs, peruas, SUVs, conversíveis, entre outros, e excluindo os comerciais leves) nas vendas brasileiras era de 9,34%.

Em março, o governo federal enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei que institui o Mover, que cria linha de crédito especial para empresas do setor de mobilidade. Como contrapartida, as companhias terão de investir em pesquisa de tecnologias sustentáveis.

Nesta semana, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou uma portaria que exige um investimento de pelo menos 1,8% das receitas das montadoras de carros leves que aderirem ao programa em pesquisa e desenvolvimento, a partir de 2029.

Já a Bright Consulting espera que os veículos eletrificados (excluindo híbridos leves) representem quase 26% das vendas de automóveis e comerciais leves no mercado nacional em 2030. A projeção da Bright foi revisada em meados de 2023 após passar por um ligeiro aumento.

A consultoria KPMG perguntou a executivos brasileiros se estavam seguros com o crescimento do setor automobilístico nos próximos cinco anos. Cerca de 42% deles disseram estar extremamente confiantes —essa fatia saltou mais de dez pontos percentuais na comparação com o levantamento do ano anterior.

O resultado brasileiro vai na contramão do que foi observado em outros países, como nos Estados Unidos, onde o indicador caiu cinco pontos percentuais, e na Europa Ocidental, que viu a projeção despencar de 31% para 24% em um ano.

O estudo da KPMG ouviu, no fim do ano passado, pouco mais de mil executivos ao redor do mundo ligados a companhias como montadoras, fabricantes de caminhões, redes de concessionárias e empresas de serviços de tecnologia ligadas ao setor automotivo.

Segundo a consultoria, no geral, os entrevistados estão agora mais realistas e se deparam com a dificuldade de gerenciar a transição energética e preservar ou aumentar os lucros.

"Empresas fizeram grandes apostas na propulsão elétrica e estão cada vez mais preocupadas com os ventos contrários de curto prazo que poderiam adiar o lucro. Embora uma enxurrada de novos modelos de veículos elétricos esteja chegando ao mercado, a demanda enfraqueceu e algumas companhias podem enfrentar pressão extrema à medida que a competição se intensifica", escreve a KPMG no estudo.

Segundo Ricardo Roa, sócio-líder do setor automotivo da KPMG no Brasil, a China se beneficia com um custo de produção menor, enquanto companhias europeias e americanas são forçadas a reduzir suas margens para lidar com os novos concorrentes.

"No ano passado, muitas montadoras tiveram que reduzir preço porque os chineses chegaram com preços competitivos. Isso, automaticamente, reduz lucro", afirma.

No Brasil, diz Roa, o otimismo reflete uma sensação de retomada da indústria automotiva para os próximos anos com anúncios de programas para fomentar o setor.

Nos últimos meses, várias montadoras instaladas no país divulgaram uma série de aportes, que já ultrapassam R$ 70 bilhões, para a produção de veículos eletrificados e ampliação de fábricas, entre outras medidas.

A Stellantis, por exemplo, prometeu R$ 30 bilhões de investimento entre 2025 e 2030 com foco no desenvolvimento de modelos híbridos flex —capazes de rodar com eletricidade, etanol e gasolina.

Antes, um anúncio de investimentos de R$ 11 bilhões da Toyota causou uma disputa entre o governo federal e a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). Como mostrou a coluna Painel, o governo Lula tentou faturar politicamente o investimento da montadora japonesa, o que desagradou o governador de São Paulo.

Além de Stellantis e Toyota, novos investimentos foram anunciados por Hyundai, Volkswagen e General Motors.

+

Sigma vai investir US$ 100 mi para dobrar produção de lítio

A Sigma Lithium anunciou nesta segunda (1º) uma decisão de investimento para adicionar uma segunda linha de produção em sua unidade industrial Greentech no Brasil, com objetivo de quase dobrar a produção de lítio. Sediada em Vancouver, Canadá, a Sigma, que minera e processa lítio no Brasil, planeja aumentar a produção para 520 mil toneladas por ano até 2025. Hoje, são 270 mil. O investimento para a fase 2 deve ser de US$ 100 milhões. A Sigma espera colocar a fábrica em funcionamento até o final do ano, com a primeira produção prevista para o início de 2025. A empresa, que recentemente passou por mudanças na administração e busca contratos com fabricantes de automóveis e grandes participantes do setor de baterias, obteve licença ambiental estadual no final de janeiro para instalar e operar a nova fábrica.

Brasil e Argentina buscam rota via Bolívia para o escoamento do gás natural de Vaca Muerta

HOUSTON (EUA) E BUENOS AIRES | REUTERS Companhias de energia da Argentina e do Brasil iniciaram negociações para reverter o fluxo de gás de uma rede de gasodutos que liga os países, passando pela Bolívia, já que a escassez regional do combustível ameaça empurrar o Brasil para importações mais caras.

No entanto, uma proposta preliminar de mudança de rota do gasoduto não conseguiu ganhar força com o governo boliviano, de acordo com executivos e fontes, deixando o Brasil cada vez mais exposto a oscilações nos preços internacionais do gás natural liquefeito (GNL).

O Brasil deixou claro nos últimos meses que precisará do gás da Argentina, que tem a segunda maior reserva de gás de xisto do mundo, para equilibrar seu fornecimento.

As exportações da Bolívia, outrora um dos principais produtores da região, diminuíram e podem não estar disponíveis após 2029, dizem especialistas.

A opção mais rápida e barata para resolver o déficit pode ser a exportação de gás para o Brasil a partir da região argentina de Vaca Muerta, revertendo o sentido de uma rede de gasodutos bolivianos que leva gás do país para a Argentina.



Construção de tubulação para distribuir gás a partir de Vaca Muerta Martín Cossarini - 26.abr.23/Reuters

Mas o governo do novo presidente argentino, Javier Milei, precisa primeiro concluir a reversão do gasoduto em seu território para levar seu gás até a fronteira boliviana e criar a estrutura comercial necessária para negociar tarifas, de acordo com executivos e especialistas envolvidos nas negociações.

O governo boliviano e a estatal YPFB rejeitaram recentemente proposta inicial da Argentina e do Brasil de pagar um pedágio pela passagem do gás argentino por seu território, segundo três executivos das empresas envolvidas.

O país andino propôs a importação do gás argentino e sua revenda a empresas no Brasil. O plano foi rejeitado pelas contrapartes porque implicaria custos significativamente mais altos para o Brasil.

"É um problema comercial", diz Mauricio Tolmasquim, diretor de transição energética da Petrobras, um dos maiores receptores de gás da Bolívia. "Temos que encontrar um meio-termo."

A Argentina quer resolver os gargalos de transporte interno este ano para equilibrar sua balança comercial de energia e começar a planejar exportações. A Bolívia teria de negociar termos para facilitar a passagem do gás por seu território.

Se ambas as coisas acontecerem, o gás argentino poderá começar a fluir para o Brasil em 2025, durante a temporada de baixa demanda dentro da própria Argentina, diz Alvaro Rios, diretor da consultoria Gas Energy Latin America.

Governos de Bolívia e Argentina e YPFB não responderam a pedidos de comentários.

Os preços do GNL atingiram recorde em 2022, desencadeado pela invasão da Ucrânia pela Rússia, mas caíram para seu nível mais baixo em quase três anos devido à demanda mais fraca do que o esperado em meio a um inverno ameno e grandes estoques nos Estados Unidos, Europa e Japão.

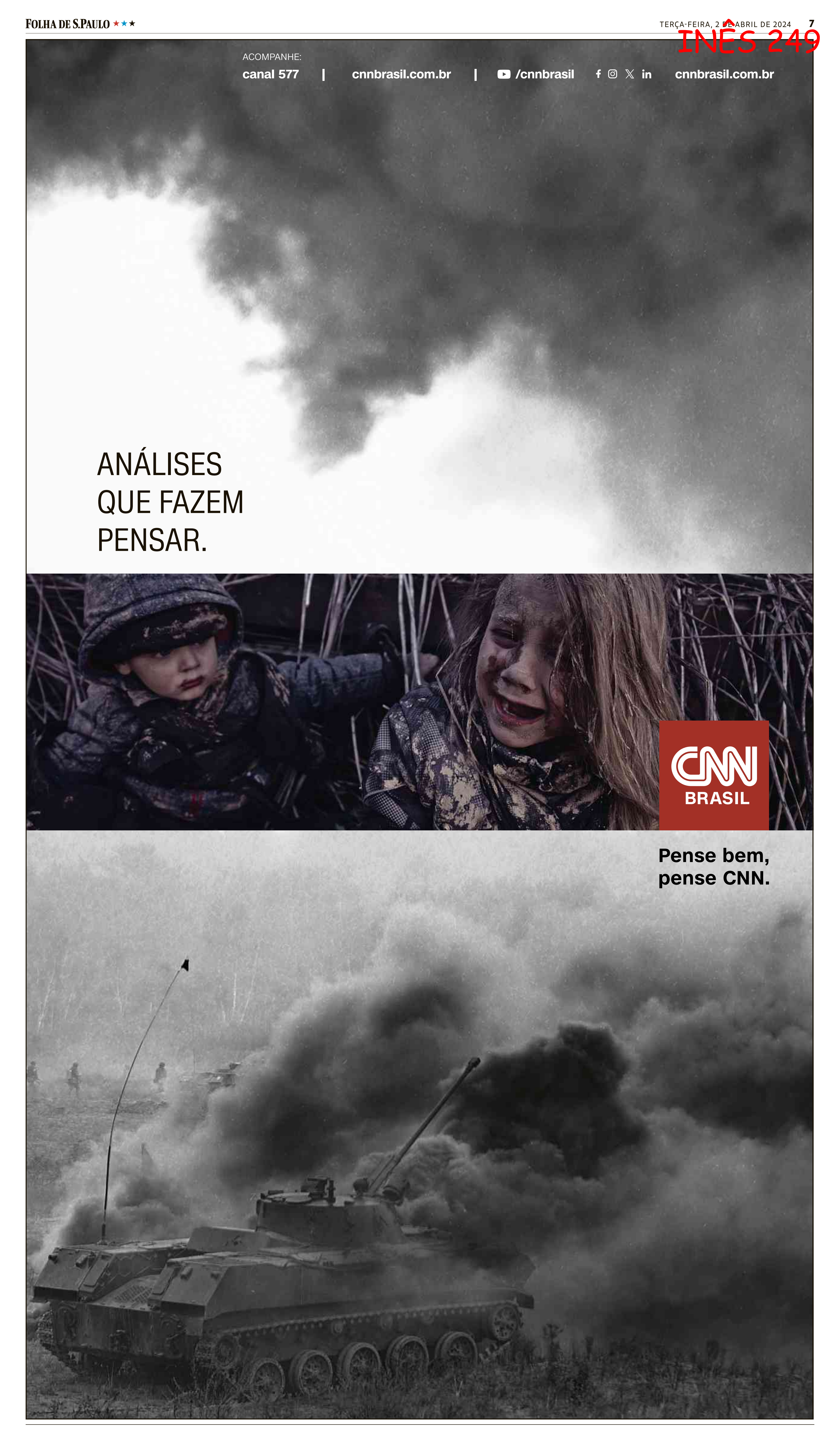
A Petrobras aspira receber mais gás para ocupar toda a capacidade de seu gasoduto da Bolívia, que atualmente está operando com cerca de 60% da capacidade, disse Tolmasquim nos bastidores da conferência CERAWeek, em Houston, há alguns dias.

"Se a Bolívia puder aumentar o fornecimento para o Brasil, seria perfeito, porque então poderemos procurar outra maneira de trazer gás da Argentina, como construir outro gasoduto para o sul do Brasil ou recorrer ao GNL".

No entanto, o país andino não conseguiu cumprir os volumes negociados com o Brasil até o ano passado. Em dezembro, a Petrobras concordou em alterar seu contrato de gás boliviano para manter as importações em até 20 milhões de metros cúbicos por dia. O acordo permitiu flexibilidade sazonal e estendeu o prazo para atingir o fornecimento total, diz a empresa.

A Argentina, segundo maior destinatário de gás da Bolívia, poderá suspender as importações em outubro se concluir a reversão do gasoduto do norte e conseguir expandir sua própria rede de gás para levar mais gás dos campos de Vaca Muerta para suas províncias do norte, informaram os fornecedores de gás.

"O gargalo atual está nos gasodutos da Argentina. Eles podem querer negociar com a Bolívia, mas primeiro precisam reverter o fluxo de seus próprios gasodutos e garantir seu próprio gás até a fronteira", afirma Rios.


INÊS 249
ACOMPANHE:
canal 577
cnnbrasil.com.br
/cnnbrasil
in
cnnbrasil.com.br
ANÁLISES
QUE FAZEM
PENSAR.
CNN
BRASIL
Pense bem,
pense CNN.

INÊS 249

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 017/2024 da Concorrência Pública nº 002/2024 – Processo nº 023/2024, objetivando a contratação de empresa do ramo para execução de recapeamento asfáltico do tipo CBUQ, com espessura de 3,00 centímetros e área total de 5.768,75m² na Rua Paraná do Município. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizar-se-á no dia 16/04/2024, às 14h00min.

Iacri, 01 de abril de 2024.
Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 016/2024 da Concorrência Pública nº 001/2024 – Processo nº 022/2024, objetivando a contratação de empresa do ramo para execução de recapeamento asfáltico do tipo CBUQ, com espessura de 3,00 centímetros e área total de 15.052,48m², em Ruas do Bairro Jardim Primavera do Município. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizar-se-á no dia 16/04/2024, às 09h00min.

Iacri, 01 de abril de 2024.
Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRA

AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para lavagem e desinfecção de roupas destinado para o Hospital Municipal de Itapira/SP. **Data de Abertura:** 15 de abril de 2024, às 08 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024

OBJETO: Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de medicamentos destinados para o Setor de Hemodiálise do Hospital Municipal de Itapira/SP. **Data de Abertura:** 15 de abril de 2024, às 14 horas. Vladen Vieira, Secretário Municipal de Saúde.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 002/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de muro de arrimo em blocos armados, com fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais, em trechos do córrego localizado na Avenida João Brandão Junior, no Município de Itapira/SP, de acordo com o Anexo I – Termo de Referência, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projetos, anexos. **Data de Abertura:** dia 10 de maio de 2024, às 08 horas. Antonio Carlos Andrigo Ferreira, Secretário Municipal de Obras.

Os editais estão disponíveis aos interessados através do site www.itapira.sp.gov.br. Demais esclarecimentos na Secretaria de Recursos Materiais, das 08h00 às 12h00 e das 13h30 às 17h00, no endereço Rua João de Moraes, nº 508, Centro, Itapira/SP, ou pelo telefone (19) 3843-9180, ou pelo e-mail licitacoes@itapira.sp.gov.br. Itapira, 01 de abril de 2024.

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EDUCAÇÃO DE LEME – SINPRO UNICIDADES

ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os Professores, Professoras e Técnicos e Técnicas de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Descalvado, Leme, Pirassununga, Porto Ferreira, Santa Cruz da Conceição, Santa Rita do Passa Quatro e Tambaú, base territorial do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Leme – SINPRO UNICIDADES, inscrito no CNPJ sob o nº 08.369.686/0001-02, com sede a Rua Doutor Fernando Costa, 584, Centro, Leme/SP, CEP: 13.610-160, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 10 de abril de 2024, às 10h00min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 11h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores, Professoras e Técnicos e Técnicas de Ensino mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador no SESI-SP e no SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZUtduyvrD4iE9S8AL18x2uPFvM4uLipkQ2A impreterivelmente até às 08h00min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
Análise de eventual contraproposta patronal;
Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Leme, 02 de abril de 2024.
Vera Lúcia Gorron - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 015/2024 do Pregão Presencial (Registro de Preços) nº 013/2024 – Processo nº 021/2024, para o fornecimento parcelado de medicamentos manipulados destinados ao Centro de Saúde – Setor de Saúde do Município de Iacri, pelo período de 12 meses. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br. Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizar-se-á no dia 15/04/2024, às 09h00min.
Iacri, 01 de abril de 2024. Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC,** com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2024. Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488. OBJETO:** Aquisição de materiais de expediente, de acordo com as especificações constantes no Edital e em seus Anexos. **DATA:16/04/2024 - HORA: 14:00h. ENVIO DAS PROPOSTAS:** As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até o dia 16 de abril de 2024 às 14:00h. O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.
Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.
Alexandre Rodrigues Badotti
Coordenador de Licitações e Contratos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - ALESC

AVISO DE LICITAÇÃO

A **Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC,** com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2024. Nº DA UASG NO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR: 929488. OBJETO:** Contratação de empresa especializada em serviços de manutenção preventiva e corretiva em condicionadores de ar para atender às necessidades da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC (Palácio Barriga-Verde e Unidade Administrativa), em conformidade com as especificações constantes neste Edital e em seus Anexos. **DATA: 17/04/2024 - HORA: 14:00h. ENVIO DAS PROPOSTAS:** As propostas deverão ser cadastradas no sistema Compras.gov.br até o dia **17 de abril de 2024 às 14:00h.** O Edital poderá ser retirado no site eletrônico www.alesc.sc.gov.br/licitacoes ou na Coordenadoria de Licitações e Contratos, localizada na Av. Mauro Ramos nº 300, Unidade Administrativa Deputado Aldo Schneider, Sala 802 - Centro – Florianópolis/SC.
Florianópolis/SC, assinado e datado digitalmente.
Alexandre Rodrigues Badotti
Coordenador de Licitações e Contratos

CITAÇÃO em REQUERIMENTO POR DEPENDÊNCIA RELATIVO A G.L.c. 119, § 39 M	Registro Nº MI24A0408SJ	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamentos Tribunal de Sucessões e Família
Daniela Stork Tavares Vs. Fernando Roberto Hote Se aplicável:	Requerente Réu "Pai Um" Réu "Pai Dois"	Tribunal de Sucessões e Família de Middlesex

Ao réu nomeado acima:

Ordena-se que o Sr. compareça ao Tribunal de Sucessões e Família de Middlesex para uma audiência relativa a este Requerimento por Dependência relativo a G.L. c. 119, § 39 M.

Informações sobre a audiência:
Esta não é uma data de audiência.
Data: 12/06/2024
Hora: 08:30 da manhã
Local: Tribunal 4 de Woburn
10-U Commerce Way

Woburn, MA 01801

Você está citado e requisitado para se apresentar a:
Sergiu A Voicila, Esq.

Cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St.
Chelsea, MA 02150

A sua resposta, se houver, ao requerimento pelo qual o Sr. está sendo citado, deve ser apresentada dentro de **7 dias** após o recebimento desta citação, excluindo o dia de recebimento. Requer-se também que o Sr. apresente a sua resposta ao requerimento no escritório de registro deste tribunal, no **Tribunal de Sucessões e Família de Middlesex,** seja antes da intimação do reclamante ou advogado do reclamante, se representado por advogado, ou dentro de um prazo razoável após isso.

CITAÇÃO sobre PETIÇÃO INICIAL DE DEPENDÊNCIA EM CONFORMIDADE COM A G. L. c. 119, § 39M	Nº da pauta DU24A0020SJ	Commonwealth de Massachusetts Tribunal de Julgamento Tribunal de Família e Sucessões
Lucas Kaua Ramalho Andrade de Almeida, Autor v. Sherlon Andrade de Almeida, Réu "Pai/Mãe Um" Se aplicável: , Réu "Pai/Mãe Dois"		Tribunal de Família e Sucessões de Dukes

Para o Réu acima mencionado:

Você está ordenado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Dukes** para uma audiência sobre esta Petição Inicial de dependência em conformidade com G. L. c. 119, § 39M.

Informações sobre a audiência:

Revisão Administrativa
Data: **14/05/2024**
Hora: **15:00**
Local: **Www.Zoomgov.com/j/1608873081 ou ligação em 646-828-7666**

Você foi citado e requisitado por este meio a se apresentar a:
Bel. Brian L Hurley

cujo endereço é:
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, caso haja, à petição inicial que lhe foi apresentada, dentro de **7 dias** após esta intimação, exclusiva do dia de notificação. Você tambémé obrigado a apresentar sua respostaà petição inicial junto ao ofício do Cartório de Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Dukes,** seja antes da notificação ao autorou ao advogado do autor, se representado por advogado, ou dentrode umprazo razoável depois disso.

FEDERAÇÃO DOS PROFESSORES DO ESTADO DE SÃO PAULO – FEPESP

SINDICATO DOS PROFESSORES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO BÁSICA (EDUCAÇÃO INFANTIL, ENSINO FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO), EDUCAÇÃO SUPERIOR, ENSINO PROFISSIONALIZANTE, CURSOS LIVRES E AFINS DE MOGI GUAÇU E ITAPIRA – SINPRO GUAPIRA
ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

Pelo presente edital, ficam convocados todos os Professores, Professoras e Técnicos e Técnicas de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Itapira/SP e Mogi Guaçu/SP, base territorial do Sindicato dos Professores dos Estabelecimentos de Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio), Educação Superior, Ensino Profissionalizante, Cursos Livres e Afins de Mogi Guaçu e Itapira – Sinpro Guapira, inscrito no CNPJ sob o nº 06.242.470/0001-48, com sede à Travessa Tristão F. dos Santos, 40, sala 06, Centro, Mogi Guaçu/SP, CEP: 13.840-034, integrante da Federação dos Professores do Estado de São Paulo – FEPESP, inscrita no CNPJ sob o nº 59.391.227/0001-58, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 10 de abril de 2024, às 10h00min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 11h00min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores, Professoras e Técnicos e Técnicas de Ensino mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador no SESI-SP e no SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZUtduyvrD4iE9S8AL18x2uPFvM4uLipkQ2A impreterivelmente até às 08h00min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:
Análise de eventual contraproposta patronal;
Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Mogi Guaçu, 02 de abril de 2024.
Celso Napolitano - Presidente da FEPESP

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 04.895.728/0001-80
NIRE 15.300.007.232 | Código CVM n.º 01830-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

EQUATORIAL PARÁ DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2024, às 11:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Extraordinária: (i)** a alteração do caput do art. 18 do Estatuto Social da Companhia para refletir dispositivo correspondente da lei, cuja eficácia está subordinada à aprovação da alteração estatutária pela ANEEL; **(ii)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a rerratificação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023. **(B) Em Assembleia Geral Ordinária: (iv)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(v)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(vi)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(vii)** a fixação do número de membros do Conselho de Administração; **(viii)** a eleição dos membros do Conselho de Administração; **(ix)** a caracterização de membro independente do Conselho de Administração; **(x)** a instalação do Conselho Fiscal; **(xi)** a fixação do número de membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(xii)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; e **(xiii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício de 2024. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que os senhores acionistas, observados os respectivos prazos e procedimentos, poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2024**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail assembleia.pa@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à *Sala de Espera*, na qual será confirmada sua identificação e fornecido o acesso para participação à reunião virtual. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia.pa@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e de seu representante, conforme o caso; (ii) comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, com no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados); (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Ainda, conforme previsto no § 1º do art. 141 da Lei das S.A., no art. 5º da RCVM 81 e no art. 3º da Resolução CVM n.º 70, de 22 de março de 2022, conforme alterada, é facultado aos acionistas titulares, individual ou conjuntamente, de ações representativas de, no mínimo, 5% do capital social total e votante, por meio de notificação escrita entregue à Companhia até 48 (quarenta e oito) horas antes da Assembleia Geral, a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição dos membros do Conselho de Administração. No cálculo do percentual necessário para requerer a adoção do procedimento de voto múltiplo as ações de emissão da Companhia mantidas em tesouraria devem ser excluídas (Processos CVM RJ2013/4386 e RJ2013/4607, julgados em 04.11.2014). Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico. Belém/PA, 28 de março de 2024. **Augusto Miranda Paz Junior -** Presidente do Conselho de Administração.



BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S.A.

CNPJ nº 31.895.683/0001-16 - NIRE 35300119339

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08.03.2024

Data: 08 de março de 2024, às 10:00 horas. **Local:** Sede Social do Banco Industrial do Brasil S.A. ("Emitente"), na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.703, CEP 04543-901, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Convocação:** Dispensada a convocação em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 17º, parágrafo segundo, do Estatuto Social do Emitente. **Mesa:** Presidente: Carlos Alberto Mansur. Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães. **Ordem do Dia:** De acordo com o disposto no artigo 20, alínea (xxv), do Estatuto Social, deliberar sobre: **1.** A realização da 4ª (quarta) emissão pública de letras financeiras, pelo Emitente, em até 3 (três) séries, no montante de, no mínimo, R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e, no máximo, R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais) ("Emissão" e "Letras Financeiras", respectivamente), nos termos da Lei nº 12.249, de 11 de julho de 2010, conforme alterada ("Lei nº 12.249") e da Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 5.007, de 24 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CMN 5.007"), as quais serão distribuídas publicamente nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Resolução CVM nº 8, de 14 de outubro de 2020, conforme alterada ("Resolução CVM 8") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à distribuição pública das Letras Financeiras ("Oferta"); **2.** A autorização à diretoria do Emitente para (a) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração do Instrumento de Emissão (conforme definido abaixo), bem como de todos os demais documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta e seus eventuais aditamentos; (b) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão e da Oferta não estabelecidos nesta reunião; e (c) formalizar a contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob regime de melhores esforços de colocação, e demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador (caso referido serviço seja prestado por terceiro que não o Emitente), o agente de letras financeiras, os assessores legais, a B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3"), a agência de *rating*, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços; **3.** A ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima; e **4.** Outros assuntos de interesse dos conselheiros de administração. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: **1.** A realização da Emissão e da Oferta, com as seguintes características e condições principais, as quais serão detalhadas e reguladas por meio de "*Instrumento Particular da 4ª (Quarta) Emissão para Distribuição Pública de Letras Financeiras do Banco Industrial do Brasil S.A.*" ("Instrumento de Emissão"), bem como divulgadas nos termos do documento de informações essenciais de letras financeiras, elaborado nos termos do Anexo B da Resolução CVM 8 ("DIE"): (i) *Destinação dos Recursos:* Os recursos obtidos pelo Emitente com a Emissão serão integralmente utilizados no curso ordinário dos negócios do Emitente. (ii) *Depósito para Distribuição e Negociação:* As Letras Financeiras serão depositadas para negociação no mercado primário e secundário por meio do CETIP 21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), operacionalizado e administrado pela B3, observado que (a) a liquidação financeira das Letras Financeiras será realizada na conta B3 do Emitente, ou mediante depósito de recursos na conta do Emitente indicada no contrato de distribuição; (b) a custódia eletrônica das Letras Financeiras será realizada na B3; e (c) a negociação das Letras Financeiras deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis. (iii) *Número da Emissão:* A Emissão representa a 4ª (quarta) emissão de letras financeiras do Emitente para distribuição pública. (iv) *Valor Total da Emissão:* O valor total da Emissão será de, no mínimo, R$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) e, no máximo, R$ 130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definido), observado o disposto no item (vi) abaixo. (v) *Séries:* A Emissão será realizada em até 3 (três) séries cada uma ("Série"), no sistema de vasos comunicantes, sendo que a quantidade de Letras Financeiras alocada em cada Série será definida conforme o Procedimento de *Bookbuilding* (conforme abaixo definido), nos termos do Instrumento de Emissão ("Sistema de Vasos Comunicantes"). (vi) *Quantidade:* Serão emitidas, no mínimo, 1.600 (uma mil e seiscentas) Letras Financeiras ("Quantidade Mínima da Emissão") e, no máximo, 2.600 (duas mil e seiscentas) Letras Financeiras ("Quantidade Máxima da Emissão"), sendo que a quantidade de Letras Financeiras alocada em cada Série será apurada após Procedimento de *Bookbuilding*, através de Sistema de Vasos Comunicantes, sem quantidade mínima ou máxima de Letras Financeiras a serem alocadas em cada Série, mas respeitando-se a Quantidade Mínima da Emissão e a Quantidade Máxima da Emissão. (vii) *Valor Nominal Unitário:* O valor nominal unitário de cada Letra Financeira, na Data de Emissão, será de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) ("Valor Nominal Unitário"). (viii) *Data de Emissão:* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Letras Financeiras será aquela estipulada no Instrumento de Emissão ("Data de Emissão"). (ix) *Forma:* As Letras Financeiras serão emitidas exclusivamente sob a forma escritural, em sistema de registro administrado e operacionalizado pela B3, sem emissão de certificados. (x) *Espécie:* As Letras Financeiras serão uma dívida quirografária e não possuirão cláusula de subordinação. (xi) *Conversibilidade:* As Letras Financeiras não serão conversíveis em ações de emissão do Emitente. (xii) *Preço de Subscrição e Forma de Pagamento:* As Letras Financeiras serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da respectiva subscrição ("Data de Subscrição"), durante o Prazo de Colocação (conforme definido no Instrumento de Emissão), observado o período de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses entre a integralização e o vencimento, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos aplicáveis à B3. O preço de subscrição das Letras Financeiras será o seu Valor Nominal Unitário. (xiii) *Prazo e Data de Vencimento:* • *Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série.* Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, e observada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido no Instrumento de Emissão), as Letras Financeiras da 1ª Série terão prazo de vencimento de 24 (vinte e quatro) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série"). • *Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série.* Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, e observada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, as Letras Financeiras da 2ª Série terão prazo de vencimento de 36 (trinta e seis) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série, "Data de Vencimento"). • *Data de Vencimento das Letras Financeiras da 3ª Série*. Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos a serem previstos no Instrumento de Emissão, e observada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, as Letras Financeiras da 3ª Série terão prazo de vencimento de 48 (quarenta e oito) meses contados da Data de Emissão ("Data de Vencimento das Letras Financeiras da 3ª Série" e, em conjunto com a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série e com a Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série, "Data de Vencimento"). (xiv) *Atualização Monetária:* O Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras não será atualizado monetariamente. (xv) *Remuneração:* • *Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série:* Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (conforme termo definido abaixo), calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, no informativo diário disponível em sua página na rede mundial de computadores (http://www.b3.com.br) ("Taxa DI"), acrescida de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,80% (oitenta centésimos por cento) ("Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série"). A Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis*, por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser descrita no Instrumento de Emissão. • *Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série:* Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da Taxa DI, acrescida de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 0,95% (noventa e cinco centésimos por cento) ("Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, "Remuneração"). A Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser descrita no Instrumento de Emissão. • *Remuneração das Letras Financeiras da 3ª Série:* Sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cento por cento) da Taxa DI, acrescida de um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 1,10% (um inteiro e dez centésimos por cento) ("Remuneração das Letras Financeiras da 3ª Série" e, em conjunto com a Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série e a Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série, "Remuneração"). A Remuneração das Letras Financeiras da 3ª Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série, desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a ser descrita no Instrumento de Emissão. (xvi) *Pagamento e Local de Pagamento:* Os pagamentos referentes às Letras Financeiras, bem como a quaisquer outras obrigações pecuniárias eventualmente devidas pelo Emitente no âmbito do Instrumento de Emissão, serão efetuados pelo Emitente, sem aplicação de qualquer dedução (exceto eventuais deduções previstas em leis tributárias) ou compensação nos termos do artigo 368 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e por meio dos procedimentos adotados pela B3. (xvii) *Pagamento do Valor Nominal Unitário:* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de, se assim permitido nos termos do Instrumento de Emissão, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado (conforme definido no Instrumento de Emissão), vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, nos termos previstos no Instrumento de Emissão, (a) o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 1ª Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série; (b) o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 2ª Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série; e (c) o Valor Nominal Unitário das Letras Financeiras da 3ª Série será amortizado em 1 (uma) única parcela, na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 3ª Série. (xviii) *Pagamento da Remuneração das Letras Financeiras:* A Remuneração das (a) Letras Financeiras da 1ª Série serão pagas integralmente na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 1ª Série; (b) Letras Financeiras da 2ª Série serão pagas integralmente na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 2ª Série; e (c) Letras Financeiras da 3ª Série serão pagas integralmente na Data de Vencimento das Letras Financeiras da 3ª Série, exceto em caso de pagamentos em decorrência de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Letras Financeiras, se assim permitido nos termos do Instrumento de Emissão, depois de implementada a Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado, nos termos previstos no Instrumento de Emissão. (xix) *Aquisição Facultativa:* O Emitente poderá, a qualquer tempo, adquirir Letras Financeiras, desde que por meio da B3, para efeito de permanência em tesouraria e venda posterior, no montante de até 5% (cinco por cento) do valor contábil das Letras Financeiras emitidas, conforme disposto no inciso I do artigo 10º da Resolução CMN 5.007. Nos termos do artigo 10º, parágrafo primeiro, da Resolução CMN 5.007, o valor contábil deve ser apurado na data da recompra sem dedução do saldo das Letras Financeiras em tesouraria. Devem ser consideradas, para fins da verificação do cumprimento do limite de que trata esta Cláusula, as Letras Financeiras adquiridas por entidades integrantes do conglomerado prudencial do Emitente, nos termos da Resolução nº 4.950, de 30 de setembro de 2021, do BACEN ("Resolução 4.950"), e demais entidades submetidas ao controle direto ou indireto do Emitente, nos termos do artigo 10º, parágrafo segundo, incisos I e II, da Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras objeto desse procedimento poderão: (i) permanecer em tesouraria do Emitente; ou (ii) ser recolocadas no mercado, observadas as restrições impostas pela Resolução CMN 5.007. As Letras Financeiras, se recolocadas no mercado, farão jus aos direitos das demais Letras Financeiras, inclusive à Remuneração, conforme aplicável. (xx) *Resgate Antecipado, Amortização Antecipada e Recompra:* Nos termos do artigo 5º da Resolução CMN 5.007, é vedado o resgate antecipado, total ou parcial, das Letras Financeiras, antes da respectiva Data de Vencimento, observado que a vedação não será aplicável se o Emitente efetuar o resgate antecipado para fins de imediata troca do título por outra Letra Financeira de sua emissão, observado o artigo 5º, §1º, da Resolução CMN 5.007. Não poderá ser realizada amortização extraordinária das Letras Financeiras pelo Emitente. (xxi) *Repactuação:* As Letras Financeiras não serão objeto de repactuação programada. (xxii) *Garantias:* As Letras Financeiras não contarão com garantias de nenhuma natureza e/ou qualquer preferência, sendo uma dívida quirografária, sem cláusula de subordinação. (xxiii) *Encargos Moratórios:* Sem prejuízo da Remuneração das Letras Financeiras, ocorrendo impontualidade no pagamento pelo Emitente de qualquer quantia devida aos Titulares de Letras Financeiras, os débitos em atraso vencidos e não pagos pelo Emitente ficarão sujeitos, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, a (a) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (b) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive); ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (xxiv) *Eventos de Crédito:* A ocorrência de qualquer dos eventos de crédito previstos no Instrumento de Emissão ("Eventos de Crédito"), observados a necessidade de notificação prévia ao Emitente e os respectivos prazos de cura, poderá ser considerada como um descumprimento efetivo do Emitente de suas obrigações assumidas no Instrumento de Emissão. Não obstante, a prerrogativa de as Letras Financeiras virem a ser consideradas como antecipadamente vencidas e exigíveis do Emitente, em sua totalidade, por seus titulares, encontra-se condicionada à verificação da Condição Suspensiva de Exigibilidade de Vencimento Antecipado conforme o disposto no Instrumento de Emissão. (xxv) *Forma e Procedimento de Colocação:* As Letras Financeiras serão objeto de distribuição pública não sujeita a registro, nos termos da Resolução CVM 8 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à Oferta, com intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob regime de melhores esforços de colocação, que organizará plano de distribuição ("Coordenador Líder"), tendo investidores em geral como público-alvo ("Investidores"), observado que a Oferta somente será efetivada se for colocada, no mínimo, a Quantidade Mínima da Emissão. Será admitida a distribuição parcial das Letras Financeiras no âmbito da Oferta, observado que a Oferta somente será efetivada observada a colocação de, no mínimo, a Quantidade Mínima da Emissão, conforme alocação a ser definida no âmbito do Procedimento de *Bookbuilding*. Na eventualidade de a Quantidade Mínima da Emissão não ser atingida, a Oferta e, portanto, as intenções de investimento serão canceladas. Caso haja Letras Financeiras que não tenham sido integralizadas na Data de Emissão (i) por questões operacionais (não atribuíveis ao Emitente); ou (ii) por ausência de integralização por investidor que houver apresentado ordem de investimento, o Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não integralizado e as Partes poderão realizar um aditamento ao Instrumento de Emissão, sem necessidade de nova aprovação societária do Emitente ou de realização de assembleia de titulares de Letras Financeiras, com posterior divulgação de nova versão do DIE, para prever (a) a emissão de nova série de Letras Financeiras e integralização em uma só data, com as mesmas características da Letra Financeira cuja integralização não tiver ocorrido, ajustando-se, conforme aplicável, o prazo de vencimento e o Valor Nominal Unitário, ou (b) o cancelamento das Letras Financeiras não integralizadas. Se, ao final de até 10 (dez) Dias Úteis contados da Data de Emissão, as Letras Financeiras não tiverem sido totalmente subscritas e integralizadas, o Coordenador Líder não se responsabilizará pelo saldo não integralizado. Neste caso, observada a Quantidade Mínima da Emissão: (i) o Emitente deverá cancelar este saldo, não havendo reservas antecipadas; e (ii) as Partes realizarão o aditamento ao Instrumento de Emissão para prever a quantidade de Letras Financeiras efetivamente subscritas e integralizadas, com posterior divulgação de novo DIE prevendo tais alterações. (xxvi) *Coleta de Intenções de Investimento*: Será adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, organizado pelo Coordenador Líder, para a definição, pelo Emitente, após discussão com o Coordenador Líder, (a) do Valor Total da Emissão; (b) da realização da Emissão em três séries, duas séries ou em série única; (c) da taxa final da Remuneração das Letras Financeiras da 1ª Série, da taxa final da Remuneração das Letras Financeiras da 2ª Série e da taxa final da Remuneração das Letras Financeiras da 3ª Série, caso aplicável; (d) da quantidade de Letras Financeiras da 1ª Série e da quantidade de Letras Financeiras da 2ª Série e da quantidade de Letras Financeiras da 3ª Série, caso aplicável ("Procedimento de *Bookbuilding*"). (xxvii) *Demais Características:* As demais características da Emissão e da Oferta constarão no Instrumento de Emissão e no DIE. **2.** A autorização à diretoria do Emitente para (a) celebrar todos os documentos e praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações ali consubstanciadas, incluindo a celebração do Instrumento de Emissão e do Contrato de Distribuição, bem como de todos os demais documentos necessários à concretização da Emissão e da Oferta, e seus eventuais aditamentos; (b) discutir, negociar e definir os termos e condições da Emissão e da Oferta não estabelecidos nesta reunião; e (c) formalizar a contratação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sob regime de melhores esforços de distribuição, e demais prestadores de serviço necessários à implementação da Emissão e da Oferta, tais como o escriturador (caso referido serviço seja prestado por terceiro que não o Emitente), o Agente de Letras Financeiras, os assessores legais, a B3, a agência de *rating*, entre outros, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos de prestação de serviços. **3.** A ratificação de todos os atos já praticados relacionados às deliberações acima, sendo certo que nenhuma outra aprovação societária será necessária, por parte do Emitente, para a realização da Emissão e da Oferta, nos termos do Estatuto Social do Emitente e da legislação vigente. **4.** Não houve outros assuntos de interesse dos conselheiros de administração. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou esta Ata, que lida e achada conforme, foi por todos os membros assinada. São Paulo, 08 de março de 2024. **Presença:** Membros do Conselho de Administração: **Carlos Alberto Mansur**; **Eduardo Barcelos Guimarães**; **Nelson Ambra Castro Júnior**; **Enrique José Zaragoza Dueña**. **Assinaturas:** Presidente: Carlos Alberto Mansur. Secretário: Eduardo Barcelos Guimarães. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio do emitente. **Carlos Alberto Mansur** - Presidente. **Eduardo Barcelos Guimarães -** Secretário. **JUCESP** nº 121.970/24-3 em 18/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

É possível restituir IR mesmo sem obrigação de declarar

IR 2024

SÃO PAULO Os contribuintes que não atingiram o limite mínimo de rendimento tributável que obriga a entregar a declaração do Imposto de Renda 2024, mas tiveram desconto de imposto em algum mês do ano passado, podem restituir 100% do que pagaram.

Para isso, é preciso enviar o IR à Receita Federal. O prazo termina em 31 de maio, mas para quem não é obrigado a prestar contas ao fisco, essa declaração pode ser feita a qualquer momento.

Pelas regras, os trabalhadores que tiveram renda tributável entre R$ 24.511,92 e R$ 30.639,90 no ano de 2023 não estão obrigados a declarar o IR. Mas quem recebeu valores acima de R$ 24.511,92 em 2023 pagou Imposto de Renda em algum mês do exercício.

"Quem fica nesse limbo pode pedir a restituição, mas terá de declarar mesmo sem obrigado", explica Tárcio Queiroz Calixto, advogado tributarista do Ronaldo Martins & Advogados.

Segundo consultores, isso ocorre se o trabalhador fez bico, ganhou hora extra ou teve algum pagamento sujeito à incidência do imposto, elevando o rendimento e obrigando-o a pagar IR. Em geral, por não estarem obrigados, esses trabalhadores não declaram. **Cristiane Gercina e Fernando Narazaki**

LEIA MAIS SOBRE O IR folha.com.br/impostoderenda

ESCOLA BEIT YAACOV

CNPJ 04.224.173/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - EM REAIS (R$)

Ativo	Notas:	2023	2022
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4(b)		
Caixas e Bancos		12.322.286	20.103.714
Clientes e Outros Recebíveis			
Mensalidades a Receber	4(d)	2.398.392	1.654.345
PCLD	4(e)	(1.344.049)	(1.379.569)
Estoque			
Estoques de Materiais Diversos		368.247	335.330
Outros Ativos Circulantes			
Adiantamentos e Outros Créditos		1.599.297	1.102.744
Total Ativo Circulante		**15.344.172**	**21.816.564**
Ativo Não Circulante			
Realizável a Longo prazo			
Depósitos Judiciais		25.330	72.811
Imobilizado	5		
Custo		139.278.999	100.133.715
(-) Depreciação Acumulada		(50.786.152)	(47.953.362)
Total Imobilizado		**88.492.847**	**52.180.353**
Intangível	5		
Custo		455.181	455.181
(-) Amortização Acumulada		(422.793)	(393.065)
Total Intangível		**32.387**	**62.116**
Total Ativo Não circulante		**88.550.565**	**52.315.280**
Total Ativo		**103.894.737**	**74.131.844**

Passivo e Patrimônio Líquido	Notas:	2023	2022
Passivo Circulante	4(h)		
Fornecedores		3.165.578	1.585.940
Impostos e Contribuições a Recolher		2.173.191	2.012.842
Provisão de Férias e Encargos		3.478.577	3.121.335
Receitas Antecipadas		13.447.550	10.076.571
Outras Contas a Pagar		155.866	222.410
Salários e Ordenados a Pagar		194	-
Empréstimo / Leasing financeiro		80.262	80.262
Programa. REFIS–Déb. Previdenciários		252.608	197.345
Doação condicional / vinculada	12	2.539.894	13.508.946
Total Passivo Circulante		**25.293.720**	**30.805.652**
Passivo não Circulante	4(h)		
Empréstimo / Leasing financeiro		6.689	86.951
Programa-REFIS-Déb. Previdenciários		2.133.523	2.475.950
Provisão para Contingências	18	279.000	-
Total Passivo não circulante		**2.419.211**	**2.562.900**
Patrimônio Líquido	15		
Patrimônio Social		40.763.291	44.783.042
(Superávit) do Período	4(m) / 16	35.418.515	(4.019.751)
Total Patrimônio Líquido		**76.181.806**	**40.763.291**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**103.894.737**	**74.131.844**

Notas Explicativas, anexas, são parte integrante desta Demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - EM REAIS (R$)

Descrição	Patrimônio Social	Déficit / Superávit do Período	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2.021	**48.520.802**	**(4.740.667)**	**43.780.135**
Transferências para o Patrimônio Social	(4.740.667)	4.740.667	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	1.002.907	-	1.002.907
DÉFICIT do período	-	(4.019.751)	(4.019.751)
Saldo em 31 de Dezembro de 2.022	**44.783.042**	**(4.019.751)**	**40.763.291**
Transferências para o Patrimônio Social	(4.019.751)	4.019.751	-
Ajuste de Exercícios Anteriores			
SUPERÁVIT do período	-	35.418.515	35.418.515
Saldo em 31 de Dezembro de 2.023	**40.763.291**	**35.418.515**	**76.181.805**

Notas Explicativas, anexas, são parte integrante desta Demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO - PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - EM REAIS (R$)

	Notas	2023	2022
RECEITAS OPERACIONAIS			
RECEITA BRUTA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS			
Receitas de mensalidades educacionais	8	86.054.000	77.533.943
Receitas de mensalidades com gratuidades	8	6.095.000	6.029.100
Outros serviços educacionais (taxas, serviços de secretaria e outros)		16.772.423	15.108.082
Doações para custeio e investimentos	6	42.225.713	6.807.331
Outras receitas operacionais		602.086	607.307
(-) Deduções			
Descontos concedidos		(16.387.250)	(15.263.670)
Devoluções e cancelamentos		(391.907)	(13.827)
Bolsas de estudos integrais filantrópicas (LC 187/2021)	4(n)	(5.975.000)	(6.029.100)
Receita Líquida de Prestação de Serviços Educacionais		**128.995.066**	**84.779.166**
(-) CUSTOS OPERACIONAIS			
(-) Custos dos Serviços Prestados	7(a)	(70.916.180)	(63.841.517)
Superávit Bruto Operacional		**58.078.885**	**20.937.648**
DESPESAS GERAIS			
(-) Despesas administrativas e gerais	7(b)	(23.658.448)	(25.032.920)
(-) Despesas tributárias		(4.121)	(27.619)
(-) Despesas com benefício - alunos bolsistas	7(c)	(797.432)	(336.987)
(-) Provisão para devedores duvidosos		(63.338)	(651.191)
(-) Outras Despesas Operacionais			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	7(d)	2.136.013	1.538.253
(-) Despesas financeiras	7(d)	(273.044)	(446.936)
SUPERÁVIT DO PERÍODO		**35.418.515**	**(4.019.751)**

Notas Explicativas, anexas, são parte integrante desta Demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO PERÍODO DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2023

EM REAIS (R$) - (Nota 17)

	2023	2022
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(Superávit) do período	35.418.515	(4.019.751)
Depreciações e amortizações	3.280.880	3.306.049
Redução (aumento) nos ativos		
Em Mensalidades a receber	(744.046)	298.481
Em Provisão para PCLD	(35.520)	358.380
Em Adiantamentos diversos	(349.647)	324.233
Em Créditos diversos a receber	(152.301)	398.920
Em Estoque de materiais diversos	(32.917)	(59.084)
Em Ativos Diversos	48.107	(1.242)
Aumento (redução) nos passivos		
Em Programa REFIS – Débitos previdenciários	(287.165)	(209.590)
Em Fornecedores	1.579.638	144.104
Em Empréstimo / Leasing financeiro	(80.262)	167.213
Em Obrigações sociais e trabalhistas a recolher	160.543	268.012
Em Provisão de férias e encargos	357.243	369.012
Em Provisão para contingências	279.000	(898.596)
Em Receitas antecipadas	3.370.979	2.016.868
Em Passivos diversos	(61.776)	93.210
Em Doação condicional / vinculada	(10.969.053)	13.508.946
Ajustes de Exercícios Anteriores	-	1.002.907
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**31.782.218**	**17.268.072**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Adições no imobilizado e intangível	(39.145.283)	(2.749.899)
Custo de Ativo Imobilizado - bx	(418.362)	
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	**(39.563.646)**	**(2.749.899)**
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	**(7.781.428)**	**14.518.173**
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	20.103.714	5.585.540
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO PERÍODO	12.322.286	20.103.714
AUMENTO / (DIMINUIÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES	**(7.781.428)**	**14.518.173**

Notas Explicativas, anexas, são parte integrante desta Demonstração.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 – EM REAIS (R$)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - A Escola Beit Yaacov foi constituída em 07 de novembro de 2000, sob a forma de associação civil, sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social e pelo Código Civil, sua sede é localizada em São Paulo/SP, na Avenida Marquês de São Vicente, nº 1748, Barra Funda. Nestes 23 anos de funcionamento, a Escola tem, por escopo principal, promover iniciativas que contribuam para a construção de uma sociedade mais justa, sobretudo por meio do desenvolvimento da educação formal de alta qualidade, vivência comunitária, ética e religiosa, essenciais à estruturação social, à própria vida e à inserção junto ao mercado de trabalho. A Escola, para realização do seu objeto social – desenvolvimento da educação, pode executar programas, projetos e planos de ação, doação de recursos físicos, humanos e financeiros, bem como prestação de serviços e apoio de qualquer natureza a atividades de outras entidades de iniciativa pública ou privada com objetivos similares àqueles da Escola. Além disso, para alcançar seu escopo, a Escola pode: (a) ofertar ensino infantil, fundamental e médio, dentre outros cursos, inclusive supletivos, ensino de jovens e adultos (EJA), preparatórios para vestibular, bem como todos os cursos previstos pela legislação aplicável a uma instituição de ensino; (b) apoiar e promover o desenvolvimento sociocultural, ético, esportivo e religioso de seus alunos e da comunidade onde a Escola se insere, inclusive, por meio da promoção, desenvolvimento e apoio para atividades e iniciativas comunitárias, sociais, religiosas, culturais, de saúde ou esportivas; (c) apoiar e promover o desenvolvimento de consciência solidária e consciência de inclusão social em seus alunos; (d) apoiar, estimular e fomentar a prática do voluntariado; (e) celebrar parcerias, contratos, acordos, termos de cooperação com entidades públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, nacionais e internacionais; (f) estimular e implementar ações que desenvolvam a consciência ambiental e a disseminação de conceitos de sustentabilidade nos alunos, na comunidade na qual a Escola se insere e na sociedade; (g) venda de uniformes e de livros; (h) fornecimento de alimentação; (i) praticar quaisquer outras atividades destinadas ao desenvolvimento sociocultural, ético, religioso, esportivo e ao desenvolvimento da consciência solidária e ambiental de seus alunos, da comunidade e da sociedade; (j) desenvolver quaisquer outras atividades lícitas para a consecução do objeto social, desde que previamente aprovadas pela Diretoria.

2. BASE PARA A ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - a) Declaração de Conformidade - Na elaboração das demonstrações contábeis de 2023, a Entidade adotou a Lei nº. 11.638/2007 e Lei nº. 11.941/09 que alteraram artigos da Lei nº. 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução nº. 1.374/11, que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução nº. 1.185/09, que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e aplicáveis às Entidades sem Fins Lucrativos, especialmente a Resolução nº. 1.409/12-ITG 2002, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros. **b) Base de Mensuração -** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. **c) Moeda funcional e Moeda de Apresentação -** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Escola Beit Yaacov atua. **d) Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CFC exige que a Escola Beit Yaacov faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL 1.330/11 (NBC ITG 2000) - A Entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. Além disso, os eventos relacionados com Receitas e Despesas das diversas Unidades, são registradas contabilmente na mesma conta, mas cada evento é identificado com o respectivo código de Centro de Custo da respectiva Unidade e que permite extrair Demonstrativo de Resultado de cada Unidade. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na entrega da ECD – Escrituração Contábil Digital e posteriormente, registrada de forma eletrônica no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas, quando exigido por órgão competente. A entidade mantém a guarda da documentação contábil pelo prazo mínimo de 10 anos, sendo composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A Entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS - a) Ajustes a Valor Presente: Os Ativos e Passivos de longo ou de curto prazo que sofreram efeitos relevantes estão ajustados a valor presente, tomando-se por base a data de origem da transação. - **b) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11(NBC TG 26) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

	2023	2022
Caixa	R$ 46.080	R$ 115.751
Bancos conta movimento	R$ 556.687	R$ 653.743
Bancos aplicações financeiras curto prazo	R$ 11.719.518	R$ 19.334.220
Total de Caixa e Equivalente de Caixa	**R$ 12.322.285**	**R$ 20.103.714**

c) Aplicações de Liquidez Imediata: As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço; **d) Ativos circulantes**: Contas a receber de clientes - As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado; **e) Provisão p/ Perdas Estimadas ref. Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD):** Esta provisão foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos. Esta provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela Entidade (títulos vencidos, em aberto, acima de 60 dias), e assim atendendo a ITG 2002 e o CPC 48 (IFRS 9); **f) Imobilizado:** Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização calculadas pelo método linear levando em consideração a vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC-TG 27); **g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos:** Não houve no presente exercício desvalorizações significativas, que justifiquem ajustes conforme determina a Resolução CFC nº 1329/11 – NBC TG 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; **h) Passivo Circulante e Não Circulante:** Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. **– Provisões –** Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido; **i) Prazos:** Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulantes; **j) Provisão de Férias e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço; **k) Provisão de 13º Salário e Encargos:** Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço; **l) As Despesas e as Receitas:** Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência; **m) Apuração do Resultado:** O resultado foi apurado segundo o Regime de Competência. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado; **n) Gratuidades:** O benefício concedido como gratuidade educacional, bolsas integrais regradas pela Lei Complementar 187/2021 (anteriormente lei 12.101/09), por meio da prestação de serviços educacionais foi reconhecido pelo valor efetivamente praticado, em conformidade com a ITG 2002, das entidades sem finalidades de lucros.

5. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - O Imobilizado de Uso e o Ativo Intangível são registrados pelo seu custo de aquisição subtraído de depreciação e amortização respectivamente e foram calculadas pelo método linear, com base no tempo de vida útil esperado dos bens.

A) Movimentação do Imobilizado e Depreciação:

	2022			2023
CONTAS	**Saldo Final**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo Final**
Móveis e Utensílios	4.597.965	263.102	(49.004)	4.812.063
Veículos	113.225		(46.000)	67.225
Biblioteca	238.569			238.569
Equipamentos de Escritório	56.121			56.121
Equipamentos de Tecnologia	2.532.691	304.542	(232.149)	2.605.084
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	3.023.898	694.128	(99.762)	3.618.264
Outros Ativos Fixos	409.169	26.644	(1.192)	434.621
Instalações	2.851.834	45.200		2.897.034
Edificações	59.653.505			59.653.505
Terrenos	15.226.576			15.226.576
Obras Em Andamento	1.564.949	38.495.072	(254.560,12)	39.805.460
Móveis e Utensílios - EJA	8.460		(738)	7.722
Equipamentos de Proc. de Dados - EJA	7.264			7.264
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos - EJA	8.754			8.754
Instalações - EJA	763.937			763.937
Edificações - EJA	5.302.200			5.302.200
Terrenos - EJA	3.774.600			3.774.600
Total do Ativo Imobilizado	**100.133.715**	**39.828.689**	**(683.406)**	**139.278.999**

		2022			2023
	Taxas a.a:	**Saldo Final**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo Final**
Móveis e Utensílios	10%	(3.960.956)	38.521	(121.696)	(4.044.131)
Veículos	20%	(52.505)	46.000	(2.845)	(9.349)
Biblioteca	20%	(237.035)		(1.535)	(238.569)
Equipamentos de Escritório	10%	(56.017)		(104)	(56.121)
Equipamentos de Tecnologia	20%	(1.915.962)	232.149	(223.056)	(1.906.869)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	(2.444.084)	99.762	(116.581)	(2.460.903)
Outros Ativos Fixos	10%	(321.557)	1.192	(21.515)	(341.880)
Instalações	10%	(1.724.252)		(160.397)	(1.884.649)
Edificações	4%	(33.235.995)		(2.386.140)	(35.622.135)
Móveis e Utensílios - EJA	10%	(7.617)	738	(102)	(6.981)
Equipamentos de Proc. de Dados - EJA	20%	(7.264)			(7.264)
Máquinas, Aparelhos e Equipamentos - EJA	10%	(8.002)		(177)	(8.179)
Instalações - EJA	10%	(759.020)		(4.917)	(763.937)
Edificações - EJA	4%	(3.223.098)		(212.088)	(3.435.186)
Total da Depreciação:		**(47.953.362)**	**418.362**	**(3.251.152)**	**(50.786.152)**

B) Movimentação do Intangível e Amortização:

	2022			2023
CONTAS	**Saldo Final**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo Final**
Software	455.180	0	0	455.180
Total do Custo	**455.180**	**0**	**0**	**455.180**

		2022			2023
	Taxas a.a	**Saldo Final**	**Adições**	**Baixas**	**Saldo Final**
Software	20%	(393.065)	0	(29.728)	(422.793)
Total da Amortização:		**(393.065)**	**0**	**(29.728)**	**(422.793)**

6. DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E APOIOS FINANCEIROS RECEBIDOS

A Entidade recebe doações e/ou contribuições de pessoas físicas e/ou jurídicas, conforme demonstrativo abaixo:

Exercício	Valor Recebido
2023	R$ 42.225.712,51
2022	R$ 6.807.330,58

7. DESDOBRAMENTO DE ITENS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - a. Custos operacionais: Os custos dos serviços prestados são constituídos dos gastos com pessoal, com benefícios sociais, encargos e contribuições sociais, provisões trabalhista e serviços terceirizados. Demonstramos a sua composição conforme a seguir;

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Custos com Remunerações Pessoal	(39.316.635)	(35.540.862)
Custos com Encargos Sociais	(3.599.229)	(3.136.799)
Custos com Benefícios Sociais	(2.797.000)	(3.260.104)
Custos com Provisões Trabalhistas	(8.381.007)	(7.273.086)
Custos com Serviços Terceirizados	(2.533.945)	(2.545.477)
Custos com Treinamento	(779.752)	(862.303)
Custos com Materiais Didáticos	(4.030.445)	(3.811.939)
Custos com Materiais de Consumo	(7.698.496)	(6.000.552)
Custos Administrativos Diversos	(1.165.863)	(1.410.394)
Depreciações e Amortizações	(613.807)	-
Total	**(70.916.180)**	**(63.841.517)**

b. Despesas administrativas e gerais

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Desp. Gerais com Pessoal	(12.665.564)	(14.738.793)
Despesas com Materiais Didáticos	-	-
Materiais e Produtos de Consumo	(1.888.539)	(1.047.604)
Despesas com Serviços Diversos	(1.405.146)	(1.784.516)
Conservação e Manutenção	(1.694.041)	(1.715.900)
Despesas com Segurança	(1.426.098)	(1.326.660)
Depreciações e Amortizações	(2.667.073)	(3.306.049)
Despesas Administrativas Diversas	(1.541.678)	(521.513)
Despesas com Eventos	(370.310)	(591.886)
Total	**(23.658.448)**	**(25.032.920)**

c. Despesas com benefícios complementares ao aluno bolsista - Refere-se ao programa de benefícios Complementares Tipo I, concedidos e consiste no auxílio com a Alimentação e Transporte dos Alunos que possuem Bolsa Integral Filantropia, na forma da LC 187/2021, e conforme exposto na Nota Explicativa de Número 9. Esses benefícios tem a finalidade de favorecer a permanência e aprendizado dos Alunos Bolsistas de modo a criar condições para continuidade dos estudos.

d. Resultado financeiro

Descrição	31/12/2023	31/12/2022
Despesas financeiras		
Despesas Bancárias	(219.934)	(164.149)
Despesas Financeiras	(47.901)	(273.616)
Variação cambial passiva	(9.330)	(9.171)
Total Despesas financeiras	**(277.165)**	**(446.936)**
Receitas financeiras		
Descontos Obtidos	27.590	14.273
Receitas Aplic. Financeiras	1.912.163	696.854
Outras Receitas Financeiras	196.261	827.126
Total Receitas financeiras	**2.136.013**	**1.538.253**
Resultado financeiro	**1.858.848**	**1.091.317**

8. RECEITAS - Em atendimento a NBC TG 47, as receitas (fontes de recursos) das Entidades oriundas das atividades fins (prestação de serviços educacionais), conforme Artigo 27º do Estatuto Social, são mensuradas pelo valor da vaga da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional (Lei No. 9.870/99) e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais.

9. GRATUIDADES CONCEDIDAS – BOLSAS DE ESTUDOS: 9.1 Obrigações da Educação para fins de CEBAS (Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social na área de Educação): a. Cadastro nos sistemas de informação; Conforme previsto no art. 18 Inciso II da Lei Complementar nº 187/2021, todas as bolsas de estudo computadas como aplicação em gratuidade pela Fundação estão informadas no Censo da Educação Básica (Educacenso). Caso ainda não estejam, por questões operacionais do INEP (datas de fechamento do censo), a Escola mantém controles destas para que sejam inseridas na próxima abertura do sistema INEP. **b. Plano Nacional de Educação;** Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei No. 9.394/96) que está inserida e, como consequência, por elas regulamentadas. Em atendimento no artigo 18 da LC 187/2021 para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente na forma do artigo 214 da Constituição Federal. **c. Análise do perfil socioeconômico;** A Escola Beit Yaacov mantém controle individual dos prontuários, com documentação suporte e informações prestadas pelos alunos, respaldando a análise socioeconômica e a concessão das bolsas educacionais integrais, utilizando o seguinte critério: • *Bolsa de estudo integral a aluno cuja renda familiar bruta mensal per capita não exceda o valor de 1,5 (um inteiro e cinco décimos) salário-mínimo*; Em observância ao disposto no artigo 15 da LC 187/2021, a entidade não procedeu à cobrança de taxa de matrícula ou custeio de material didático dos alunos bolsistas. **9.2 Demonstrativo do cumprimento do mínimo de bolsas integrais concedidas:** Em observância aos artigos 20 e 25 da Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a obrigação da Entidade conceder anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes, bem como, de divulgar em notas explicativas as bolsas de estudo e os benefícios concedidos, devendo evidenciar o atendimento às proporções, a entidade demonstra abaixo o cumprimento da obrigação de concessão de bolsas de estudos nos exercícios de 2023 e 2022;

EDUCAÇÃO BÁSICA	**2023**	**Montante de recursos aplicados anualmente**
Total de Alunos Matriculados	1.198	R$ 85.988.865
(-) Bolsas integrais 100% LC 187/2021	203	R$ 5.975.000
(-) Outras Bolsas institucionais 100%	23	R$ 1.908.864
(=) Alunos Pagantes (Base de Cálculo)	972	R$ 85.988.865
Alunos necessários (relação 1 para 9)	108	-
Alunos bolsistas integrais conforme LC 187/2021 considerados para cumprimento da obrigação 1/9.	203	R$ 5.975.000
Alunos necessários (relação 1 para 5)	194	-
Alunos bolsistas integrais conforme LC 187/2021 considerados para cumprimento da obrigação 1/5.	203	R$ 5.975.000
Gratuidade excedente - Bolsas integrais conforme LC 187/2021	**9**	**-**
Benefícios Complementares Tipo I – Alimentação e transporte	**203**	**R$ 797.432**

EDUCAÇÃO BÁSICA	**2022**
Total de Alunos Matriculados	1.218
(-) Bolsas integrais 100% LC 187/2021	202
(-) Outras Bolsas institucionais 100%	43
(=) Alunos Pagantes (Base de Cálculo)	973
Alunos necessários (relação 1 para 9)	109
Alunos bolsistas integrais conforme LC 187/2021 considerados para cumprimento da obrigação 1/9.	202
Alunos necessários (relação 1 para 5)	109
Alunos bolsistas integrais conforme LC 187/2021 considerados para cumprimento da obrigação 1/5.	202
Gratuidade excedente - bolsas integrais conforme LC 187/2021	**7**
Benefícios complementares Tipo I – alimentação e transporte	**202**

10. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUIDAS - A Entidade se encontra com o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social vigente, no Ministério da Educação. Conforme o artigo 4**º da L**C 187/2021, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições sociais que tratam incisos I, III e IV do caput do art. 195 e no art. 239 da Constituição Federal**§ 7º do art. 195 da Constituição Federal**;

Descrição	2023	2022
Isenção da COFINS	R$ 7.060.229	R$ 3.597.198
Isenção da conta patronal	R$ 13.177.130	R$ 12.205.673
Totais	**R$ 20.237.359**	**R$ 15.802.871**

11. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - A ENTIDADE é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7° da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

12. DOAÇÃO CONDICIONAL / VINCULADA - De acordo com a ITG 2002 (R1) e NBC TE – ENTIDADE SEM FINALIDADE DE LUCROS, respeitando-se o princípio da competência, o registro de tal doação se sujeita as condições fixadas pelo doador, ou seja, está sendo reconhecido no resultado a medida que os recursos são utilizados para a construção do novo prédio, para futura utilização dos alunos do Ensino Médio e EJA.

13. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE - A Escola Beit Yaacov é uma instituição beneficente educacional sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características: A Instituição é regida pela Constituição Federal; • A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional; • Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária); • Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.

14. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA - Em convergência com a Lei Complementar 187/2021, o Código Tributário Nacional (CTN), traz requisitos para o gozo da imunidade tributária. O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos: a) não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (Artigo 30 – Item (i) do Estatuto Social); b) aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (Artigo 30 – Item (ii) do Estatuto Social); c) mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (Artigo 30 – Item (iii) do Estatuto Social).

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - É formado pelos direitos que lhe foram dotados ou doados, legados ou adquiridos, livres e desembaraçados de ônus acrescido ou diminuído pelos superávits ou déficits de exercícios anteriores incorporados anualmente. Em 31 de dezembro de 2.023 o total do patrimônio líquido é de R$ 76.181.805 (setenta e seis milhões, cento e oitenta e um mil, oitocentos e cinco reais), sendo que, em 31 de dezembro de 2.022, o total do patrimônio líquido era de R$ 40.763.291 (quarenta milhões, setecentos e sessenta e três mil, duzentos e noventa e um reais)

16. DO SUPERÁVIT DO PERÍODO - O Superávit do exercício 2023 é incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências Legais, estatutárias e de acordo com a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002.

17. DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.296/2010 que aprovou a NBC TG 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/2009 que aprovou a NBC T 19.18. A Entidade optou pelo Método Indireto na elaboração do Fluxo de Caixa.

18. POSIÇÃO DOS PROCESSOS TRABALHISTAS - A Entidade é parte passiva em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, efetua periodicamente a avaliação da probabilidade da perda dos processos, bem como das respectivas estimativas do valor de desembolso e, com base nisso, informa que em 31 de dezembro de 2023 possui o montante de R$ 279.000,00 classificados por seu assessor jurídico com risco provável de perda, (em 31/12/2022 era de 0,00) e R$ 108.634,31 classificados com risco possível de perda (em 31/12/2022 era de R$ 367.684,29).

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

DIRETORIA

Wallace Geraldo Morato
CPF 876.054.861-91
Diretor

Gracia Goyano Scaléa Klein
CPF 047.515.898-90
Diretora

Aline Guimarães Costa Herrero
CPF 356.273.688-61 - CRC-1SP 278632 - Contadora

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião sobre as demonstrações contábeis - Examinamos as demonstrações contábeis da **ESCOLA BEIT YAACOV** que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações do resultado do período, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 08 de março de 2024

AUDISA AUDITORES ASSOCIADOS
CRC/SP 2SP 024298/O-3
Alexandre Chiaratti do Nascimento - Contador
CRC/SP 187.003/ O- 0
CNAI – SP – 1620

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Alteração do Edital – Pregão Eletrônico nº 90025/2024 – Processo nº 036/2024

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que o edital do processo mencionado acima, cujo objeto é a aquisição de equipamentos de informática foi **ALTERADO** – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7071/3269.7088. Lençóis Paulista, 01 de abril de 2024.
LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

CONCORRÊNCIA PÚBLICA PARA ALIENAÇÃO DE IMÓVEL
NO BAIRRO DE VILA CLEMENTINO – SÃO PAULO/SP

O **SINDICATO DOS CONDUTORES AUTÔNOMOS DE VEÍCULOS RODOVIÁRIOS DE SÃO PAULO - CNPJ 61594164/0001-89**, em cumprimento às exigências estatutárias, ao regramento contido no artigo 549 e seus parágrafos do Decreto Lei 5452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho – CLT) e com a prévia autorização da Assembleia Geral de seus associados, leva ao conhecimento dos interessados, que fará realizar **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** para alienação do imóvel de sua propriedade, localizado na Rua Estado de Israel, 833, bairro de Vila Clementino, São Paulo/SP, registrado no 14º Cartório de Registro de Imóveis desta Capital com a matrícula de nº 13.252. O imóvel está avaliado em R$ 18.500.000,00 (Dezoito milhões, quinhentos mil reais). O Laudo de Avaliação do Imóvel, elaborado por MCRE Engenharia, CNPJ 43218935/000151, com sede nesta cidade, na Rua Tanagra Violácea, no 51, bairro de Jardim Rodrigo, endereço eletrônico comercial@mcre.com.br, firmado por Claudinei Dias Mendes, Engenheiro Civil e Perito Judicial, Registro CREA/SP nº 5071058626, composto de 123 (cento e vinte e três) páginas, foi confeccionado conforme as disposições do § 1º do artigo 549, da Consolidação das Leis do Trabalho e pode ser examinado pelos interessados, no mesmo endereço do imóvel avaliado, de segundas a sextas-feiras, no horário das 10h00 às 16h00, mediante prévio agendamento pelo telefone (11) 94023-2018.

O citado imóvel apresenta restrições judiciais e administrativas decorrentes de débitos fiscais tributários federais; débitos trabalhistas; e débitos de IPTU junto à Prefeitura do Município de São Paulo. Todos esses débitos deverão ser integralmente quitados para a consumação da alienação do imóvel. Referidos débitos são negociáveis e alguns se encontram já negociados, em fase de cumprimento dos respectivos acordos. Desde modo, os interessados na aquisição do imóvel, poderão apresentar propostas com planos para saneamento dos referidos débitos e posterior aquisição do bem ou mesmo apresentar proposta que ofereça ao Sindicato condições de promover a quitação das mencionadas dívidas. O demonstrativo dos débitos mencionados poderá ser examinado, no mesmo endereço do imóvel objeto desta concorrência, onde os interessados podem também solicitar e obter maiores detalhes e esclarecimentos, em ambos os casos mediante prévio agendamento pelo telefone (11) 94023-2018.

Poderão participar desta concorrência pessoas físicas ou jurídicas, domiciliadas ou estabelecidas em qualquer localidade do território nacional, vedada a participação aos empregados, colaboradores e dirigentes do SINDICATO, seus cônjuges e/ou companheiros e seus parentes, até o segundo grau de parentesco.

O período de entrega das propostas vai de 04/04/2024 até 03/05/2024. O local de entrega das propostas será na Rua Estado de Israel, 833, 4o andar – Vila Clementino, São Paulo/SP, no horário das 09h00 às 16h00, de segunda a sexta-feira.

As propostas devem ser apresentadas em envelope fechado e rubricado pelo proponente, de forma a assegurar sua inviolabilidade até a sessão de abertura. No anverso do envelope não deverá constar qualquer outra informação além da identificação do proponente, consubstanciada de nome completo e inscrição no CPF/MF, no caso de pessoa física, ou razão social e inscrição no CNPJ/MF, no caso de pessoa jurídica. No ato do recebimento, o Sindicato fornecerá ao proponente um protocolo de recebimento, datado e assinado, identificando o proponente e consignando a data e o horário da entrega da proposta.

É indispensável que as propostas, além do valor ofertado em moeda nacional, descrevam a forma e o prazo do pagamento de todo o valor. As propostas que omitirem essas informações serão sumariamente desclassificadas. Os proponentes ficam desde já notificados que a oferta de valor e a descrição da forma e do prazo de pagamento declaradas na proposta vencedora, serão feitas em caráter irrevogável e irretratável e constarão obrigatoriamente em cláusula no contrato de venda e compra previsto neste edital.

A sessão de abertura das propostas ocorrerá no dia 06/05/2024, às 10h00, na Rua Estado de Israel, 833, 4º andar – Vila Clementino, São Paulo/SP. Será julgada vencedora, a proposta que oferecer o maior valor entre todas, desde que equivalente ou superior ao valor de avaliação. O julgamento das propostas e a declaração da proposta vencedora serão efetuadas pela Diretoria do Sindicato, mediante o voto da maioria de seus membros.

O mapa de classificação será divulgado na sede do Sindicato no dia 06/05/2024, às 16h00. O prazo para interposição de recurso se iniciará 07/05/2024 e se encerrará no dia 09/05/2024, às 16h30. Os recursos deverão ser apresentados em 2 (duas) vias de igual teor, sendo dirigidos à Diretoria do Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de São Paulo, que os apreciará e decidirá; serão entregues na Rua Estado de Israel, 833, 4º andar – Vila Clementino, São Paulo/SP, no horário das 09h00 às 16h00, mediante protocolo. O resultado final será divulgado no dia 14/05/2024. No prazo máximo de 10 (dez) das após a divulgação final do resultado da concorrência, as partes firmarão contrato de venda e compra.

A partir da publicação deste Edital a visitação ao imóvel fica autorizada aos interessados, mediante agendamento prévio pelo telefone (11) 94023-2018.

São Paulo, 02 de abril de 2024. - **Luiz Carlos Fernandes Capelo** - Diretor Presidente.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 01/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA / CONSULTORIA PARA EXECUÇÃO, MONITORAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DOS PROGRAMAS E SISTEMAS FEDERAIS PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 24/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **ROBERTO ALVES DA SILVA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - ME** no valor de **R$ 14.000,00(Quatorze Mil Reais)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 8 de Fevereiro de 2024.

Companhia Brasileira de Distribuição

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ nº 47.508.411/0001-56 – NIRE 35.300.089.901

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Distribuição ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada **de modo exclusivamente digital e remoto no dia 29 de abril de 2024, às 11h**, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: **I.** Tomada das contas dos administradores e exame, discussão e votação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **II.** Compensação do prejuízo líquido acumulado registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, mediante a utilização de parte das reservas de lucros da Companhia; e **III.** Fixação da remuneração global anual dos Administradores da Companhia. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: **I.** Aprovação do novo "Plano de Incentivos Atrelados à Outorga de Ações e de Opção de Compra de Ações" da Companhia ("Plano de Incentivo"), com a consequente descontinuação do Plano de Opção de Compra de Ações e o Plano de Remuneração em Opção de Compra de Ações, atualmente em vigor; **II.** Alteração do artigo 4º do Estatuto Social da Companhia, para refletir os aumentos de capital aprovados em reunião do Conselho de Administração, realizadas em 13 de março de 2024 e em 28 de março de 2024; **III.** Alteração das alíneas (l), (m) e (o) e do parágrafo 1º do artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para adequar as competências do Conselho de Administração; e **IV.** Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações acima propostas. Informamos que permanecem à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, nas páginas de relações de investidores da Companhia (www.gpari.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia ora convocada, incluindo a Proposta da Administração e Manual de Participação para esta Assembleia ("Proposta da Administração"). Participação na Assembleia via sistema eletrônico: A Assembleia será realizada de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital "Ten Meetings", que proverá acesso à Assembleia, bem como realizará o acompanhamento e controle da votação relativa a cada uma das matérias constantes da "Ordem do Dia" da presente Assembleia ("Plataforma Digital"). Dessa forma, o Acionista que desejar participar e votar na Assembleia, deverá observar os procedimentos indicados na Proposta da Administração de acordo com o seu tipo de participação. Os acionistas deverão acessar, até o dia 27 de abril de 2024, o link https://assembleia.ten.com.br/708336898 ("Link de Cadastro"), e realizar o cadastro na Plataforma Digital, preenchendo todas as informações solicitadas e fornecendo todos os documentos indicados abaixo neste Edital de Convocação e/ou na Proposta da Administração. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da Assembleia, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução da CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81"). Os seguintes documentos deverão ser encaminhados pelos acionistas por meio do endereço eletrônico indicado acima: (a) extrato atualizado contendo a respectiva participação acionária expedido pelo órgão custodiante com no máximo 3 (três) dias de antecedência da Assembleia; (b) para pessoas físicas: documento de identidade com foto do acionista; (c) para pessoas jurídicas: **(i)** estatuto social ou contrato social consolidado, conforme o caso, e os documentos societários que comprovem a representação legal do acionista; e **(ii)** documento de identidade com foto do representante legal; (d) para fundos de investimento: **(i)** regulamento consolidado do fundo; **(ii)** estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; e **(iii)** documento de identidade com foto do representante legal; e (e) caso qualquer dos Acionistas indicados nos itens (b) a (d) acima venha a ser representado por procurador, além dos respectivos documentos indicados acima, deverá encaminhar **(i)** procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia; **(ii)** documentos de identidade do procurador presente, bem como, no caso de pessoa jurídica ou fundo, cópias do documento de identidade e ata de eleição do(s) representante(s) legal(is) que assinou(aram) o mandato que comprovem os poderes de representação. Para esta Assembleia, a Companhia aceitará procurações outorgadas por Acionistas por meio eletrônico, assinadas preferencialmente com uso da certificação ICP-Brasil ou por meio do portal "Gov.br". Participação na Assembleia Geral por meio de boletim de voto a distância: Nos termos da Resolução CVM 81, conforme detalhado na Proposta da Administração, os Acionistas que tenham interesse em exercer o seu direito de voto por meio dos Boletins de Voto à Distância, nos termos da Resolução CVM 81, deverão **(a)** preencher cada um dos Boletins de Voto à Distância, conforme orientações de preenchimento nele constante; e **(b)** enviá-los **(i)** diretamente à Companhia por e-mail; ou **(ii)** ao Agente Escriturador; ou **(iii)** aos seus respectivos agentes de custódia (caso prestem esse tipo de serviço); conforme orientações a seguir. Em todos os casos, para os Boletins de Voto à Distância produzirem efeitos, o dia 22 de abril de 2024 (ou seja, 7 (sete) dias antes da data da Assembleia) deverá ser o último dia para o seu recebimento por uma das formas abaixo indicadas, e não o último dia para seu envio. Se os Boletins de Voto à Distância forem recebidos após o dia 22 de abril de 2024, os votos não serão computados. A Companhia não exigirá a entrega física do documento, conforme termos constantes da Proposta da Administração. Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na Assembleia, inclusive orientações para envio dos Boletins e ainda, orientações sobre acesso à plataforma digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração.

São Paulo, 29 de março de 2024.

Jean-Charles Henri Naouri
Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO CPL/ALICC – N.º 05/2024 (Comprasnet nº 90005/2024) - UASG Nº 926703
Processo nº: 12500.125058/2023.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de Material de Construção e Ferramentas.
Abertura das Propostas: 12/04/2024 às 08h30 (horário de Brasília) no site **http://www.comprasnet.gov.br/**

Maceió/AL, 01 de abril de 2024.
Elizame Guedes Evangelista
Agente de Contratação/ ALICC

Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA
Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Sindicato **dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 6012175387/0001-87, registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 02.742.286.565-8, com sede em Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as **Professoras e todos os Professores da Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Técnico e Profissionalizante, Educação Especial, Cursos Supletivos, Educação de Jovens e Adultos, Cursos Preparatórios para Vestibulares da rede privada de ensino**, sindicalizados ou não, nos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 06 de Abril de 2024, às 10 horas**, em primeira convocação com o quórum estatutário, e **às 10 horas e 30 minutos**, em segunda convocação com a maioria simples dos presentes de acordo com o disposto na Seção I - Da Assembleia Geral, artigos 12 a 21 do estatuto desta entidade, na Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia: **A)** Contribuição assistencial

Sorocaba, 06 de abril de 2024.

Mara Kitamura
Presidente

PortobelloGrupo **PBG S.A.** PTBL B3 LISTED NM

CNPJ 83.475.913/0001-91 - NIRE nº 42300030201

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas da PBG S.A. para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que serão realizadas no dia 30 de abril de 2024, às 10h00, na sede social da Companhia, na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, para deliberarem sobre as seguintes Ordens do Dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. Apreciar o Relatório e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023. 2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do resultado do exercício. 3. Fixação do número de cargos (membros) do Conselho de Administração da Companhia. 4. Eleição dos integrantes do Conselho de Administração (mandato de 1 ano). 5. Eleição dos integrantes do Conselho Fiscal (mandato de 1 ano). 6. Fixar os valores destinados à remuneração dos órgãos da Administração. O Acionista presente à Assembleia deverá apresentar documento de identidade (pessoa física) ou atos constitutivos (pessoa jurídica), podendo ser representado por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira. As procurações poderão prescindir de firma reconhecida em cartório e poderão ser outorgadas por meio eletrônico, desde que comprovada a autoria e integridade do documento. As procurações, que foram objeto de pedido público, deverão observar o disposto no artigo 52 da Instrução CVM nº 81, de 29 de março de 2022. Na forma do disposto no artigo 7º e seguintes da Resolução CVM 81/2022, todos os documentos pertinentes à ordem do dia a ser apreciada na Assembleia, incluindo a Proposta da Administração, encontram-se disponíveis aos Senhores Acionistas, a partir desta data, para consulta, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia BR 101, Km 163, Tijucas, Santa Catarina, bem como no sistema IPE mantido pela CVM (www.cvm.gov.br) e no website da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/).

Tijucas/SC, 30 de abril de 2024
Cesar Gomes Júnior
Presidente do Conselho de Administração

EQUATORIAL ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 03.220.438/0001-73
NIRE 213.0000938-8l Código CVM n.º 02001-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024

EQUATORIAL ENERGIA S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 30 de abril de 2024, às 13:00 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário e do parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; **(vi)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(vii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024; **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (viii)** o aditamento do Quinto Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de julho de 2019 ("5º Plano"); **(ix)** a criação de um novo incentivo de longo prazo da Companhia, no formato de Plano de Investimento em Ações ("Matching Shares"); **(x)** alteração do caput do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia; **(xi)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia; **(xii)** a alteração do número de membros do Conselho de Administração fixado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 28 de abril de 2023. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **28 de abril de 2024**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail assembleia@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à *Sala de Espera*, na qual será confirmada sua identificação e, uma vez confirmada, será concedido o acesso para participação à reunião virtual. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e de seu representante, conforme o caso; (ii) comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, com no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados); (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico. São Luís/MA, 28 de março de 2024. **Carlos Augusto Leone Piani** - Presidente do Conselho de Administração.

equatorial ENERGIA

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF n.º 06.272.793/0001-84 - NIRE n.º 213.0000686-9
Código CVM n.º 01660-8
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2024

EQUATORIAL MARANHÃO DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. ("Companhia"), vem pela presente, nos termos do art. 124 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.") e dos arts. 4º a 6º da Resolução da CVM n.º 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("RCVM 81"), convocar a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2024, às 15 horas, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: **(A) Em Assembleia Geral Ordinária: (i)** as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(iv)** a instalação do Conselho Fiscal; **(v)** a fixação do número de membros do Conselho Fiscal; **(vi)** a eleição dos membros efetivos e suplentes do Conselho Fiscal; **(vii)** a fixação da remuneração global anual dos administradores e membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. **(B) Em Assembleia Geral Extraordinária: (viii)** a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia para refletir o atual capital social da Companhia; e **(ix)** a consolidação do Estatuto Social da Companhia. A Assembleia Geral será realizada de maneira exclusivamente digital, por meio de videoconferência na plataforma "Microsoft Teams", observando o disposto na RCVM 81. A administração da Companhia esclarece que, observados os respectivos prazos e procedimentos, os acionistas poderão participar e votar na Assembleia Geral por meio das seguintes formas disponibilizadas pela Companhia: (a) sistema eletrônico para participação a distância; e (b) boletim de voto a distância. Para participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico, o acionista deverá solicitar seu cadastro, impreterivelmente, até o dia **27 de abril de 2024**, inclusive, mediante solicitação pelo e-mail assembleia.ma@equatorialenergia.com.br, fornecendo as informações e documentos indicados abaixo ("Solicitação de Acesso"). Validada a sua condição pela Companhia, o acionista receberá nas 24 (vinte e quatro) horas que antecederem a Assembleia Geral, o link de acesso à *Sala de Espera*, na qual será confirmada sua identificação e fornecido o acesso para participação à reunião virtual. Caso o acionista não receba as instruções de acesso com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, deverá entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores, por meio do e-mail assembleia.ma@equatorialenergia.com.br, com até 2 (duas) horas de antecedência do horário de início da Assembleia Geral, para que seja prestado o suporte necessário. A Solicitação de Acesso deverá: (i) conter a identificação do acionista e, se for o caso, de seu representante legal que comparecerá à Assembleia Geral, incluindo seus nomes completos e seus CPF ou CNPJ, conforme o caso, e telefone e endereço de e-mail do solicitante; e (ii) ser acompanhada dos documentos necessários para participação na Assembleia Geral, conforme abaixo. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia Geral os acionistas, ou seus representantes legais, deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos digitalizados: (i) documento de identidade (Carteira de Identidade Registro Geral (RG), a Carteira Nacional de Habilitação (CNH), passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública, desde que contenham foto de seu titular) do acionista e de seu representante, conforme o caso; (ii) comprovante da titularidade de ações expedido pela instituição responsável pela escrituração das ações da Companhia, com no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral; (iii) instrumento de outorga de poderes de representação (nos termos abaixo indicados); (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, com, no máximo, 5 (cinco) dias de antecedência da data da realização da Assembleia Geral. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia autenticada digitalizada dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente (Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou Junta Comercial, conforme o caso): (a) contrato ou estatuto social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia Geral como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. No tocante aos fundos de investimento, a representação dos cotistas na Assembleia Geral caberá à instituição administradora ou gestora, observado o disposto no regulamento do fundo. Nesse caso, o representante da administradora ou gestora do fundo, além dos documentos societários acima mencionados relacionados à gestora ou à administradora, deverá apresentar cópia simples do regulamento do fundo, devidamente registrado no órgão competente, quando for o caso. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, § 1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, § 1º e § 2º, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante ou com assinatura digital por meio de certificado digital emitido por autoridades certificadoras vinculadas à ICP-Brasil, como alternativa ao reconhecimento de firma. As pessoas naturais acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia Geral por procurador que seja acionista, administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, consoante previsto no art. 126, § 1º, da Lei das S.A. As pessoas jurídicas acionistas da Companhia poderão ser representadas por procurador constituído em conformidade com seu contrato ou estatuto social e segundo as normas do Código Civil, sem a necessidade de tal pessoa ser administrador da Companhia, acionista ou advogado (Processo CVM RJ2014/3578, julgado em 4 de novembro de 2014). Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), ser legalizados em Consulado Brasileiro, e, em ambos os casos, ser traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial, e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação em vigor. Especificamente em relação aos documentos lavrados em língua portuguesa, inglesa ou espanhola, ou que venham acompanhados da respectiva tradução nessas mesmas línguas, a Companhia não exigirá a tradução juramentada. A Companhia reforça que será de responsabilidade exclusiva do acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização das plataformas para participação da Assembleia Geral por sistema eletrônico, e que a Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de viabilização e/ou de manutenção de conexão e de utilização da plataforma digital que não estejam sob controle da Companhia. Ressalta-se que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que será realizada exclusivamente de modo digital. Eventuais informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral por meio do sistema eletrônico serão colocadas à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nas páginas eletrônicas na rede mundial de computadores da Companhia (https://ri.equatorialenergia.com.br/pt-br/), da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da B3 (https://www.b3.com.br/pt_br/institucional), incluindo a Proposta da Administração contendo também informações complementares relativas à participação na Assembleia Geral e ao acesso por sistema eletrônico. São Luís/MA, 28 de março de 2024. **Augusto Miranda da Paz Júnior -** Presidente do Conselho de Administração.

equatorial ENERGIA

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE PARANAPANEMA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO N.º 17/2023
TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2023.
PROCESSO LICITATÓRIO TOMADA DE PREÇOS N.º 07/2023

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAPANEMA. CONTRATADA: APENG SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA. CNPJ-MF nº 30.037.029/0001-09. OBJETO: Rescisão Amigável do contrato cujo é a contratação de empresa especializada para pavimentação em ruas do município de Paranapanema/SP, (Rua Elizário Pereira de Melo). FUNDAMENTO LEGAL: nos termos previsto nos §§ 1º e 2º do art. 79 da Lei nº 8.666/93 e se dá por acordo entre as partes. DATA DA RESCISÃO: 27/03/2024.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATADO: TINPAVI INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TINTAS LTDA - CNPJ/CPF Nº: 17.592.525/0001-66
CONTRATO N°: 08/2024 – PREGÃO PRESENCIAL: 58/2023

OBJETO: Contratação de empresa para confecção e instalação de ponto de ônibus (abrigos) em diversos lugares dentro da área urbana, abrangendo, fabricação, pintura e instalação. DO ACRÉSCIMO: Fica acrescido ao contrato supracitado, o valor de R$ 17.560,00 (dezessete mil quinhentos e sessenta reais). VALOR GLOBAL ATUALIZADO: R$ 97.560,00 (noventa e sete mil quinhentos e sessenta reais).

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 26/03/2024.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO
CONTRATADO: HR ESTRUTURAS EIRELI - CNPJ-MF nº 25.069.864/0001-90
CONTRATO Nº 02/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2023

OBJETO: Contratação de prestação de serviços de empresa especializada em fornecimento de estrutura completa para a 2ª Expo Paranapanema que acontecerá entre os dias 18 e 21 de abril de 2024. CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS: O presente Aditamento tem por objetivo alterar CLÁUSULA SÉTIMA do Contrato n.º 02/2024, firmado entre as partes em 17/01/2024, considerando ter havido interesse recíproco, entre os contratantes, de alterar a CLÁUSULA SÉTIMA a partir desta data, passa a prevalecer o seguinte: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA: k) Fica a empresa CONTRATADA responsável pelo fornecimento, às suas expensas, de todo o necessário para atendimento das exigências dos artistas que se apresentarão no evento, referentes aos veículos colocados à disposição; transporte; camarins e itens que os integram; equipe de segurança; equipamentos de sonorização, iluminação e sua montagem e desmontagem; carregadores para deslocamento, montagem e desmontagem de equipamentos; todas as especificações do rider técnico e demais itens eventualmente exigidos pelos artistas. A Contratada fica ainda, responsável por estruturar e custear o rodeio em cavalos, a prova dos três tambores e o rodeio em carneiros.

Paranapanema/SP, Rodolfo Hessel Fanganiello – Prefeito Municipal, 28/03/2024.

MONTECITRUS PARTICIPAÇÕES LTDA.

CNPJ (MF): 51.817.112/0001-70 - NIRE Nº 35218649982

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
MODALIDADE DIGITAL

Os Diretores da Montecitrus Participações Ltda., CNPJ nº 51.817.112/0001-70, convocam os 37 sócios dessa sociedade limitada, para se reunirem, em **Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária**, que se realizará no dia **25/04/2024**, às 10 horas, de **modo Exclusivamente Digital**, através de **boletim de voto a distância**, com a finalidade de deliberar a seguinte **Ordem do Dia**: **1. Assembleia Geral Ordinária:** 1.1. Tomar as contas dos administradores, conforme o Balanço Patrimonial do exercício social encerrado em 31/12/2023 e o respectivo balanço de resultado econômico (demonstração do resultado); 1.2. Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2023; 1.3. Eleger o Conselho de Administração e fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração. **2. Assembleia Geral Extraordinária:** 2.1. Transferência de Cotas; 2.2. Alteração do Contrato Social. A minuta do mesmo foi disponibilizada na sede da sociedade; 2.3. Consolidação do Contrato Social. **Informações Gerais:** A Sociedade informa que a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será realizada de modo exclusivamente digital, podendo os sócios participar e votar por meio do uso do boletim de voto a distância, de acordo com a Instrução Normativa DREI nº 81/2020. O boletim de voto a distância será enviado para os sócios por meio eletrônico, no endereço de e-mail cadastrado na sede da sociedade. Para exercer seu direito de voto, o sócio deverá enviar o correspondente boletim de voto a distância diretamente à Sociedade, conforme as orientações constantes que se encontram disponíveis no website da Montecitrus Participações Ltda. (http://www.montecitrus.com.br), ao qual os sócios terão acesso mediante a utilização de login e senha previamente encaminhados. Para tomar parte e votar na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária por meio de boletim de voto a distância o sócio deverá encaminhar ao e-mail assembleia@montecitrus.com.br o documento de identidade e o boletim de voto a distância até às 17 horas do dia **18/04/2024**. Os sócios representados por procuradores deverão encaminhar as procurações e o boletim de voto a distância, até o mesmo prazo e pelo mesmo meio antes referido. As propostas da Diretoria e do Conselho de Administração e as orientações para participação na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos previstos na Instrução Normativa DREI nº 81/2020, bem como os documentos a ela relativos estão à disposição dos sócios na sede social da Sociedade e no website da Montecitrus Participações Ltda. (http://www.montecitrus.com.br). Atendendo ao disposto no §1º, do artigo nº 1.078, da Lei nº 10.406/02, foram colocados à disposição da totalidade dos sócios, com 30 dias de antecedência da presente assembleia, os documentos referidos na Ordem do Dia, conforme Comunicado de 20/03/2024 publicado nos jornais: - **Impresso**: - **FOLHA DE S. PAULO**, edição de 20/03/2024, página 12; edição de 21/03/2024, página 12; e edição de 22/03/2024, página 8; - **Digital: - FOLHA DE S. PAULO**, edição de 20/03/2024, certificação 60579703000148 em 19/03/2024 17:50:06 com o número de série 2AA71D011FE70A53: site http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28006 **- FOLHA DE S. PAULO**, edição de 21/03/2024, certificação 60579703000148 em 19/03/2024 17:50:15 com o número de série 2AA71D011FE70A53: site http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28008 **- FOLHA DE S. PAULO**, edição de 22/03/2024, certificação 60579703000148 em 19/03/2024 17:50:11 com o número de série 2AA71D011FE70A53: site http://publicidadelegal.folha.uol.com.br/documento/28007 Monte Azul Paulista/SP, 02/04/2024. **Montecitrus Participações Ltda.** Célio Ferreira Cerdeira - Diretor Presidente; Euclides Rodrigues Júnior - Diretor; Valmi Lujan Júnior - Diretor. (02,03,04)

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária - Retirada de Pauta de reivindicações do setor Canavieiro - FEDERAÇÃO DOS EMPREGADOS RURAIS ASSALARIADOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FERAESP, entidade de segundo grau, representante da categoria dos empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 58.998.915/0001-18, com sede na cidade de Assis/SP, na Avenida Siqueira Campos, nº 235 - Vila Operária, na forma de seu Estatuto Social, por seu Presidente infra assinado, nos termos Artigo 33 "caput" e parágrafo quarto, incisos VII e X, Artigo 7º, III e IV do Estatuto Social, **convoca o seu Conselho de Representantes,** cujos sindicatos estejam em situação regular com suas obrigações sociais e estatutárias, bem como, **os empregados rurais assalariados do Estado de São Paulo, que laboram nos municípios onde não há representação sindical da categoria em 1ºgrau**, para reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária,** a ser realizada no dia 17 (dezessete) de abril (04) de 2024 (dois mil e vinte e quatro) em primeira chamada às 9hs00m (nove horas) com a presença de maioria simples dos interessados/filiados e/ou em segunda chamada às 9hs30m (nove horas e trinta minutos), com a presença de qualquer número de interessados/filiados, para deliberarem sobre assuntos do setor canavieiro tendo como pauta do dia os seguintes assuntos: **1)** Deliberar a pauta de reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados do estado de São Paulo, para a celebração de: **a)** Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, com o representante do setor patronal; **b)** Acordo Coletivo de Trabalho 2024/2025 diretamente com os empregadores; **2)** Outorgar poderes a Direção da FERAESP para negociar as reivindicações econômicas e sociais dos empregados rurais assalariados, e ao final, celebrar Convenção Coletiva de Trabalho ou Acordo Coletivo de Trabalho, data-base em 01 de maio; **3)** Deliberar, aprovando ou não o recolhimento de Contribuição assistencial destinada à entidade representativa da categoria, a ser descontada na folha de pagamento de cada trabalhador abrangido pela respectiva convenção, ficando ressalvado o direito de oposição da respectiva contribuição; **4)** Outorgar poderes para diretoria da FERAESP participar de mesa de mediação e ou arbitragem para tratar da respectiva pauta de reivindicação; **5)** outorgar poderes a Diretoria Executiva da FERAESP para Designar a composição da mesa de negociação; **6)** Outorgar poderes à Diretoria da FERAESP para que, em caso de insucesso nas negociações, possa propor e instaurar dissídio coletivos de trabalho e ou eventual propositura de Ação Civil Pública perante o Juízo competente. A presente assembleia geral extraordinária será realizada por meio de videoconferência, através do aplicativo Zoom, no dia e horário acima especificados, cujo link de acesso à participação na respectiva Assembleia Geral, estará disponível uma hora antes do início, no portal eletrônico da entidade https://www.feraesp.org.br, bem como, será encaminhado via e-mail às entidades filiadas nos termos do artigo 32, parágrafo segundo, do Estatuto Social. Em relação aos empregados rurais assalariados interessados em participarem da presente assembleia geral extraordinária, será obrigatório realizarem, a partir da data de publicação deste Edital, os seus respectivos Cadastros de Participação na Assembleia Geral Extraordinária, através de solicitação pelo WhatsApp 014 - 99873-9557 ou se preferir no e-mail: juridico.feraesp@gmail.com. Assis/SP, 01 de abril de 2024. **Jotalune Dias dos Santos -** Presidente da FERAESP.

INÊS 249

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ, Secretário de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **HOMOLOGA** a Empresa **WENDELI DE CAMARGO LOPES**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para conclusão da construção da ciclovia que liga o açude municipal ao distrito industrial**, com valor global de **R$ 183.899,90 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)** referente à **Concorrência Pública nº 006/24 – Processo nº 014/24.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ, Secretário de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **ADJUDICA** a Empresa **WENDELI DE CAMARGO LOPES**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para conclusão da construção da ciclovia que liga o açude municipal ao distrito industrial**, com valor global de **R$ 183.899,90 (cento e oitenta e três mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)** referente à **Concorrência Pública nº 006/24 – Processo nº 014/24.**

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21ª REGIÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO No 90005/2024 - UASG 80021

O TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 21a REGIÃO torna público para o conhecimento dos interessados que realizará, licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo MENOR PREÇO, nos termos da Lei no 14.133, de 2021. Objeto: **Contratação de solução de telefonia IP virtualizada, baseada em software livre (Asterisk) e componentes complementares, tais como, sistema de provisionamento de terminais IP (Telefones IP), sistema de relatórios de gestão (BI para telefonia), para atender às unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 21a Região.** Edital disponível a partir de: 02/04/2024 assim como a entrega das Propostas no site **www.gov.br/compras.** Abertura das Propostas: 16/04/2024 às 10h00 no site **www.gov.br/compras.** O edital também poderá ser acessado pelo site: **www.trt21.jus.br**, em "Transparência - Contas Públicas - Licitações". NATALI LOURENÇO DE ALMEIDA - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE HOLAMBRA

Aviso de ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - Extrato - Pregão Eletrônico nº 005/2024. Diante da Adjudicação e decorrido o prazo recursal sem a interposição de nenhum recurso, a Prefeitura Municipal de Holambra comunica a HOMOLOGAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 005/2024 cujo o objeto: AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO CAÇAMBA BASCULANTE, TOCO, NOVO, ZERO QUILÔMETRO. Adjudicou e homologou o item 01 do Pregão, por ter apresentado o menor preço global, a empresa "RODONAVES CAMINHÕES COMERCIO E SERVIÇOS LTDA" - R$ 469.000,00 (Quatrocentos e sessenta e nove mil reais). Holambra, 01 de abril de 2024.Fernando Capato. Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS PAULISTA

Alteração do Edital – Pregão Eletrônico nº 90018/2024 – Processo nº 028/2024

A Prefeitura Municipal de Lençóis Paulista torna público que o edital do processo mencionado acima, cujo objeto é o registro de preços para aquisição de mudas e insumos para jardinagem foi **ALTERADO** – O edital encontra-se disponível no site www.lencoispaulista.sp.gov.br e no portal de Compras do Governo Federal www.comprasgovernamentais.gov.br – Informações: Praça das Palmeiras nº 55, Lençóis Paulista, Fone: (14) 3269.7071/3269.7088. Lençóis Paulista, 01 de abril de 2024. LUIZ FERNANDO DE CAMPOS – Secretário de Suprimentos e Licitações.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERQUEIRA CÉSAR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ, Secretário de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **HOMOLOGA** a Empresa **AVANTE PAVIMENTAÇÃO LTDA**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para recapeamento asfáltico das Ruas: Bromélias, Candeias, Alameda das Tulipas, Azaleias, Petúnias e Violetas**, com valor global de **R$ 413.871,14 (quatrocentos e treze mil, oitocentos e setenta e um reais e quatorze centavos)** referente à **Concorrência Pública nº 004/24 – Processo nº 012/24.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

JOSÉ VANDES DOMINGUES VAZ, Secretário de Obras, Serviços e Infraestrutura, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Decreto Municipal nº 4.307/19, e em conformidade com o disposto no artigo 71, inciso IV da Lei Federal nº 14.133/21, **ADJUDICA** a Empresa **AVANTE PAVIMENTAÇÃO LTDA**, cujo objeto é a **contratação de empresa com fornecimento de mão-de-obra, equipamentos e materiais para recapeamento asfáltico das Ruas: Bromélias, Candeias, Alameda das Tulipas, Azaleias, Petúnias e Violetas**, com valor global de **R$ 413.871,14 (quatrocentos e treze mil, oitocentos e setenta e um reais e quatorze centavos)** referente à **Concorrência Pública nº 004/24 – Processo nº 012/24.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2024 - PROCESSO Nº 1179/2024
TIPO: Menor Valor GLobal

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 032/2024**. Objeto: Registro de Preços, **visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de limpeza, higienização e desinfecção dos reservatórios de abastecimento de água para a Municipalidade de Santo Antônio de Posse, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital.** A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **17 de abril de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 02 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 01 de abril de 2024.
Alice Bortolotto Valsechi - Secretária de Saneamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2024. SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **CRUZ & PONTES LTDA, CNPJ Nº 05.359.854/0001-82,** LOCALIZADA CHÁCARA SANTA TEREZINHA, S/N, ÁGUA DA FORMIGA, MARACAÍ/SP, CEP 19.840-000, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARNES E EMBUTIDOS (MERENDA ESCOLAR) EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 21/02/2024. CRUZ & PONTES LTDA - Itens: 6, 7, 12- R$66.817,00.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Pelo presente edital, a Diretoria do **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Farmacêuticas e da Fabricação de Álcool, Etanol, Bioetanol e Biocombustível de Araçatuba e Região-SP**, convoca os trabalhadores, associados ou não, das **Empresas Farmacêuticas** sediadas nos seguintes municípios do Estado de São Paulo: Alto Alegre, Andradina, Aparecida D'Oeste, Araçatuba, Auriflama, Avanhandava, Barbosa, Bento de Abreu, Bilac, Birigui, Braúna, Brejo Alegre, Buritama, Cafelândia, Castilho, Clementina, Coroados, Gabriel Monteiro, Gastão Vidigal, General Salgado, Getulina, Glicério, Guaiçara, Guaraçai, Guararapes, Guzolândia, Ilha Solteira, Itapura, Lavínia, Lins, Lourdes, Luiziânia, Magda, Mirandópolis, Murutinga do Sul, Nova Castilho, Nova Independência, Nova Luzitânia, Penápolis, Pereira Barreto, Piacatu, Planalto, Promissão, Queiroz, Rubiácea, Sabino, Santo Antônio do Aracanguá, Santópolis do Aguapei, São João de Iracema, Sud-Mennucci, Suzanápolis, Valparaíso e Zacarias, para se reunirem em **ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, que se realizará as 16h00min do dia 04 de abril de 2.024 (quinta-feira), em sua sede social, sita a Rua Prof.ª Chiquita Fernandes nº 09, Vila São Paulo, na cidade de Araçatuba-SP**, para deliberarem a seguinte ordem do dia: A) Apreciação e deliberação sobre a proposta das empresas relativas a Convenção Coletiva de Trabalho do Setor Farmacêutico para o período 2024/2025; B) Outorga de poderes à entidade sindical, por seus representantes legais em exercício a assinar à respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, ou a quem a mesma delegar poderes; C) Posicionamento da categoria sobre greve geral, no caso de as negociações não chegarem a entendimentos amigáveis. Não havendo número suficiente e estatutário para a realização da Assembleia em primeira convocação, no horário supra mencionado, a mesma será realizada uma hora após, no mesmo dia e local, com qualquer número de trabalhadores presentes, para os efeitos de direito. Araçatuba-SP, 01 de abril de 2.024. **José Roberto da Cunha -** Diretor Presidente.

Prefeitura da Estância Turística de Salto

Tomada de Preços nº 18/2023 - Processo Administrativo nº 11272/2023
Julgamento de Proposta

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para execução de serviços de revitalização do Complexo da Cachoeira e entorno – Etapa II, no município de Salto/SP, com o fornecimento de todo material, mão de obra e equipamentos necessários para a realização do objeto, de acordo com o Memorial Descritivo, Cronograma Físico Financeiro, Planilha Orçamentaria e os Projetos anexos ao edital, a cargo da Secretaria de Administração e Governo Digital. A Comissão Permanente de Licitação declara **VENCEDORA** do presente certame a concorrente JEA Construtora e Incorporadora Ltda, no valor global da contratação de R$ 1.246.871,79 (um milhão, duzentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), **CLASSIFICA** as concorrentes Pilar Construtora Ltda, Revide Serviços Técnicos de Engenharia Ltda e Construdaher Construções Ltda com o segundo, terceiro e quarto melhores preços respectivamente e **DESCLASSIFICA** a concorrente M&G Empreendimentos Ltda, pelo não atendimento ao item 10.1.1.1 com a apresentação de quantitativo zerado no item 4.4.4 da planilha orçamentária. Nos termos do art. 109, I "b" da Lei 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias úteis, para eventuais interposições de recursos.

Salto (SP), 01 de abril de 2024.
Ingrid Franciele da Silva - Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 02/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA REFORMA DE PARTE DO TELHADO DO PRÉDIO PÚBLICO LOCALIZADO NA RUA MÉXICO, Nº 63, CENTRO, ONDE SERÁ ACOMODADO OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL PROF.ª GENY BARBOSA GENOVEZ, TENDO EM VISTA QUE A MESMA SE ENCONTRA EM REFORMA. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 10/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso VIII do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: ADAMI & MARQUES LTDA.-ME no valor de R$ 35.457,05(Trinta e Cinco Mil, Quatrocentos e Cinqüenta e Sete Reais e Cinco Centavos). Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 24 de Janeiro de 2024.

SINDICATO DOS PROFESSORES DE SÃO PAULO

ASSEMBLEIA GERAL

O Presidente do Sindicato dos Professores de São Paulo, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.270.172/0001-53, sito à Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-000 no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca as Professoras, Professores e Técnicas e Técnicos de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, na base territorial do município de São Paulo/SP, para a Assembleia Geral que se realizará no dia 10 de abril de 2024, às 09h00min, em primeira convocação com o quórum estatutário de presentes, ou às 09h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, a ocorrer na Rua Borges Lagoa, 208, Vila Clementino, São Paulo/SP, CEP: 04.038-000, sendo necessário o cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador ou trabalhadora no SESI-SP e no SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://www.sinprosp.org.br/assembleia/sesisenai. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

São Paulo, 02 de abril de 2024.
Celso Napolitano - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2024. SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **CONSILL COMÉRCIO LTDA, CNPJ Nº 52.855.300/0001-56,** LOCALIZADA NA RUA BRASIL, Nº 215, CENTRO, DRACENA/SP, CEP 17.900-26, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARNES E EMBUTIDOS (MERENDA ESCOLAR) EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 21/02/2024. CONSILL COMERCIO LTDA - Itens: 8, 10- R$42.000,00.

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

Ana Claudia Carolina Campos Frazão, Leiloeira inscrita na JUCESP sob o nº 836, com escritório Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de bem imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10177679405, no qual figura como **Fiduciantes YASMINY KAROLINY SEABRA DE SOUZA FLORENZANO,** brasileira, administradora, RG nº 42.859.167-X-SP, CPF nº 231.689.248-57, e seu cônjuge **LUCAS RIBEIRO DE OLIVEIRA**, brasileiro, representante comercial, RG nº 43.484.594-SP, CPF nº 351.885.188-80, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes e domiciliados em Araçatuba/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 26/04/2024 às 16h00min, à Rua Hipódromo, 1141, sala 66, Mooca, São Paulo/SP**, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 900.000,00** (novecentos mil reais)**, o imóvel objeto da matrícula nº 97.459 do Oficial de Registro de Imóveis de Araçatuba/SP**, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário constituído por: "*Prédio residencial (padrão normal, R1) nº 26 da Rua dos Carvalhos, com a área construída de 180,29 m² (AV.03), e seu respectivo terreno descrito na matrícula como: Lote de terreno sob nº 20 da quadra "C", situado na Rua dos Carvalhos, esquina com a Rua das Magnólias, no loteamento denominado "Residencial Mansour", nesta cidade, município e comarca de Araçatuba, Estado de São Paulo, medindo 4,00m de frente + 14,14m em curva com raio de 9,00m, confrontando com a referida Rua dos Carvalhos; pelo lado direito de quem da rua olha para o terreno, mede 16,00m confrontando com a Rua das Magnólias; pelo lado esquerdo mede 25,00m confrontando com o lote nº 21; e, nos fundos mede 13,00m confrontando com o lote nº 19, todos da mesma quadra; encerrando uma área de 307,62m².*". **Cadastro Municipal:** 2.12.00.04.0013.0315.00.00." **Obs. Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 08/05/2024, às 16h00min,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 805.675,16** (oitocentos e cinco mil seiscentos e setenta e cinco reais e dezesseis centavos). Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.FrazaoLeiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.FrazaoLeiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.FrazaoLeiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. (HP-2643-02)

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ESTABELECIMENTOS DE ENSINO E EDUCAÇÃO DE RIO CLARO E REGIÕES - SINTEEE-RC E REGIÕES

ASSEMBLEIA GERAL REMOTA

A Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino e Educação de Rio Claro e Regiões - SINTEEE-RC e Regiões, inscrito no CNPJ sob o nº 55.360.846/0001-24, com sede à Avenida 2, 453, Centro, Rio Claro/SP, CEP: 13.500-410, no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todos os Professores, Professoras e Técnicos e Técnicas de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP, sindicalizados ou não, nos municípios de Batatais, Brotas, Charqueada, Cordeirópolis, Ipeúna, Iracemápolis, Rio Claro, Santa Gertrudes, Santa Rita do Passa Quatro e São José do Rio Pardo, para a Assembleia Geral Remota que se realizará no dia 10 de abril de 2024, às 10h30min, em primeira convocação ou às 11h30min, em segunda convocação, com qualquer número de trabalhadoras e trabalhadores presentes, por meio da plataforma remota Zoom, cujo link para acesso será encaminhado aos Professores, Professoras e Técnicos e Técnicas de Ensino mediante cadastro comprobatório de sua condição de trabalhador no SESI-SP e no SENAI-SP, na base territorial do Sindicato, no seguinte endereço eletrônico: https://us02web.zoom.us/meeting/register/tZEkf-usqzMoHt1nXbA9BMXLt0cO1VlVa2eX impreterivelmente até às 08h30min da data de realização, acima referida. A assembleia convocada nos termos e condições estabelecidas no presente edital tem a finalidade de discutir e deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

A. Análise de eventual contraproposta patronal;
B. Continuidade da Campanha Salarial: mobilização e formas de luta; e
C. Autorizar eventual instauração de Dissídio Coletivo.

Rio Claro, 02 de abril de 2024.
Juliana Silva Sampaio de Lima
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 06/2024 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/2024. Por este instrumento, de um lado, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP**, com sede nesta cidade, na Rua Julio Cantadori, 405, Centro, 17.931-000, Tupi Paulista-SP, inscrita no CNPJ nº 46.465.126/0001-32, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **DIFUSORAS ALIADAS DA ALTA PAULISTA LTDA** inscrita no CNPJ/MF sob o nº **45.922.788/0001-21**, sediada na Rua Duque de Caxias, 986, fundos – Centro Tupi Paulista – SP, CEP: 17.930-000, doravante denominada CONTRATADA, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RÁDIO, ATRAVÉS DE INSERÇÕES PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Valor Total **R$ 14.052,50(Quatorze Mil e Cinqüenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos).** O contrato terá vigência de 12 meses a contar da data de assinatura em 16 de fevereiro de 2024.

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA SOCIEDADE AMIGOS DA URBANIZAÇÃO SERRA DOS CRISTAIS QUE SE REALIZARÁ NO PRÓXIMO DIA 13/04/2024

PREZADOS ASSOCIADOS:

Pela presente ficam, V.Sas. convocados para participarem da Assembleia Geral Ordinária da Sociedade Amigos da Urbanização Serra dos Cristais, que se realizará no próximo dia **13/04/2024** (treze de abril do ano de dois mil e vinte e quatro), na Àrea de Lazer, sito à Rodovia Anhanguera, Km 45,5 – Cajamar/SP, às **09h30min** em primeira convocação, sendo necessário a presença de um número mínimo de 50% dos associados e às **10h00min** em segunda e última convocação, com a presença de qualquer número de associados, a fim de deliberarmos sobre:

1. **Aprovação das contas do ano de 2023;**
2. **Eleição de membros da Diretoria, Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal;**
3. **Deliberação/Aprovação da previsão orçamentária para o exercício 2024 com a definição do valor da taxa associativa/manutenção, previsão e respectiva taxa de investimentos para obras de melhorias e redefinição de valor mínimo à ser mantido como reserva financeira da SAUSC;**

Obs.: Os associados que se encontram em débito com a Sociedade Amigos daUrbanização Serra dos Cristais estão impedidos de votar e participar da Assembleia, conforme art. 51 do Estatuto.

Os associados poderão fazer-se representar na Assembleia Geral por procurador, com poderes gerais e bastante para, legalmente, praticar os atos necessários e contrair obrigações. O mandatário somente poderá representar um único outorgante, sendo vedada a representação de outros associados, conforme art. 49 e Parágrafo Único do Estatuto.

Solicitamos que todos os associados mantenham os seus dados cadastrais atualizados, através do e-mail: adm@sausc.com.br

Cajamar, 28 de março de 2024
Roger Miotto Presidente - Assinatura no Original

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS E GESTÃO DE ATIVOS – SENAD
EDITAL DO LEILÃO Nº 02 – CONTRATO Nº 74/2021/SP – BENS MÓVEIS
ALIENAÇÕES DEFINITIVAS – TRÁFICO DE DROGAS

A Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas e Gestão de Ativos – SENAD, c/ apoio da Estrutura Organizacional da Comissão da Polícia Civil do Estado de São Paulo, torna público, **Leilão, dia 29/04/24, horário: Bens Anexo I (outros crimes), c/ 1º encerr. a partir das 13h,** (p/ lances iguais/sup. a avaliação); e **2º encerr. a partir das 14h** (lances não inf. a 80% da avaliação); **Bens Anexo II, c/ encerr. a partir das 14h**; p/ site **www.gilsonleiloes.com.br. Proc.: 08129.010911/2021-43.** Leiloeiro: **GILSON KENITI INUMARU**, p/ força do **contrato nº 74/2021/SP**. Interessados devem se cadastrar no site supra c/ 48h de antecedência do leilão. Os bens serão leiloados c/ se encontram, s/ garantia. O Leiloeiro, SENAD e CPAAB/SP não se responsabilizam p/ eventuais erros tipográficos que venham ocorrer neste edital, sendo de inteira responsabilidade do arrematante verificar o estado de conservação dos bens e suas especificações. No ato de arrematação, p/ cada lote, p/ lance virtual, será enviado informações p/ e-mail para pagamento do valor total da arrematação do lote, acrescido de 5% correspondente à comissão do Leiloeiro. A descrição dos bens se sujeita a esclarecimentos no curso do leilão p/ eliminação de distorções, acaso verificadas. Informações adicionais serão prestadas pelo Leiloeiro Púb. Of., pelo e-mail contato@gilsonleiloes.com.br e tel.: 0800-707-9339. **O presente edital, bem como seus anexos, encontram-se disponíveis na íntegra no site supramencionado.** Em, 22/03/24.

Comissão Permanente de Avaliação e Alienação de Bens do Estado de São Paulo
Resolução SSP nº 66/2023
Edson Luiz Marino – Integrante da Unidade de Controle de Leilões dos Bens Alienados

= Leilão de Alienação Fiduciária =

1 Leilão: (Quinze de Abril de dois mil e vinte e quatro às dez horas); 2 Leilão (Dezoito de Abril de dois mil e vinte e quatro às dez horas) - Horários de Brasília.

JONAS COIMBRA, Leiloeiro Oficial, JUCESP nº 1228, com escritório na Rua Marechal Bittencourt nº-1089-F, Vila Nova, Jaú/SP CEP 17202-160 **FAZ SABER** a todos quando o presente **EDITAL** virem ou dele conhecimento tiver que levará a **PUBLICO LEILÃO**, de modo online, nos termos da Lei 9.514/97, art. º27 e parágrafos, autorizado pelo **credor fiduciário** FATO JAU I EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SPE LTDA, 20.593.514/0001-05, nos termos do instrumento particular firmado em 24/07/2020 com os devedores fiduciantes **CARLOS ALESSANDRO GASPAROTTO, CPF 222.296.138-63, RG 30.833.780 SSP/SP,** residentes e domiciliados na cidade de Jaú/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO** 15/04/2024 ás 10 hs com lance mínimo igual ou superior **R$ 285.162,51 (Duzentos e oitenta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e um centavos)** - atualizando conforme disposição contratual, **UM LOTE DE TERRENO**, de nº 45, quadra 25 (Atual Rua José de Campos Fadin), com área total de 257,62 M², melhor descrito na matricula de nº 74.804 do Primeiro Oficial de Registro de Imóveis, Tìtulo e Documentos, Civil de Pessoa Jurídica e Primeiro Tabelião de Protesto de Letras e Títulos de Jaú. Cadastro Municipal 06.1.16.62.0450.000.00, sem benfeitoria, Desocupado, Venda em caracter ad corpus e no estado de conservação que se encontra. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **SEGUNDO LEILÃO** 18/04/2024 ás 10 hs com lance mínimo igual ou superior **R$ 182.506,81 (Cento e oitenta e dois mil, quinhentos e seis reais e oitenta e um centavos)** nos termos do art.º27 §2 da Lei 9.514/97). Os interessados em participar deverão se **cadastrar na loja Coimbra Leilões** (www.coimbraleiloes.com.br), se habilitar com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas de inicio do leilão. Forma de pagamento e demais condições de venda, VEJA A INTEGRA DESTE EDITAL NA LOJA COIMBRA LEILOES. Informações: 14-3418-5420/contato@coimbraleiloes.com.br

Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Sindicato **dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 6012175387/0001-87, registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 02.742.286.565-8, com sede em Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as **Professoras, Professores e Técnicas e Técnicos de Ensino empregados no SESI-SP e no SENAI-SP da rede privada de ensino**, sindicalizados ou não, nos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 06 de Abril de 2024, às 08 horas e 30 minutos**, em primeira convocação com o quórum estatutário, e **às 09 horas**, em segunda convocação com a maioria simples dos presentes de acordo com o disposto na Seção I - Da Assembleia Geral, artigos 12 a 21 do estatuto desta entidade, na Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Contribuição assistencial

Sorocaba, 06 de abril de 2024.

Mara Kitamura
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE

Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 039/2024 - PROCESSO Nº 1289/2024
TIPO: Menor Valor Global

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 039/2024**. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO PARQUE GUADALUPE - FASE 2, DE ACORDO COM O ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DEMAIS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL.** A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **17 de abril de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 02 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 02 de abril de 2024.
Leticia Granzier Secchinatto - Pregoeira

Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Sindicato **dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 6012175387/0001-87, registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 02.742.286.565-8, com sede em Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as **Professoras e todos os Professores que lecionam no Ensino Superior (Centro Universitário) do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**, sindicalizados ou não, nos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 06 de Abril de 2024, às 09 horas**, em primeira convocação com o quórum estatutário, e **às 09 horas e 30 minutos**, em segunda convocação com a maioria simples dos presentes de acordo com o disposto na Seção I - Da Assembleia Geral, artigos 12 a 21 do estatuto desta entidade, na Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Contribuição assistencial

Sorocaba, 06 de abril de 2024.

Mara Kitamura
Presidente

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA

CNPJ (MF) nº 45.164.654/0001-99

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO FEV Nº 002/2024
EDITAL DE PREGÃO FEV Nº 002/2024 - (REGISTRO DE PREÇOS)

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de aparelhos de ar condicionado,** por um período de 12 (doze) meses e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme art. 84 da Lei Federal nº 14.133/21, consoante especificações constantes no Edital de Pregão FEV nº 002/2024 e seus Anexos. **MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO (ITEM). DATA DA REALIZAÇÃO: 16 de abril de 2024. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ELETRÔNICAS: a partir do dia 02 de abril de 2024 ao dia 16 de abril de 2024 às 08h00 (oito horas). INÍCIO DA ETAPA DE LANCES: 16 de abril de 2024 às 08h15 (oito horas e quinze minutos). DOCUMENTAÇÃO:** Os documentos correspondentes às propostas comerciais das empresas interessadas em participar, deverão ser encaminhados para o sistema eletrônico disponível na plataforma: www.bll.org.br, conforme especificado no edital. **INFORMAÇÕES E EDITAL COMPLETO:** O Edital na íntegra encontra-se à disposição dos interessados na Fundação Educacional de Votuporanga – Setor de Compras/Licitação, localizada na Rua Pernambuco, nº 4.196, Centro, em Votuporanga/SP, nos dias úteis no horário das 8:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 17:00 horas, ou, ainda, pelo site www.unifev.edu.br (link: Institucional/Licitações) e www.bll.org.br. Mais informações e/ou esclarecimentos no endereço acima ou pelo telefone (17) 3405-9999 (Ramais 878/829).

Votuporanga/SP, 01 de abril de 2024.
FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE VOTUPORANGA
Douglas José Gianoti - Diretor Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE



Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2024 - PROCESSO Nº 1411/2024
TIPO: Menor Valor por item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 042/2024**. Objeto: *Registro de Preços, aspirando a contratação de uma empresa especializada em prestação de serviço de Locação de Gradil de Proteção e Praticável com montagem e desmontagem, com o intuito de atender as demandas das Secretarias integrantes desta Municipalidade*, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **18 de abril de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 02 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 01 de abril de 2024.
Ana Lucia Lima da Silva - Secretária de Desenvolvimento Social, Cultura e Esporte
Claudia Ap. Pinho Lalla - Secretária Municipal de Saúde
Valeska Elizabeth da Silva Teixeira - Secretária Municipal da Fazenda

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DE POSSE



Estado de São Paulo

PREGÃO ELETRÔNICO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2024 - PROCESSO Nº 1287/2024
TIPO: Menor Valor por Item

A Prefeitura do Município de Santo Antonio de Posse/SP, torna público e para conhecimento dos interessados que se encontra aberto nesta Prefeitura, **Pregão Eletrônico nº 038/2024**. Objeto: *Aquisição de playground e brinquedos de educação infantil para as unidades escolares do Município de Santo Antônio de Posse/SP*, de acordo com o ANEXO I – Termo de Referência e demais condições estabelecidas neste edital. A data da sessão pública para a disputa de preços se dará no dia **16 de abril de 2024, às 09:00 horas**, no site da BBM Net www.novobbmnet.com.br. EDITAL na íntegra: à disposição dos interessados no Paço Municipal da Prefeitura de Santo Antônio de Posse, situado na Praça Chafia Chaib Baracat, nº 351, Vila Esperança em Santo Antônio de Posse - SP, CEP 13.831-024, ou nos sites www.pmsaposse.sp.gov.br e www.novobbmnet.com.br onde os interessados poderão retirá-lo a partir das 08:00 horas do dia 02 de abril de 2024.

Publique-se
Santo Antônio de Posse, 01 de abril de 2024.
Claudia Ap. Pinho Lalla - Secretária Municipal de Saúde

Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Sindicato **dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 6012175387/0001-87, registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 02.742.286.565-8, com sede em Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas as **Professoras e todos os Professores que lecionam no Ensino Superior (Centro Universitário) do SENAC São Paulo - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial**, sindicalizados ou não, nos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 06 de Abril de 2024, às 09 horas**, em primeira convocação com o quórum estatutário, e **às 09 horas e 30 minutos**, em segunda convocação com a maioria simples dos presentes de acordo com o disposto na Seção I - Da Assembleia Geral, artigos 12 a 21 do estatuto desta entidade, na Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Contribuição assistencial

Sorocaba, 06 de abril de 2024.



Mara Kitamura
Presidente

Sindicato dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Sindicato **dos Professores de Sorocaba e Região – SINPRO SOROCABA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 6012175387/0001-87, registrado no CNES do M.T.E, Registro Sindical nº 02.742.286.565-8, com sede em Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP no uso dos poderes que lhe são conferidos pelo Estatuto Social, convoca todas os **Professoras e todos os Professores empregados em Instituições de Ensino Superior da rede privada ensino**, sindicalizados ou não, nos municípios de Alambari, Alumínio, Angatuba, Apiaí, Araçariguama, Araçoiaba da Serra, Barão de Antonina, Barra do Chapéu, Bofete, Bom Sucesso de Itararé, Buri, Campina do Monte Alegre, Capão Bonito, Capela do Alto, Cesário Lange, Conchas, Coronel Macedo, Guapiara, Guareí, Ibiúna, Iperó, Itaberá, Itaí, Itaóca, Itapetininga, Itapeva, Itapirapuã Paulista, Itaporanga, Itararé, Mairinque, Nova Campina, Paranapanema, Piedade, Pilar do Sul, Porangaba, Quadra, Ribeira, Ribeirão Branco, Ribeirão Grande, Riversul, Salto de Pirapora, São Miguel Arcanjo, São Roque, Sarapuí, Sorocaba, Tapiraí, Taquaritinga, Taquarivaí, Tatuí, Torre de Pedra, Vargem Grande Paulista e Votorantim, base territorial deste Sindicato, para a Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 06 de Abril de 2024, às 10 horas e 30 minutos**, em primeira convocação com o quórum estatutário, e **às 11 horas**, em segunda convocação com a maioria simples dos presentes de acordo com o disposto na Seção I - Da Assembleia Geral, artigos 12 a 21 do estatuto desta entidade, na Rua Francisco Ferreira Leão, 90, Vila Leão, Sorocaba/SP, para discussão e deliberação da seguinte ordem do dia:

A) Contribuição assistencial

Sorocaba, 06 de abril de 2024.

Mara Kitamura
Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 024/2024
COMPRASNET Nº. 90024/2024
PROCESSO Nº 84/2024

DATA DE REALIZAÇÃO: 17 de abril de 2024. HORÁRIO: 08h30 (oito horas e trinta minutos). LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DE PREGÃO: Portal de Compras do Governo Federal - www.comprasgovernamentais.gov.br. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item. MODO DE DISPUTA: Aberto. OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS RADIOLÓGICOS PARA A UPA - UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE FERNANDÓPOLIS-SP, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES". Classificada em itens, conforme especificações e quantidades constantes no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico n.º 24/2024. LEGISLAÇÃO: Lei nº 14. 133, de 01º de abril de 2021, e, suas alterações, bem como aplicação das exigências estabelecidas no instrumento convocatório. DO CREDENCIAMENTO: O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil. ÍNTEGRA DO EDITAL: Está à disposição de todos quantos possam interessar junto à Secretaria Municipal de Gestão, de Segunda-Feira à Sexta-Feira, no horário das 08h00 às 17h00, no endereço acima mencionado e no site: www.fernandopolis.sp.gov.br.

Fernandópolis/SP, 01 de abril de 2024.
ANDRÉ GIOVANNI PESSUTO CÂNDIDO
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS / SP

Aviso de DISPENSA ELETRÔNICA 026/2024
COMPRASNET Nº. 90026

CONTRATANTE (UASG): PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDÓPOLIS (986411). OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM HIGIENIZAÇÃO E LIMPEZA DE POLTRONAS, CARPETES E CORTINAS PARA O TEATRO MUNICIPAL "MERCIOL VISCARDI" PARA A CONSERVAÇÃO E DURABILIDADE DAS MESMAS". VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 9.340,00 (nove mil, trezentos e quarenta reais). PERÍODO DE PROPOSTAS: De 02/04/2024 às 8h Até 04/04/2024 às 17h. PERÍODO DE LANCES: De 05/04/2024 às 8h Até 05/04/2024 às 14h. PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: SIM

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTEIRO LOBATO

RETIFICAÇÃO - CONCORRÊNCIA Nº 001/2024 – ABERTURA DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Monteiro Lobato, torna público aos interessados que está aberta licitação na modalidade Concorrência nº 001/2024 para **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DO PARQUE FASE 2."**. Início da Sessão de Disputa de Preços: às **10h00** do dia **17/04/2024**. Local: www.bllcompras.org.br. O Edital completo à disposição dos interessados no endereço eletrônico: www.monteirolobato.sp.gov.br. Maiores informações pelo e-mail: licitacao@monteirolobato.sp.gov.br ou no Paço Municipal, sito à Praça Dep. A. S. Cunha Bueno, nº 180, Centro, Monteiro Lobato/SP. **EDMAR JOSE DE ARAUJO - Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO, VEM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR **A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2024 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2024, CUJO OBJETO É** SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARNES E EMBUTIDOS (MERENDA ESCOLAR) E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. **SENDO A (S) SEGUINTE (S) EMPRESA (S) E VALORES:**MV COBRANCA E ALIMENTOS LTDA - Item: 1- R$49.612,50/ SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Itens: 2, 3, 4, 5, 9, 13- R$181.637,50/ CRUZ & PONTES LTDA - Itens: 6, 7, 12- R$66.817,00 /CONSILL COMERCIO LTDA - Itens: 8, 10- R$42.000,00.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JANDIRA

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/24 - Processo nº 1667/2024

Objeto: Implantação de registro de preços para aquisição de materiais destinados à execução de oficinas socioeducativas e cursos voltados para a qualificação profissional desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Jandira. A Prefeitura do Município de Jandira torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, por intermédio da "Bolsa Brasileira de Mercadorias" - BBMNET - sitio https://novobbmnet.com.br, estando a abertura da sessão agendada para o dia 15/04/2024 às 09h00min. O Edital e seus anexos estão disponíveis em www.novobbmnetlicitacoes.com.br e www.jandira.sp.gov.br - aba transparência. As informações poderão ser obtidas pelo e-mail licitacoes@jandira.sp.gov.br. Informações: (11) 4619-8717.

Ana Talita A. Santana - Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUD MENNUCCI

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2024 PROCESSO Nº 12/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE GENEROS ALIMENTICIOS. Abertura dia: 15 de abril de 2024. O Edital estará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 2 de abril de 2024. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 01 de abril de 2024. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

Concorrência Eletrônica nº 3/2024 Processo nº 11/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXECUÇÃO DE PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PARQUE "RECANTO DAS ÁGUAS" 3ª ETAPA. Abertura dia: 17 de abril de 2024. O Edital estará disponível no site www.sudmennucci.sp.gov.br a partir do dia 02 de abril de 2024. Mais informações pelo fone (18) 3786-9600/9613. Sud Mennucci - SP, 01 de abril de 2024. JOSÉ URBINO DOS SANTOS NETO - PREFEITO MUNICIPAL

Associação dos Agentes Policiais Civis do Estado de São Paulo
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Em conformidade com o art. 62 do Estatuto Social desta Entidade de Classe, ficam os Senhores Associados e Diretores da Associação dos Agentes Policiais Civis do Estado de São Paulo – AGEPOL, convocados para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 22 de abril de 2024, com início às 10h na sua Sede Social à Avenida Cásper Líbero, 58, 7º Andar, Capital, a fim de tratar da seguinte ORDEM DO DIA: Reajuste do prêmio do seguro de vida em grupo visando o reequilíbrio da respetiva apólice coletiva. São Paulo, 1 de abril de 2024.

Nelson de Jesus Leone – Presidente

Conselho Regional de Química - IV Região

AVISO DE LICITAÇÃO

Conselho Regional de Química - IV Região torna público o Pregão Eletrônico 90005 - CRQ-IV/SP 02/24 - Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos mensal e sob demanda para transporte de empregados e diretoria do CRQ-IV/SP, em deslocamentos realizados nas rodovias Estaduais e Federais dentro do Estado de São Paulo, por um período de 36 (trinta e seis) meses, nos termos e exigências estabelecidas no edital. Data de realização do certame: 16/04/2024 às 9h, no Portal de Compras do Governo Federal - www.gov.br/compras. O edital encontra-se disponível nos sites www.gov.br/compras e www.crqsp.org.br/licitacoes/

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **PERCIO MAKOTO KAMIJO JUNIOR - ME, CNPJ Nº 17.489.222/0001-12,** LOCALIZADA NA RUA YSSAMU YUBA, Nº 421, BAIRRO PRIMEIRA ALIANÇA, MIRANDÓPOLIS – SP, CEP 16.800-973, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MERENDA ESCOLAR - GENEROS ALIMENTICIOS E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 20/03/2024. PERCIO MAKOTO TOORU KAMIJO JUNIOR - Itens: 3, 4, 5, 6, 12, 13, 18, 25, 27, 32, 37, 41, 43, 62, 63, 70, 71- R$ 37.033,20.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa **SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 52.623.948/0001-05,** LOCALIZADA NA AV. DMINGOS FERREIRA DE MEDEIROS, Nº 2076, RESIDENCIAL PQ. DOS GIRASSOIS, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, CEP 19.062-336, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO É AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE GENEROS PARA SERVIR CAFÉ DA MANHA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 04/03/2024. SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Itens: 2, 3- R$48.070,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 14/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E CONSULTORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERALIZAÇÃO DOS MEIOS PARA GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA, ASSIM COMO, ACOMPANHAMENTO DE TODA EXECUÇÃO DO PROCEDIMENTO ATÉ A PRESTAÇÃO DE CONTAS. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 64/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA** no valor de **R$ 21.336,00(Vinte e Um Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais).** Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 25 de Março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SORETTO DO BRASIL LTDA, CNPJ Nº 41.955.367/0001-46,** LOCALIZADA NA Rua Bela Vista Nº 191, Centro, Canaã – MG, CEP 36592-000, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MERENDA ESCOLAR - GENEROS ALIMENTICIOS E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 20/03/2024. COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SORETTO DO BRASIL LTDA - Itens: 1, 7, 11, 59, 65- R$ 22.800,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE AVAÍ

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2024 – RETIFICAÇÃO DO EDITAL Nº 002/2024
PROCESSO Nº 015/2024 – TIPO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES DA TABELA CMED/ANVISA (TABELA VIGENTE) DE A a Z, CONSIDERANDO O MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO PARA O PODER PÚBLICO, CONFORME SOBRE A TABELA, conforme especificações constantes no Anexo I do edital. DATA DA REALIZAÇÃO: 16/04/2024. HORÁRIO DE INÍCIO DA SESSÃO: 10h00min. LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO: Sala da Comissão de Licitações – Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1134. A sessão será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio. Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão de processamento logo após o credenciamento dos interessados. **ESCLARECIMENTOS: Seção de Licitações**, localizada na Praça Major Gasparino de Quadros nº 460 – Centro – CEP 16.680-000 – Telefone (14) 3287-1151, (14) 3287-1234 e-mail: licitacao@avai.sp.gov.br. Os esclarecimentos prestados serão disponibilizados na página da Internet: www.avai.sp.gov.br.

AVAÍ, SEGUNDA-FEIRA, 01 DE ABRIL DE 2024.
HELLEN FERNANDES RODRIGUES COELHO - PREFEITA MUNICIPAL DE AVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **VITANUTRI ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 27.777.063/0001-05,** LOCALIZADA NA Avenida Fernando Costa Nº 999, Centro, Dracena – SP, CEP 17.900-000, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MERENDA ESCOLAR - GENEROS ALIMENTICIOS E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 20/03/2024. VITANUTRI ALIMENTOS EIRELI EPP - Itens: 42, 50- R$27.715,00.

HOSPITAL INFANTIL CÂNDIDO FONTOURA
ABERTURA -

PREGÃO ELETRÔNICO:001/2024
PROCESSO: SEI: 024.00028271/24-28
OBJETO:AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO - LUVAS CIRÚRGICAS
COMUNICAMOS AOS INTERESSADOS QUE ENCONTRA-SE ABERTO O PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024 DO TIPO MENOR PREÇO, CUJA DATA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ DIA 16/04/2024 ÀS 09:00HS, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.COMPRAS.SP.GOV.BR

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 08/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2024, CUJO OBJETO É contratação de empresa especializada para prestação de serviços de abrigamento de pessoas com idade superior a 60 anos em situação de vulnerabilidade, conforme decisão judicial proc. 1500078-09.2024.8.26.0638, em favor da Srª Lourdes de Souza. SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA E A CONTRATADA A **EMPRESA CASA DE REPOUSO MARIANA RAMOS**, entidade particular sediada Praça Rotary, 144, Jardim América, na cidade de Dracena, Estado de São Paulo, inscrita no **CNPJ/MF sob número 33.243.005/0001-02, PELO VALOR TOTAL DE R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).**, COM PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DE 07/03/2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 13/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS PARA O MUNICÍPIO, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA POR UM PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME O TERMO DE REFERÊNCIA. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 63/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **GRÁFICA E EDITORA TUPI LTDA** no valor de **R$ 59.840,00(Cinquenta e Nove Mil, Oitocentos e Quarenta Reais).** Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 21 de março de 2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Pelo presente edital, o **Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas e Farmacêuticas de Jundiaí e Região**, com extensão de base em Várzea Paulista, Campo Limpo Paulista, Bragança Paulista, Louveira, Itupeva, Cabreúva e Jarinu, convoca os trabalhadores das indústrias de produtos farmacêuticos, associados ou não, enquadrados no 10º Grupo, do quadro anexo ao artigo 577 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária que se realizará no dia 04/04/2024, às 11:30hs em primeira convocação e às 12:00hs. em segunda convocação, em frente à portaria da empresa VYTTRA DIAGNÓSTICOS – localizada na Av. Radamés Lo Sardo, 222 – São Lourenço e às 13:00hs. em primeira convocação e às 14:00hs. em segunda convocação, em frente à portaria da empresa BIOLAB SANUS FARMACEUTICA LTDA – localizada na Av. Francisco Samuel Luchesi Filho, 1039 – Bairro Penha, ambas na cidade de Bragança Paulista-SP, para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) informes, debate e deliberação sobre as propostas patronal para a Convenção Coletiva da categoria 2024/2025. Não havendo número suficiente de acordo com as normas aplicáveis em primeira convocação nos horários supramencionados, a mesma se realizará no mesmo dia e local com qualquer número de presentes para os efeitos de direito. – **Paulo Sérgio da Silva – Presidente. Jundiaí, 02 de abril de 2024.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 08/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE CLINICA TERAPÊUTICA OU SIMILAR PARA ACOLHIMENTO DE PACIENTE CONFORME DECISÃO JUDICIAL PROC. 1000779-61.20238.26.0638, EM FAVOR DO SR. JOÃO CARLOS BRASSICA, QUE APRESENTA QUADRO DE AGITAÇÃO PSICOMOTORA E INTENSA AGRESSIVIDADE PARA TRATAMENTO ESPECIALIZADO. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 28/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **BEM ME QUER SERVIÇOS LTDA** no valor de **R$ 51.619,20(Cinquenta e Um Mil, Seiscentos e Dezenove Reais e Vinte Centavos).** Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 4 de Março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2024. SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 52.623.948/0001-05,** LOCALIZADA NA AV. DOMINGOS FERREIRA DE MEDEIROS, Nº 2076, RESIDENCIAL PQ. DOS GIRASSOIS, PRESIDENTE PRUDENTE/SP, CEP 19.062-336, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARNES E EMBUTIDOS (MERENDA ESCOLAR) EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 21/02/2024. SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Itens: 2, 3, 4, 5, 9, 13- R$181.637,50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa **CAFÉ DA XÍCARA COMÉRCIO DE PRODUTOS EM GERAL, CNPJ Nº 13.062.218/0001-12,** LOCALIZADA NA AV. NELSON TARNOSHI, Nº 611, CENTRO, FLORIDA PAULISTA/SP, CEP 17.830-000, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO É AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE GENEROS PARA SERVIR CAFÉ DA MANHA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 04/03/2024. CAFE DA XICARA COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA - Item: 1- R$64.800,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO, VEM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2024 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2024, CUJO OBJETO É SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MERENDA ESCOLAR - GENEROS ALIMENTICIOS E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. SENDO A (S) SEGUINTE (S) EMPRESA (S) E VALORES: PERCIO MAKOTO TOORU KAMIJO JUNIOR - Itens: 3, 4, 5, 6, 12, 13, 18, 25, 27, 32, 37, 41, 43, 62, 63, 70, 71- R$ 37.033,20/ VITANUTRI ALIMENTOS EIRELI EPP - Itens: 42, 50- R$27.715,00/ DISTRIBUIDORA RONCATO LTDA - Itens: 44, 46- R$ 43.661,00 /SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Itens: 8, 17, 19, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 48, 60- R$ 145.178,30/ COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTICIOS SORETTO DO BRASIL LTDA - Itens: 1, 7, 11, 59, 65- R$ 22.800,00.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 07/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 08/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2024, CUJO OBJETO É contratação de clinica terapêutica ou similar para acolhimento de paciente conforme decisão judicial proc. 1000779-61.20238.26.0638, em favor do Sr. João Carlos Brassica, que apresenta "quadro de agitação psicomotora e intensa agressividade para tratamento especializado, SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA E A CONTRATADA A **EMPRESA EMPRESA BEM ME QUER SERVIÇOS LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no **CNPJ sob o nº 20.530.265/0001-09**, estabelecida no Município de Osvaldo Cruz, Estado de São Paulo, à Rua Armando Salles De Oliveira, nº 306, Bairro Centro, CEP 17.700-000, **PELO VALOR TOTAL DE R$ 51.619,20 (cinquenta e um mil seiscentos e dezenove reais e vinte centavos)**, COM PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE 12(DOZE) MESES A PARTIR DE 04/03/2024.

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2024

ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL: 017/2024. OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação dos serviços de manutenção nos extintores de incêndio. Os serviços compreendem manutenção de extintores de incêndio níveis 2 e 3 (desmontagem dos equipamentos, inspeção das peças internas, testes de ensaio para verificar se tudo está funcionando normalmente, teste hidrostático, pintura do cilindro e recarga) conforme ABNT e NBR pertinentes aos serviços dessa natureza, conforme termo de referência. MODALIDADE: Pregão Eletrônico. O RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: será das 14h00min horas do dia 02/04/2024 até às 14h00min do dia 15/04/2024 e ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS:no horário as 14h05min do dia 15/04/2024. As empresas interessadas poderão retirar o edital pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4445-9240 ou pelo site www.portaldecomprascaieiras.com.br, no horário das 09:00h às 16:00h. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras, 01 de Abril de 2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

Prefeitura do Município de Caieiras

Secretaria de Administração - Diretoria de Compras

EDITAL DE ABERTURA DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº003/2024.

ÓRGÃO: Município de Caieiras. EDITAL:003/2024. OBJETO:Contratação de empresa especializada no ramo de engenharia e arquitetura, devidamente inscrita no CREA/CAU, dotada de responsável técnico habilitado na mesma condição, para fornecimento de mão de obra e material, visando o Recapeamento, pavimentação asfáltica e sinalização na Rua São Paulo e Rua Santo Antônio, conforme Projeto Básico, Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária e Cronograma Físico-Financeiro. MODALIDADE:Concorrência Pública. INÍCIO DO ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS: às 08h00min do dia 02/04/2024. DATA DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:até às 08h00min do dia16/04/2024. DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 16/04/2024às 08h05min. No Portal de Compras do Município de Caieiras (www.portaldecomprascaieiras.com.br). As empresas interessadas poderão solicitar o envio do Edital via e-mail, bem como ficará disponível na íntegra no Site do Município de Caieiras (www.caieiras.sp.gov.br)no Portal de Transparência no ícone Compras/Licitações/Editais, bem como no www.portaldecomprascaieiras.com.br. Os e-mails para envio do Edital são: licitacoes@caieiras.sp.gov.br ou licitacao.caieiras@gmail.com. Maiores informações pelo telefone 4445-9240, no horário das 09h00min às 16h00min. Não enviamos o edital por fax e/ou correio.

Caieiras,01 de Abrilde 2.024.
SAMUEL BARBIERI PIMENTEL DA SILVA
Departamento de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 09/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE GERADORES DE ENERGIA PARA MANUTENÇÃO DO SOM DAS FESTIVIDADES CÉLEBRE TUPI, QUE SERÃO REALIZADAS NOS DIAS 23, 24 E 25 DE AGOSTO DE 2024. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 42/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **JULIANA FERNANDA GEMENTE THOME** no valor de **R$ 18.500,00(Dezoito Mil e Quinhentos Reais)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 7 de Março de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 07/2024 cujo OBJETO: AQUISIÇÃO DE OVOS DE PÁSCOA DESTINADOS AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ACORDO COM AS ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 26/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **CHOCONTELLI INDUSTRIA E COMÉRCIO DE DOCES LTDA** no valor **R$ 27.000,00(Vinte e Sete Mil Reais).** Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 27 de Fevereiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAMINA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 21/2024 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 32/2024 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2024 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CESSÃO DE DIREITO DE USO DE SOTFWARES (MÓDULOS) DE GESTÃO PÚBLICA, ENVOLVENDO CONVERSÃO, MIGRAÇÃO, IMPLANTAÇÃO DOS MÓDULOS E CAPACITAÇÃO DOS USUÁRIOS NAS ÁREAS ABAIXO, PELO PERÍODO DE 12 MESES, conforme condições editalícias. A sessão pública ocorrerá impreterivelmente no dia 17 de abril de 2024, às 08h, no Paço Municipal, à Rua Dr. Bráulio de Andrade Junqueira, 795 - Centro. O processo físico disponível para qualquer cidadão e a cópia do Edital e anexos estão disponíveis aos interessados para aquisição e consulta, junto ao Setor de Licitações, em horário de expediente, das 08h00min às 17h00min, no mesmo endereço, telefone 0xx16 – 3752 – 7002 e através do site www.aramina.sp.gov.br. Aramina/SP, 01 de abril de 2024. DAGOBERTO ANTONIO RIBEIRO - Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 12/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ABRIGAMENTO DE PESSOAS COM IDADE SUPERIOR A 60 ANOS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE CONFORME DECISÃO JUDICIAL PROC. 1500078-09.2024.8.26.0638, EM FAVOR DA SRª. LOURDES DE SOUZA. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 50/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso VIII do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **CASA DE REPOUSO MARIANA RAMOS LTDA** no valor de **R$ 60.000,00(Sessenta Mil Reais)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 15 de Setembro de 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAREÍ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 03/2024

A Prefeitura Municipal de Guareí torna público que encontra-se aberta licitação modalidade Pregão nº 03/2024, na forma ELETRÔNICA, julgamento através do Menor Preço Global, cujo objeto da presente licitação é o registro de preços para eventual aquisição de gêneros alimentícios perecíveis para merenda escolar, conforme especificações e quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Recebimento de Propostas até 12/04/2024 as 8h30m. Início da Sessão de Disputa de Preços: 12/04/2024 as 9h. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no endereço www.bll.org.br site oficial www.guarei.sp.gov.br ou poderá ser retirado no Setor de Licitações da Prefeitura, localizado no Paço Municipal, Rua Professora Ana Cândida Rolim, nº 46, centro, no horário de expediente de segunda a sexta feira. Maiores informações através do telefone (15) 3258.8300 ou e-mail licitacao@guarei.sp.gov.br. Guareí, 01 de abril de 2024. José Amadeu de Barros – Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR QUE O **EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 08/2024, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2024, PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 37/2024, REALIZADO NO DIA 22 DE MARÇO DE 2024 ÀS 09:00 SISTEMA ELETRÔNICO UTILIZADO**: PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, **ENDEREÇO ELETRÔNICO**: www.portaldecompraspublicas.com.br. **CUJO OBJETO** É REGISTRO DE PREÇOS PARA RECARGA DE GÁS LIQUEFEITO DE PETROLEO (GLP) DE 13 KG E 45 KG PARA ATENDIMENTO DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, DE FORMA CONTÍNUA E FRACIONADA E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. **FOI DESERTO DEVIDO AO NÃO COMPARECIMENTO DE LICITANTES INTERESSADOS EM PARTICIPAR DO CERTAME.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 52.623.948/0001-05,** LOCALIZADA NA Avenida Domingos Ferreira de Medeiros Nº 2076, Residencial Parques dos Girassóis, Presidente Prudente – SP, CEP 19.062-336, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MERENDA ESCOLAR - GENEROS ALIMENTICIOS E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 20/03/2024. SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Itens: 8, 17, 19, 26, 28, 29, 30, 31, 33, 34, 48, 60- R$ 145.178,30.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 01/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 19/2024. SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **MV COBRANÇA E ALIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 45.916.973/0001-03,** LOCALIZADA NA AV. PASTOR DARCI DA SILVA LIMA, Nº 709, BAIRRO POBRE NOBREGA, MARÍLIA, CEP 17.533-371, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE CARNES E EMBUTIDOS (MERENDA ESCOLAR) EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 21/02/2024. MV COBRANCA E ALIMENTOS LTDA - Item: 1- R$49.612,50.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A O EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 08/2024 ORIUNDO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 07/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2024 - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 34/2024 SENDO CONTRATANTE PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA/SP, com sede na Rua Julio Cantadori, nº405, nesta cidade de Tupi Paulista, Estado de São Paulo, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 46.465.126/0001-32, Inscrição Estadual sob nº 698.061.212.113, neste ato representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Tupi Paulista Dr. Alexandre Tassoni Antonio, e do outro lado a empresa: **DISTRIBUIDORA RONCATO LTDA, CNPJ Nº 45.454.754/0001-50,** LOCALIZADA NA Alameda Bélgica Nº 30 Sala 02, Jardim das Palmeiras II, Dracena – SP, CEP 17.900-000, juntos assinam o registro de preços, **CUJO OBJETO SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MERENDA ESCOLAR - GENEROS ALIMENTICIOS E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.** Com prazo de validade do registro de 12 meses iniciando em 20/03/2024. DISTRIBUIDORA RONCATO LTDA - Itens: 44, 46- R$ 43.661,00.

MUNICÍPIO DE NHANDEARA

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2024 - PROCESSO Nº 433/2024

O Município de Nhandeara comunica a todos os interessados que se encontra aberta a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 010/2024, Processo nº 433/2024. Resumo do objeto: Registro de Preços para aquisição de aparelhos de ar condicionado e climatizadores, conforme quantidades e especificações anexas ao edital. O recebimento das propostas será das 08h00 do dia 02/04/2024 até às 08h00m do dia 15/04/2024. A abertura das propostas será no dia 15/04/2024, dando início da disputa de preços no mesmo dia às 08h30m. O edital completo poderá ser obtido gratuitamente no site da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, www.bll.org.br e no site www.nhandeara.sp.gov.br. Nhandeara-SP, 01 de abril de 2024. – José Adalto Borini - Prefeito Municipal.

BANCO SAFRA S.A. - EDITAL ÚNICO

Leilão – Lei nº 9.514/97
1º Leilão – 05/04/2024 – 11:00 h - 2º Leilão – 19/04/2024 – 15:00 h (Horário de Brasília)
Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site **ww.portalzuk.com.br**
LEILOEIRA OFICIAL DORA PLAT - JUCESP 744, com escritório na Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, São Paulo/SP, tel. (11) 3003-0677

O **BANCO SAFRA S.A**., CNPJ nº 58.160.789/0001-28, com sede em São Paulo/SP, na Avenida Paulista, nº 2100, Cerqueira César, venderá através de Leilão Público de modo somente *on-line*, na data, horário e local acima estabelecidos e pela melhor oferta, o imóvel a seguir discriminado, localizado na Cidade de São Gonçalo, Estado de Rio de Janeiro, recebido em garantia nos termos do Instrumento Particular datado de 18/01/2022, de Compra e Venda de Bem Imóvel, Financiamento com Alienação Fiduciária e Outras Avenças-SFH/SFI, mencionado na matrícula abaixo, tendo como Credor Fiduciário **BANCO SAFRA S.A.,** como Fiduciantes **ROBERTO FERREIRA SOARES,** brasileiro, analista de sistemas/especialista em infraestrutura, inscrito no CPF sob nº 022.395.107-22, e sua mulher **VIVIANE CHAGAS IVO SOARES,** cuja propriedade foi consolidada em nome do Banco Safra S.A. Esta venda será feita de acordo com este Edital de Leilão Público, em conformidade com o que estabelece a Lei nº 9.514/97. Condições de Pagamento: **À vista**, via TED bancária de emissão do arrematante. Comissão do Leiloeiro de **5% (cinco por cento)** sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo Arrematante no ato da arrematação. Imóvel objeto da **Matrícula nº 46.627 do 3° Ofício de São Gonçalo/RJ, Registro de Imóveis da 2ª Circunscrição, constituído por**: Fração constituída pela AP 50 (cinquenta), situada no Condomínio Residencial "Residence Country II", localizada na Rua Expedicionário Luiz Lopes Dornelles, em zona urbana do 2º distrito de São Gonçalo/RJ e sua respectiva fração ideal de 0,01361%, o qual mede: 15,00m de frente para a Rua Particular 02; 9,88m nos fundos com as APs 38 e 39; 25,49m pelo lado direito com a AP 51; 27,27m pelo lado esquerdo com a AP 49, com a área total de 346,00m2. **Av. 04** Para constar a averbação do imóvel nº 276, Casa nº 50 na Rua Expedicionário Luiz Lopes Dorneles, com a área construída de 177,57m2. Inscrição Municipal 162.401000-0. **Av. 12** Para constar o acréscimo de 50,63m² sobre a área averbada, totalizando 228,20m² de área construída. ***Observações*: *(1) Imóvel ocupado; (2) A imissão na posse do imóvel ocorrerá por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da Lei 9.514/97; (3) Eventual regularização do imóvel junto aos órgãos competentes será por conta do adquirente; (4) Em caso de arrematação, a escritura pública de venda e compra será outorgada a critério do Credor, em até 90 (noventa) dias da data da arrematação; e (5) Até a data da realização do 2º leilão, é assegurado ao fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida, somado às despesas, aos prêmios de seguro, aos encargos legais, às contribuições condominiais, aos tributos, inclusive os valores correspondentes ao ITBI e ao laudêmio, se for o caso, pagos para efeito de consolidação da propriedade fiduciária no patrimônio do credor fiduciário, e às despesas inerentes aos procedimentos de cobrança e leilão, hipótese em que incumbirá também ao fiduciante o pagamento dos encargos tributários e das despesas exigíveis para a nova aquisição do imóvel, inclusive das custas e dos emolumentos, nos termos dos parágrafos 2º-B e 3º, incisos I, II e III, do art. 27 da Lei 9.514/97.*** Os interessados em participar do leilão de modo *on-line*, deverão se cadastrar no site **www.portalzuk.com.br** e se a habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances *on-line* se dará exclusivamente através do site **www.portalzuk.com.br**, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda é em caráter *"Ad Corpus"*, não podendo o Arrematante alegar desconhecimento das condições, características, estado de conservação, localização e documentação do imóvel adquirido. **Valor mínimo para o 1º Leilão (05/04/2024) – R$ 763.811,15 (setecentos e sessenta e três mil, oitocentos e onze reais e quinze centavos). Valor mínimo para o 2º Leilão (19/04/2024) - R$ 710.491,18 (setecentos e dez mil, quatrocentos e noventa e um reais e dezoito centavos). NOTA DE ESCLARECIMENTO**: O valor mínimo do imóvel para o 1º e 2º Leilões tem como referência, respectivamente, o valor do imóvel e o valor da dívida atualizada referente ao Instrumento Particular acima referido, acrescido das despesas, tudo em conformidade com o artigo 27 da Lei 9.514/97 e suas alterações. Veja detalhes, condições e integra do edital (condições gerais) com o Leiloeiro Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IACRI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2024

O Prefeito Municipal de Iacri torna público que se encontra aberto no Setor de Compras o Edital nº 014/2024 do Pregão Presencial (Registro de Preços) nº 012/2024 – Processo nº 020/2024, para o fornecimento parcelado de materiais de enfermagem destinados ao Centro de Saúde e P.A. (Pronto Atendimento Municipal) – Setor de Saúde do Município de Iacri, pelo período de 12 meses. O Edital minucioso bem como outras informações poderão ser obtidas no Setor Licitações desta Prefeitura no horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h, de segunda à sexta-feira e no site www.iacri.sp.gov.br, Informações à distância serão fornecidas pelos fones (14) 3489-8509/8525 ou pelo e-mails: compras@iacri.sp.gov.br / compras.iacri@gmail.com. A presente licitação realizar-se-á no dia 12/04/2024, às 09h00min.
Iacri, 01 de abril de 2024. **Carlos Alberto Freire–Prefeito Municipal**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PRESIDENTE PRUDENTE

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO 18/2024

Prefeitura Municipal de Presidente Prudente. **EDITAL:** 18/2024. **MODALIDADE:** Pregão Eletrônico. **OBJETO:** aquisição de botas e uniformes. **ENCERRAMENTO:** às 13:00h do dia 16/04/2024. **ABERTURA:** às 13:30h do dia 16/04/2024. **INFORMAÇÕES:** Prefeitura Municipal de Presidente Prudente, Av. Cel. José Soares Marcondes, 1200, centro. **TELEFONES:** (18) 3902 4411, 3902 4444, 3902 4456, 3902 4452. **SÍTIO ELETRÔNICO DO MUNICIPIO:** **www.presidenteprudente.sp.gov.br**. Presidente Prudente, Paço Municipal "Florivaldo Leal", 01 de abril de 2024. **Walner Silvestre - Licitador Depto. Compras.**

Processo Administrativo 0200001663/2.024 – Processo Licitatório 43/2.024-Pregão 13/2.024. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços na área de segurança e medicina do trabalho. O prazo limite para entrega dos envelopes "documentação e proposta" é o dia 16 de abril de 2.024, até as 08 horas. O edital completo encontra-se, a disposição dos interessados, na Divisão de Compras e Licitações desta Prefeitura, situada na Rua João Pacheco de Lima, 44-65, Centro, Auriflama-SP; no horário das 07 horas às 11 horas e das 13 horas às 17 horas e no site www.auriflama.sp.gov.br. Auriflama, 01 de abril de 2.024. Katia Conceição Morita de Carvalho-Prefeita.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO DO MUNICÍPIO, VEM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR A ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2024, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2024 EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 02/2024, CUJO OBJETO É SELEÇÃO DE FORNECEDORES PARA SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP), VISANDO AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS (PARA SERVIR CAFÉ DA MANHA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS) E EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. SENDO A (S) SEGUINTE (S) EMPRESA (S) E VALORES: CAFE DA XICARA COMERCIO DE PRODUTOS EM GERAL LTDA - Item: 1- R$64.800,00/ SOLVIT COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - Itens: 2, 3, 4- R$48.070,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 06/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE BANDA PARA A REALIZAÇÃO DO CARNA TUPI 2024 - NO DIA 11/02/2024 NA PRAÇA CENTRAL "PREFEITO DR ILTON DA COSTA OLIVEIRA". Em conformidade com os elementos do Processo Nº 14/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **ARTHUR DO AMARAL LAURIANO** no valor de **R$ 25.582,64(Vinte e Cinco Mil, Quinhentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Quatro Centavos)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 01 de fevereiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 05/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO SUNITINIBE 50MG DECORRENTE DE MANDADO JUDICIAL - PROC. 1000116-78.2024.8.26.0638. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 12/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **GABRIEL DA GAMA CALACHE ME** no valor de **R$ 43.800,00(Quarenta e Três Mil e Oitocentos Reais)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 30 de Janeiro de 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 04/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIO ATRAVÉS DE INSERÇÕES PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS DA ADMINISTRAÇÃO. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 32/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **DIFUSORAS ALIADAS ALTA PAULISTA LTDA** no valor de **R$ 14.052,50(Quatorze Mil e Cinqüenta e Dois Reais e Cinqüenta Centavos)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, 16 de Fevereiro de 2024.

EDITAL DE LEILÃO ON-LINE

megaleilões

Fernando José Cerello Gonçalves Pereira, Leiloeiro Oficial inscrito na **JUCESP sob nº 844**, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizado pelo **BANCO BRADESCO S/A., inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12**, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas, hora e local infracitados, na forma da Lei 9.514/97.**Localização do imóvel:** Bragança Paulista-SP. Bairro Residencial das Ilhas. Rua Açores, nº 177 - Lt. 65 da Qd. "D". CASA. Áreas totais: terr. 325,00m² e constr. 135,09m² (lançado no Cadastro Municipal 159,45m²). Matr. 45.457 do RI local. Obs.: (i) Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída que vier a ser apurada no local, com a averbada na matrícula e lançada no Cadastro Municipal, correrão por conta do Comprador; (ii) Ocupada (AF).**1º Leilão:** 15/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 818.632,99. **2º Leilão:** 17/04/2024, às 15:00 Lance mínimo: R$ 237.071,76. **Condição de pagamento:** à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Os leilões serão realizados exclusivamente pela internet, através da plataforma www.megaleiloes.com.br. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017. Os interessados devem consultar as condições de pagamento e venda dos imóveis disponíveis nos sites: www.bradesco.com.br e www.megaleiloes.com.br. Para mais informações - tel.: (11) 3149-4600. Fernando José Cerello Gonçalves Pereira - Leiloeiro Oficial JUCESP nº 844.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TORRINHA

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONVÊNIOS
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
Processo Administrativo: nº 54/2024
Pregão Eletrônico nº 13/2024 – Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Objeto: Registro de preços para aquisição de medicamentos para uso nas unidades de saúde do município e para serem distribuídos gratuitamente pelo departamento municipal de saúde, de acordo com a necessidade da prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses (grupo II). **EDITAL NA ÍNTEGRA:** Disponível nos sites: www.bllcompras.com e www.torrinha.sp.gov.br. **CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:** a partir do dia 01/03/2024 às 18:00h no site www.bllcompras.com. **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** - 15/04/2024 às 08:00h (horário de Brasília) no site www.bllcompras.com
Maria Nádia Minatel - Pregoeiro

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS/SP

AVISO DE SUSPENSÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2024 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2024

ALCEMIR CASSIO GREGGIO, Prefeito do Município de Urupês, Estado de São Paulo, usando de suas atribuições legais, resolve suspender o Pregão Eletrônico nº 14/2024, referente à Prestação de serviços profissionais para atender os Projetos Sociais na área esportiva, tais como: Serviço de Convivência Criança Feliz, Projeto Galera de Atitude, Projeto Atleta do Futuro, Projeto Criança Feliz em São João de Itaguaçu, Centro de Convivência do Idoso, Zumba Social, Piscina Aberta, Mova-se no Verão, Skate, entre outros, pelo prazo necessário à execução de correções no respectivo Edital. **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE URUPÊS, 1º de abril de 2024. ALCEMIR CASSIO GREGGIO - Prefeito -**

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 001/2024
PROCESSO Nº. 031/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para a Prestação de Serviços de Construção CDI - Centro Dia do Idoso, na Rua São Paulo s/nº - Centro - Jaci - SP, conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. Data e hora da Sessão Pública: 19/04/2024 às 08h30 Critério de Julgamento: Menor preço global, Modo de Disputa: Aberto, Preferencia Me/Epp/Equiparadas: Sim, LINK: SCPI Portal de Compras http://200.95.195.126:8079/comprasedital/. Jaci, 01 de abril de 2024.
VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE - Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRENCIA PUBLICA Nº. 002/2024
PROCESSO Nº. 032/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada, sob o regime de empreitada por preço global, para a Prestação de Serviços de Construção de Campo de Futebol Society, na Rua Esmeraldo F. da Silva - no Residencial Viva Jaci, conforme as especificações técnicas contidas no projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos. Data e hora da Sessão Pública: 19/04/2024 às 14h00 Critério de Julgamento: Menor preço global, Modo de Disputa: Aberto, Preferencia Me/Epp/Equiparadas: Sim, LINK: SCPI Portal de Compras http://200.95.195.126:8079/comprasedital/. Jaci, 01 de abril de 2024.
VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE - Prefeita Municipal

BIASI leilões

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA | PRESENCIAL ON-LINE

1º Leilão: dia 10/04/2024 às 14h **2º Leilão: dia 19/04/2024 às 14h**

EDUARDO CONSENTINO, leiloeiro oficial inscrito na JUCESP nº 616 (**JOÃO VICTOR BARROCA GALEAZZI – preposto em exercício**), com escritório à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação e Outras Avenças de nº 10173864803, firmado em 29/06/2015, no qual figuram como Fiduciantes **ALEX LEAL PEREIRA**, brasileiro, solteiro, maior, empresário, portador da CNH nº 01662927317, onde consta o RG nº 6804036-SSP/MG, inscrito no CPF/MF nº 755.962.616-53, e **JESSICA GOMES**, brasileira, soleira, maior, empresária, portadora da CNH nº 05176037870, onde consta o RG nº 47240258-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 401.670.178-37, residentes e domiciliados em Taboão da Serra/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 10 de abril de 2024, às 14:00 horas**, à Av. Fagundes Filho, 145, Conjunto 22, Vila Monte Alegre, São Paulo/SP, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 1.092.764,94 (Um milhão, noventa e dois mil, setecentos e sessenta e quatro reais e noventa e quatro centavos)**, o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por um **APARTAMENTO nº 162, do tipo IV, localizado no 16º pavimento, do "Edifício Torrente" - Bloco 05, no empreendimento denominado "VERTENTES RESIDENCIAL CLUBE, situado na Estrada São Francisco nº 1.588, nesta cidade, contendo: área privativa de 92,700 m², área de uso comum não proporcional de 40,500 m², área de uso comum proporcional de 51,542 m², área de uso comum total de 92,042 m², e área total da unidade de 184,742 m², com fração ideal do terreno de 0,0019258; correspondendo ao mesmo DUAS vagas de garagem em local indeterminado, para estacionamento de dois veículos de passeio, sujeitos ao auxilio de manobrista , localizado no térreo, 1º ou 2º subsolo. Matrícula nº 8.262 Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Taboão da Serra/SP**. Obs: Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o **dia 19 de abril de 2024, às 14:00 horas**, no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 546.382,47 (Quinhentos e quarenta e seis mil, trezentos e oitenta e dois reais e quarenta e sete centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no site do leiloeiro (www.biasileiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.biasileiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.biasileiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção HABILITE-SE, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP ATRAVÉS DO SEU REPRESENTANTE, ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Número: 03/2024 cujo OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Em conformidade com os elementos do Processo Nº 25/2024, reconhecendo a **Dispensa** de Licitação, com base no **inciso II do artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo como contratada a(s) empresa(s) abaixo relacionadas: EMPRESA: **EDVALDO A. MARANGONI - EPP** no valor de **R$ 26.847,00(Vinte e Seis Mil, Oitocentos e Quarenta e Sete Reais)**. Nos termos do Inciso VIII do Art. 72 da Lei 14.133/2021, **RATIFICO** o ato, nos termos acima descritos e **AUTORIZO** a despesa. TUPI PAULISTA, TUPI PAULISTA, 8 de Fevereiro de 2024.

REDUÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data de 18 de março de 2024, os sócios representando 100% do capital social da empresa BILUPE PARTICIPAÇÕES E ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA, inscrita no CNPJ 26.075.776/0001-64, NIRE 35.230.099.172, se reuniram na sede da sociedade e decidiram pela redução do Capital Social, através de alteração contratual. O capital que era de R$ 3.638.000,00 passa a ser de R$ 288.000,00. A diminuição do capital social se justifica pelo fato de que o montante é superior ao necessário para o exercício da atividade objeto da empresa. A diminuição se dará com transferência do bem imóvel contabilizado no ativo imobilizado, que serão entregues aos sócios DOUGLAS FREIRE NAVARRETTE e BARBARA LIRA BEZERRA NAVARRETTE, com valor nominal e em proporção igual a participação societária de cada um nas cotas da sociedade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITIZAL

Aviso de Licitação nº 015/2024 - Processo Licitatório n° 032/2024 - Pregão Presencial (SRP) nº 015/2024

Registro de preços para eventuais e futuras aquisições de gêneros alimentícios (hortifruti), destinado aos departamentos de educação, esporte, cultura e turismo e demais departamentos municipais pelo período de 12 (doze) meses. **Data da Sessão Pública:** 15/04/2024 às 08:30hs. **LOCAL:** Departamento de Licitações, localizado na Rua São Paulo, 131 – centro. O Município de Buritizal, através do Prefeito Municipal, torna público que na data, horário e local acima assinalado realiza na modalidade Pregão Presencial, com critério de julgamento de menor preço. **Local e horário para retirada do edital:** Setor de Licitações, Rua São Paulo, 131 – centro, das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta-feira, gratuitamente, e pelo site **www.buritizal.sp.gov.br.**
Publique-se, Buritizal/SP, 01 de abril de 2024.
(a) Daniel Sarreta – Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA-SP, ATRAVÉS DE SEU REPRESENTANTE LEGAL ALEXANDRE TASSONI ANTONIO, PREFEITO, VÊM PUBLICAR A QUEM SE INTERESSAR O EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 09/2024 DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 14/2024, PROCESSO LICITATÓRIO N° 64/2024, CUJO OBJETO É CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ASSESSORIA TÉCNICA ESPECIALIZADA E CONSULTORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERALIZAÇÃO DOS MEIOS PARA GERENCIAMENTO DOS RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO MUNICÍPIO DE TUPI PAULISTA, ASSIM COMO, ACOMPANHAMENTO DE TODA EXECUÇÃO DO PROCEDIMENTO ATÉ A PRESTAÇÃO DE CONTAS, SENDO CONTRATANTE A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUPI PAULISTA E A CONTRATADA A **EMPRESA PRIME ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA LTDA**, CNPJ/MF **12.665.387/0001-84, PELO VALOR TOTAL DE R$ 21.336,00 (vinte e um mil trezentos e trinta e seis reais),** COM PRAZO DE VALIDADE DO CONTRATO DE 12(DOZE) MESES A PARTIR 25/03/2024.

ASSOCIAÇÃO DE APOIO À NORMALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO CIVIL – COBRACON

CNPJ: 00.744.140/0001-74

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

A Associação de Apoio à Normalização da construção Civil - COBRACON, com base no art. 12, no art. 13 caput, e parágrafos 1º e 2º, combinado com o art.15, por seu presidente, convoca as empresas associadas no gozo de seus direitos estatutários, para uma Assembleia Geral por videoconferência, a realizar-se em um único turno, no dia 10 de abril de 2024 às 16h00, em primeira convocação e 16h15, em segunda convocação, Ordem do dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação do orçamento 2023; 2 – Aprovação do orçamento para o ano de 2024; 3 – Outros Assuntos. Link para acesso o link para acesso à reunião será enviado oportunamente
São Paulo, 01 de abril de 2024.
Rodrigo Fairbanks von Uhlendorff

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACI

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº. 016/2024
PROCESSO Nº. 030/2024

OBJETO: Aquisição de equipamentos e mobiliários para a Creche Escola "Conceição Mendes Coelho", localizada na Av. Marginal Luiz A. Caetano, 960 - Centro - Jaci - SP, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. Data e hora da Sessão Pública: 17/04/2024 às 08h30 Critério de Julgamento: Menor preço por item, Modo de Disputa: Aberto, Amostra: Não, Preferencia Me/Epp/Equiparadas: Sim, LINK: SCPI Portal de Compras http://200.95.195.126:8079/comprasedital/. Jaci, 01 de abril de 2024.
VALERIA PERPETUO GUIMARÃES HENRIQUE
Prefeita Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIÚNA

AVISO DE JULGAMENTO DE RECURSOS E AGENDAMENTO DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DOS ENVELOPES PROPOSTAS DE PREÇOS
CONCORRÊNCIA Nº 038/2023

Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de manutenção eletromecânica preventiva, preditiva e corretiva no sistema público de tratamento e abastecimento de água de Jaguariúna. A Comissão Permanente de Licitação por meio de sua Presidente torna público e para conhecimento dos interessados que a autoridade competente conheceu dos recursos apresentados nos autos do certame em epígrafe e após as análises de praxe restaram habilitadas as empresas CARRARO ENGENHARIA E MONTAGENS ELETROMEC NICAS LTDA – CNPJ 66.840.539/0001-67; CONSÓRCIO FORMADO POR CENTRAL DAS BOMBAS COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA – CNPJ 05.304.734/0001-88 E CONTROL ENGENHARIA E AUTOMAÇÃO EIRELI – CNPJ 13.435.123/0001-05 (EMPRESA LÍDER CENTRAL DAS BOMBAS); e VECTOR SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO LTDA – CNPJ 65.688.111/0001-88 e inabilitada ENGEPUMPS BOMBAS MOTORES E PAINÉIS LTDA – CNPJ 38.939.096/0001-20, tudo conforme instrução do Procedimento Licitatório em epígrafe. Fica, portanto, agendada Sessão Pública para abertura dos envelopes Propostas de Preços para o dia 03/04/2024 às 14:00 horas.
Comissão Permanente de Licitação, 01 de abril de 2024.
Ariana Aparecida de Almeida - Presidente – Comissão Permanente de Licitações

Prefeitura Municipal da Estância Turística de Tremembé

AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO Nº 3.1/24 – PROC. Nº 1339/24. Objeto: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada, para realização de exames laboratoriais, incluindo material para coleta, análise do material e obtenção do resultado, conforme especificações contidas no termo de referência. Retirada do Edital no site www.tremembe.sp.gov.br – link: Licitações/Pregão/Em Andamento. Abertura: 17/04/24, às 09h. Informações: Fone (12) 3607-1000 – ramal 1013.

CIVAP - Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema

Extrato de Termo de Ratificação. Ref. Chamamento Público 001/2021 - Proc. 21/2021. Objeto: Credenciamento de Pessoa(s) Jurídica(s) para a prestação de serviços de exames laboratoriais. Ratificado o credenciamento das empresas BIOMED LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LTDA., CNPJ nº 54.719.356/0001-09 para atuar junto ao município de Assis e LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FURLAN LTDA., CNPJ nº 04.880.331/0001-14 para atuar junto ao município de Palmital. Valor: Tabela SUS (http://sigtap.datasus.gov.br/tabela-unificada/app/sec/inicio.jsp). Pagamento: 30 dias contados do término do mês em que o serviço foi prestado. Vigência: 12 meses, prorrogável. Homologada a habilitação das credenciadas. Fundamento legal: Inexigência de licitação nos termos do artigo 25 da Lei 8.666/93. Íntegras em www.civap.com.br. Assis, 01 de abril de 2024. Marcelo de Souza Pecchio - Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N. º 12/2024
EXCLUSIVO PARA ME – EPP

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JABOTI,** Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, conforme segue: **1 - MODALIDADE:** Pregão Eletrônico nº. 12/2024, **nos TERMOS DA** Lei nº 14.133, de 2021, **TIPO DE LICITAÇÃO:** Menor Preço Por Item. FECHAMENTO: **ABERTO 2 – OBJETO:** Seleção de Proposta visando o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa para fornecimento de internet com um ponto de Internet de fibra óptica Full Duplex com Velocidade de 100 Mbps dedicado com um modem conversor de fibra óptica para rj-45 para instalação em switch e roteadores, e gerenciamento para restrição de sites quando solicitado para atender os departamentos do Município de Jaboti. Proponentes enquadrados como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 48 da Lei Complementar nº 123/2006 e alteração dada pela Lei Complementar nº 147/2014. **3 – VALOR MÁXIMO:** R$ 37.764,72 (Trinta e Sete Mil, Setecentos e Sessenta e Quatro Reais e Setenta e Dois Centavos). **4 – DATA DA DISPUTA:** Dia **17/04/2024 às 09:00,** pelo sistema da BLL compras www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link - licitações" **5 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES:** Departamento de Licitação, Prefeitura Municipal de Jaboti, na Praça Minas Gerais, 175, no horário das 08h00minh às 11h00min. e das 13h00minh às 16h00min. Edital completo, demais anexos, atas e contratos futuros no diário do município no site www.jaboti.pr.gov.br. Edifício da Prefeitura Municipal de Jaboti, 01/04/2024.
Juliano Rodrigo Moreira
Agente de Contratação Portaria 80/2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO CLARO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N. 03/2023
EDITAL Nº. 331/2023
ÓRGÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA CIVIL PARA EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO NAS AV. M37 E M27 BAIRRO JARDIM FLORIDIANA.
A sessão pública será realizada no endereço eletrônico **www.comprasbr.com.br** no dia 17.04.2024 a partir das 09h00min. EDITAL disponível dia 02.04.2024 através dos Sites: **www.comprasbr.com.br** e **licitacao.rioclaro.sp.gov.br**.
VALDIR OLIVEIRA JUNIOR
Secretário Municipal de Obras.

AEBES

CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação de **FORNECIMENTO DE OPME'S PARA REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS NA ESPECIALIDADE DE NEUROCIRURGIA com comodato de materiais**, direcionados ao Hospital Estadual de Urgência e Emergência e Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.
Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br
Telefone: (27) 3016-4031
Data limite para recebimento das propostas: às 14:00h do dia 05/04/2024
Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**



CONTRATAÇÃO

A Associação Evangélica Beneficente Espírito Santense abre Termo de Referência para contratação de **empresa para o fornecimento de OPME's para realização de procedimentos da especialidade de Ortopedia com comodato de materiais**, direcionados ao Hospital Estadual de Urgência e Emergência e Hospital Estadual Dr. Jayme Santos Neves.
Email: compras.tr@hejsn.aebes.org.br
Telefone: (27) 3016-4031
Data limite para recebimento das propostas: às 15:00h do dia 08/04/2024
Endereço eletrônico para envio das propostas: **http://www.publinexo.com.br/privado**

LEILÃO DE CASA - MOGI GUAÇU/SP — Online

bradesco ZUK

Leilão de Alienação Fiduciária - Dora Plat, Leiloeira Oficial inscrita na JUCESP sob nº 744, faz saber, através do presente Edital, que devidamente autorizada pelo Banco Bradesco S/A, inscrito no CNPJ sob nº 60.746.948/0001-12, promoverá a venda em Leilão (1º ou 2º) do imóvel abaixo descrito, nas datas e hora infracitadas, na forma da Lei 9.514/97. **Localização do imóvel: Mogi Guaçu/SP. Jardim Alto dos Ypês.** Rua Salvador Duarte (Antiga Rua 13), nº 91. **Casa** (Lote 34 da Quadra 14). Áreas totais: ter: 200,00m² e constr.: 69,84m². Matr. 46.329 do RI local. **Obs.:** Ocupada. (AF). **1º Leilão**: 15/04/2024, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 475.816,25. 2º Leilão**: 17/04/2024, às 11:00 h. Lance mínimo: **R$ 156.000,00** (caso não seja arrematado no 1º leilão). **Obs.: Os leilões serão realizados exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br. Condição de pagamento**: à vista, mais comissão de 5% ao Leiloeiro. Da participação on-line: O interessado deverá efetuar o cadastramento prévio perante o Leiloeiro, com até 1 hora de antecedência ao evento. O Fiduciante será comunicado das datas, horários e local de realização dos leilões, para no caso de interesse, exercer o direito de preferência na aquisição do imóvel, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, na forma estabelecida no parágrafo 2º-B do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017.

Mais informações: 3003-0677 | Os interessados devem consultar o edital completo disponível nos sites: https://VITRINEBRADESCO.com.br/ | PORTALZUK.com.br

FREITAS LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO DE IMÓVEIS SOMENTE ONLINE

FECHAMENTO: 17/04/2024, a partir das 10h00

Porto

APARTAMENTOS • CASAS • TERRENOS nos estados de GO e SP

FORMA DE PAGAMENTO: • À VISTA, SEM DESCONTO • SEM USO DO FGTS

LOTE 04 - BOITUVA/SP - APARTAMENTO nº 11 c/ 02 VAGAS DE GARAGEM nºs 06 e 07
Bairro Portal Ville Azaleia
1º pavimento do Cond. Residencial Helena´s
Rua Silvia Florinda Ferriello Zacharias, nº 115
Área Útil Construída: 50,40m²
Área Total Privativa: 72,96m²
Lance Mínimo: R$ 205.285,98

LOTE 07 - BARRA BONITA/SP
TERRENO c/ ÁREA TOTAL DE 250,00m²
Loteamento Reserva da Barra
Terreno de formato regular
lote nº 25 da quadra C, com frente para Rua 05
Lance Mínimo: R$ 142.740,50

LOTE 05 - SÃO PAULO/SP - APARTAMENTO nº 15 c/ 01 VAGA DE GARAGEM
Sítio Caaguassu - Itaquera
1º andar, Bloco C - Empreend. Portal de Itaquera
Rua Dr. Rodrigo Pereira Barreto, nº 50 (entrada principal), com acesso também aos Blocos A e D, pelos nºs 135/155 da Rua David Domingos Ferreira
Área Útil: 46,855m²
Área Total Construída: 104,1729m²
Lance Mínimo: R$ 115.143,35

Edital completo, lances "on-line", fotos, consulte: www.FREITASLEILOEIRO.com.br
(11) 3117.1001 | sac@freitasleiloeiro.com.br
ANTONIO CARLOS VILLA NOVA DE FREITAS
LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP Nº 749

CONVOCAÇÃO EM RECLAMAÇÃO POR DEPENDÊNCIA DE ACORDO COM G. L. C. 119, § 39M	N° da Súmula MI24A0422SJ	Comunidade de Massachusetts Tribunal de Justiça Vara de Sucessões e Família
Lucas de Oliveira Vilela , Autor v. Emilio Pereira Vilela , Réu "Progenitor N° Um" Se aplicável: , Réu "Progenitor N° Dois"		Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex

Ao Réu acima indicado:
Você está intimado a comparecer ao **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex** para uma audiência sobre esta Reclamação por Dependência de Acordo com a G. L. c. 119, § 39M

Informações sobre a audiência:
Moção
Data **12/06/2024**
Hora: **08:30 AM**
Local: **Sala de audiência 4 de Woburn**
10-U Commerce Way
Woburn, MA 01801

Você está intimado e obrigado a servir em:
Daniel A Rojas, Esq.

cujo endereço é:
Georges Cote Law
235 Marginal St
Chelsea, MA 02150

sua resposta, se houver, à reclamação que lhe for apresentada, dentro de **7 dias após** o envio desta Intimação, excluindo o dia da notificação. Você também deve apresentar sua resposta à reclamação no escritório do Registro deste Tribunal no **Tribunal de Família e Sucessões de Middlesex**, antes da citação ao autor ou ao advogado do autor, se representado por um advogado, ou dentro de um prazo razoável a partir de então.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CORONEL MACEDO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
PROC. LICITATÓRIO Nº 44/2024
EDITAL: N° 08/2024

OBJETO: Aquisição de pedra bruta tipo granito, basalto ou material para cascalhamento das estradas rurais (registro de preços); INÍCIO DO CADASTRO DAS PROPOSTAS: 04/04/2024 ÀS 09:00 HORAS; **TÉRMINO CADASTRO DAS PROPOSTAS:** 18/04/2024 ÀS 08:30 HORAS.; **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** 18/04/2024 ÀS 08:35 HORAS. **INÍCIO DA DISPUTA DE PREÇOS:** 18/04/2024 ÀS 09:00 horas.; **LOCAL:** www.bllcompras.org.br - acesso identificado. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS E MAIORES INFORMAÇÕES:** Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura, sito à Av. Presidente Castelo Branco, n 180 – Conj. Habitacional Ico Tonon - Coronel Macedo – SP, durante o seu expediente de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 07:30h. às 17:00h., ou ainda, através do e-mail licitacao@coronelmacedo.sp.gov.br.
Coronel Macedo, 01 de abril de 2024
JOSÉ ROBERTO SANTINONI VEIGA
Prefeito Municipal







FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA

LEILÃO Nº 0001/2024-00 – FFM – POLO PACAEMBU

A FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA, situada na Avenida Rebouças nº 381, Jardim Paulista, São Paulo/SP, torna pública a abertura do edital de **LEILÃO**, objetivando a **ALIENAÇÃO DE IMÓVEL**, em lote único, da antiga Unidade Sampaio Viana da Febem, localizada na Rua Angatuba, nº 756, em São Paulo denominada **"POLO PACAEMBU"**, cujos detalhes estão disponíveis no site da FFM (www.ffm.br), e que será regido pelo seu **Regulamento de Compras.**
A visita técnica ocorrerá até 09/04/2024, nos termos do Edital.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — Presencial e Online



ZUK

DORA PLAT, leiloeira oficial, inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário ***ITAÚ UNIBANCO S/A***, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Compra e Venda de Imóvel, Mútuo com Alienação Fiduciária em Garantia nº 10175009407, firmado em 08/06/2022, no qual figuram como Fiduciantes ***BRUNA DE MORAES ISIDORO SILVA,*** brasileira, cuidadora de idosos, portadora da CNH nº 06671346208-DETRAN/SP, inscrita no CPF/MF nº 416.816.538-85, e seu marido ***GUSTAVO LOPES DA SILVA,*** brasileiro, motorista, portador da CNH nº 06869865477-DETRAN/SP, inscrito no CPF/MF nº 449.395.128-19, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes em Atibaia/SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, no **dia 09/05/2024, às 11:00 horas,** à Rua Minas Gerais, 316, Cj. 62, Higienópolis – 01244-010 – São Paulo/SP, em **PRIMEIRO PÚBLICO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 406.431,87 (Quatrocentos e seis mil, quatrocentos e trinta e um reais e oitenta e sete centavos)**, o imóvel abaixo descrito, com a propriedade consolidada em nome do credor Fiduciário, constituído por **Um Terreno,** sem benfeitorias, com a área total de 144,00 ms²., designado Sub-Lote 16-B, desdobrado do lote 16, da quadra 37, do plano de loteamento e arruamento denominado Jardim do Alvinópolis, no perímetro urbano da cidade e comarca de Atibaia, medindo, linearmente, 5,00 ms., de frente para a Rua Bartolomeu de Andrade Silva; 29,00 ms., do lado direito, onde confronta com o lote 15; 28,75 ms., do lado esquerdo, onde confronta com o Sub-lote 16-A; e 5,00 ms., nos fundos, onde confronta com parte do lote 07. **Av.1 -** Para constar que foi edificado um prédio residencial, com frente para a Rua Bartolomeu de Andrade Silva, que recebeu o nº 745, com 73,83m² de área construída. **Imóvel objeto da matrícula nº 62.934 do Oficial de Registro de Imóveis de Atibaia/SP. Observação**: **(i)** Eventual necessidade de regularização e encargos perante aos órgãos competentes sobre a área construída, correrão por conta do comprador. **(ii)** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **16/05/2024,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO PÚBLICO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 418.088,14 (Quatrocentos e dezoito mil, oitenta e oito reais e quatorze centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro www.portalzuk.com.br em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.portalzuk.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão, caso não ocorra o arremate no primeiro, na forma do parágrafo 2º-B, do artigo 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/17, devendo apresentar manifestação formal do interesse no exercício do direito de preferência, antes da arrematação do respectivo imóvel, que pode ocorrer durante a realização do 1º /ou 2º leilão, com firma reconhecida, juntamente com documentos de identificação, inclusive do representante legal, quando se tratar de pessoa jurídica. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, conforme edital. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil**. No caso do não cumprimento da obrigação assumida de pagamento da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro, no prazo estabelecido, a critério do **VENDEDOR**, o segundo maior lance será considerado o vencedor, condicionado ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante. Caso haja arrematante quer em primeiro ou segundo leilão a escritura de venda e compra será lavrada nos termos da Cláusula 3.10. Correrão por conta do arrematante, todas as despesas relativas à transferência do imóvel arrematado, tais como, taxas, alvarás, certidões, ITBI - Imposto de transmissão de bens imóveis, escritura, emolumentos cartorários, registros, etc. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto n° 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto n° 22.427 de 1° de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

Ricos (não) merecem o que têm?

Combinação de privilégio e competência não é muito comum no Brasil

Michael França
Ciclista, doutor em teoria econômica pela Universidade de São Paulo; foi pesquisador visitante na Universidade Columbia e é pesquisador do Insper

Privilégio representa alguma vantagem ou direito que uma pessoa ou grupo tem, independentemente de ter sido obtido por esforço próprio ou não. Privilégio nem sempre reflete uma conquista individual, mas pode ser uma herança do passado que se estende para as gerações futuras, moldando destinos de maneiras de que nem sempre temos consciência.

Privilégio se traduz em oportunidades concedidas, frequentemente sem mérito próprio, que atravessam tanto histórias individuais quanto coletivas. Privilégio também é uma palavra que tem assombrado uma parcela dos mais ricos, especialmente aqueles que, por ignorância ou hipocrisia, acreditavam que suas conquistas eram exclusivamente resultado de seu trabalho.

No entanto, nos dias de hoje, um número cada vez maior de pessoas está contestando premissas que, anteriormente, eram aceitas como naturais. Uma delas diz respeito ao mito de que os ricos construíram suas fortunas sozinhos, através de seus esforços. É verdade que, em alguns casos, especialmente no contexto americano, há diversos exemplos de pessoas que ergueram seus impérios a partir de poucos recursos.

Contudo, esses casos não podem ser generalizados. Muitos daqueles que hoje são considerados ricos iniciaram suas vidas em posições de significativas vantagens em relação aos demais. Alguns aproveitaram as oportunidades que lhes foram dadas e não apenas aumentaram seus patrimônios iniciais mas também agregaram valor em seus campos de atuação.

Lamentavelmente, no contexto brasileiro, os exemplos acima são raros. Aqui, poucos são aqueles que realmente aproveitam os privilégios iniciais para desenvolver suas habilidades, buscando realizar plenamente o potencial humano e contribuir para deixar um legado na sociedade. Muitos optam por usar essas vantagens para gerar mais privilégios, perpetuando um ciclo de desigualdade.

Em países altamente desiguais, a influência política dos ricos representa um poderoso canal para a manutenção de seus interesses individuais em detrimento do bem-estar coletivo. A acumulação de riqueza nem sempre está relacionada à criação de bens e serviços, mas pode ser herdada ou obtida por meio de conluios com o poder público.

Desse modo, o poder econômico pode minar os avanços coletivos. Esse poder penetra nos bastidores do mundo político, influenciando o financiamentos de campanhas e permeando a contratação de lobistas para a formulação de políticas em benefício próprio. Seus interesses são protegidos, por exemplo, através de benefícios fiscais, regulamentações favoráveis e acesso privilegiado a recursos públicos.

Ao influenciar as políticas governamentais em favor de seus interesses econômicos, eles tornam a entrada de novos concorrentes no mercado mais difícil. Essas barreiras à entrada reduzem a competição, resultando na consolidação de pequenos grupos em setores-chave da economia, o que pode levar à formação de monopólios ou oligopólios. Em muitos casos, essa concentração tende a resultar em uma alta ineficiência econômica.

Nesse cenário, os resultados alcançados pela coletividade de um país e por seus cidadãos não são determinados apenas pelas suas habilidades individuais, como muitos preferem acreditar, mas também pelas estruturas de poder e sistemas sociais que beneficiam alguns em detrimento de outros. No Brasil, muitos se veem mais inclinados a buscar privilégios e favores do Estado do que a cultivar suas próprias competências. Isso não apenas mina o potencial individual mas também o futuro coletivo de nossa nação.

*

O texto é uma homenagem à música "For The Love of Money", composta por Anthony Jackson, Kenneth Gamble e Leon Huff, interpretada por The O'Jays.

| DOM. Samuel Pessôa | SEG. Marcos de Vasconcellos, Ronaldo Lemos | TER. Michael França, Cecilia Machado | **QUA. Bernardo Guimarães** | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

Comunicações defende subsídio a crédito a empresas para TV 3.0

Projeto pretende melhorar imagem e som e dar interatividade à TV aberta

Ranier Bragon e Adriana Fernandes

BRASÍLIA O ministro das Comunicações, Juscelino Filho, defende linha de crédito subsidiada para que emissoras de televisão se adaptem à chamada TV 3.0, próxima etapa de evolução após a migração do sistema analógico para o digital.

Nesta quarta (3), o ministério apresentará o que a nova tecnologia promete oferecer, como incremento de imagem (de 4K a 8K, contra o atual full HD dos canais abertos digitais) e som, além de interatividade, com a possibilidade, por exemplo, de realização de compras na TV aberta usando o controle remoto.

A expectativa é que até o final do ano seja anunciada a tecnologia escolhida para o novo modelo, a japonesa Advanced ISDB-T ou a norte-americana ATSC 3.0.

Em 2006, no primeiro mandato de Lula (PT), os japoneses foram escolhidos na implantação da TV digital no país, processo ainda não concluído.

Em dezembro, o governo prorrogou até junho de 2025 o prazo de encerramento das transmissões analógicas de TV aberta em mais de mil cidades.

"A TV 3.0 é uma evolução da TV digital. É uma televisão ainda mais tecnológica, com mais ferramentas, inovações, é a TV aberta com uma qualidade de imagem muito melhor, com qualidades 4K, 8K, com som imersivo, que é o som que você vê numa sala de cinema, por exemplo", diz Juscelino Filho.

"Uma das grandes novidades é justamente a questão da interatividade. Você vai ter uma televisão conectada. Passou uma propaganda e você se interessou naquele produto. Você vai poder buscar na própria tela e comprar, como na tela de um computador."

O modelo promete a possibilidade de emissoras de TV aberta segmentarem de forma mais sofisticada programação e veiculação de anúncios.

Assim como hoje nas smart TVs em relação às plataformas de streaming de vídeo, como Netflix e Amazon Prime, o modelo levará a TV aberta a deixar de usar números de canais e ser acessada por aplicativos instalados nas TVs.

> "A TV 3.0 é uma evolução da TV digital. É uma televisão ainda mais tecnológica, com mais ferramentas
>
> **Juscelino Filho**
> ministro das Comunicações

Em entrevista ao jornal Valor Econômico publicada no início de março, o diretor-presidente da Globo, Paulo Marinho, afirmou que o novo formato "derruba as barreiras entre a TV e o universo digital" e que a empresa irá aderir e investir na TV 3.0.

Ressaltando as duas décadas de migração do sistema analógico para o digital, o ministério não estabelece prazo de implantação da TV 3.0 nem quando as primeiras localidades terão acesso a ela.

Além da definição do novo padrão tecnológico, discute-se as fontes de financiamento que emissoras precisarão para implantar a nova tecnologia, como compra de novos equipamentos e linhas de transmissão.

"A gente sabe da importância dessa inovação, mas ao mesmo tempo precisa de muito investimento para isso tornar-se uma realidade. Não há previsão hoje em linhas de crédito para os sistemas de comunicação investirem nisso, então essa é uma discussão que a gente pretende abrir internamente com bancos de fomento do governo, como o BNDES, e bancos regionais", diz o ministro.

O secretário de Comunicação Social Eletrônica do Ministério, Wilson Diniz Wellisch, disse que há conversas também com BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) nesse sentido.

Segundo o ministério, há hoje no país outorgas a 677 geradoras (emissoras que produzem programação) de TV digital e 16.072 a retransmissoras, além de 117 emissoras e 4.800 retransmissoras que ainda usam o padrão analógico.

A decisão final para a escolha da tecnologia, a japonesa ou a norte-americana, caberá ao presidente Lula.

Atualmente, o Fórum do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD) —formado por representantes do governo e das empresas de radiodifusão e transmissão, das que fabricam TVs e receptores— é quem coordena tecnicamente o processo que irá indicar a tecnologia a ser usada.

As discussões para a implantação da TV 3.0 começaram em 2021, no governo Jair Bolsonaro (PL).

Além das tecnologias japonesa e norte-americana, o ministério afirma que há ainda uma possibilidade de que a europeia 5G Broadcast, desclassificada na fase 3 de testes, possa retornar ao páreo caso a sua tecnologia seja atualizada a tempo.

TROPICANA, EM LAS VEGAS, FECHA AS PORTAS HOJE PARA DAR LUGAR A ESTÁDIO DE BEISEBOL
Turistas em escada rolante à frente do hotel-casino fundado em 1957, em cujo terreno será erguida a nova casa do Athletics, com 30 mil lugares Ronda Churchill/Reuters

Microsoft separa venda do Teams e do Office

BRUXELAS | REUTERS A Microsoft venderá seu aplicativo Teams separadamente do Office em todo o mundo, disse a gigante de tecnologia dos EUA nesta segunda (1º), seis meses depois de já ter desagregado os dois produtos na Europa, na tentativa de evitar uma possível multa antitruste da UE.

A Comissão Europeia tem investigado a vinculação do Office e do Teams da Microsoft desde uma reclamação de 2020 feita pelo app de mensagens concorrente Slack, da Salesforce.

O Teams, que foi adicionado ao Office 365 gratuitamente em 2017, substituiu posteriormente o Skype for Business e ficou popular na pandemia, em parte devido às videoconferências.

No entanto, concorrentes afirmaram que a venda conjunta dá à Microsoft uma vantagem injusta.